

FÁBIO BACILA SAHD

ANTOUN SAADEH E O PARTIDO
NACIONALISTA SOCIAL SÍRIO: UM PROJETO
NACIONAL (1932-1945)

Maringá

2012

FÁBIO BACILA SAHD

ANTOUN SAADEH E O PARTIDO NACIONALISTA SOCIAL
SÍRIO: UM PROJETO NACIONAL (1932-1945)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa Política e Movimentos Sociais).

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

MARINGÁ

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado por: Sônia Magalhães
Bibliotecária CRB 9/1191

S131a Sahd, Fábio Bacila
2012 Antoun Saadeh e o partido nacionalista social sírio : um projeto nacional
 (1932-1945) / Fábio Bacila Sahd ; orientador ; João Fábio Bertonha. – 2012.
 229 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, 2012
Bibliografia: f. 224-229

1. Saadeh, Anṭoun, 1904-1949. 2. Sírios. 3. Nacionalismo. 4. Fascismo.
5. Imperialismo. 6. Líbano. 7. Oriente Médio. I. Bertonha, João Fábio. II.
Universidade Estadual de Maringá. III. Título.

CDD 20. ed. – 320

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade dada pela vida e por meus pais de concluir mais um passo rumo a um destino incerto, ora distante ora próximo, porém repleto de esperança e sonhos.

Quero agradecer também ao orientador, João Fábio Bertonha, pela confiança e dedicação. Aos familiares e amigos, mortos e vivos, sobretudo àqueles que contribuíram para esse trabalho, tanto discutindo quanto nos momentos onde a vida aflora entre papos e tragos.

Agradeço especialmente a atenção de Youssef H. Mousmar, outrora amigo de meu falecido avô, e hoje um amigo sem o qual esta pesquisa jamais teria sido possível.

Agradeço a CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Por fim, agradeço Jamile Salim, cujo amor move meu coração e mantém viva em meu peito a chama da esperança.

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------|-----------|
| RESUMO | i |
| ABSTRACT | ii |

| | |
|------------------|---|
| INTRODUÇÃO | 1 |
|------------------|---|

PRIMEIRO CAPÍTULO

| | |
|--|---|
| A FORMAÇÃO DO ORIENTE MÉDIO MODERNO E O CASO DO ESTADO LIBANÊS | 9 |
|--|---|

| | |
|--|----|
| 1.1. Imperialismo e povos colonizados | 10 |
| 1.2. A especificidade do imperialismo no Oriente Médio | 15 |
| 1.3. O mandato francês no Líbano | 31 |
| 1.4. As distintas aspirações políticas no Líbano | 41 |
| 1.5. A sociedade e a política libanesa nos anos do mandato | 47 |

SEGUNDO CAPÍTULO

| | |
|---|----|
| O CONTEXTO INTELECTUAL ÁRABE E LIBANÊS NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX | 55 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| 2.1. Do apogeu ao declínio otomano: modernizar ou revolucionar? | 55 |
| 2.2. O contexto intelectual árabe na virada do século XIX | 59 |
| 2.3. As disputas identitárias: fenicianismo, sirianismo, arabismo e pan-islamismo .. | 77 |
| 2.4. As correntes políticas europeias na Síria e no Líbano | 89 |

TERCEIRO CAPÍTULO

| | |
|---|-----|
| ANTOUN SAADEH E O PARTIDO NACIONALISTA SOCIAL SÍRIO | 106 |
|---|-----|

| | |
|--|-----|
| 3.1. Antoun Saadeh e o Partido Nacionalista Social Sírio: um breviário | 107 |
| 3.2. O pensamento político de Antoun Saadeh e o PNSS | 128 |
| 3.3. Os princípios do Partido | 129 |

QUARTO CAPÍTULO

| | |
|--|-----|
| O PARTIDO NACIONALISTA SOCIAL SÍRIO E O FASCISMO | 167 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| 4.1. Definição de fascismo e a possível existência de fascismos extraeuropeus | 167 |
| 4.2. Saadeh e o PNSS aos olhos da mandatária e da sociedade local | 172 |
| 4.3. Saadeh, o PNSS e o discurso oficial sobre o fascismo | 175 |
| 4.4. O nacionalismo social e os fascismos: semelhanças e diferenças | 179 |
| 4.5. Símbolos e gestos: o PNSS e o fascismo | 193 |
| 4.6. A estrutura do PNSS e o papel do líder | 194 |
| 4.7. O “novo homem” sírio | 203 |
| 4.8. Simpatizantes do Eixo? A política externa da Alemanha e Itália para o Levante e o PNSS | 208 |
| | |
| CONCLUSÃO | 217 |
| REFERÊNCIAS | 224 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Divisão do acordo Sykes-Picot, 1916 | 16 |
| A <i>Mutassarafiyya</i> e o Grande Líbano | 28 |
| Antoun Saadeh | 109 |
| Antoun Saadeh e companheiros | 113 |

RESUMO

Pouco após o final da Primeira Guerra Mundial, o mandato francês foi imposto no Líbano e na Síria. Em ambos os países, políticos e intelectuais, inseridos em distintas correntes do pensamento político árabe, dividiram-se nas polêmicas acerca das identidades locais e do rumo a ser tomado. Opuseram-se nacionalistas libaneses, sírios e árabes, cada qual com seu respectivo programa e ideal e com uma visão peculiar acerca do mandato. Grosso modo, percebe-se três grandes construções identitárias dialogando entre si: uma que considera os libaneses como libaneses, outra como sírios e uma terceira como árabes. Ao analisar a constituição e o discurso de cada uma dessas vertentes, revelam-se os principais interesses políticos quanto à definição do Líbano e de quem são os libaneses. Em meio a esse contexto e em contraposição aos demais agentes, busca-se situar o discurso e o programa político de Antoun Saadeh, fundador do Partido Nacionalista Social Sírio. Intenta-se também perscrutar a circularidade e a receptividade das ideologias oriundas da Europa do entre guerras na região, bem como a interlocução de Saadeh com as mesmas. A hipótese é a de que Saadeh se apropriou de elementos fascistas na organização de seu programa nacionalista sírio e partido político. A base teórica e metodológica é o contextualismo linguístico e alguns trabalhos específicos sobre o Partido Nacionalista Social Sírio e sobre identidade e política no Líbano.

Palavras-chave: Líbano; nacionalismo sírio; Partido Nacionalista Social Sírio; fascismos; imperialismo; Oriente Médio; Antoun Saadeh.

SAHD, Fábio B. Antoun Sa'adah and the Syrian Social Nationalist Party: a national project (1932-1945). 2011. Master's thesis – State University of Maringa.

ABSTRACT

Shortly after the end of World War I, the French mandate was imposed on Lebanon and Syria. In both countries politicians and intellectuals inserted into different currents of the Arab political thought divided themselves into the polemics about the identities and the direction to be taken. The division was between Lebanese, Syrians and Arabs nationalists, each with its respective program and ideal and with a peculiar view about the mandate. Roughly speaking, we find three main 'identity construction' talking to one another: one that considers the Lebanese as Lebanese, another as Syrians and a third as Arabs. In reviewing the constitution and the discourse of each line, we found the main political interests behind the definition of what Lebanon is and who are the Lebanese. Amidst this context and in contrast to other political actors, we seek to situate the discourse and the program of Antoun Sa'adah, founder of the Syrian Social Nationalist Party. The intention is also scrutinizing the circularity and receptivity of ideologies from Europe between the wars in the region, as well as the dialogue of Sa'adah with them. The hypothesis is that Sa'adah has appropriated fascist elements in the organization of his political program and nationalist party. The theoretical and methodological approach is the linguistic contextualism and some specific works on the Syrian Social Nationalist Party and on identity and politics in Lebanon.

Keywords: Lebanon; Syrian nationalism; Syrian Social Nationalist Party; fascism; imperialism; Middle East; Antoun Sa'adah.

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XIX, a expansão europeia pelo mundo gerou grandes transformações nas regiões periféricas do sistema capitalista. Os mais variados aspectos dos povos vistos então como “orientais” passaram a ser interpretados e questionados à luz dos novos paradigmas da modernidade, tanto pelos próprios autóctones quanto pelos colonizadores (que se arrogavam uma posição de superioridade).

Dessa forma, as crenças tradicionais, os sistemas de lealdades e as formas de perceber e estruturar o mundo e a sociedade foram influenciadas pelas novas ideias e instituições trazidas pelos europeus em parceria com elites locais (grupos escolhidos para governar e facilitar a penetração dos interesses imperiais). No bojo de tal processo, uma das apropriações mais impactantes foi a da ideologia do nacionalismo, que levou diferentes pensadores a definir seu grupo de pertença a partir de uma nova categoria. A mesma ganhou relevância a partir do contato e do jugo imposto pelos europeus e da formação de órgãos internacionais calcados nas nacionalidades (como a Liga das Nações e, posteriormente, a ONU)¹.

Mais especificamente no Oriente Médio², encerrada a Primeira Guerra, as populações locais passaram a experimentar o imperialismo, sendo repartidas, em grande medida contra sua vontade, pelas principais potências do momento, França e Grã-Bretanha. Para justificar o sistema de mandatos e a colonização, grupos locais foram eleitos, influenciados a acreditar em sua especificidade e superioridade diante dos demais e se tornaram os interlocutores entre os “civilizados” e os “bárbaros”³.

¹ YAMAK, Labib Zuwiyya. *The Syrian Social Nationalist Party: an ideological analysis*. Cambridge: Harvard University Press, 1969. p. 7.

² O termo Oriente Médio remonta às últimas décadas do século XIX, sendo originalmente cunhado a partir de uma visão eurocêntrica e orientalista de mundo e dos interesses diplomáticos e estratégicos das potências de então. No contexto do avanço do imperialismo pela Ásia e África, o termo definia a região entre o “Oriente distante” e o “Oriente próximo”, portanto a Península do Golfo e suas adjacências. Posteriormente à Segunda Guerra Mundial, passou a ser utilizado por entidades dos Estados Unidos para denominar uma região ainda mais ampla, abrangendo desde a Líbia até o Irã ou o Paquistão. Daí em diante seu emprego se difundiu. KOPPES, Clayton R. *Captain Mahan, General Gordon, and the origins of the term 'Middle East'*. *Middle Eastern Studies*, Vol. 12, nº 1, 1976; MEYERS, Karl E.; BRYSAK, Sharren B. *Kingmakers: the invention of the modern Middle East*. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2008. p. 37-28; SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 323; *Etymology of the Middle East concept*. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Middle_East>. Acesso em 08 nov. 2011.

³ KAUFMAN, Asher. *Reviving Phoenicia: in search of identity in Lebanon*. London: I. B. Tauris & Co

Fronteiras artificiais foram delineadas e nacionalidades fabricadas, refletindo-se em divisões territoriais conforme os interesses das potências imperiais e de seus colaboradores locais. As principais questões que nortearam os recortes geográficos eram de cunho estratégico e econômico, notadamente consolidar a presença europeia, interferir na produção e distribuição dos recursos e controlar os investimentos de capitais.

Desse modo, de um conjunto de povos antes submetidos ao Império Otomano, divididos em minorias (*millet*) e identificados sobretudo com base em lealdades étno-confessionais, nasciam os libaneses, sírios, iraquianos, jordanianos, palestinos, entre outros.

Nesse contexto dos arranjos coloniais, várias técnicas e estratégias foram empregadas pelas potências imperiais e por agentes locais para assegurar o controle no Oriente Médio. Mas, a criação dos Estados nacionais e a legitimação de certas elites para servirem de intermediárias nas relações de poder assimétricas foram permeadas por tensões. Indivíduos e grupos, embasados em referenciais tradicionais ou modernos, ou ainda promovendo uma mistura peculiar entre ambos, formularam programas e percepções identitárias concorrentes ao discurso hegemônico.

Enquanto uns se viam como muçulmanos e buscavam reviver a glória da civilização árabe-islâmica a partir de uma retomada dos fundamentos do islamismo (acreditando ser a decadência um desvio dos mesmos), outros, identificados em linhas nacionais e seculares, tornavam-se entusiastas e porta-vozes de novos valores propalados na contemporaneidade, idealizando sua aplicação em todos os âmbitos⁴.

Em meio a essas visões de mundo divergentes e disputas pelas definições identitárias, por mais que a mandatária disponibilizasse o aparato estatal para o desenvolvimento da percepção que melhor se adequasse aos seus objetivos, as propostas concorrentes persistiam em fazer suas vozes serem ouvidas. Na marginalidade e reprimidas, diferentes ideologias circulavam, criticando o *status quo* e preconizando ideais a serem instaurados.

Mais especificamente no Líbano, terminada a Primeira Guerra Mundial,

ltd, 2004. p. 13.

⁴ HOURANI, Albert. *O pensamento árabe na Era Liberal: 1798-1939*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 3-17.

diferentes propostas se difundiram para além do discurso nacionalista oficial, refletindo o mosaico social que caracteriza sua população. Enquanto uma elite cristã (sobretudo maronita) favorecida no arranjo colonial se aferrava à ideia de uma exclusividade histórica e nacional libanesa, grupos marginalizados defendiam outra percepção de seus habitantes e da terra, recém-transformada em país independente. De forma geral, as propostas variavam conforme as lealdades étno-confessionais, base da identificação e sustentação comunitária⁵.

Considerando-se a ampla gama de perspectivas concorrentes, confrontos foram corriqueiros entre os distintos grupos durante a vigência do mandato francês, entre 1920 e 1943 - ou 1946, data da retirada final das tropas coloniais. Acompanhados de perto pela mandatária, por sua vez fundamentada na política do “dividir para conquistar”, de forma geral se digladiavam nacionalistas libaneses, sírios, árabes, comunistas e pan-islâmicos.

Foi em um contexto caracterizado pela presença francesa e pelo acomodamento entre a modernização forçada e a manutenção das antigas elites detentoras do poder, que Antoun Saadeh (1904-1949), oriundo de uma família cristã grego-ortodoxa de classe média, passou a fazer suas reflexões e fundou o Partido Nacionalista Sírio⁶, em 1932. Buscando provocar um “renascimento nacional” e consolidar um Estado-nação moderno e soberano na Grande Síria, Saadeh escreveu e agiu tendo em vista os vários posicionamentos e identificações comunitárias divergentes no Líbano em específico e na “Síria geográfica” ou “Grande Síria” em geral. Ao longo de sua obra fica evidente a interlocução com as principais correntes ideológicas de seu tempo, em contraposição às quais fundamentou uma visão peculiar acerca de quem eram os libaneses e de como deveria ocorrer seu ressurgimento juntamente com o dos demais integrantes do povo sírio.

Influenciado pelas discussões de autores árabes anteriores e pelas ideologias

⁵ SALIBI, Kamal. *A house of many mansions: the history of Lebanon reconsidered*. Los Angeles: University of California Press, 1988. p. 53-55.

⁶ Posteriormente, em 1947, foi rebatizado por Saadeh como Partido Nacionalista Social Sírio (abreviado como PNSS). O partido também ficou conhecido como Partido Nacionalista Social ou Partido Nacionalista Sírio. Era oficialmente denominado pelo mandato francês como *Parti Populaire Syrien* ou *Parti Populaire Social*. É um erro associar os termos “nacionalismo social” de Saadeh e “nacional socialismo” nazista, pois em árabe é utilizado o termo “social” e não “socialista”. PIPES, Daniel. *Radical Politics and the Syrian Social Nationalist Party*. *International Journal of Middle East Studies*, August, 1988. Disponível em: <<http://www.danielpipes.org/5788/radical-politics-and-the-syrian-social-nationalist-party>>. Acesso em: 05 dez. 2011.

oriundas da Europa do entre guerras mundiais, com as quais esteve em contato direto desde sua infância, Saadeh selecionou e se apropriou de diferentes elementos então disponíveis, acrescentando-os com características peculiares do pensamento social e político próprio de seu povo e grupo confessional. Assim, em seu esforço para livrar a “Grande Síria” do jugo colonial e consolidar um Estado soberano capaz de garantir a independência e o desenvolvimento dos sírios em pé de igualdade com as nações mais avançadas de seu tempo empreendeu diversas iniciativas, como publicar jornais e livros, participar de sociedades e fundar agrupamentos políticos.

Na presente dissertação, a partir da produção de Saadeh - mais especificamente, do material concernente ao seu partido -, busca-se descortinar as várias interlocuções do pensador durante a consolidação de sua ideologia nacionalista-social e de seu programa político específico. Afinal, diálogos com autores coevos ficam explícitos quando consideradas as obras de Saadeh e a efervescência ideológica de seu tempo e espaço específicos, nos quais correntes contraditórias buscavam a hegemonia de suas visões identitárias e propostas políticas. Portanto, trata-se fundamentalmente de um estudo das ideias, ainda que no capítulo final seja contemplada brevemente a constituição, estrutura e ação do PNSS.

Ampliando um pouco o contexto espacial do referido pensador, observa-se que sua produção se situa, mormente, no período entre as duas guerras mundiais, quando se exacerbaram as contradições entre as diferentes ideologias políticas formuladas na Europa e elas se difundiram para os quatro cantos do mundo. Assim, agentes locais entraram em contato e se valeram também dos novos conceitos em seus discursos político-identitários, fazendo uma seleção dos mesmos na elaboração de programas específicos.

No plano local, se em uma dimensão identitária se entrecrocavam o nacionalismo libanês, o sírio, o árabe e o pan-islâmico, na conformação político-social estavam à disposição dos sujeitos e grupos uma variedade de conceitos europeus a serem apropriados. As disputas locais se tornaram ainda mais complexas a partir dos embates entre liberalismo, socialismo, comunismo, democracia, parlamentarismo e autoritarismo, explicitados na oposição entre U.R.S.S., E.U.A., Inglaterra, França e as potências fascistas emergentes.

O cabedal teórico aqui empregado para se compreender a especificidade do pensamento de Antoun Saadeh, sobretudo no atinente à “nação síria” e ao

“nacionalismo-social”, é o contextualismo linguístico de Quentin Skinner. Na presente dissertação são dedicados dois capítulos para esmiuçar os elementos contextuais a partir dos quais se deu a produção de Saadeh. O primeiro versa sobre o imperialismo no Oriente Médio e a especificidade do mandato francês no Líbano. O segundo contempla o pensamento político árabe no século XIX e XX, notadamente seu desenvolvimento no Líbano, e a circulação das ideias europeias, bem como a formação de grupos locais a partir das mesmas, no contexto entre as guerras mundiais. Ambos se estruturam a partir de uma leitura da bibliografia especializada, sem pretensões de fazer novas colocações.

Já o terceiro e quarto capítulo abordam o pensamento e a ação de Saadeh e do Partido, e se baseiam principalmente em fontes primárias traduzidas (do árabe para o inglês, espanhol e português). No terceiro é traçada a biografia do Partido e de seu líder e é perscrutado o pensamento nacional de Saadeh e os princípios “fundamentais” e “reformistas” de seu programa político. No último capítulo, iniciado com uma breve discussão bibliográfica sobre o fascismo e suas derivações extraeuropeias, é feita uma reflexão sobre a especificidade do Partido e do pensamento nacionalista social sírio. Nele buscamos explorar as aproximações entre Saadeh e os fascismos em um plano ideológico e, secundariamente, avaliar a possível existência de uma aliança política entre o PNSS e os países do Eixo.

Considerando-se mais detidamente os postulados de Quentin Skinner, nos primórdios de sua carreira, lá pelos idos dos anos 1960, o pensador foi muito influenciado pelos trabalhos de Robin G. Collingwood, Ludwig Wittgenstein, John L. Austin e Peter Laslett. Ele se engajou em um debate acirrado com os praticantes do gênero tradicionalmente conhecido como História do Pensamento Político. A principal crítica feita a esses era que careciam de um método histórico na abordagem dos autores clássicos ao defender a atemporalidade de suas ideias. Conforme Skinner, tais autores desconsideravam a interação entre as concepções filosóficas e suas sociedades de origem.

Apesar de não levar os postulados de Collingwood até as últimas inferências teóricas, o contextualismo linguístico de Skinner deriva diretamente de sua forma de interpretar os textos políticos. Ambos arvoram seus postulados na possibilidade de resgatar o sentido dos últimos a partir das intenções que os autores teriam ao produzi-los, ou seja, que efeitos sociais pretendiam criar a partir de seus textos. Influenciado

pelos filósofos da linguagem Ludwig Wittgenstein e John L. Austin, Skinner compreende os textos como ações políticas que visam produzir determinados efeitos no contexto específico em que são produzidos.

Em outras palavras, para Skinner a interpretação das ideias deve começar pela discussão das características mais relevantes das sociedades nas quais se originaram, dado que é a realidade concreta quem suscita a discussão de problemas teóricos. Ou seja, Saadeh, ao teorizar sobre assuntos gerais, como nação e raça, estaria se ocupando de problemas relativos a seu próprio tempo e sociedade. Trocando em miúdos, ao invés de buscar solucionar problemas perenes da humanidade, suas reflexões mais gerais foram dirigidas às situações e aos debates específicos de seu tempo/espço, em relação aos quais procurava se posicionar.

O caminho traçado por Skinner - ainda que não de forma sistemática - para se analisar os textos políticos passa necessariamente por uma exaustiva reconstituição do contexto intelectual, social e linguístico em que os autores os produziram para compreender o que estariam fazendo no momento de sua elaboração. Assim, evidenciam-se: os argumentos que os autores apresentavam em relação a determinados temas de sua época, as questões que formulavam e tentavam responder e em que medida aceitavam ou contestavam as ideias e as convenções então predominantes no debate político (estariam criticando algum postulado ou estariam defendendo outro ponto de vista?). Os textos são considerados como *atos de fala* ou *atos do discurso*, obras que interagiram com seu contexto, buscando produzir efeitos práticos no mesmo⁷.

Em suma, segundo Skinner, cabe aos historiadores detectar as condições de emergência, circulação e enraizamento das obras políticas, percebendo as relações entre estas e o espaço/tempo em que surgiram. A questão é encontrar a forma mais adequada para se alcançar o sentido original de um texto no seu contexto (aquele mesmo que o próprio autor teria concebido no momento em que escrevia). Skinner estabelece alguns critérios para estudar as obras políticas. Parte de perguntas, tais como: o que as ideias apresentadas pelo autor significavam no tempo em que foram concebidas e por que o foram? De que forma estas ideias foram utilizadas? Quais os

⁷ LOPES, M. A. *Fundamentos do contextualismo linguístico: algumas lições de Quentin Skinner*. Londrina, 6 p. Trabalho não publicado.

resultados efetivos que o autor pretendia alcançar? (perguntas colocadas para as fontes nos capítulos três e quatro).

Afora o exercício de contextualizar o ambiente intelectual, social e político do autor na época em que escreveu a obra estudada, também caberia ao historiador ter alguma apreciação do vocabulário então vigente para compreender a linguagem na qual o mesmo se expressou, sabendo a direção e a força exata dos argumentos apresentados para aqueles que ele considerou sua audiência. Em outras palavras, o profissional da história deve atentar para o *vocabulário normativo*⁸ da época em que o texto foi escrito, ou seja, para as convenções linguísticas que deram forma aos debates políticos então travados. Para tal, o historiador, tal qual um filólogo, precisa se familiarizar com o sentido histórico das palavras empregadas nos textos que pretende analisar⁹.

Assim sendo, para recuperar o significado original dos textos políticos, o historiador tem que perceber as conexões entre as ideias do autor e o mundo histórico na qual foram geradas, reconstituir o significado das palavras por meio das quais o autor se expressou e, por fim, colocar esse discurso central em contraposição com os outros discursos, tanto da autoria do próprio pensador quanto de outros coetâneos que com ele estabeleceram relações.

Foi basicamente essa linha que se pretendeu seguir na presente dissertação: recuperar o significado original dos textos políticos de Saadeh. Para tal, nos dois primeiros capítulos a ênfase recaiu na análise do mundo histórico no qual e para o qual suas ideias foram geradas. No terceiro e quarto buscou-se compreender as conexões das mesmas com seu contexto e contrapor o discurso nacionalista de Saadeh ao de seus concorrentes.

Ademais, a partir de referências bibliográficas sobre a existência de fascismos extraeuropeus e sobre a circularidade dos postulados fascistas no Oriente Médio

⁸ Por vocabulário normativo se entende os conceitos e palavras a partir das quais os agentes elaboram seus raciocínios para que os mesmos sejam reconhecidos como legítimos. Esse vocabulário é a baliza que define os limites, tanto na forma quanto no conteúdo, dos textos produzidos. Assim, para descrever e legitimar seus postulados, o ator político deve “*querer que sua conduta se defina nos termos de um vocabulário já normativo na sua sociedade*” (SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.12).

⁹ Tendo em vista a limitada compreensão da língua árabe pelo autor dessa dissertação, a ênfase recaiu sobretudo na reconstituição do contexto intelectual, social e político, ainda que tenham sido feitas algumas considerações de cunho linguístico.

também se buscou situar a especificidade programática do Partido Nacionalista Social Sírio. Longe de tentar caracterizar o mesmo como fascista ou negar completamente qualquer aproximação, defende-se aqui que Saadeh se apropriou de alguns elementos típicos dos fascismos na sua estruturação, somente à medida que eles, a seu ver, contribuíaam de alguma forma para a resolução de questões locais.

PRIMEIRO CAPÍTULO

A FORMAÇÃO DO ORIENTE MÉDIO MODERNO E O CASO DO ESTADO LIBANÊS

Pobre nação que é cheia de crenças e vazia de religião.
 Pobre nação que veste uma roupa que não teceu, que come um pão que não colheu e que bebe um vinho que não foi esmagado em suas próprias prensas.
 Pobre nação que celebra o valentão como herói e que considera magnânimo o conquistador resplandecente.
 Pobre nação que despreza uma paixão em seus sonhos e que ao acordar se curva.
 Pobre nação que só ergue sua voz quando caminha em um enterro, que só se vangloria em meio às ruínas e que só se rebela quando seu pescoço é colocado entre a espada e a pedra.
 Pobre nação cujo líder é uma raposa, cujo filósofo é um trapaceiro e cuja arte é a arte dos remendos e da imitação.
 Pobre nação que acolhe seu novo governante com trombetas e se despede dele com vaias, apenas para novamente acolher outros com trombetas.
 Pobre nação cujos sábios emburrecem com os anos e cujos fortes ainda estão no berço.
 Pobre nação dividida em fragmentos, em que cada fragmento se julga uma nação.

Khalil Gibran Khalil, O Jardim do Profeta¹⁰.

Em linhas gerais, este capítulo situa a especificidade do Oriente Médio entre as áreas afetadas pela expansão imperialista no final do século XIX e início do XX, localizando nesse período a gênese do Estado libanês e de alguns dos problemas que enfrenta até os dias de hoje.

Tendo em vista a centralidade do imperialismo na compreensão do pensamento e da ação política de Antoun Saadeh, uma vez que a maior parte de sua obra foi escrita nesse contexto, a partir de uma análise comparativa com a dinâmica da expansão imperialista na África será delimitada sua peculiaridade nos países árabes, mais detidamente no Líbano.

O pano de fundo para se compreender o imperialismo na região é o contexto da Primeira Guerra Mundial, quando as potências vitoriosas, leia-se França e Grã-Bretanha, a partir de uma série de tratados dividiram o território do derrotado Império

¹⁰ FISK, Robert. Pobre nação: as guerras do Líbano no século XX. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

Otomano. Um breve olhar sobre as fronteiras retas e artificiais do Oriente Médio, delineadas ao findar da Grande Guerra, denuncia esse passado que, de forma geral, legou também aos povos árabes o acirramento nas tensões sociais locais, guerras étnicas e o aumento na desigualdade social, decorrente da introdução repentina em um díspar e acelerado processo de modernização e urbanização.

Antes de passarmos ao caso específico médio-oriental e libanês é forçoso fazer uma breve discussão teórica a respeito do imperialismo e da categoria de colonizado. Cabe ressaltar que tal explanação será feita de forma breve e contemplará somente alguns autores que estudam a temática, sem o intento de apresentar uma nova perspectiva dos assuntos tratados.

1.1. IMPERIALISMO E POVOS COLONIZADOS

A partir da segunda metade do século XIX as populações de extensas áreas do globo, principalmente africanos e asiáticos, experimentaram o processo imperialista imposto pelas principais potências da Europa, pelos EUA e pelo Japão. Citando Dennison de Oliveira:

a criação de enormes Impérios foi resultado de um conjunto de iniciativas políticas, econômicas e militares por parte de países que lideravam tanto os processos de industrialização quanto de disputa do mercado mundial naquele momento. A ocorrência quase simultânea da corrida imperialista entre as maiores nações da Europa (Grã Bretanha, França, Alemanha, Itália), EUA e Japão, a competição por parcelas do mercado mundial, a Segunda Revolução Industrial e o acirramento das rivalidades diplomáticas e militares entre aquelas nações suscitou extensos debates sobre as possíveis relações entre estes fenômenos¹¹.

Conforme Eric Hobsbawm, a repartição do mundo entre um pequeno número de Estados evidenciou a crescente divisão do planeta entre fortes e fracos, “avançados” e “atrasados”. Entre 1876 e 1915, boa parte da superfície continental do globo foi distribuída como colônias entre poucos Estados, destacando-se Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica, Itália e Japão¹².

¹¹ OLIVEIRA, D. *Walt Disney e Karl Marx: interpretações sobre imperialismo (1870-1918)*. Curitiba, 2006. Artigo apresentado no Seminário Facetas do Império na História. Disponível em: <<http://people.ufpr.br/~andreadore/dennison.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2010.

¹² HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 90-91.

Hannah Arendt afirma que o imperialismo surgiu quando a burguesia rejeitou as fronteiras nacionais como barreira à expansão econômica e decidiu ingressar na política para atender seus interesses, mormente o fomento ao sistema capitalista. Citando a autora, “com o lema ‘expansão por amor à expansão’, a burguesia tentou - e parcialmente conseguiu - persuadir os governos nacionais a enveredarem pelo caminho da política mundial”, ou seja, tornar a expansão (que correspondia na esfera econômica ao crescimento industrial) o objetivo final da política externa¹³.

Vladimir Ilich Lênin, afamado líder da Revolução Russa e um dos principais teóricos do imperialismo, definiu-o como uma etapa nova e específica do capitalismo, um estágio inevitável supostamente predecessor da sua crise terminal. Quanto a sua natureza expansiva, a principal característica que a explica é a tendência à queda de lucros devido à crescente concorrência entre os agentes capitalistas. A demanda por maiores divisas impele-os à expansão territorial (formal ou informal) em direção aos mercados absorvedores de mercadorias e capitais. Grosso modo, esse processo foi perpetrado por nações industrializadas que iniciaram uma corrida anexionista, culminando na divisão de boa parte do planeta em áreas de influência e no aumento das tensões entre as potências, que resultou na eclosão da Grande Guerra¹⁴.

Ainda que Hobsbawm considere a relevância da dimensão econômica para explicar a divisão do planeta, não descarta os “apelos políticos, emocionais, ideológicos, patrióticos ou mesmo raciais associados de modo tão patente à expansão imperial”. Citando-o,

o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo [...] [criando] uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido¹⁵.

Embora os motivos econômicos por trás desses movimentos expansionistas sejam explícitos, os mesmos não se legitimam e não são explicados simplesmente a partir deles. No plano discursivo, seus defensores se valem da milenar oposição entre nós, civilizados, e eles, os bárbaros. Se tal fraseologia maniqueísta remonta aos

¹³ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 156.

¹⁴ LENIN, Vladimir I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Afla-ômega, 1979.

¹⁵ HOBBSAWM, op. cit., p. 95.

antigos gregos, no contexto do imperialismo foi revestida de uma contraposição complementar: nós, ocidentais, que temos o dever de civilizá-los em nome das luzes e do progresso e eles, orientais, que devem ser civilizados e arrancados da barbárie e infantilidade mental na qual vivem.

Segundo o intelectual palestino Edward Said, esse “pensamento orientalista” influenciou e foi influenciado pelas expansões imperialistas. A pretensa inferioridade do oriental diante do ocidental, aceita como natural e com status de verdade científica, legitimou as conquistas coloniais e o “direito” dos europeus governarem esses povos “naturalmente atrasados” para seu próprio bem. Said, explicitando o racismo inerente ao discurso imperialista sobre o outro, cita um ensaio de 1908 no qual o alto dignitário britânico lorde Cromer (Evelyn Baring), explana sobre os direitos e os deveres dos europeus na tutela dos “orientais”:

A primeira questão é considerar o que esses povos, que estão todos, em termos nacionais, mais ou menos *in statu pupillari*, pensam ser melhor para seus interesses, ainda que esse seja um ponto que merece séria consideração. Mas é essencial que cada questão especial seja decidida principalmente com referência ao que, à luz do conhecimento e da experiência ocidental, temperados por considerações locais, julgamos conscienciosamente ser o melhor para a raça subjugada, sem relação com nenhuma vantagem real ou suposta que possa advir para a Inglaterra como nação [...] Se a nação britânica como um todo mantém persistentemente esse princípio em mente, e insiste rigorosamente na sua aplicação, embora jamais possamos criar um patriotismo análogo ao baseado na afinidade de raça ou na comunidade da língua, podemos talvez fomentar uma espécie de lealdade cosmopolita fundada no respeito sempre concedido aos talentos superiores e à conduta abnegada, e na gratidão derivada dos favores já conferidos e dos que ainda estão por vir [...] Mais do que isso, o comércio lucrá¹⁶.

Tomando em consideração o racismo que perpassa o pensamento orientalista e imperialista, é pertinente citar aqui Michel Foucault. Conforme o autor, no século XIX, estabeleceu-se um vínculo quase que momentâneo entre a teoria biológica evolucionista e o discurso do poder. As noções do evolucionismo - sobretudo a hierarquia das espécies, a luta pela vida, a crença na evolução e a seleção que elimina os menos aptos - foram aceitas e passaram a transcrever em termos biológicos o discurso político. Tais categorias fundamentaram as relações de colonização e exploração, ocultando interesses nacionais, capitalistas, sociais e políticos.

¹⁶ SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 69-70.

Com base nesse léxico, a necessidade das guerras, a criminalidade perpetrada nas incursões coloniais e o jugo dos povos ganharam legitimidade. Citando Foucault, “cada vez que houve enfrentamento, condenação a morte, luta, risco de morte, foi na forma do evolucionismo que se foi forçado, literalmente, a pensá-los”¹⁷. Em outras palavras, nas sociedades modernas, essa “biologização” do discurso político se deu a partir dos processos de colonização e principalmente nos pontos em que houve a necessidade de se legitimar o direito à morte.

Héctor Bruit destaca que, além dos fatores econômicos, políticos e sociais revestidos de um discurso civilizatório, o processo imperialista esteve vinculado também à manutenção das identidades das potências como tais em um cenário político no qual a conquista significava confirmar as teses de superioridade racial e nacional. O autor também discute a representação da colonização como uma missão civilizadora da raça branca, baseada na pretensa superioridade que as potências viam em suas instituições políticas, organização social e desenvolvimento industrial e intelectual¹⁸.

Quanto à noção de colonizado, segundo Said, é uma categoria com um tipo próprio de volatilidade. Antes da Segunda Guerra Mundial, quando havia uma presença colonial contínua das potências ocidentais em várias partes da África e da Ásia, os colonizados representavam os habitantes do mundo não ocidental, controlados e assentados à força pelos europeus, independentemente se estivessem ainda sob tal domínio ou se já tivessem conquistado sua independência. Nesse contexto, o racismo era uma força relevante, que afetava a forma como as guerras coloniais eram travadas. Citando Said, “ser um dos colonizados é potencialmente ser muitas coisas diferentes, mas inferior, em muitos lugares diferentes, em muitos momentos diferentes”¹⁹.

Defendendo um ponto de vista distinto tanto daquele dos colonizadores quanto dos colonizados e se contrapondo a uma visão simplista da imposição e manutenção do jugo colonial somente pela força bruta, Elizabeth Thompson parte de dois pressupostos básicos e interligados para analisar a vida pública de regiões submetidas ao colonialismo. Primeiro, defende que mesmo quando os povos coloniais promovem

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 306-307.

¹⁸ BRUIT, Héctor H. *O imperialismo*. São Paulo: Editora Atual; Campinas: Editora da UNICAMP, 1986. p. 1-14.

¹⁹ SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 115-116.

batalhas nacionalistas pela independência inevitavelmente acabam por participar da ordem política que rejeitam. Segundo, os colonizadores não poderiam e não impuseram unilateralmente sistemas para exercer o poder. Portanto, “o colonialismo envolve, assim como a maioria dos outros sistemas políticos, constantes negociações nas relações de poder e identidades”, que ocorrem tanto por meio das armas quanto de diálogo, jornais e telegramas. Os negociadores barganham em torno de questões que moldam os poderes e responsabilidades do Estado e os direitos e obrigações dos cidadãos coloniais.

Thompson chama de “ordem cívica colonial” a rede resultante dessas relações de poder, no caso a arena maior que incorpora as normas e instituições que governam as relações entre os cidadãos e entre estes e o Estado. É nessa esfera que a cidadania e o poder político se expressam e são continuamente renegociados entre os representantes do aparato estatal, os agentes não oficiais e seus clientes. O conceito se mostra útil, pois enfatiza a fluidez das interações e negociações e relativiza as fronteiras entre Estado e sociedade, raramente existentes em contextos coloniais, dado que os colonizadores continuamente dependem de intermediários indígenas para o exercício do poder. Como ambos são agentes interdependentes, dialogam definindo as condições de pertença na ordem cívica, inclusive os graus variáveis de cidadania dos diferentes grupos da população, evidentemente, destacando-se aqueles que servem de intermediários (no caso libanês, os maronitas)²⁰.

Por conseguinte, ao contrário da ideia comum do colonizado como submetido, que ou é passivo ou conspira, Thompson sublinha que é apropriada a visão daqueles que viveram sob o mandato francês como cidadãos coloniais, dado que estiveram ativamente engajados na definição de seu status civil e tinham uma Constituição que garantia direitos de cidadania a todos. Pelo menos na teoria, essa permitia a todos o acesso ao Estado a partir do Parlamento eleito e direitos de livre discurso e associação - desde que não atentassem contra a ordem estabelecida.

Contudo, enquanto alguns cidadãos estavam aptos a participar da vida pública mais diretamente, outros se distanciavam ou se opunham ao Estado, dado o papel preponderante exercido pelo grupo que representava a autoridade mediadora. Apesar

²⁰ THOMPSON, Elizabeth. *Colonial citizens: republic rights, paternal privilege, and gender in French Syria and Lebanon*. New York: Columbia University Press, 2000. p. 1.

disso, Thompson evita estabelecer nos contextos coloniais uma distinção rígida entre cidadãos (que gozam de máximos direitos sob a Constituição) e os súditos ou subalternos (com direitos limitados), enfatizando a fluidez dessas categorias ao invés da existência de uma linha clara que possa ser traçada para distingui-los²¹.

1.2. A ESPECIFICIDADE DO IMPERIALISMO NO ORIENTE MÉDIO

Se atentarmos para o mapa político do Oriente Médio e o compararmos com o da África, logo perceberemos as semelhanças: ambos acusam as marcas do imperialismo europeu em suas fronteiras retas e artificiais. Entretanto, diferentemente das fronteiras políticas africanas, delineadas já no século XIX, as do Oriente Médio se mantiveram estáveis até o final do Império Otomano, com a derrota na “Grande Guerra”. De um lado, estava um continente sobejamente fragmentado, tanto política quanto etnicamente. De outro, havia um poder centralizado que impedia a expropriação das porções árabes de seu território, habitado por pessoas que, comparativamente, partilhavam de uma mesma identidade em vários pontos como língua, religião e cultura e estavam desenvolvendo um movimento nacional pan-árabe.

Outra diferença entre o imperialismo na África e no Oriente Médio é como o processo foi legitimado no contexto político-diplomático. No continente africano a ocupação se deu na forma de uma corrida entre as principais potências da época, regulamentada na Conferência de Berlim (1885). Já a divisão do Oriente Médio foi feita secretamente por França e Inglaterra (Acordo Sykes-Picot, 1916), legitimando-se alguns anos depois a partir dos mandatos atribuídos pela Liga das Nações, nas conferências de paz após a “Grande Guerra”.

²¹ THOMPSON, op. cit., p. 1-3. É importante notar que, dentro das estruturas político-burocráticas coloniais, há uma distinção clara entre aqueles que são aceitos, e portanto exercem cargos, e aqueles cuja perspectiva política os torna marginalizados e, até, perseguidos. Não se trata de uma cidadania no sentido amplo do termo, mas de uma seleção daqueles que podem ou não transitar na esfera pública e das visões político-nacionais apropriadas.



Divisão do acordo Sykes-Picot, 1916²²

Uma semelhança entre ambos os processos é justamente o discurso racial-colonialista. Na ata geral da Conferência de Berlim, assinada “em nome de Deus onipotente”, destaca-se, além das crenças liberais nas vantagens comerciais para todos os povos advindas do livre comércio, uma retórica civilizatória e humanitária²³. Tal léxico também está presente no artigo vinte e dois do Tratado de Versalhes, quando é adotado como critério para a atribuição dos diferentes tipos de mandatos a incapacidade de determinados povos de se autogovernarem após terem deixado a soberania dos Estados que os governavam até a Grande Guerra²⁴. Citando uma passagem de tal artigo,

a essas colônias e territórios que, como consequência da última guerra, cessaram de estar sob a soberania de Estados que formalmente os governavam e que são habitados por pessoas ainda não capazes de se manter sozinhas sob as extenuantes condições do mundo moderno, deve ser aplicado o princípio de que o bem-estar e desenvolvimento de tais pessoas formam um juramento sagrado da civilização e que, nessa Convenção, devem ser estabelecidas seguranças para a aplicação desse juramento²⁵.

²² Fieldhouse, D. K. *Western imperialism in the Middle East: 1914-1958*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

²³ Ata da Conferência de Berlim (1885). Disponível em: <<http://web.jjay.cuny.edu/~jobrien/reference/ob45.html>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

²⁴ Nesse ponto fica evidente a retórica do orientalismo onde os povos orientais devem ser guiados à luz pelos Ocidentais, detentores da racionalidade e conhecedores dos orientais “*melhor que eles mesmos*”.

²⁵ Artigo vinte e dois do Tratado de Versalhes. Disponível em: <<http://www.mideastweb.org/leaguemand.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2010. Livre tradução do autor.

De acordo com o Tratado de Versalhes, os povos do Oriente Médio gozavam de uma posição relativamente privilegiada, dado que já estavam em um estágio de desenvolvimento no qual sua condição como nações independentes podia ser reconhecida provisoriamente. Contudo, desde que estivessem sujeitos à assessoria e à assistência administrativa da parte de uma mandatária, até o momento em que fossem capazes de se manterem sozinhos.

Em contrapartida, era maior o exercício da autoridade europeia sobre os povos africanos, pois eram considerados mais atrasados nas “benesses da civilização” e, portanto, necessitados de maior controle. Eles foram divididos em povos da África Central e do Sudoeste. Quanto aos primeiros, as mandatárias deveriam ser responsáveis pela administração do território sob condições de garantir a liberdade de consciência e religião. No concernente aos povos do Sudoeste, dispersos ou diminutos, ou ainda distantes dos centros de civilização, poderiam ser melhor administrados sob as leis da mandatária como porção integral de seu território.

Afora as diferenças no estatuto dos regimes, diferentemente do contexto imperialista da conquista da África, ao final da Primeira Guerra Mundial, pelo menos no plano do discurso oficial, a legitimidade da política de conquistas, disfarçadas de missões civilizatórias, já não era unânime entre as principais potências. De um lado, o presidente estadunidense Woodrow Wilson defendia o direito à autodeterminação dos povos, apesar de na prática promover os interesses estadunidenses em detrimento dos povos latinos, como durante a invasão do Haiti. De outro, os bolcheviques se colocavam contra o imperialismo e condenavam a exploração das classes e dos povos oprimidos, defendendo a revolução socialista mundial. Nas palavras de Edward Said, as animosidades entre os interesses imperiais franceses e ingleses continuaram, acrescentando-se a elas “a irritação provocada pelo programa wilsoniano de autodeterminação nacional, que, como o próprio Sykes devia notar, parecia invalidar todo o esqueleto de planos coloniais e divisórios decididos em conjunto pelas potências”²⁶.

Nesse contexto, França e Grã-Bretanha, mantendo as aparências e buscando efetivar suas políticas expansionistas, também declaravam publicamente o direito à

²⁶ SAID, op. cit., p. 299.

autodeterminação dos povos, embora suas ações fossem planejadas em sentido oposto. Exemplificando, no Oriente Médio, durante e imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, as potências aliadas prometeram por diversas vezes aos povos árabes, recém-libertos do jugo otomano em partes por suas próprias mãos, a independência e a soberania.

Vários documentos oficiais demonstram esse posicionamento político favorável à autodeterminação dos povos médio-orientais, destacando-se os “Quatorze pontos” de Woodrow Wilson (janeiro de 1918), o “Adendo aos Quatorze pontos” (fevereiro de 1918), uma declaração do governo britânico a sete eminentes árabes (junho de 1918), um comunicado do oficial britânico Edmund Allenby ao Emir Faysal²⁷ (outubro de 1918) e a “Declaração conjunta da França e Grã Bretanha” (novembro de 1918). Citando uma passagem desta última,

os objetivos visados pela França e pela Grã-Bretanha ao prosseguirem com a Guerra no Oriente, deflagrada devido às ambições alemãs, é a completa e final libertação dos povos que por muito tempo têm sido oprimidos pelos turcos e construir governos e administrações nacionais, que derivem sua autoridade da livre iniciativa e escolha das populações locais²⁸.

No concernente à diplomacia internacional e às negociações entre as potências aliadas e representantes árabes, o ano de 1918 se caracteriza por diferentes manifestações de apoio à futura soberania da nação árabe. Ao longo dessas ficam explícitas duas diretrizes acerca da política anglo-francesa para o Oriente Médio após a “Grande Guerra”: a criação de governos soberanos e de zonas administrativas que teriam sua natureza definida posteriormente.

Uma dessas manifestações pró-soberania local, datada de janeiro de 1918, é a carta entregue pelo comandante britânico Hogarth ao *Xarif* Husayn²⁹. Por meio desta, o governo britânico garantia aos árabes reconhecer que para eles deveria ser dada plena oportunidade de constituir uma nação no mundo e afirmava que prosseguiria com suas ações tendo em vista essa unidade última³⁰. Também em janeiro, o

²⁷ Emir em árabe significa príncipe.

²⁸ Disponível em: <http://www.absolutedastry.com/topics/Anglo-French_Declaration>. Acesso em: 17 fev. 2010. Livre tradução do autor.

²⁹ Xarif é um título atribuído aos governantes do Hedjaz, que protegem Meca e a peregrinação. Também se refere a uma parte da descendência de Muhammad.

³⁰ Anexo F do relatório final do Comitê árabe-britânico. Disponível em: <<http://domino.un.org/unispal.nsf/3d14c9e5cdaa296d85256cbf005aa3eb/4c4f7515dc39195185256cf7006f878c!OpenDocument>>. Acesso em 13 jul. 2009.

presidente Woodrow Wilson anunciava seus “Quatorze pontos” igualmente defendendo o direito dos árabes à soberania³¹. Um mês depois o mesmo fez um discurso ao senado estadunidense reiterando seu posicionamento. De forma geral, em direta contradição com o futuro que aguardava os povos árabes, o teor desses comunicados e de outros³² é o mesmo: a garantia de autodeterminação.

Por fim, inserida nesse contexto discursivo de suposto reconhecimento da autodeterminação dos povos e legitimando os interesses imperialistas anglo-franceses no Oriente Médio, veio a declaração do sistema de mandatos para a região com o Tratado de Versalhes, ratificada na Conferência de San Remo em abril de 1920.

As negociações fronteiriças no Oriente Médio e a Revolta Árabe

Em face das contradições entre as promessas feitas pelos britânicos aos povos árabes e a política de partilha adotada no Oriente Médio após a Primeira Guerra Mundial, em Londres, no ano de 1939, foi estabelecido um comitê para fazer algumas considerações acerca das correspondências trocadas naqueles anos entre Henry MacMahon (alto-comissário britânico no Egito) e *Xarif* Husayn (principal responsável pela Revolta Árabe). A comissão britânica presente nesse comitê tentou reconstruir o contexto em que foram trocadas as cartas, para de alguma forma legitimar as atitudes de seu governo no pós-guerra. O relatório final da comissão traz importantes informações sobre a relação da França e da Grã-Bretanha com a questão das fronteiras no Oriente Médio.

No anexo A (“Memorandum on the British pledges to the Arabs”) consta que os interesses franceses e ingleses na Síria são anteriores à Primeira Guerra Mundial. A

³¹ Décimo segundo ponto: “Às porções turcas do presente Império Otomano deve ser assegurado uma segura soberania, mas às demais nacionalidades que estão agora sob mando turco deve ser garantido uma indubitável segurança de vida e uma clara oportunidade de desenvolvimento autônomo”. Disponível em: <<http://www.firstworldwar.com/source/fourteenpoints.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2009. Livre tradução do autor.

³² Vide uma declaração do governo britânico, emitida em junho de 1918 a “sete eminentes árabes” (Documento disponível na íntegra no site: em:<<http://domino.un.org/unispal.nsf/3d14c9e5cdaa296d85256cbf005aa3eb/4c4f7515dc39195185256cf7006f878c!OpenDocument>>. Acesso em: 15 ago. 2009) e uma declaração do general britânico Edmund Allenby ao Emir Faysal, filho de *Xarif* Husayn (Disponível em:<<http://domino.un.org/unispal.nsf/3d14c9e5cdaa296d85256cbf005aa3eb/4c4f7515dc39195185256cf7006f878c!OpenDocument>>. Acesso em: 15 ago. 2009).

demanda da França por direitos especiais em partes da Grande Síria³³, após uma eventual desarticulação do Império Otomano, foi reconhecida e aceita pelo governo britânico já em dezembro de 1912. Entretanto, a ideia de que a parte sul dessa deveria ficar para a Grã Bretanha começou a ganhar força em círculos britânicos e, mediante pressão desses, um inquérito militar foi realizado na Península do Sinai em 1913, tendo como resultado a confirmação da importância da região por motivos políticos e estratégicos. Sua aquisição foi apontada como um trunfo indispensável para o Império Britânico no caso de uma dissolução do Império Otomano. Assim, as conclusões do inquérito de 1913 permearam as negociações posteriores entre britânicos, franceses e árabes.

O anexo B do relatório traz a principal fonte que dispomos sobre essas negociações: as correspondências trocadas, entre 1915 e 1916, por Henry MacMahon e Husayn. O eixo dessas cartas é a discussão dos termos da Revolta Árabe contra os otomanos. Nelas são discutidas e asseguradas, mesmo que de forma vaga, as fronteiras de um futuro reino árabe independente.

A proposta territorial de Husayn previa a criação de um reino árabe unido nas regiões da atual Síria, Líbano, Iraque, Arábia Saudita e Palestina/Israel. Nas correspondências, McMahan não define a zona árabe de independência nas suas próprias palavras, o que ele faz é aceitar as fronteiras propostas pelo Xarif com algumas reservas relativas ao oeste da Síria, região de interesse francês, e ao Iraque, cuja administração dos recursos naturais (petróleo) interessava a ambas as potências europeias. Após discutirem as especificidades dessas regiões, MacMahon, alegando não poder intervir nos interesses de sua aliada na região, convence Husayn em postergar para depois da guerra a definição acerca do oeste sírio (região do atual Líbano).

Pouco tempo depois, em maio de 1916, foi assinado entre franceses e ingleses, com conhecimento da Rússia e, posteriormente, Itália e Japão, o acordo secreto

³³ Terceiro ponto do anexo A: “O termo Síria naqueles dias era geralmente utilizado para designar o conjunto da Síria geográfica e histórica, isto é, o conjunto do país situado entre as Montanhas Taurus e a Península Sinai, constituído pelo que foi o *Vilayet* de Aleppo, Beirut e da Síria [Damasco] e o *Sanjaq* do Líbano e de Jerusalém. Inclui-se uma parte do país que foi posteriormente destacado dele para formar o território da Palestina sob Mandato”. Disponível em: <<http://domino.un.org/unispal.nsf/3d14c9e5cdaa296d85256cbf005aa3eb/4c4f7515dc39195185256cf7006f878c!OpenDocument>>. Acesso em: 05 mai. 2009. Livre tradução do autor.

conhecido como “Sykes-Picot”. O objetivo deste era, basicamente, regulamentar a economia no Oriente Médio (acesso de mercadorias, criação de serviços, tarifas etc.) e reparti-lo em áreas de controle direto e zonas de influência entre França e Grã Bretanha, prevendo ainda a criação de um reino árabe independente.

O acordo, ao designar administrações diretas e indiretas para franceses e britânicos de acordo com seus desejos, acabava com a soberania local nas áreas prometidas aos árabes e, portanto, entrava em direta contradição com as promessas feitas ao *Xarif Husayn* alguns meses antes³⁴. Em suma, se, de um lado, os árabes se uniram aos aliados na luta contra os turcos e alemães, acreditando no apoio britânico para a criação de seu grande reino independente ao final da guerra, de outro, os britânicos assinaram um acordo secreto com os franceses prevendo a repartição do Oriente Médio ao final da guerra.

Entretanto, o sigilo de tal acordo não durou muito tempo. Após a Revolução Bolchevique e o isolamento da Rússia socialista esta abriu seus arquivos diplomáticos e revelou publicamente o “Sykes-Picot”. Assim, dezoito meses após sua assinatura, seus termos chegaram ao conhecimento de *Xarif Husayn*, que protestou³⁵. Diante de tal situação, o governo britânico enviou-lhe duas cartas tentando fazê-lo crer que o acordo nunca existiu, sendo uma invenção dos soviéticos visando desestabilizar a aliança contra os turcos.

A vontade da população local e as decisões dos aliados

Segundo o artigo vinte e dois do Tratado de Versalhes, base das discussões sobre a situação das colônias, a tutela sobre os povos “bárbaros” ou “semicivilizados” deveria ser concedida às “nações avançadas” e ser exercida por elas, na situação de mandatárias e em nome da Liga das Nações. Nas linhas oficiais, os desejos das comunidades locais são colocados como a principal referência para a seleção da mandatária, e o caráter dos mandatos difere conforme o estágio de desenvolvimento

³⁴ O acordo Sykes-Picot está disponível na íntegra no site: <<http://domino.un.org/unispal.nsf/3d14c9e5cdaa296d85256cbf005aa3eb/4c4f7515dc39195185256cf7006f878c!OpenDocument>>. Acesso em: 05 mai. 2009.

³⁵ Informação disponível no Anexo C do relatório final do Comitê árabe-britânico. Disponível em: <<http://domino.un.org/unispal.nsf/3d14c9e5cdaa296d85256cbf005aa3eb/4c4f7515dc39195185256cf7006f878c!OpenDocument>>. Acesso em: 05 mai. 2009.

dos povos, a posição geográfica (maior ou menor distância dos “centros de civilização”) e as condições econômicas. Se, na teoria, os mandatos deveriam ser implementados em benefício dos povos colonizados, na prática, era uma manobra para assegurar os interesses das potências envolvidas e repartir os espólios de guerra³⁶.

Percebendo essas discrepâncias - mas ignorando a proximidade entre a política anglo-francesa para o Oriente Médio e a de seu país em relação à América Latina - nos trabalhos iniciais da Conferência de Paz em Paris (1919) Wilson deu continuidade ao posicionamento anunciado nos “Quatorze pontos” e reforçado em um adendo aos mesmos. Ou seja, persistiu defendendo o direito à autodeterminação dos povos árabes e criticando o imperialismo anglo-francês. Conforme se desenvolviam as discussões, insatisfeito com a “diplomacia secreta” relativa ao Oriente Médio, propôs a criação de uma comissão composta por todos os aliados para visitar a região e levantar informações sobre a situação local e os anseios políticos de seus povos.

Ainda que nos termos do Tratado de Versalhes a vontade das populações locais tenha sido o principal critério a ser adotado na definição dos mandatos, na decisão sobre a criação da comissão proposta por Wilson, dado seus interesses velados, França e Grã-Bretanha se opuseram com veemência³⁷. Mesmo assim, malgrado as divergências geradas por seu projeto e mesmo que de forma parcial, o presidente estadunidense executou-o.

Se inicialmente o plano era formar uma Comissão Internacional, a mesma foi criada somente a partir de sua seção americana, ficando conhecida como *King-Crane Commission*³⁸. Em sua breve passagem pelo Oriente Médio, entre junho e agosto de

³⁶ Em um discurso proferido no Congresso estadunidense (fevereiro de 1919) Wilson criticou o imperialismo anglo-francês e buscou convencer os políticos ali presentes da necessidade de seu país intervir efetivamente nas negociações de paz. Citando o mesmo, “em segundo lugar, os povos e as províncias não podem ser trocados de soberania para soberania, como se fossem meros bens móveis e peões de um jogo, mesmo do grande jogo do equilíbrio de poder, agora desacreditado para sempre. Em terceiro lugar, todas as definições territoriais envolvidas nesta guerra devem ser feitas em prol do interesse e para o benefício das populações envolvidas, e não como uma parte de um mero ajustamento ou compromisso de demandas entre os Estados rivais”. Disponível em: <http://wwi.lib.byu.edu/index.php/President_Wilson's_Address_to_Congress_Analyzing_German_and_Austrian_Peace_Utterances>. Acesso em: 24 fev. 2010. Tradução livre.

³⁷ A iminente possibilidade de que a vontade política dos árabes fosse contrária à presença anglo-francesa na região provavelmente determinou a oposição destas à realização da Comissão Internacional. No caso francês chegou-se ao ponto de impedir o livre acesso da seção americana nos territórios controlados. Assim, a vontade dos nativos, valor caro no léxico diplomático da época, só era prioridade no discurso.

³⁸ “A seção americana desta comissão está no Oriente Médio simplesmente e somente para coletar informações tão acuradas e definitivas quanto possível concernente às condições, relações e desejos de

1919, seus componentes visitaram partes da região conhecida como Grande Síria, concluindo os serviços com a elaboração de um relatório contendo as informações coletadas e suas recomendações³⁹.

Considerando seus apontamentos, verifica-se que, de forma geral, a vontade do povo “árabe-sírio”⁴⁰ ia em direção contrária aos planos que França e Grã Bretanha tinham para eles. A maioria das petições remetidas à Comissão (73,5%) era a favor da absoluta independência da Síria e pouco mais da metade (55,3%) rejeitou o artigo vinte e dois do Tratado de Versalhes. Ainda, 52,9% das petições se opuseram à divisão da Síria e 68,5% pediram a independência do Iraque (Mesopotâmia). A maioria delas também informou que, caso a primeira opção pela Síria independente não fosse atendida, a preferência seria pela assistência estadunidense ou britânica, e não francesa. Quanto às petições provenientes exclusivamente das zonas “libertadas” sob administração francesa, 60,5% contêm críticas ao país europeu e em onze delas (0,59%) há testemunhos de que os franceses impediram o acesso à Comissão.

Paralelamente às informações quantitativas disponibilizadas pela Comissão, que demonstram as aspirações políticas locais logo após a Primeira Guerra, ela também oferece um anexo referente a algumas deliberações do “Congresso Geral Sírio”, convocado por Faysal durante a existência do Reino Árabe-Sírio (1918-1920) como preparativo para a sua chegada⁴¹. No primeiro artigo da ata final do Congresso está presente sua principal determinação: a demanda por independência política

todos os povos e classes envolvidos, de modos que o Presidente Wilson e o povo americano deve agir com total conhecimento dos fatos em qualquer política que ele possa ser chamado a adotar no tangente aos problemas médio-orientais, seja na Conferência de Paz ou na posterior Liga das Nações”. Documento na íntegra disponível em: <http://www.ipcri.org/files/kingcrane.html>>. Acesso em: 25 fev. 2010. Tradução livre.

³⁹ Segundo James L. Gelvin, tão logo a notícia da chegada da Comissão à Grande Síria se disseminou, tiveram lugar uma série de eventos que culminaram na emergência de um movimento popular nacionalista dissociado da direção do governo árabe e das elites nacionalistas locais (GELVIN, James L. *Divided Loyalties: Nationalism and Mass Politics in Syria at the Close of Empire*. London: University of California Press, 1998. p. 35).

⁴⁰ O termo árabe-sírio é utilizado devido à imprecisão do termo árabe isolado, dado o espaço restrito que a comissão visitou, no caso a Grande Síria (Síria, Líbano, Jordânia e Palestina).

⁴¹ O Congresso foi composto por delegados de diferentes regiões da Grande Síria. Segundo Philip Khoury, a convocação do Congresso também foi uma resposta de Faysal à crescente insatisfação e desordem na Síria. A partir dele visava canalizar as atividades dos nacionalistas para o regime e estabelecer um corpo representativo unificado para apresentar o programa da independência para as potências. As informações que constam no texto quanto ao Congresso foram retiradas do relatório da King Crane Commission e de apontamentos presentes na obra de Khoury “Urban notables and arab nationalism” (KHOURY, Philip S. *Urban notables and arab nationalism: the politics of Damascus 1860-1920*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 87; 99-100).

absoluta na Grande Síria. O segundo artigo afirma que o regime político do país deveria ser uma “monarquia democrática constitucional e civil”, assentada em princípios amplos de descentralização, salvaguardando os direitos das minorias e tendo como rei Emir Faysal. Na sequência da ata do Congresso há uma crítica direta ao sistema de mandatos, conforme previsto pelo artigo vinte e dois do Tratado de Versalhes. O quarto artigo refere-se às pretensões imperialistas anglo-francesas e evidencia a dicotomia entre estas e a proposta de Woodrow Wilson para a construção de um Estado soberano no Oriente Médio:

nós, confiando nas declarações do presidente Wilson que o seu objetivo na guerra foi colocar um fim na ambição de conquista e colonização, podemos interpretar o mandato mencionado no pacto da Liga das Nações somente como prestação de assistência técnica e econômica que não prejudique a nossa total independência. E, desejando que o nosso país não caia presa da colonização e acreditando que a nação americana está mais distante de qualquer pensamento de colonização e não tem nenhuma ambição política em nosso país, vamos procurar a assistência técnica e econômica dos Estados Unidos da América, desde que essa assistência não ultrapasse vinte anos⁴².

As propostas divergentes quanto ao destino político dos povos do Oriente Médio, entre EUA de um lado e França e Grã Bretanha de outro, também ficam evidentes quando o relatório da *King-Crane Comission* faz referência à condenação do Presidente Wilson aos tratados secretos das últimas.

Ainda, tendo em vista as pretensões anglo-francesas e já prevendo a potencial ameaça do sionismo à autodeterminação dos povos locais, o Congresso Geral Sírio pede a anulação completa das convenções e acordos que dividem a Síria e favorecem o nacionalismo judaico na Palestina.

Quanto à validade do relatório da Comissão, seus membros classificam-no como um dos documentos mais substanciais apresentados, merecendo ser tratado com grande respeito e ser utilizado pelo poder mandatário como um artifício precioso para fundamentar as diretrizes de seu eventual governo. Entretanto, como era previsto, nem França nem Grã-Bretanha reconheceram a legitimidade do documento⁴³.

O triunfo anglo-francês, a imposição dos mandatos e as formas de

⁴² Disponível em: <<http://www.ipcri.org/files/kingcrane.html>>. Acesso em: 25 fev. 2010. Tradução livre do autor.

⁴³ GELVIN, op. cit., p. 47.

resistência

Como o documento da *King-Crane Commission* confirmou que o desejo da população árabe era contrário aos interesses ingleses e franceses, as duas potências coloniais desconsideraram suas conclusões nas discussões e na execução do sistema de mandatos. Se, a princípio, o poder decisório da Conferência de Paz se concentrou no Conselho Supremo da Liga das Nações, formado inicialmente por Grã Bretanha, França, Itália, Estados Unidos e Japão, as definições do sistema de mandatos couberam somente aos dois primeiros Estados⁴⁴.

Enquanto os representantes das potências discutiam o futuro da nação árabe e a natureza do sistema de mandatos, na Grande Síria, o Reino Árabe-Sírio de Faysal era legítimo diante de considerável parte da população, dado que reconhecido pelos delegados presentes no Congresso Geral que precedeu a chegada da *King-Crane Commission*⁴⁵.

Contudo, com os Estados Unidos fora das discussões (dado que seu Congresso vetou uma maior intromissão nos assuntos do Oriente Médio), Inglaterra e França legitimaram a divisão da região na Conferência de San Remo, conforme as linhas do “Acordo Sykes-Picot”. Enquanto o mandato sobre a Síria e o Líbano coube à França, à Grã-Bretanha foi reservado o Iraque, a Palestina e a Jordânia, além da manutenção das áreas previamente sujeitas a sua administração, correspondentes ao atual Egito, Sudão, Áden, Omã e Emirados Árabes.

Os interesses imperiais na região fizeram com que as tentativas de Faysal de chegar a um acordo na Conferência de Paz fossem ignoradas, assim como a legitimidade do Reino Árabe-Sírio e o desejo do povo nativo pela manutenção de sua soberania. Por conseguinte, tão logo os termos de San Remo legitimando o sistema de mandatos se tornaram públicos, em toda a Grande Síria grupos de nacionalistas árabes e sírios (peças fundamentais no cenário político de todo o Reino Árabe-Sírio) começaram a se mobilizar, no intuito de enfrentar a iminente invasão francesa, que

⁴⁴ Para mais informações sobre as discussões da Conferência de Paz ver: <http://history.sandiego.edu/gen/ww1/1919League2.html>. Acesso em: 13 set. 2009.

⁴⁵ É forçoso mencionar a existência de uma oposição ao governo Faysal, evidenciada na negação de algumas lideranças de comitês populares de se alistar no programa de conscrição, temendo a consolidação de um exército nacional forte que pudesse esmagar qualquer oposição (GELVIN, op. cit., p. 45-46).

iria instaurar o novo regime⁴⁶.

Mesmo após a atribuição final do mandato sobre a Síria e o Líbano e a mobilização de voluntários locais para compor uma resistência nacional, Faysal ainda tentou resolver a questão por vias diplomáticas. Mediante tal insistência, o representante local francês emitiu uma carta ao governo sírio com propostas muito desfavoráveis, na expectativa de que seus termos não fossem aceitos e dessa forma a invasão francesa se tornasse legítima.

Apesar do conteúdo adverso, Faysal aceitou a proposta francesa. Porém, tal atitude de forma alguma obliterou a execução dos planos coloniais. Ignorando a resposta positiva dada pelo *emir* bem como os anseios locais, a invasão da Síria foi efetivada sob a justificativa de implementar o mandato assegurado pela Liga das Nações. Tropas francesas partindo do Líbano invadiram a Síria e derrotaram as tropas nacionalistas na batalha de Maysalum, em 24 de julho de 1920. Assim, tinha início o mandato francês na região.

No Líbano, se considerável parcela da população (quase que exclusivamente cristãos maronitas e demais católicos) apoiou desde os primórdios a presença francesa, a criação de um Grande Líbano⁴⁷ autônomo (1920) e o sistema de mandatos, a outra parte se opôs veementemente. No sul e leste do recém-fundado país, guerrilhas fieis ao rei Faysal impediram a consolidação do novo status político até que execuções e punições coletivas foram adotadas, recrudescendo a repressão.

A violência não ficou restrita a essas regiões, afinal praticamente toda a população muçulmana do Grande Líbano rejeitou o mandato, optando por um Estado

⁴⁶ Cabe notar que, já no final de 1919, esses grupos nacionalistas se mostravam apreensivos com os resultados negativos advindos das negociações entre Faysal e as potências europeias. Conjuntamente a essa inquietação gerada pelos fracassos diplomáticos, a proximidade de tropas francesas (estacionadas no Líbano) e a retirada das tropas britânicas da Síria (vistas como uma eventual proteção contra os franceses) aumentaram a mobilização local, tanto contra os potenciais invasores quanto contra Faysal. Assim, o governo do Reino Árabe-Sírio, já enfraquecido, passou a ser contestado por sua inabilidade de solucionar a questão e foi formado o “Comitê de Defesa Nacional”. A reaproximação entre o governo sírio e os nacionalistas só se deu quando, em 1920, em face da iminência da invasão francesa, esses receberam cargos importantes no governo em troca de apoio (KHOURY, op. cit., p. 89-91).

⁴⁷ Dos últimos anos do século XIX até o final do mandato francês, discussões sobre as fronteiras ideais do Estado nacional libanês estiveram presentes em círculos intelectuais e políticos. Enquanto grupos nacionalistas sírios e árabes se opuseram com veemência à própria criação de um Estado separado, o campo favorável a tal ideia se dividiu entre aqueles que defendiam a manutenção das fronteiras do Monte Líbano (com um território menor, porém uma população cristã mais homogênea) e aqueles favoráveis à anexação de regiões tradicionalmente vinculadas à Síria, ainda que sua população fosse majoritariamente muçulmana.

árabe independente ou anexação com a Síria (conforme já previa o relatório da *King-Crane Comission*). Nesse sentido, a política dos franceses e de seus apoiadores locais causou uma generalizada onda de violência na costa, Jabal Amil, Bekaa e Monte Líbano⁴⁸. Ao longo do mandato, diversas outras demonstrações nacionalistas árabes e sírias também tiveram lugar, sendo duramente reprimidas.

⁴⁸ TRABOULSI, Fawwaz. *A history of Modern Lebanon*. Londres: Pluto Press, 2007. p. 80-81.



A Mutassarafiyya e o Grande Líbano⁴⁹

Quanto à Síria, logo após a deposição de Faysal, o mandato foi instaurado quase sem nenhuma legitimidade local, sendo a região fragmentada em diversos

⁴⁹ TRABOULSI, op. cit., p. 42.

pequenos Estados para facilitar a imposição do controle imperial francês. Para D. K. Fieldhouse, de forma geral, dado que a política francesa na Síria foi de controle direto, portanto excluindo a participação efetiva da população local, ao longo do mandato a repressão foi intensa para manter a hegemonia. A mandatária dispôs um contingente militar considerável na região, chegando o exército do Levante a ter 70.000 soldados regulares nos primeiros anos⁵⁰. Quanto ao desencontro entre teoria e prática na implementação e manutenção do mandato no país,

ao invés de encorajar a formação de instituições administrativas nativas para preparar a Síria para a independência, a França criou condições que puderam prolongar seu mando. Isso foi feito adotando uma política de dividir e governar que enfatizou e encorajou as diferenças religiosas, étnicas e regionais existentes na Síria. Então, ao invés de fomentar a unidade nacional, a França promoveu fragmentação étnica e regional⁵¹.

Fieldhouse divide os movimentos nacionalistas de oposição na Síria em cinco momentos, destacando-se o segundo (1920-1927) quando a forma de resistência prevaiente foi a luta armada que culminou nas revoltas de 1922, 1924 e na “Grande Rebelião” (também chamada de Revolta Síria) de 1925 até 1927, quando druzos e nacionalistas sírios impuseram severas derrotas aos franceses e chegaram a proclamar um governo revolucionário. Revidando as perdas sofridas e tentando debelar a Revolta, Damasco (tomada pelos rebeldes) foi duramente bombardeada. Após a supressão de tal movimento, vigorou o terceiro período (1928-1933) de oposição na Síria, caracterizando-se pelo início daquilo que pode ser chamado de política colaborativa, na qual o Bloco Nacional foi fundado e notáveis locais passaram a negociar com a França e participar da política. Foi assim que, em 1932 o país teve seu primeiro presidente e Parlamento eleitos, sendo estes os primeiros passos dados pela França rumo à independência da Síria.

Retornando ao Líbano, de forma semelhante à dinâmica dos movimentos nacionalistas de oposição na Síria, Thompson aponta que no país a derrota da Revolta Síria também marcou o fim da resistência armada contra o mandato e o começo de uma nova era nas demandas políticas das populações locais. O alto comissário militar Sarrail foi substituído pelo civil Henry de Jouvenel e até 1940 o cargo ficou em mãos

⁵⁰ FIELDHOUSE, D. K. *Western Imperialism in the Middle East: 1914-1958*. New York: Oxford University Press, 2006. p. 217-218.

⁵¹ CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. *A history of the modern Middle East*. Quarta Edição. Boulder: Westview Press, 2009. p. 218. Tradução livre do autor.

civis. Embora não fossem governos democráticos com ampla participação política, uma Constituição foi proclamada tanto no Líbano (1926) quanto na Síria (1930) e eleições tiveram lugar em ambos os países.

As disputas religiosas, de classe e de gênero que se transformaram em violência aberta durante a Revolta de 1925, de forma geral, transmutaram-se em debates políticos⁵². Em outras palavras, enquanto até a supressão da Revolta e pouco tempo depois a oposição ao mandato francês se deu geralmente a partir das armas, nos anos que se seguiram o foco dos protestos mudou da simples oposição militar para tentativas de transformar a ordem cívica colonial.

Sem descartar a organização dos grupos religiosos para provocar mudanças na sociedade (sobretudo no Líbano), Thompson destaca que os primeiros movimentos que atuaram nesse sentido foram federações de mulheres e partidos nacionalistas compostos de homens. Na década de 1930, sindicatos foram formados com a ajuda do crescente Partido Comunista e organizações de jovens protofascistas apareceram tanto no Líbano quanto na Síria, ambos se manifestando inicialmente a partir de atos públicos, greves e petições enviadas à Liga das Nações.

Diante dessa efervescência de demandas sociais e política, nos anos posteriores à Revolta a mandatária “procurou satisfazer discretas demandas por direitos sociais e inclusão política como meio de dissuadir demandas por completa independência”⁵³. Nesse novo contexto, várias famílias que por muito tempo dominaram a vida política, mantendo currais eleitorais em bairros ou distritos determinados (sobretudo compostos de membros de sua própria seita religiosa), pactuaram com a mandatária para ampliar seu sistema clientelista de fazer política. Tal conluio funcionou para o benefício de ambos os lados, pois ao passo que manteve o domínio das elites favoráveis à mandatária, excluiu cidadãos contrários ao status criado⁵⁴.

Cabe notar as tensões e a discriminação em torno da participação na “ordem cívica colonial”, que limitava o acesso de pessoas com posições contrárias ao mandato e à ordem que vinha sendo imposta pelas elites confessionais cooptadas. No Líbano, a Constituição proposta em 1926 foi alterada no ano seguinte, outorgando amplos

⁵² THOMPSON, op. cit., p. 50.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ THOMPSON, op. cit., p. 55.

poderes para o executivo em detrimento do legislativo, votado conforme listas fechadas e com um terço dos membros indicados pelo presidente. Assim, os interesses franceses estavam resguardados, dado que o presidente (sempre cristão) estava mais sujeito ao controle exercido pelo alto comissário. Apesar das tensões sectárias, o caráter confessional fora mantido bem como a concentração de poder nas mãos das elites étno-confessionais, que se utilizavam da intimidação e do suborno.

Contra tal sistema, paralelamente ao boicote oficial da comunidade sunita e às ações de grupos nacionalistas sírios e árabes, havia um difundido sentimento entre a *intelligentsia* mais jovem de que os políticos eram corruptos e o governo ineficiente⁵⁵.

1.3. O MANDATO FRANCÊS NO LÍBANO

Ao final da Primeira Guerra Mundial, sob pretexto de continuar a luta contra os otomanos e assegurar a ordem local, tropas francesas desembarcaram na região costeira da Síria, aquela mesma que ficara pendente nas discussões entre *Xarif* Hussein e McMahon. Pouco tempo depois, com o decreto e a imposição do sistema de mandatos, foi fundada na localidade uma entidade autônoma: o Estado do Grande Líbano (em contraposição ao anterior Monte Líbano ou Pequeno Líbano).

O território demarcado para o novo Estado era habitado por um mosaico de grupos étno-confessionais, que se caracterizavam por diferentes percepções identitárias e aspirações políticas divergentes⁵⁶. As fronteiras delineadas também separaram regiões cujas populações mantinham vínculos tradicionais e agregaram outras anteriormente independentes. Como resultado, no Grande Líbano, a população em geral, homens públicos e intelectuais se dividiram no campo das polêmicas acerca das identidades locais e do rumo político a ser tomado. Em linhas gerais, opuseram-se nacionalistas libaneses, sírios e árabes, cada qual com seu respectivo programa e ideal político e com uma visão peculiar acerca do mandato.

Paralelamente a essas disputas, pode-se dizer que, não só no Líbano, mas em toda a Grande Síria, a queda do Império Otomano acarretou em transformações sócio-políticas radicais. A desestruturação repentina de um status que perdurou por mais de

⁵⁵ FIELDHOUSE, op. cit., p. 319 et seq.

⁵⁶ ZUGUEIB, Jamil. *Identité et crise social. L'influence du bouleversement social sur le processus identitaire et les conditions psychiques des citoyens. Le cas des Druzes dans la guerre du Liban*. Tese de doutorado defendida na Université Toulouse Le Mirail. Toulouse, 2000. p. 184-185.

quatro séculos, ainda que tenha havido mudanças internas, gerou uma série de incógnitas que necessitavam de uma pronta resposta. A imposição do mandato francês nos territórios da atual Síria e Líbano acentuou a tensão entre os grupos locais pela concretização de suas aspirações políticas.

No Líbano, a luta pelo poder entre as elites locais e a formulação de um Estado viável para todos os grupos étnicos transcendia o âmbito estritamente político. As cizânias também se davam em torno da definição de o que era o Líbano e quem eram os seus habitantes: libaneses, sírios ou árabes? Destarte, ao longo do mandato francês, sustentado por forças militares e apoiado por uma significativa parcela da população cristã local (mormente maronitas), reforçavam-se os sentimentos étno-confessionais e acirravam-se as disputas pela definição das identidades locais, refletidas na existência de diversos programas políticos conflitantes.

Desde a fundação do Grande Líbano como Estado autônomo até, pelo menos, os anos que antecederam a guerra civil de 1975, não houve um consenso entre sua população quanto à pertinência da existência do país como uma entidade independente. Por conseguinte, já em seus primeiros dias, o Estado libanês, ainda sob mandato francês, enfrentou a oposição de partes consideráveis de sua população que não se reconheciam como habitantes de um país separado da Síria ou do resto do mundo árabe. Assim, sua sociedade multiétnica e tradicionalmente sectária se envolveu em constantes embates, perseguições e derramamentos de sangue.

De forma geral, as disputas acerca da manutenção ou não do mandato francês, que dividiam a população em torno de diferentes propostas políticas, estavam vinculadas ao questionamento da própria legitimidade de um Estado libanês separado. Mas, até aqueles que apoiavam um Grande Líbano independente estavam fracionados em relação ao mandato; enquanto uns combatiam-no outros advogavam por ele como uma garantia de segurança de que o Estado recém-criado não seria anexado à Síria ou ao mundo árabe.

Dentre os opositores do Grande Líbano autônomo e do mandato francês também não havia um consenso, opunham-se aqueles que defendiam a devolução à Síria dos territórios anexados ao Monte Líbano, em 1919; aqueles que sustentavam a união integral dos dois países e aqueles que apoiavam a criação de um grande Estado Sírio ou Árabe-sírio (laico ou islâmico), do qual, o Líbano era parte inquestionável. Em suma, enquanto uns viam o país como parte do universo árabe-sírio (ou somente

sírio) outros o associavam a um contexto mediterrânico e ocidental. Citando Meir Zamir,

após a emergência dos movimentos nacionais árabe-sírios e libanês no começo do século XX, confrontações eram inevitáveis. Os cristãos libaneses, particularmente os maronitas, militavam por um Estado libanês independente - Grande Líbano - em suas fronteiras históricas e naturais [...] Com a capital em Beirute e seus vínculos históricos com a antiga Fenícia, este Estado era para ser um refúgio cristão em um Oriente Médio dominado por muçulmanos. Os nacionalistas árabe-sírios, contudo, tinham sua própria visão: aquela de uma nação árabe independente e unida, indo do Mediterrâneo no Oeste ao deserto Sírio no leste, da Cilícia ao norte ao deserto do Sinai ao sul. Esta “Grande Síria”, com Damasco como sua capital, era para restituir à Síria a Idade de Ouro que tinha vivido sob os omíadas nos séculos sétimo e oitavo⁵⁷.

Um breve olhar sobre o relatório da *King-Crane Commission* revela, ainda que de forma não muito contundente, essas conflitantes aspirações político-nacionais, cindidas em torno da autonomia do Líbano e da manutenção ou não do mandato francês. Das 1.863 petições recebidas, oriundas de toda a Grande Síria, enquanto duzentas e três se colocaram a favor da criação de um Líbano independente (provenientes quase que em sua totalidade da própria região), 1062 contrariaram tal escolha e trinta e três solicitaram um Líbano autônomo dentro do Estado sírio. Dentre as petições contrárias, algumas são provenientes de cristãos do próprio Líbano, mormente das seitas protestantes e ortodoxas. As trinta e três petições representam tanto cristãos quanto muçulmanos da região, favoráveis à união parcial com a Síria devido ao temor de que um Líbano separado não fosse economicamente viável.

Quanto à questão do mandato, se os muçulmanos do Líbano eram majoritariamente contrários, não havia um consenso no interior dos grupos cristãos. Com poucas exceções, acaso não fosse possível a total independência, os muçulmanos optavam pela assistência americana ou britânica de acordo com o programa do Congresso Geral Sírio. Os maronitas e católicos optavam pela França, com exceção dos gregos ortodoxos, que estavam divididos. Contudo, os partidários da França tinham diferentes opiniões entre si no concernente ao relacionamento do Líbano com a Síria, nem todos eram a favor da separação absoluta. Citando o relatório final da Comissão,

especificamente no Líbano a maioria é provavelmente sincera em

⁵⁷ ZAMIR, Meir. *Lebanon's Quest: the Road to statehood 1926-1939*. London: I. B. Tauris & Co Ltd, 2000. p. 1. Tradução livre do autor.

sua opção pela França, em oposição a um mandato britânico, mas há um número de enfáticas garantias de que a grande maioria da população, incluindo mesmo os maronitas, prefere a América do que qualquer outro [...] Mas, fora do Líbano propriamente dito, nas áreas passíveis de serem incluídas no Grande Líbano, como Tiro, Sidon, Vale Sírio e Trípoli, uma distinta maioria da população é provavelmente avessa a um governo francês, incluindo praticamente a totalidade dos muçulmanos sunitas, a maioria dos xiitas, uma parte dos cristãos gregos ortodoxos e o pequeno grupo dos protestantes [...] Considerável porção do restante é contrária à separação do interior do país e coloca a unidade com a Síria acima de sua preferência pela França. Os druzos pedem enfaticamente para serem excluídos do Líbano no caso deste ser dado à França⁵⁸.

É mister salientar que, ao enfocarmos os resultados da Comissão devemos relativizá-los considerando a não representatividade da totalidade da população, bem como as pressões exercidas sobre grupos locais que comprometeram uma manifestação aberta de opiniões. No concernente à área libanesa, foram recebidos onze protestos contra deportações, guardas armados, ameaças e intimidações feitas por autoridades administrativas francesas para evitar que indivíduos com visões “dissidentes” aparecessem diante da comissão.

Independentemente desses fatores que afetaram os resultados da Comissão⁵⁹, a partir dos mesmos fica evidente que a fragmentação da região, a criação do Estado do Grande Líbano independente e a imposição de um mandato francês se deram a contragosto de boa parte da população local. Além disso, sobressai-se desde um primeiro momento a intransigência da França e de grupos locais diante de opiniões contrárias aos seus interesses. Ademais, também é perceptível a carência de coesão interna no recém-criado Estado, perpassado por tensões étnicas manifestas em surtos esporádicos de violência.

Embora certos temas analisados pela Comissão expressem uma votação com maioria significativa, como por exemplo, oposição ao sistema de mandatos e à constituição do Grande Líbano independente, tal relativa homogeneidade não é fruto de uma uniformidade de posicionamentos. Pelo contrário, constitui-se a partir de uma heterogeneidade de opiniões, noções identitárias e interesses, tanto dos habitantes do Líbano quanto do restante da Síria.

⁵⁸ O documento está disponível na íntegra em: <<http://www.ipcri.org/files/kingcrane.html>>. Acesso em: 25 fev. 2010. Tradução livre do autor.

⁵⁹ No relatório final da Comissão consta ainda o esforço envidado por diversos agentes franceses para impedir que a população expressasse sua opinião. Afora coerção, ameaças e perseguições, os relatores também apontam tentativas de suborno.

Assim, não só nos primeiros anos, mas ao longo de todo o mandato e posteridade diferentes percepções identitárias e programas políticos disputaram a hegemonia no Líbano, obliterando qualquer sentido de coesão nacional. Se até próximo a Primeira Guerra Mundial essas aspirações políticas eram relativamente compatíveis e se sobrepunham, desenvolvendo-se paralelamente em seus primeiros passos, ao final dessa libanismo (fenicianismo), sirianismo e arabismo se separaram, opondo-se e inspirando programas políticos conflitantes⁶⁰. A presença colonial é indissociável dessas disputas, influenciando diretamente o resultado das mesmas. Cabe citar Philip Khoury, segundo o qual

os conflitos sectários e étno-tribais, que os poderes coloniais exacerbaram, não se encerraram com a aquisição da independência. Os novos Estados-nação estabelecidos falharam em lidar com os problemas sociais e econômicos criados pelo rápido desenvolvimento, pois não conseguiram criar as instituições apropriadas para aliviá-los⁶¹.

Constituição ⁶²

Se o sistema político que surgiu na Síria e no Líbano após a Grande Guerra foi profundamente influenciado pela imposição do jugo francês, também cabe mencionar o peso do passado otomano, visto que muitos políticos locais que atuaram durante o mandato participaram de um governo constitucional parlamentar ainda sob o regime dos Jovens Turcos. Contudo, para melhor compreendermos a fundamentação de tal sistema político, cabe considerar sobretudo a influência direta exercida pela Revolta Síria, tanto na Constituição que foi promulgada no Líbano quanto na Síria.

Enquanto no segundo a Constituição só foi declarada em 1930 (apesar de eleições para compor a constituinte terem sido realizadas ainda em 1928), no Líbano tal processo ocorreu no começo de 1926, em um clima de tensões sectárias inflamadas

⁶⁰ PIPES, Daniel. *Greater Syria: the history of na ambition*. New York: Oxford University Press, 1990. p. 22.

⁶¹ KHOURY, Philip S.; KOSTINER, Joseph. *Tribes and state formation in the Middle East*. Los Angeles: University of California Press, 1991. p. 149. Livre tradução do autor.

⁶² A importância de se discutir a Constituição e o sistema político libanês reside na oposição veemente de Antoun Saadeh aos mesmos. A crítica presente em vários de seus textos e discursos está em consonância com as características apontadas pela historiografia. Sucintamente, trata-se do monopólio do Estado pelas elites locais sectárias (“feudais”), que obliteraram o desenvolvimento de um sentimento de pertença nacional comum em prol da exacerbação das identidades étno-confessionais, assegurada pela Constituição.

pela Revolta que se expandia pelo país. Afinal, poucos meses antes, ao mesmo tempo em que muitos líderes sunitas começaram a apoiar abertamente a revolta e a união com a Síria, cento e oito cristãos foram mortos por rebeldes druzos nas montanhas, insuflando ainda mais as violências sectárias entre cristãos e muçulmanos.

Segundo Meir Zamir, o Líbano exerceu um importante papel no sucesso francês em suprimir a Revolta, tanto como base para o rearmamento e reorganização de tropas quanto como porto para a chegada de reforços e quartel general. Além do que, cristãos libaneses e armênios participaram como voluntários nas tropas auxiliares. Em suma, se desde a fundação do Grande Líbano os maronitas eram vistos por seus opositores como os causadores de todos os malogros, o alinhamento de suas lideranças em 1925-1926 intensificou a hostilidade dos nacionalistas árabes e sírios e das massas muçulmanas para com eles⁶³.

Do lado maronita, as lideranças, nutrindo o ressentimento gerado pelo ataque de druzos nas montanhas e pela marginalização sofrida durante o governo de Sarrail (que tentava restringir seus privilégios para instaurar um governo secular), alarmaram-se com o apoio sunita à revolta, exacerbando as tensões. Como resultado, com Jouvenel, sucessor de Sarrail, os planos para um sistema político não sectário foram abandonados e o alto comissariado rapidamente se reconciliou com os maronitas, fazendo sua igreja o pilar do governo francês tal qual tinha sido outrora⁶⁴.

Nesse quadro conflituoso, os preparativos para a Constituição foram acelerados a fim de encerrar a Revolta e dar uma demonstração de política liberal para a Liga das Nações, desviando a atenção de relatórios comprometedores oriundos da supressão à Revolta Síria. Assim, em 1926, a Constituição libanesa foi “promulgada”, consolidando-se a forma republicana de governo, baseada em uma representação sectária. Como era de se esperar, durante o processo da constituinte, supervisionado de perto pelas autoridades francesas, houve uma grande rejeição de lideranças sunitas,

⁶³ ZAMIR, op. cit., p. 10.

⁶⁴ Segundo Meir Zamir, o primeiro-ministro francês na época nomeou Henri de Jouvenel o primeiro alto-comissário civil na Síria e no Líbano. A principal tarefa com a qual foi incumbido era encerrar a Revolta, restaurar a estabilidade e definir uma política de longo prazo na Síria que livrasse a França do fardo de enfrentar revoltas anuais. Jouvenel, senador, jornalista e diplomata, fez a primeira tentativa séria de adotar uma política mais liberal nos territórios sob mandato. Entretanto, foi criticado por todos os lados envolvidos, inclusive por oficiais e políticos de seu próprio país e por cristãos libaneses. Os primeiros acusavam-no de querer encerrar o mandato e os segundos receavam suas tentativas de se aproximar dos nacionalistas sírios (ZAMIR, op. cit., p. 11-12).

esperançosas de que a união com a Síria em breve se consumaria. Embora essas tenham mantido o boicote à participação política até a década de 1930, após a “promulgação” da Constituição muitos muçulmanos passaram a se organizar como grupo de interesse para contrabalancear a influência maronita e competir por postos no governo e serviços⁶⁵.

A Constituição considerava o Grande Líbano como um Estado unitário e independente, assegurava que suas fronteiras, tal qual delimitadas pela França, eram inalteráveis e, embora garantisse a soberania na teoria, regulamentava um governo parlamentar dominado pelo alto comissariado francês. Ele detinha o controle dos assuntos militares, policiais e internacionais e o poder para dissolver o parlamento, anular leis e mesmo suspender a Constituição (como foi feito em 1932, diante da grande efervescência social e política, crise econômica e possibilidade de um sunita se tornar presidente⁶⁶).

Enquanto a Constituição assegurava o direito de todos ao exercício de cargos públicos com base somente no mérito, também garantia a representação de todas as seitas no gabinete, parlamento e serviço civil. Do artigo sétimo ao décimo quinto, era regulamentada a igualdade civil e política, a liberdade individual, de ensino, palavra, reunião e associação, a inviolabilidade de domicílio e a liberdade de consciência, conquanto que esta “não atentasse contra a ordem pública”⁶⁷. O judiciário era acompanhado de perto pela mandatária e em grande medida era composto de franceses.

Quanto à eficácia da Constituição no gerenciamento da vida pública libanesa, Thompson aponta que, ao garantir o respeito às leis particulares de cada seita e às escolas religiosas, ela limitava consideravelmente o poder do Estado e de seus representantes, enquanto aumentava aquele dos chefes religiosos. Ademais, dessa forma assegurava a manutenção das identidades étno-confessionais.

A Câmara dos Deputados era composta de quarenta e dois membros, escolhidos em razão da proporção de um para cada 20.000 habitantes pertencentes a uma mesma comunidade religiosa. Portanto, estava assim dividida: dezesseis maronitas, cinco sunitas, cinco xiitas, seis grego-ortodoxos, quatro gregos unionistas,

⁶⁵ THOMPSON, op. cit., p. 51-55.

⁶⁶ THOMPSON, op. cit., p. 156.

⁶⁷ ARMELLINI, Augusto. *La Francia in Síria*. Lanciano: Carabba, s/d. p. 154.

quatro druzos e dois para as demais minorias. Enquanto a metade era eleita por sufrágio universal masculino, a outra era nomeada pelo presidente aconselhado dos ministros⁶⁸.

Pensando na questão do sectarismo, a Constituição tentava regulamentar as rivalidades, institucionalizando-as. Contudo, como a divisão em grupos étno-confessionais tornava o país ingovernável, os franceses impuseram duas emendas constitucionais em 1927 e 1929 para reduzir o legislativo para uma Câmara e aumentar o poder do presidente e de seus ministros em detrimento dos legisladores.

De forma geral, tanto no Líbano quanto na Síria, as especificidades sociais locais, as regras do sistema eleitoral e as rotineiras violações da votação secreta asseguravam a manutenção do poder por elites locais, beneficiárias da “coisa pública”. Cabe mencionar também manobras de autoridades francesas que, deparando-se com o perigo inerente aos parlamentos locais, buscaram desde cedo instalar sua própria clientela de elites paternalistas. Nos termos de Thompson, esses grupos cooptados pela mandatária constituíam uma classe de latifundiários “neofeudal” (“a neofeudal landowning class”).

Ainda conforme a autora, para efetivar esse processo de cooptação de elites locais, em troca de lealdade política e controle dos camponeses, a mandatária cedeu largas extensões de terras antes pertencentes ao Império Otomano para *sheiks* tribais, chefes de vilas e senhores de terras, em ambos os países. Não obstante, empreendeu projetos de irrigação e estendeu créditos rurais para beneficiar seus leais “intermediários”. Tais medidas, embora tenham incrementado a produtividade, foram responsáveis pelo agravamento das desigualdades sociais e pela violência no campo, afinal, “ao reforçar o poder de polícia dos fazendeiros locais e dos chefes de vilas, os franceses frequentemente consentiram com a rotina de roubos, violência e abusos”⁶⁹.

Paralelamente a essa cooptação de lideranças no campo, os franceses também construíram uma clientela de patriarcas religiosos que, a partir de suas escolas e sermões semanais, exerciam mais influência nos sentimentos das pessoas comuns do que os políticos, especialmente os nacionalistas. Além disso, os alto-comissários que sucederam Sarrail também restabeleceram uma rotina de visitas oficiais às lideranças

⁶⁸ ARMELLINI, op. cit., p. 155.

⁶⁹ THOMPSON, op. cit., p. 53-54.

religiosas, que eram regularmente incluídas, em troca de sua fidelidade, nas listas para o exercício de funções oficiais.

Um exemplo é o ano de 1926 quando, em meio aos clamores da Revolta Síria, um grupo de religiosos muçulmanos foi convidado, às expensas do Ministério das Relações Exteriores, para prestigiar a inauguração de uma nova mesquita em Paris. Outro exemplo se verifica no efêmero Estado alawita, onde os franceses apontaram a figura religiosa proeminente de Sulayman Murshid como chefe de governo, cobrindo-o de privilégios para que ele se contrapusesse aos sunitas nacionalistas.

Em suma, por meio da manutenção de uma clientela de proprietários de terras, *shaykhs* tribais e patriarcas religiosos, as autoridades francesas operavam à margem das normas previstas pela Constituição, a fim de impor políticas e assegurar o poder. Ao fazer isso, efetivamente subvertiam garantias constitucionais, como a igualdade entre os cidadãos. Nesse sentido, conforme Thompson, os regimes imaginados nos textos constitucionais eram raramente democráticos e esparsamente republicanos: “tal era a contradição implícita entre as realidades do governo colonial e os ostentados ideais republicanos da missão civilizatória francesa”⁷⁰.

Educação⁷¹

Segundo Thompson, durante os anos de mandato, o alto comissariado continuou a desembolsar importantes quantias provenientes do Ministério de Relações Exteriores da França para subsidiar missionários, atuantes na saúde e na educação. Além do financiamento, o alto comissariado exerceu um destacado papel em regulamentar e inspecionar as escolas de missionários. Assim como os otomanos anteriormente, as autoridades francesas também viam a educação como um veículo de propaganda e um meio para cultivar quadros leais à burocracia de Estado⁷². Nesse sentido, apesar das demandas sobretudo de muçulmanos por educação em árabe, “os estudos em língua francesa se tornaram obrigatórios nas escolas públicas e requisito

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Paralelamente ao mencionado acima no concernente a Constituição, um estudo mais detalhado da educação no Líbano durante o mandato francês também é pertinente tendo em vista a defesa de Saadeh de um programa educacional alternativo ao estabelecido em sua época.

⁷² THOMPSON, op. cit., p. 79.

para qualificar as privadas no recebimento de subsídios estatais”⁷³.

Em linhas gerais, houve uma uniformização dos currículos por todo o território e a educação se expandiu de forma desigual, conforme a pertença étnica dos habitantes das diferentes regiões. Uma diferença marcante para o período otomano, quando o Líbano também tinha mais escolas que a Síria e as instituições estatais eram prioritariamente muçulmanas e as privadas cristãs, é que a mandatária passou a subsidiar as escolas cristãs. Afora as escolas de missionários franceses, que dependiam quase que integralmente do financiamento estatal, somente os maronitas receberam aproximadamente um terço da verba garantida para as escolas locais (em detrimento de muçulmanos e de outros grupos). De qualquer forma, as matrículas nas escolas primárias e secundárias mais que triplicaram entre 1922 e 1930, passando de 17.000 para 59.773 o número de estudantes em todo o território sob mandato. Embora houvesse um considerável número de escolas corânicas, a maior parte dos estudantes era cristã e estava concentrada no Líbano e matriculada em instituições privadas.

Em face dessa discriminação oficial, em 1930, pressões populares exigindo uma maior subvenção estatal para as escolas públicas viraram um movimento de protesto. Professores, jornalistas, ulemás e nacionalistas se levantaram contra o primeiro-ministro Emille Eddé após o fechamento de cem escolas estatais, frequentadas sobretudo por muçulmanos, como parte de um regime de corte de gastos. Embora setenta e cinco dessas tenham sido reabertas, em princípios da década de 1930, milhares de estudantes saíram da Síria e do Líbano por falta de vagas nas escolas públicas.

Dando continuidade aos protestos levados a cabo diante das diferenças nos setores educacionais, em 1935, na cidade de Trípoli (norte do Líbano) a polícia suprimiu uma demonstração de estudantes que tiveram sua admissão em escolas públicas negada. Dois anos depois, na mesma localidade, cerca de duzentos pais protestaram contra a distribuição de fundos educacionais para patriarcas e bispos locais enquanto as escolas públicas permaneciam abarrotadas.

Tanto na Síria quanto no Líbano, nacionalistas exigiam a educação universal, considerando-a não somente como um direito social, mas também político, e alegando que um corpo de cidadãos educados era um pré-requisito essencial à democracia. Os

⁷³ THOMPSON, op. cit., p. 78.

sindicatos estavam entre os que mais apoiavam um comprometimento efetivo do Estado com a educação, solicitando tanto o aprimoramento do serviço escolar quanto a construção de bibliotecas e escolas especializadas. De forma semelhante, uniões de mulheres continuavam a pressionar o Estado por mais escolas femininas, em nome do futuro dever patriótico das alunas como mães de cidadãos.

Por mais que os franceses se escudassem nos efeitos da crise econômica mundial que privava o Estado de fundos, as pressões populares surtiram efeitos. Em 1938, foram empregados fundos extras para abrir vinte e oito escolas no Líbano. Na década de 1930, o número de escolas e estudantes nos territórios sob mandato cresceu mais de cinquenta por cento, totalizando 2.554 escolas e 280.000 estudantes, em 1938. Paralelamente, aumentou o número de estudantes educados com fundos estatais, de pouco mais de 20.000 no começo da década para 92.000 em escolas públicas e 55.000 nas quase públicas escolas de missionários franceses. A verba destinada ao setor quase que dobrou entre 1929, 4,6% de todos os impostos arrecadados, e 1938, 8,6%⁷⁴.

1.4. AS DISTINTAS ASPIRAÇÕES POLÍTICAS NO LÍBANO

Com o fim do Império Otomano, a formação de um Grande Líbano independente (a partir da anexação de zonas tradicionalmente vinculadas à Síria), a implementação dos mandatos e a efêmera formação e desestruturação do Reino Árabe-Sírio, o processo de separação e oposição das ideologias nacionais no Líbano se acentuou. Para entender essa dinâmica durante o mandato é mister considerar o posicionamento das autoridades francesas diante do Estado recém-criado e de sua população. Nesse ponto foi determinante a estratégia das autoridades mandatárias em apoiar os separatistas libaneses (notadamente maronitas) e excluir da arena de discussão política as demandas dos nacionalistas árabes e sírios.

Se as relações dos maronitas com os europeus e franceses remontam ao final do século XVI, a partir dos laços mantidos com o Vaticano e da difusão de missões religiosas no Monte Líbano, entretanto, é somente a partir de 1831 que esses vínculos se estreitaram. Os jesuítas franceses assumiram diretamente a administração das missões na região, difundiram-nas e fortaleceram a ligação cultural, social e política

⁷⁴ THOMPSON, op. cit., p. 166-167.

com os seguidores de Maroun⁷⁵.

Atrelada a esse processo de difusão das missões está a postura colonialista francesa que, se antes de 1870 foi guiada pela ideia de assimilação (integrar as colônias como partes do território francês) após essa data foi pautada pela ideia da associação, ou seja, cooptar elites nativas para colaborar, culminando no mínimo envolvimento direto da França. A ideia era administrar a partir das elites locais, alistando a classe dirigente e colocando-a a serviço da metrópole. Para tal, eram apoiadas ou cunhadas e difundidas teorias raciais que enfatizavam a diversidade étnica, cultural e racial nas colônias, justificando a existência de uma elite governante local, separada do restante do povo.

Nesse sentido, escolas e missões francesas se dedicavam a ensinar aos membros dos grupos governantes uma história que os distinguisse do resto da população, reforçando mitos de origem, fomentando alianças tribais e sectárias e enfatizando sua especificidade. Nessa empresa eram utilizados missionários, geógrafos, acadêmicos e políticos. No Líbano, naturalmente, o papel de elite dirigente coube aos maronitas⁷⁶.

Para a cooptação dessa elite local libanesa foi fundamental a promoção da percepção de que os maronitas descendiam dos antigos fenícios e eram partes da civilização mediterrânica ocidental, portanto nada tendo em comum com os árabes orientais. Assim, se, inicialmente, a partir de meados do século XIX, o fenicianismo teve um desenvolvimento autônomo do campo político, com o fim da Primeira Guerra passou a estar cada vez mais associado às demandas do separatismo libanês, fundamentando as teorias da especificidade local em relação ao mundo árabe-islâmico.

As pretensões a uma peculiaridade cultural eram tamanhas que, muitos fenicianistas desconheciam a língua árabe ou se negavam a utilizá-la, afirmando ser o francês seu verdadeiro idioma. Para reforçar essa especificidade identitária presente na narrativa nacional libanesa, concorreram mormente o alto comissariado francês, os jesuítas e os maronitas. Quanto aos meios empregados, de forma semelhante à

⁷⁵ Bispo cristão que viveu durante o século V na região da Síria e do Líbano e que, após sua morte, inspirou o movimento religioso que deu origem aos maronitas.

⁷⁶ KAUFMAN, op. cit., p. 13-14.

constituição das nacionalidades em outros países⁷⁷, destacam-se a arqueologia, a criação de museus e a educação escolar. Enquanto no currículo de história das escolas públicas e das missões católicas o período pré-islâmico era enfatizado em detrimento do passado árabe-islâmico, na disciplina de geografia os aspectos locais ofuscavam aqueles regionais⁷⁸.

Escavações arqueológicas contribuíram significativamente nesse esforço de desenvolver uma identidade fenícia exclusiva, sustentando a criação de museus com narrativas apropriadas. No Líbano, assim como em outros países, a disciplina da arqueologia foi compreendida como um espaço privilegiado da identidade nacional e legitimadora de direitos nacionais exclusivos. Tal qual em Israel, constituiu-se como parte de um projeto nacional que mesclou passado e antiguidade com presente e contemporaneidade, legitimando os últimos a partir dos primeiros. Ou seja, a disciplina teve um importante significado para o Estado e sociedade, sobretudo na formação e desenvolvimento da imaginação histórica nacional. Os dados arqueológicos foram invocados por grupos cristãos e pelo Estado para criar a conexão necessária entre a terra natal e a nação que a habitava no presente, justificando a formação de um espaço e de um Estado-nacional fenício-libanês exclusivo⁷⁹.

Assim, a partir do estímulo ao fenicianismo separatista (dividido em pelo menos três correntes principais) e da consolidação de uma elite local cooptada, os franceses realizaram, pelo menos temporariamente, seu intento maior de criar no Líbano um posto avançado seguro que garantisse seus interesses imperiais. O Estado libanês facilitou o controle do restante do território sírio sob mandato.

A fim de implementar e exercer esse domínio, submetendo os povos locais, a tática francesa era dividir para conquistar. Cabe reiterar que, tão logo o Reino Árabe-Sírio foi dissolvido e o sistema de mandatos imposto o território da Grande Síria foi

⁷⁷ Como exemplo, vide o capítulo “Um povo em busca de sua identidade nacional”, concernente à constituição da nacionalidade italiana, em: BERTONHA, João F. Os italianos. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

⁷⁸ KAUFMAN, op. cit., p. 110-111.

⁷⁹ Conforme Kaufman, no Líbano e na Síria, as escavações arqueológicas, realizadas a partir da visita de Ernest Renan em meados do século XIX, estiveram entrelaçadas com o trabalho dos missionários cristãos franceses. Uma das primeiras medidas administrativas da França como mandatária foi criar o Serviço de Antiguidades e Belas Artes, responsável pelas escavações e formação de vários museus. Enquanto o museu nacional em Beirute concentrou as peças fenícias, dos cruzados e cristãos, seu correlato em Damasco compilou o material árabe-islâmico. KAUFMAN, op. cit., p. 22-23; 123-124. ABU EL-HAJ, Nadia. *Facts on the ground: archaeological practice and territorial self-fashioning in Israeli society*. Chicago: University of Chicago Press, 2001. p. 10-11.

partilhado em quase uma dezena de regiões autônomas. Os franceses buscaram ganhar o apoio das populações locais para manter as divisões, alcançando um sucesso meritório no Líbano até, pelo menos, 1936.

Segundo Raghid el-Solh, a França nutria três interesses centrais no Levante⁸⁰: dado que também se beneficiava, proteger e atender as demandas das minorias católicas, em especial dos maronitas; afirmar-se como uma potência no Mediterrâneo; e reforçar sua posição no norte da África. Afora esses anseios se destacam também a manutenção de uma região intermediária entre a metrópole e a Ásia Oriental e fatores econômicos, sobretudo o investimento de capitais.

Quanto ao exercício do poder no Levante, a partir das amplas prerrogativas legais nas mãos do alto comissário e dos conselheiros franceses presentes em quase todos os setores, o sistema de mandatos permitiu à França a manutenção de um amplo controle sobre a burocracia local. Igualmente fundamental no sucesso da política da mandatária foi o apoio de uma elite local cooptada e a manutenção de uma rede de escolas públicas pró-francesa⁸¹.

No Líbano, mais especificamente, os cinco primeiros anos do mandato se caracterizam por uma orientação evidentemente pró-cristã. Por conseguinte, se os maronitas eram representados como os franceses do Levante e a vanguarda da civilização, na prática serviam como colaboradores que facilitavam a colonização, embora se beneficiassem amplamente da mesma e, salvo exceções, a apoiassem com veemência. Segundo Kaufman, a cooperação foi tamanha que os franceses se admiravam do sucesso de sua empresa⁸².

Paralelamente aos grupos de colaboradores maronitas, ao longo dos anos de mandato diversos foram os agrupamentos, sociedades e partidos que se constituíram, tanto na situação quanto oposição. Se até a Primeira Guerra Mundial, dado o fator comum que representava o Império Otomano, os anseios políticos da população se desenvolveram em relativa harmonia, logo após o término desta e a extinção do

⁸⁰ De forma geral, o termo Levante se refere a uma área semelhante àquela da Grande Síria ou “Síria geográfica”, compreendendo o território que hoje pertence à Síria, Líbano, Israel/Palestina e Jordânia (alguns incluem ainda a ilha de Chipre e partes do Iraque, Turquia e Egito). No segundo quartel do século XX, sob o mandato francês, a Síria e o Líbano eram chamados de Estados levantinos. O termo também foi e é utilizado na descrição de escavações arqueológicas feitas na região.

⁸¹ EL-SOLH, Raghid. *Lebanon and arabism: national identity and State formation*. London: I. B. Tauris & Co ltd, 2004. p. 1-3.

⁸² KAUFMAN, op. cit., p. 28-31.

Império e posteriormente do Reino Árabe-Sírio, essas aspirações e os sentimentos nacionais ganharam novos contornos. Os programas políticos que antes convergiam de alguma forma, inclusive pelo seu caráter muito mais especulativo do que prático, separaram-se. Agora, a definição de um programa a ser implementado ganhou um caráter de concorrência e urgência, afinal, criou-se um vácuo a ser preenchido.

Focando o contexto do mandato francês no Líbano, cabe considerar, sobretudo, três correntes principais, embora difusas em seu interior: separatistas libaneses, nacionalistas sírios e nacionalistas árabes. Quanto aos primeiros, estavam divididos em torno do apoio ao mandato francês e da maior proximidade com a Síria. Os nacionalistas sírios por sua vez estavam separados em puros e pragmáticos: enquanto os primeiros defendiam a identidade síria comum e a criação de um Estado exclusivo para os povos sírios - entre os quais estavam os libaneses -, os segundos advogavam pela unidade síria como um passo crucial à unidade árabe maior. Quanto aos pan-arabistas, defensores de um grande Estado árabe, é possível dividi-los em laicos e islâmicos, advogados de uma unidade fundamentada em aspectos culturais ou religiosos.

Participando dessas disputas políticas a fim de manter sua hegemonia no Levante, os mandatários apoiaram na maior parte do tempo o separatismo libanês fenicianista, em suas várias correntes. Consequência desse fato era que tanto os nacionalistas sírios quanto árabes, com programas igualmente heterogêneos, eram perseguidos e se viam excluídos da arena política legal, recorrendo a boicotes, protestos, greves e levantes para manifestar suas demandas.

Como essas pessoas que tinham suas vozes e aspirações políticas silenciadas na arena pública compunham uma importante parcela da sociedade libanesa, em longo prazo mantinha-se uma situação tensa e insustentável. Não suficiente a falta de direito à participação ou representação das propostas nacionais alternativas, o sistema político libanês estava sistematizado de forma a assegurar um status privilegiado aos maronitas, em última instância detentores do poder decisório final⁸³.

⁸³ Fawwaz Traboulsi, refletindo sobre a consolidação dos agrupamentos políticos libaneses conforme bases sectárias contesta a coesão dos maronitas e dos demais cristãos em torno de um único programa político. Nesse sentido, divide o posicionamento dos mesmos em quatro grandes correntes: federalistas árabes, pró-independência e unidade de um Estado árabe; federalistas sírios, defensores da unidade síria, uns contra e outros a favor do mandato francês; protecionistas, concebiam o Líbano como um refúgio cristão e defendiam sua anexação completa à França; e os independentistas libaneses,

Embora as prerrogativas que fundamentavam a hegemonia dos maronitas já vigorassem desde o início da década de 1860, quando foi instaurada a *Mutassarafiyya*⁸⁴ no lugar do sistema *Qa'im Maqamiya*⁸⁵, no contexto posterior à Primeira Guerra Mundial ocorreram mudanças. Se a população da *Mutassarafiyya* era composta majoritariamente por maronitas, a criação do Grande Líbano a partir da anexação de regiões com população predominantemente muçulmana trouxe mudanças demográficas significativas, reduzindo a proeminência maronita.

Salvo raras exceções, no seio dessa nova entidade política artificial e pluriconfessional a pertença à comunidade religiosa era o principal vínculo identitário da população. Se antes a coesão dos maronitas do Monte Líbano fundamentava todo o sistema político, agora passou a integrar somente uma parte da nação, disputando espaço com as demais lealdades étno-confessionais. O mesmo é válido para a ideologia fenicianista que se cristalizou após a guerra e foi utilizada pelos cristãos sírios e libaneses como justificção histórica para a existência de uma distinta comunidade nacional.

O fenicianismo, que sustentava a existência de semelhanças étnicas e culturais não árabes entre os libaneses, inicialmente foi negligenciado pela maioria da população anexada e por um grande número dos habitantes do Monte Líbano, que não reconheciam essa identidade como a sua própria. Ou seja, a narrativa histórica nacional, que legitimava o Grande Líbano, era negada pela população muçulmana e estranha a muitos dos cristãos.

Nesse sentido, conforme mencionado mais acima, estadistas defensores do

advogavam por um Grande Líbano independente, democrático e multissectário. TRABOULSI, op. cit., p. 81-84.

⁸⁴ Sistema político criado sob pressão internacional das potências europeias a fim de amainar as tensões e guerras envolvendo maronitas e druzos no Monte Líbano, em meados do século XIX. A partir da instalação da *Mutassarafiyya*, sob a égide maronita, foi dado um amplo grau de autonomia à região do Monte Líbano dentro do quadro administrativo do Império Otomano. Tal sistema perdurou até a Primeira Guerra Mundial quando foi substituído novamente pelo controle direto do Império.

⁸⁵ Considerando-se a história contemporânea do território libanês, percebe-se que desde pelo menos o princípio do século XIX suas populações já apresentam as tensões étno-confessionais responsáveis por corriqueiras escaramuças e guerras. Nesse contexto, após uma união inicial contra o governo egípcio de Ibrahim Pasha e seu aliado local Bashir II, as relações entre druzos e maronitas já vinham se deteriorando até culminarem em um conflito aberto em 1840. Na tentativa de resolvê-lo, primeiro as autoridades otomanas tentaram substituir o regime dos Shihab (família de governantes do Emirado do Monte Líbano), mas, dado seu fracasso, implementaram o sistema *Qa'im Maqamiya*, no caso a divisão do Monte Líbano em duas regiões: a sul governada pelos druzos e a norte pelos cristãos. Entretanto, a situação não melhorou, a declaração do novo sistema desagradou a ambas as partes e repercutiu em uma nova onda de violência.

separatismo, jesuítas e o alto comissariado francês se esforçaram para difundir a aceitação do fenicianismo e assim legitimar o novo Estado e o mandato. Para tal, paralelamente ao incentivo às escavações arqueológicas, à criação de museus nacionais com coleções fenícias e à manutenção de um sistema educacional que enfatizava a história pré-islâmica do Líbano e a geografia local, foram recuperados ou criados supostos laços ancestrais mantidos com a França e com as civilizações do Mediterrâneo⁸⁶.

Por conseguinte, os embates entre separatistas libaneses e unionistas sírios e árabes se alastraram para a esfera cultural. Juntamente com as disputas nos meios de comunicação e a publicação de livros e poesias, a questão alcançou os livros didáticos que, dado seu papel na veiculação do discurso nacional oficial, eram constantemente criticados por petições enviadas às autoridades. Nesse sentido, as tentativas do governo de fechar escolas públicas para reforçar os centros educacionais vinculados às missões cristãs (difusoras da ideologia oficial) desaguaram em uma crise que obrigou as autoridades a voltar atrás.

Para alguns especialistas, se por um lado a “crise das escolas públicas” (1929) evidencia os confrontos ideológicos nos anos do mandato, por outro representa o primeiro momento em que muçulmanos se mobilizaram para defender instituições do Estado libanês. Ainda no concernente às disputas na esfera cultural, não podemos ignorar que, ao longo do mandato o francês foi elevado ao status de língua oficial ao lado do árabe e diversos funcionários que haviam servido no Marrocos foram deslocados para o Levante, a fim de instaurar o mandato com maior eficácia⁸⁷.

1.5. A SOCIEDADE E A POLÍTICA LIBANESA NOS ANOS DO MANDATO

No campo político, as disputas identitárias (fenicianismo, sirianismo e arabismo) e a heterogeneidade dos programas se expressaram na fundação de diversos partidos, movimentos, grupos e sociedades e na realização de congressos e

⁸⁶ Deve-se observar que tal currículo já estava presente nas escolas controladas pelos jesuítas antes da instauração do mandato francês e na Universidade Saint Joseph, controlada pelos missionários. Tal entidade, a partir de meados do século XIX, exerceu papel central na disseminação da ideologia fenícia e na formação de quadros político-intelectuais defensores do separatismo libanês (KAUFMAN, op. cit., p. 109-113).

⁸⁷ Ibid.

conferências. Do lado favorável à manutenção das fronteiras do Grande Líbano, boa parte dos anos do mandato se caracteriza por uma oposição entre Emille Eddé e Béchara al-Khoury. O primeiro era um devoto francófilo, vinculado aos círculos fenicianistas e cristãos, defensor do mandato e um convicto antiárabe (sendo primeiro ministro entre 1929 e 1930 e presidente entre 1936 e 1941). O segundo, mais próximo aos muçulmanos, era constitucionalista, contrário ao mandato e foi presidente entre 1943 e 1952. Entretanto, o fato de ser proveniente do Monte Líbano (reduto tradicional dos maronitas) atraía sobre ele a desconfiança dos islâmicos⁸⁸.

Em torno desses candidatos se estruturaram duas facções: os Unionistas ou Bloco Eddeísta, carentes de homogeneidade, mas apoiadores incondicionais de Eddé, e o Bloco Constitucional, que defendia a restauração da Constituição de 1926 e um acordo franco-libanês. Ainda antes dessas facções, em 1921, foi fundado o Partido do Progresso (*Hizb al-Taraqqi*), que advogava pela preservação da independência do Grande Líbano, sob o mandato francês.

Embora eddeistas e constitucionalistas apoiassem o separatismo libanês e a manutenção do Grande Líbano, foi a igreja maronita a principal defensora desses ideais, chegando inclusive a se aproximar de muçulmanos sunitas para este fim⁸⁹. De seu seio, intentando estabelecer organizações populares que confrontassem o sirianismo e o arabismo no Líbano, foram criados a efêmera Frente Nacional e o *Kata'ib* ou Falange libanesa (existente até hoje). De forma geral, ambos se apresentavam como defensores da identidade peculiar libanesa, integridade territorial e eram antiárabes. Em meio a esse emaranhado de propostas, cabia aos franceses administrar as diferenças para manter sua hegemonia e impedir profundas cisões que permitissem aos discursos arabistas e sirianistas uma expressão pública⁹⁰.

Se mesmo antes da Primeira Guerra Mundial havia os defensores de um Grande Líbano independente, sua fundação atendendo essas demandas imediatamente despertou a oposição de muitos de seus novos habitantes, mormente daqueles

⁸⁸ A rivalidade entre ambos era tão acentuada que, embora apoiassem a independência e a manutenção das fronteiras do Grande Líbano, em 1932, Eddé acabou retirando sua candidatura à presidência para se unir a um candidato sunita e impedir a eleição de seu rival. Tal fato alarmou as autoridades francesas receosas de que um presidente islâmico pudesse contestar oficialmente a existência do Grande Líbano e demandar a união com a Síria ou liderar uma oposição unificada ao mandato.

⁸⁹ KAUFMAN, op. cit., p. 128.

⁹⁰ EL-SOLH, op. cit., p. 16-17.

oriundos das regiões anexadas ao Monte Líbano. A considerável parcela da população que se opunha à política dos franceses e de seus apoiadores locais se dividia em diferentes correntes.

Em linhas gerais, os principais pontos de contestação eram: o mandato francês, a existência de um Estado libanês independente, a anexação de territórios tradicionalmente vinculados à Síria e a identidade oficial do Líbano e de seus habitantes, elemento este nevrálgico na construção dos programas políticos. Segundo Kamal Salibi, se para quase todos os maronitas e muitos outros cristãos os libaneses eram libaneses e os sírios eram sírios, ou “o que quer que eles digam ou queiram ser”, o mesmo não era válido para muitos habitantes do Estado recém-criado.

As cisões ficam claras quando em 1918 tropas francesas desembarcaram em Beirute e, enquanto os muçulmanos apoiadores do governo de Faysal ficaram apreensivos, muitos maronitas e outros cristãos acorreram ao porto e às ruas com bandeiras francesas. A cizânia se exacerbou ainda mais quando voluntários maronitas se juntaram ao exército francês para lutar contra as tropas de Faysal e impor o controle francês na Síria. Paralelamente a isso que foi considerado uma grande traição, as comemorações públicas da vitória francesa também não foram esquecidas⁹¹.

Destarte, enquanto uns, apoiados pelas autoridades francesas, queriam consolidar o Estado recém-criado pelo jugo imperial, outros queriam destruí-lo o mais breve possível. Cabe lembrar que quase toda a população muçulmana do Grande Líbano rejeitou o mandato francês e as fronteiras artificiais decorrentes do mesmo, optando por um Estado árabe independente ou pela anexação com a Síria. Conforme já visto, a declaração do novo Estado causou uma generalizada onda de violência contra os franceses e seus apoiadores na costa, Jabal Amil, Bekaa, Trípoli e Monte Líbano.

Apoiados por xiitas e druzos, guerrilheiros favoráveis ao rei Faysal conduziram operações armadas contra as tropas imperiais e meses foram necessários para que estas conseguissem controlar o sul do país e esmagar a resistência, valendo-se para tal de execuções e punições coletivas. Pouco tempo depois, em vinte e dois de junho de 1921, o alto-comissário Gouraud sofreu um atentado. Se, imediatamente, a maior parte dos druzos não se opôs à criação do Grande Líbano, nos anos que

⁹¹ SALIBI, op. cit., 28-33.

seguiram, em nome do pan-arabismo, boa parte passou a contestar os privilégios maronitas e o nacionalismo libanês.

Em 1925, quando os franceses buscaram impor medidas administrativas que feriram práticas e interesses tradicionais na região do Jabal Druzo, eclodiu a Revolta Síria, que ganhou apoio e contornos nacionalistas árabes e sírios, repercutindo no Líbano e custando caro aos mandatários e a seus aliados para debelarem-na⁹². Afora essa grande insurgência, ao longo do mandato, ondas de violência menos intensas também tiveram lugar⁹³.

Fracassado o inicial recurso às armas, a oposição ao neonato Estado se manifestou a partir de atos menos articulados e de um boicote quase que generalizado de muçulmanos e de alguns cristãos à nova entidade. Nos primeiros anos do mandato, tais cizânias impediram o desenvolvimento de uma coesão nacional e das estruturas do Estado, tendo em vista que vários grupos seguiram questionando sua legitimidade e viabilidade. Afora o recurso às armas, também ocorreram diversas greves, conferências e manifestações contra o Grande Líbano e o mandato.

Em 1921, um memorando foi elaborado por notáveis dos territórios anexados para refutar a justificativa histórica da existência de um Líbano natural. A mesma tese foi reiterada pela Conferência da Costa⁹⁴ nas reuniões de 1928, 1933 e 1936. Ao longo de todo o mandato, o Bloco Nacional - fundado no Líbano e ativo na Síria, Iraque, Palestina e Jordânia - constantemente reiterou sua oposição à mandatária e seu desejo de unidade, ora negociando ora organizando greves, demonstrações e outras ações políticas.

Afora os muçulmanos, um número substancial de cristãos não maronitas (e alguns destes também) contrários ao mandato e à existência do Grande Líbano se reuniu nesses encontros e ações. A tensão era tamanha que, em 1935, uma greve contra o serviço de trens rapidamente virou um protesto político generalizado na Síria e no Líbano, que foi determinante nas negociações que se seguiram com a França um

⁹² SALIBI, op. cit., p. 48-55.

⁹³ TRABOULSI, op. cit., p. 80-81.

⁹⁴ Segundo Raghid el-Solh, essas conferências reuniram representantes de todos os grupos libaneses que desafiavam o *status quo* e não tinham representação política oficial, sendo uma espécie de parlamento dos excluídos. De forma geral suas resoluções se caracterizaram por um posicionamento laico e defensor da união com a Síria, ou pelo menos devolução dos territórios anexados (EL-SOLH, op. cit., p. 23-24).

ano depois. Outras greves foram encabeçadas por taxistas, açougueiros, leiteiros e advogados.

Em 1936, movimentos nacionalistas no Oriente Médio e negociações em nível regional, destacando-se a Revolta Palestina e os tratados anglo-egípcio, anglo-iraquiano e franco-sírio, repercutiram diretamente no Líbano. Enquanto separatistas temiam que com uma possível independência o país pudesse ser anexado à Síria, os unionistas receavam que, com um tratado assinado com os franceses, as fronteiras se consolidassem, acabando com as chances de unificação. Nesse sentido, as negociações por um tratado franco-libanês geraram uma onda de violência, protestos e greves.

Em tal contexto, uma corrente moderada, representada pelo Partido Republicano Independentista (*al-Hizb al-Istiqlal al-Jumhuri*), ganhava proeminência, defendendo a integração de cristãos e muçulmanos, o combate aos mandatos na Síria e Líbano e a unidade econômica entre estes. Em 1938, o Partido Comunista Libanês organizou o Congresso Nacional Democrático, canalizando a insatisfação generalizada contra a mandatária e denunciando os desmandos franceses e o servilismo e a corrupção da Câmara dos Deputados⁹⁵.

Segundo el-Solh, foi a partir de 1936 que começou a haver uma convergência em torno da independência, ainda que tal período tenha se iniciado com grande instabilidade devido às apreensões geradas pelo acordo franco-sírio. De forma geral, enquanto progressivamente os separatistas abandonaram a proteção francesa e aceitaram o caráter árabe do Líbano, arabizando a narrativa histórica oficial do país e efetivando sua aproximação dos países vizinhos, os integracionistas abdicaram de sua oposição à existência de um Grande Líbano separado e da devolução para a Síria dos territórios anexados.

O crescente consenso culminou no acordo verbal denominado de Pacto Nacional (1943), que dividiu o parlamento entre cristãos e muçulmanos (com uma vantagem para os primeiros de seis para cinco), distribuindo os principais cargos do país conforme a confissão⁹⁶. Entretanto, segundo Raghid el-Solh, este acordo foi

⁹⁵ TRABOULSI, op. cit., p. 103.

⁹⁶ Selado entre Bechara al-Khoury (maronita) e Riad al-Solh (sunita), determinava, com base no censo de 1932 e no balanço interno de poder que o presidente seria sempre maronita, o presidente do Conselho dos Ministros (primeiro-ministro) sunita, o presidente da Assembleia Nacional xiita e o deputado porta-voz do Parlamento grego-ortodoxo. Embora verbal, tal acordo perdurou até o final da guerra civil libanesa (1975-1990), quando alguns de seus pontos, sobretudo a proeminência cristã no

superficial e mais uma tentativa das elites políticas libanesas encontrarem um *modus vivendi* em um país carente de unidade do que um real consenso entre elas. Mas, independentemente de sua fragilidade, estabeleceram-se pontos comuns entre correntes tradicionalmente opostas que se uniram para assegurar a independência diante de uma França relutante e combativa, conseguindo-a integralmente logo após o término da Segunda Guerra Mundial⁹⁷.

Embora el-Solh saliente o relativo consenso que foi se estabelecendo a partir de 1936 e culminou com a independência, também cabe mencionar mais alguns agentes que ganharam força no período e que, se momentaneamente abriram mão de suas demandas em prol da independência, tão logo a conquistaram deram continuidade às ações voltadas à consecução de seus programas.

Defendendo o nacionalismo árabe, em 1936, destaca-se a Liga da Ação Nacional (*Usbat al'Amal al'Qawmi*) e o Partido Nacionalista Árabe (*al-Hizb al-Qawmi al-'Arabi*). Quanto à Liga, reunida pela primeira vez em 1933 com representantes da Síria, Líbano, Palestina e Iraque e liderada no país por Ali Nasr al-Din, defendia em um primeiro momento a unidade das terras árabes, inclusive a inserção da totalidade do Líbano em uma federação com a Síria, conforme os princípios nacionalistas árabes.

Já o Partido Nacionalista, fundado em 1935 a partir da fusão de dois grupos, permaneceu na ilegalidade até meados da década de 1940. Se muitos de seus membros participaram da constituição da Liga em 1933, afastaram-se da mesma devido a sua oposição ao Bloco Nacional Sírio. Embora mantivessem um programa distinto daquele do Bloco, os membros do Partido não eram hostis ao mesmo. Uma de suas principais características era a insistência na dissociação entre Estado e religião e a definição dos árabes a partir da língua, buscando assim integrar maronitas e nacionalistas árabes e responder às críticas que vinculavam o pan-arabismo ao islã. Quanto à associação do Líbano com os demais países árabes, o Partido defendia que

Parlamento, foram alterados em prol de uma divisão mais igualitária (SCHMID, Evelyne. *Consensus, Corruption and Crisis: Lebanon after the Ta'if Agreement*. Al-Mashriq: a quarterly journal of Middle East Studies, 2010, vol. 9, n° 34. p. 37).

⁹⁷ EL-SOLH, op. cit., p. 288.

isso só poderia ocorrer por meios democráticos⁹⁸.

Do lado separatista libanês se destacam o Partido da União Libanesa, a Frente Nacional e a Falange libanesa. O primeiro, associado aos eddeístas, defendia a manutenção das fronteiras do Grande Líbano e do mandato francês como garantia da independência. A Frente, vinculada aos constitucionalistas e fundada poucas semanas após o Partido e em oposição a este, advogava pela independência do Líbano. Já a Falange, relativamente mais homogênea (maronita) e liderada por Pierre Gemayel, apresentava-se como uma resposta às crescentes demandas arabistas e sirianistas. Diferentes autores apontam a influência dos fascismos na constituição do programa ultranacionalista da Falange⁹⁹.

Essa influência não foi exclusividade da Falange. Entre 1936 e 1937, Beirute e outras cidades libanesas testemunharam a emergência de organizações paramilitares de jovens com claras tendências fascistas. A proliferação das mesmas atesta a profunda insatisfação dos jovens libaneses com os políticos tradicionais e suas instituições corruptas e ineficientes e um desejo de participação política. Nesse sentido, mais três movimentos se destacam: os “Camisa Branca”, o Partido Nacionalista Social Sírio (PNSS) e a *Najjada*.

O primeiro, fundado em 1936 com apoio de Emille Eddé, advogava pela independência do Líbano e pela integridade territorial. Quanto à última, era uma organização árabe muçulmana que defendia a unidade árabe, sua independência das potências estrangeiras e um Líbano árabe. Sua fundação, a partir de uma organização muçulmana estabelecida por Muhi al-Din Nasuli, ocorreu em 1936, em contraposição às organizações paramilitares cristãs. Um pouco anterior, parcialmente influenciado pelas ideias fascistas em sua organização e estética, foi fundado o PNSS de Antoun Saadeh (1904-1949)¹⁰⁰.

Saadeh, resgatando o nacionalismo sírio existente desde o século XIX, posicionava-se como uma terceira via, em contraposição aos separatistas libaneses e

⁹⁸ Provavelmente o primeiro partido a ser fundado no Líbano com uma clara agenda política foi o Partido Comunista Libanês no ano de 1924. Sua importância na política local se deu muito mais pelo seu caráter sectário e presença geográfica disseminada do que pela dimensão de seu quadro social. Na década de 1930, expressou um crescente interesse de cooperar com os nacionalistas árabes, chegando a enviar um representante, como observador, a uma das Conferências da Costa.

⁹⁹ EL-SOLH, op. cit., p. 22-40. THOMPSON, op.cit.; NORDBRUCH, op. cit.

¹⁰⁰ ZAMIR, op. cit., p. 233-234.

aos unionistas pan-árabes. Fundado secretamente em Beirute no ano de 1932 por Saadeh, o Partido se tornou publicamente conhecido em 1935. Defensor ferrenho da unidade da Grande Síria, o PNSS foi o responsável por transformar o pansirianismo em uma ideologia política e em um movimento organizado¹⁰¹.

No bojo das discussões identitárias sobre o Líbano, Saadeh teceu uma crítica ao fenicianismo e ao arabismo - definidos como antagonismos “pseudo-sanguíneos”, dedicados ao separatismo, à corrupção e ao atraso. Pensando em termos dialéticos, considerava que, se a tendência fenício-cristã era a tese e a tendência árabe-maometana a antítese, a unidade da nação síria era a síntese ou “a saída teórica de entre os dois pontos de vista antagônicos para um único credo social”¹⁰².

Evidenciados os problemas para os quais Saadeh buscou uma resposta e exposto o contexto sócio-político no qual e para o qual produziu sua obra, cabe considerar na sequência o contexto intelectual do Oriente Médio no qual o pensador e seus interlocutores estão inseridos. No caso, analisar mais detidamente as ideologias fenicianistas, islamistas, arabistas e sirianistas e os autores libaneses que, inseridos ou não na corrente de pensamento iniciada em meados do século XIX conhecida como *Nahda* (renascimento literário árabe), embasaram o pensamento de Saadeh. Afinal, muitos elementos de seu programa político e de sua visão do Líbano remontam aos escritos desses autores, embora nem sempre os cite.

¹⁰¹ PIPES, op. cit., p. 37.

¹⁰² SAADEH, Antoun. *Principios de la doctrina del nacionalismo sirio*. Tradução Julio Chaij. Buenos Aires: sem editora, 1958.

SEGUNDO CAPÍTULO

O CONTEXTO INTELECTUAL ÁRABE E LIBANÊS NO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

“No século VII, os árabes criaram um novo mundo, ao qual outros povos foram atraídos. Nos séculos XIX e XX, eles próprios foram atraídos para um novo mundo criado na Europa Ocidental”

Albert Hourani. **Uma história dos povos árabes**¹⁰³.

2.1. DO APOGEU AO DECLÍNIO OTOMANO: MODERNIZAR OU REVOLUCIONAR?

Conforme Bernard Lewis¹⁰⁴, até aproximadamente o século XVII gerações de pensadores do mundo árabe-islâmico, baseadas nas conquistas militares da expansão muçulmana e nos progressos alcançados no campo dos saberes, mantiveram viva a ideia de uma superioridade civilizacional do islã em relação ao resto do mundo. Mormente durante a Idade Média, enquanto o mundo islâmico esteve na vanguarda do desenvolvimento e “civilização”, em linhas gerais, acreditava-se que além de suas fronteiras reinava a barbárie e a apostasia. Reforçando tal percepção sobranceira, destaca-se a constante expansão do islamismo e do Império Otomano até, pelo menos, o século XVII.

Segundo Lewis, essa representação como farol da humanidade esteve bem fundamentada, afinal, o islã se transformou em uma religião multiétnica e internacional. Seus fiéis constituíam os maiores exércitos, economias e redes comerciais. Além das inovações peculiares, havia importações da China e da Índia e traços herdados das antigas culturas persa, grega e dos povos médio-orientais. De forma geral, caracterizavam-se por elevados níveis científicos e refinada produção artística¹⁰⁵.

¹⁰³ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 254.

¹⁰⁴ Quanto às controvérsias entorno da figura de Bernard Lewis, ainda que seu posicionamento político comprometa parcialmente suas pesquisas parte-se aqui do pressuposto de que não se deve desconsiderar sua obra como um todo (SAHD, Fábio B. *Oriente Médio desmistificado: fundamentalismo, terrorismo e barbárie*. Curitiba: CRV, 2011. p. 21-25; 45-50).

¹⁰⁵ LEWIS, Bernard. *What went wrong?: the clash between Islam and modernity in the Middle East*. New York: Oxford University Press, 2002. , p. 3-17.

Tal situação começou a mudar com o advento do humanismo, acelerando-se com as grandes navegações, o cientificismo e as revoluções burguesas e industriais. Para Lewis, tais elementos passaram despercebidos nas terras do Islã, onde, nesse momento, ainda havia uma inclinação a desdenhar dos habitantes de além das fronteiras. Tal representação etnocêntrica foi transformada de fato somente com as lições extraídas das derrotas nos campos de batalha, sobretudo diante do avanço russo e austro-húngaro.

Destarte, é a partir do momento que tais resultados desfavoráveis começam a se tornar frequentes, que os otomanos e demais povos islâmicos passam a reconhecer a capacidade dos europeus na produção material e formulação de estratégias, vendo-os como uma possível ameaça. No plano econômico-financeiro, a situação se inverte com o renascimento comercial da Europa e com as Grandes Navegações. Além da rota comercial alternativa com o “Oriente”, a afluência de metais e produtos da América mudam o equilíbrio da balança comercial e financeira. Em suma, ao lado das vozes que alertam para o perigo europeu no campo militar, somam-se outras ocasionais chamando a atenção para essa outra esfera.

As derrotas militares se tornam mais exacerbadas ao longo do século XVIII. O Império Otomano passou a perder territórios majoritariamente muçulmanos e começou a buscar tanto alianças com potências europeias quanto sua ajuda para treinar e equipar suas forças e corpo diplomático. Nesse quadro, a necessidade de modernização se tornou evidente.

Entretanto, a institucionalização de reformas modernizantes foi tortuosa. Enfrentando a resistência de setores tradicionais, as medidas adotadas, eventualmente caracterizadas como apostasia e desacreditadas, enfrentaram corriqueiras interrupções. Foi somente ao passo que derrotas mais severas foram impostas pelos Estados europeus, a partir da segunda metade do século XVIII, que a urgência dessas mudanças se mostrou iminente, suavizando as oposições¹⁰⁶.

Assim sendo, paulatinamente, as elites governantes otomanas e provinciais prepararam e aplicaram reformas, buscando seguir o modelo europeu. Paralelamente, a partir de uma maior circulação de pessoas nos dois sentidos o liberalismo e outras ideias modernas (como o nacionalismo) irromperam no Oriente Médio, se bem que

¹⁰⁶ LEWIS, op. cit., p. 18-35.

restritas, em um primeiro momento, às elites fechadas. Com a maior difusão dessas ideologias e das novas tecnologias e técnicas, gradativamente o vocabulário árabe foi acrescido, adaptando os novos termos.

Para alguns autores, o marco simbólico que caracteriza o início da inserção dos povos árabes e muçulmanos na modernidade e a mudança em sua percepção de si de do outro (europeu) é a invasão do Egito pelas tropas de Napoleão. Segundo Hourani, tal fato escancarou a debilidade do Império Otomano e deixou como principal lição o fato irrefutável de que um pequeno contingente europeu era capaz de invadir o coração do Islã¹⁰⁷. Outra conclusão era a de que somente uma força europeia podia combater outra. Tal lição se repetiu entre 1806 e 1812, quando o Império se envolveu em uma desastrosa guerra contra a Rússia e perdeu ainda mais territórios¹⁰⁸.

A partir do século XIX, essa e outras derrotas, com a consequente perda de territórios quase que exclusivamente islâmicos, denotaram a debilidade otomana e a necessidade de reformas. Ao passo que a Rússia incorporou porções da Ásia central, França e Grã-Bretanha iniciaram a invasão do norte da África, consolidando-a definitivamente no final do século. Concomitantemente a essa expansão dos Estados europeus para dentro das fronteiras otomanas, a marginalização das minorias e a influência do ideário da Revolução Francesa sobre elas contribuíram na desestabilização do Império. Súditos cristãos protagonizaram várias revoltas, hora bem-sucedidas ora reprimidas, em busca da independência nacional.

Em suma, todos esses fatores exacerbaram a necessidade de reformas e difundiram a percepção da modernização como o caminho a ser trilhado¹⁰⁹. Assim, ao longo do século XIX o Império Otomano adotou diversas medidas, considerando o ideário, as técnicas modernas europeias e o avanço imperial de suas principais potências no mundo árabe-islâmico. Tentando manter sua autonomia e defender territórios diante desse avanço, tanto elites nativas vinculadas à Istambul quanto o próprio governo central empreenderam reformas nas instituições que embasavam seu poder, dando início a um amplo programa modernizador.

Se, em um primeiro momento, as reformas fiscais e do exército empreendidas pelo sultão Selim III, que governou entre 1789 e 1807, não obtiveram resultados

¹⁰⁷ HOURANI, op. cit.

¹⁰⁸ LEWIS, op. cit., p. 271.

¹⁰⁹ LEWIS, op. cit., p. 274.

efetivos, por ameaçarem interesses de grupos internos sobejamente poderosos, as tentativas de sultões posteriores angariaram algum sucesso. Um exemplo é Mahmud II, cujo governo foi de 1808 a 1829, que, auxiliado por um pequeno grupo de altos funcionários, empreendeu mudanças contundentes. O velho exército foi dissolvido e em seu lugar foi criado um novo, constituído a partir de serviço militar obrigatório. Novas leis foram criadas para funcionários públicos e súditos em geral, garantindo maior liberdade na realização de empreendimentos econômicos¹¹⁰.

Paralelamente a essas reformas que se processaram no poder central, no Egito e em Túnis autoridades locais executaram programas modernizadores semelhantes, destacando-se, respectivamente, as figuras de Muhammad Ali, que governou entre 1805 e 1848, e Ahmad Bei, entre 1837 e 1855. Por trás das novas ideias de “controle central, burocracia conciliar, governo da lei e igualdade” estava a da Europa como modelo de civilização moderna e a do Império Otomano como seu parceiro.

Em suma, segundo Lewis, tanto o maior contato com o mundo ocidental quanto o esforço modernizador empreendido pelo Império Otomano e algumas de suas províncias renovaram antigas perguntas e suscitaram novas entre os pensadores e elites locais. Partindo sobretudo de comparações com os países e povos europeus, os súditos do sultão questionavam sobre a origem do poder destes e a causa geral do declínio árabe-islâmico.

De forma geral, enquanto as respostas tradicionalistas apontavam para um desvio do caminho islâmico puro e pregavam um retorno ao mesmo, enrobustecia-se um corpo de pensadores modernizadores, que reconheciam os avanços europeus e buscavam adaptá-los ao mundo árabe-islâmico¹¹¹. Essa oposição ideológica entre reforma modernizadora e “revolução” islâmica esteve cada vez mais presente, tanto em escritos de pensadores políticos quanto em discursos oficiais, a partir do final do

¹¹⁰ Essa série de medidas modernizadoras adotadas para reorganizar o Império Otomano visando adequá-lo aos novos tempos ficou conhecida pelo nome de *Tanzimat* (da palavra ordem). Esse período de mudanças, iniciado por Selim III e Mahmud II teve seu zênite em 1876, quando foi anunciada uma Constituição e eleito e reunido o primeiro Parlamento do Império. Entretanto, já em 1877, após uma nova derrota do Império diante da Rússia ocorreu um grande retrocesso com a dissolução do Parlamento e a suspensão da Constituição. Segundo Roberta Vicenzi Aragoni, durante o período da *Tanzimat* também houve a crescente importação e aplicação de leis europeias, inclusive alterando preceitos da lei islâmica (*charia islamyya*) (VICENZI, Roberta A. N. *Nacionalismo árabe: apogeu e declínio*. Tese defendida em 14 fev. 2007. 227 páginas. Tese - USP (FFLCH). p. 81).

¹¹¹ LEWIS, 2002, p. 44-45.

século XIX¹¹².

2.2. O CONTEXTO INTELECTUAL ÁRABE NA VIRADA DO SÉCULO XIX

Contextualizada a inserção dos turcos otomanos e dos povos submetidos ao seu jugo na modernidade, cabe na sequência mapear brevemente as respostas dadas pelos pensadores locais à crescente expansão europeia e à difusão de suas ideias. Afinal, o pensamento de Antoun Saadeh é tributário direto desse debate intelectual que se inicia no século XIX e, de certa forma, prolonga-se até os dias de hoje.

No concernente ao contexto intelectual e político do mundo árabe-islâmico, entre meados do século XIX e a primeira metade do XX, sobretudo em Beirute e no Cairo, houve uma efervescência de reflexões sobre a crescente presença, influência e poder das potências europeias, com respostas mais tradicionalistas ou modernizadoras. Nessas localidades, grupos de pensadores dialogavam tanto entre si quanto com autores do passado para formularem suas visões e propostas.

Com base no avanço europeu e em sua repercussão entre os povos locais, Hourani faz um recorte de quatro gerações distintas de pensadores. Quanto à primeira, indo de 1830 até 1870, constituiu-se de um pequeno número de funcionários e escritores vinculados às reformas modernizadoras das autoridades otomanas em Istambul, Cairo e Túnis, que se tornou consciente da “nova Europa”. Nesse momento, os países e povos europeus eram representados positivamente como portadores de indústria, tecnologia, novas ideias e instituições políticas. A Europa de então era mais um caminho a ser seguido do que uma ameaça a ser combatida.

Contudo, como tais propostas ou reformas ameaçavam diretamente certa tradição e os interesses de grupos locais, a produção intelectual dessa geração estava voltada mormente ao convencimento de outros pensadores e setores mais conservadores de que podiam adotar algumas ideias do exterior, beneficiando-se das mesmas sem serem desleais ao islã. Nesse recorte se destacam o egípcio Rifa'a Badawi Rafi' al-Tahtawi (1801-1873), Khayr al Din, que nasceu na região do Cáucaso entre 1820 e 1830 e faleceu em 1889, e o sírio Butrus al Bustani (1819-1883)¹¹³.

A segunda geração vai de 1870 a 1900, quando, devido às expansões

¹¹² LEWIS (2002), op. cit., p. 44-46.

¹¹³ HOURANI (2005), op. cit., p. 3-17.

imperialistas, a Europa se tornou, além do modelo a ser seguido, o adversário a ser combatido. A sujeição do norte da África às potências imperialistas, o maior tráfego de pessoas e contato cultural e a difusão de uma rede de missões no mundo árabe fez crescer a influência das ideias modernas europeias em toda a extensão do Império Otomano. Como consequência, as instituições de educação passaram a formar estudantes em uma tradição diferente daquela de seus pais, com pensamentos e visões de mundo peculiares. Nesse contexto, houve uma inversão: os pensadores, antes de tentar fazer seus pares mais conservadores aceitar as mudanças, buscaram dissuadir aqueles já formados na modernidade de que poderiam aproveitar algo de seu passado nas reformas. Portanto pretenderam adaptar o Islã à vida no mundo moderno, reinterpretando-o.

Sintetizando, tanto os pensadores dessa geração quanto os da primeira se valeram de muitos elementos de sua própria cultura para compor um caminho adequado para a execução das reformas necessárias. Foi o período em que vários jornais e periódicos não oficiais surgiram e se difundiram, tornando-se importantes na veiculação das novas ideias, tanto vinculadas a uma releitura do islã quanto à modernidade. A figura mais representativa desse momento, muito influente nos pensadores subsequentes, é o egípcio Muhammad Abduh (1849-1905).

Quanto à terceira geração, esta vai de, aproximadamente, 1900 até 1939. Segundo Hourani, é nesse período que, a partir dos ensinamentos de Abduh, as diferenças entre os pensadores se exacerbaram, dando origem a duas correntes marcadamente distintas. A primeira, permanecendo firme na defesa dos fundamentos islâmicos da sociedade, aproxima-se daquilo que pode ser chamado, com ressalvas, de “fundamentalismo islâmico”. A segunda, embora reconhecendo o papel do Islã como corpo de princípios, apresenta-se como defensora de um secularismo na esfera pública (posicionamento esse já adotado por alguns pensadores cristãos libaneses da geração anterior e que tem seu ápice na figura de Taha Husayn).

Para essa segunda corrente, o princípio secular para a reconstrução das sociedades era o do nacionalismo, definido em termos otomanos, regionais ou pan-árabes. É nesse momento que, com o crescimento da burocracia estatal, o surgimento dos estudantes como uma força política e a imposição do domínio estrangeiro por quase todo o Oriente Médio, o nacionalismo ganha força como um princípio de

pensamento e um fator mobilizador da ação política¹¹⁴.

A quarta geração tem início após o final da Segunda Guerra Mundial, quando os países da Europa perderam parte de sua influência para os Estados Unidos e URSS, que intervieram na região de forma menos direta, porém não menos frequente. É o período em que ocorre uma maior difusão da educação, um crescimento das cidades acompanhado da industrialização e surgem novos meios de comunicação de massas, responsáveis diretos pela difusão da identidade pan-árabe.

Nesse momento, enquanto ganha corpo o campo da ação e do pensamento político, sobretudo devido à maior participação popular, há uma clivagem ainda mais marcada entre os defensores de uma depuração e retorno ao Islã como alternativa política e os advogados de ideais laicos. Se no primeiro campo se destacam Hassan al-Banna, Sayyid Qutb e Abd al-Qâder Audah, no segundo, fundamentando-se no comunismo, liberalismo, socialismo árabe e nacionalismos locais ou pan-árabe, sobressaem-se Gamal Abd al-Nasser, Yasser Arafat e Houâri Boumediene.

Embora proponha um recorte diferenciado para classificar os pensadores políticos árabes, o marxista Anouar Abdel-Malek também sublinha que, desde o século XIX, foi corrente entre os mesmos discutir as causas do declínio de sua sociedade em contraposição à ascensão do Ocidente e os possíveis rumos a serem tomados. Contudo, ao invés das quatro gerações propostas por Hourani, o autor condensa todos esses pensadores naquilo que define como “Movimento Nacional Árabe”, distinguindo em seu interior duas etapas bem definidas, sendo a Segunda Guerra Mundial o marco divisor.

Os pensadores da primeira etapa, que data do século XIX, tinham como principal questão assegurar o acesso ao poder econômico e político dos grupos e classes sociais autóctones que passavam, segundo modalidades muito distintas, da etapa do feudalismo de tipo oriental a um capitalismo retardatário de tipo colonial. A luta principal era dirigida contra os ocupantes imperialistas e as reivindicações giravam em torno da restauração da soberania formal, sendo a burguesia nativa a principal representante das demandas nacionais. Nesse contexto, destacam-se os partidos Wafd, Kotlah, Istiqlal, Destour, entre outros.

¹¹⁴ É nesse contexto em que o Partido Nacionalista Social Sírio de Antoun Saadeh é fundado, enfatizando o nacionalismo sírio, que supostamente existiria desde tempos imemoriáveis.

Abdel-Malek sustenta que, se em um primeiro momento, a luta pela independência começou e foi dirigida pela burguesia local, a situação progressivamente se modificou. Posteriormente à Primeira Guerra Mundial, o embate passou a se fundamentar principalmente na ação das massas populares, organizadas em sindicatos e partidos políticos populares, para as quais os burgueses estavam antes interessados em manter seus privilégios, conservando o *status quo*, do que atentos aos problemas nacionais. Assim, na ótica das massas, suscetíveis a atender seus interesses privados inevitavelmente os burgueses acabavam por se aliar aos ocupantes, tornando-se seus instrumentos¹¹⁵.

No concernente à segunda etapa dos pensadores envolvidos no Movimento Nacional Árabe, após a Segunda Guerra Mundial, o principal objetivo se torna assegurar uma independência autêntica, instaurando Estados nacionais soberanos no interior dos quais as classes e as categorias sociais populares tivessem acesso aos recursos materiais e culturais da nação e ao exercício do poder político.

Conforme Abdel-Malek, o problema do socialismo se coloca também no mundo árabe onde, a aceleração da renascença econômica, política, social e cultural de um lado, e os progressos do socialismo no mundo inteiro de outro, acabam por misturar as coisas e colocar tal ideologia na ordem do dia e no coração dos movimentos nacionalistas. Como resultado, surge um socialismo peculiar que busca reavivar o “fundo cultural” da nação e a civilização nativa, culminando em movimentos de renascença protagonizados por classes populares. Em suma, o marxismo acaba por assumir um papel nacional¹¹⁶.

Paralelamente a essa divisão do “Movimento Nacional Árabe” em duas etapas, Abdel-Malek afirma ser possível discernir em seu interior duas grandes correntes de pensamento com temáticas próprias: o “fundamentalismo islâmico” e o “modernismo liberal”. A diferenciação entre elas remontaria ao último terço do XIX, ou seja, à própria fase de formação do pensamento árabe contemporâneo¹¹⁷.

¹¹⁵ Segundo o autor, essa separação entre movimentos burgueses e populares no mundo árabe se insere em um contexto mundial de ascensão do proletariado propiciado pela Revolução Russa em 1917, aparição de Estados socialistas na Europa após 1945, triunfo da revolução popular na China e a criação de novos Estados socialistas na Ásia a partir de 1948 (ABDEL-MALEK, Anouar. *La pensée politique arabe contemporaine*. Paris: Éditions du Seuil, 1980. p. 9-10).

¹¹⁶ ABDEL-MALEK, op. cit., p.11.

¹¹⁷ As diferenças se fundamentam sobretudo em um quadro de referências específico, a partir do qual os pensadores de ambas realizam suas reflexões. Enquanto os fundamentalistas, em sua grande maioria,

Quanto à gênese do fundamentalismo islâmico, Abdel-Malek localiza-a nos escritos de Jamal al-Din al-Afghani (1839-1897) e Muhammad Abduh (1849-1905). De forma geral, os pensadores nela inseridos buscam uma resposta ao maior contato com os europeus e com a modernidade a partir de um retorno ao “caminho correto do islã” (aquele dos primeiros membros da *umma*), purificado de todas as transformações e corrupções que decorrem, segundo dizem seus próprios representantes, de séculos de decadência. Portanto, o objetivo almejado é a restauração da grandeza passada a partir da recuperação progressiva dos fundamentos do islã primitivo conforme as necessidades mais imperiosas dos tempos modernos. Dessa forma, esses pensadores negam a validade de fundamentar as adaptações e mudanças impostas pelos novos tempos em elementos alheios a uma tradição islâmica idealizada¹¹⁸.

No atinente aos pensadores situados no “Movimento Nacional Árabe” e definidos como “modernistas liberais”, eles têm como base comum o reconhecimento do renascimento da civilização ocidental e da necessidade de renovação de todas as dimensões da existência no mundo árabe contemporâneo. Enquanto a ênfase é sobre o espírito científico, o racionalismo filosófico e o liberalismo político, o objetivo consiste em criar uma sociedade moderna, similar as da Europa e da América do Norte, aberta ao progresso, mas conservando as tradições e os comportamentos que não se constituam em obstáculos para as empresas inovadoras.

Ao contrário do fundamentalismo islâmico, relativamente muito mais conciso, entre os “modernistas liberais” o leque se alarga do liberalismo conservador,

têm uma formação tradicional religiosa, os modernistas geralmente têm uma educação moderna de estilo europeu. De forma geral, outro elemento de diferenciação entre ambos é a representação da ideia de nação e identidade. Enquanto os segundos comumente defendem a nação e a identidade como baseadas no desenvolvimento histórico e características geográficas, portanto sendo legítimo a “comunidade islâmica” (*ummah islamyya*) estar dividida em diferentes Estados-nação, os fundamentalistas atribuem ao islã o papel de principal eixo construtor das identidades e nações, ou seja, defendem a existência de uma grande nação muçulmana e, geralmente, de um Estado único para todos os povos islâmicos.

¹¹⁸ Tanto Abdel-Malek quanto Kalina Silva e Maciel Silva defendem que é a confrontação com as ideias modernas veiculadas pelos europeus e intelectuais locais que suscita esse “retorno crítico sobre si” em busca de bases concretas e seguras para empreender as mudanças requeridas pelos novos tempos. Na obra de seus pensadores, o fundamentalismo islâmico permite integrar as ideias novas e eficazes da modernidade sem ser sobreposto por elas. Ou seja, ao invés de simplesmente negá-las, oferece uma interpretação conservadora das mesmas, localizando-as em um passado idealizado do próprio islã. Assim tendem a reduzir o elemento alienígena presente nessas ideias. Em suma, como já era feito desde os primórdios do islã, trata-se antes de uma adaptação do que negação das necessidades impostas pelos novos tempos, a partir de um corpo de fundamentos consagrado pela ortodoxia (ABDEL-MALEK, op. cit., p. 12-13; SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 163).

defendido pela burguesia local, até o marxismo que, segundo Abdel-Malek, não cessava de crescer entre a *intelligentsia* e a classe operária e de se imiscuir, em menor medida, no campo, a partir de meados do século XX.

Conforme o autor, cada uma dessas duas correntes se imbrica em um complexo sociológico que exprime as diferentes aspirações e visões de mundo de seus respectivos membros. Considerando os cuidados que se deve ter com generalizações, Abdel-Malek situa os setores arcaicos, tradicionais e pouco dinâmicos das sociedades árabes do século XX nas diferentes expressões e grupos ativistas que se embasavam no fundamentalismo islâmico¹¹⁹. Quanto aos modernistas liberais, seriam os setores mais diretamente tocados pela mutação da economia e pelas mudanças advindas do exterior¹²⁰.

É importante sublinhar que, ao caracterizar o Movimento Nacional Árabe, Abdel-Malek não considera somente os pensadores muçulmanos. Insere os pensadores árabes dos demais credos, incluindo Antoun Saadeh, na corrente do modernismo liberal. Mas, para compreendermos o pensamento do último, é necessário situá-lo também no contexto intelectual sírio-libanês específico que o precedeu.

A *Nahda*, o nacionalismo e o pensamento político sírio-libanês

Para se compreender as propostas políticas dos pensadores sírio-libaneses do século XIX e início do XX, dado que boa parte dos mesmos as formulou a partir de apropriações de ideias modernas (sobretudo a de nação), é mister ter em vista sua relação com a maior presença de europeus nas terras médio orientais. Segundo Hourani, é com a ascensão de Muhammad Ali no Egito (primeira década do século XIX) e posterior invasão da Síria por suas tropas que se inicia a difusão de um saber moderno, mormente a partir da maior abertura para o trânsito e estabelecimento de

¹¹⁹ Os principais componentes do fundamentalismo islâmico seriam artesãos, pequenos comerciantes, homens de religião e seus clientes, pequena burguesia camponesa, pequenos proprietários de terra, certa aristocracia e chefes religiosos. Afora esses agentes tradicionais, também se encontram nessa corrente ideológica elementos dinâmicos, como oficiais do exército, alguns setores da classe operária, grupos intelectuais nacionalistas ulcerados pelo imperialismo e até mesmo alguns industriais em busca de bases ideológicas autóctones.

¹²⁰ Seriam, sobretudo, intelectuais das grandes cidades, a maior parte dos operários, funcionários públicos e privados, profissionais liberais, empresários e a burguesia industrial e bancária (ABDEL-MALEK, op. cit., p. 14-15).

viajantes, comerciantes, missionários e observadores europeus¹²¹.

Entre 1831 e 1841, quando administrou a Síria e o Líbano Ibrahim Paxá, filho de Muhammad Ali, ele instaurou um governo baseado em princípios europeus, como a centralização, o exército regular e a igualdade entre os súditos, independentemente da religião. Paralelamente a essa utilização de princípios políticos europeus por alguns governos locais, em sua maior circulação há que se destacar também a retomada e difusão das missões religiosas pelos Jesuítas a partir de 1831, o maior movimento de pessoas nos dois sentidos e as iniciativas modernizadoras do próprio Império Otomano.

Daniel Pipes assevera que ao trazer uma nova forma de se encarar o Estado, enfatizar a língua e o território como formadores das nações e defender a igualdade de todos os membros no interior destas, a ideia de nacionalismo foi determinante no contexto político e intelectual sírio-libanês. Contestou assim a mais básica e antiga divisão política do Islã (conforme a pertença religiosa dos grupos), vigente no Oriente Médio desde sua ascensão e difusão.

Segundo Pipes, a ideia nacionalista passou a circular na Síria a partir de meados do século XIX, sobretudo por meio de pensadores cristãos médio-orientais que viam nela um instrumento para melhorar seu status social inferior, sendo absorvida pelos sunitas poucas décadas depois¹²². Kamal Salibi destaca que os primeiros levantinos a desenvolver pensamentos nacionalistas foram cristãos de Beirute e do Monte Líbano, devido à influência de missionários católicos e protestantes. Quanto aos islâmicos, foram os sírios os primeiros a adotar a consciência nacional árabe, em partes influenciados por seus compatriotas¹²³.

Tal visão do pioneirismo cristão (“explicação cristã”) no desenvolvimento do nacionalismo entre os povos árabes é criticada por Ernest Dawn. Para ele o processo de formação de uma visão nacionalista árabe teria começado a partir do maior contato com o Ocidente e da adaptação dos conceitos europeus de pátria e patriotismo para as

¹²¹ Logo após a expulsão dos franceses do Egito, Muhammad Ali foi enviado para administrá-lo. Dentre as diversas medidas modernizadoras que adotou, embora desconhecesse a ideia de cidadania e não quisesse promover uma mudança na base do governo, destacaram-se: reforma fiscal, agrária e administrativa, tentativa de industrialização e educação e treinamento de grupos de oficiais e profissionais em novas escolas ou missões da Europa, bem como o envio de estudantes a esse continente. HOURANI (1994), op. cit., p. 278-280.

¹²² PIPES, op. cit., p. 21.

¹²³ PIPES, op. cit., p. 45-46.

condições locais do Oriente Médio. Desde os primórdios do século XIX, alguns turcos e árabes egípcios muçulmanos, que residiram na Europa ou eram autoridades locais, entraram em contato com as ideias de pátria, nação e terra natal e começaram a vincular territorialidade à nacionalidade. Portanto, estariam eles na vanguarda do desenvolvimento de um pensamento nacional árabe, ao invés dos cristãos e das escolas missionárias.

Dawn destaca o egípcio Rifa al-Tahtawi, que traduziu a *patrie* como *watan* e o *patriotisme* como *wataniyya*. Para o último, o Egito seria sua pátria e seu povo constituiria uma entidade distinta desde o tempo dos faraós. Concomitantemente, intelectuais e estadistas otomanos estavam desenvolvendo o conceito de que os territórios otomanos formavam a pátria otomana, que deveria ser amada. Na visão desses primeiros pensadores, o patriotismo era a chave do progresso dos povos europeus¹²⁴.

Considerando os fatores que contribuíram para o desenvolvimento do nacionalismo árabe, Rashid Khalidi destaca a política de centralização e “turquificação” dos Jovens Turcos e a influência exercida pela pressão dos poderes imperiais europeus. Na periferia árabe do Império Otomano, vulnerável ao expansionismo colonial, a pressão externa seria a principal preocupação das populações, que geralmente fundamentavam sua relação com os Estados e suas definições de si mesmas na capacidade dos últimos de resistir à ocupação. O desenvolvimento do nacionalismo árabe teria sido insignificante antes de 1914, dado que o Império era visto (embora não por todos) como um escudo vital contra os poderes imperiais¹²⁵.

Nessa mesma linha, Dawn aponta que o arabismo e o otomanismo resultaram de preocupações das populações locais com o desenvolvimento e maior presença da

¹²⁴ DAWN, Ernest. *The origins of arab nationalism*. In: KHALIDI, Rashid et al. (ed). *The origins of arab nationalism*. New York: Columbia University Press, 1991. p. 3-5.

¹²⁵ Ao assumirem o poder em 1908, os Jovens Turcos buscaram centralizar o império, suprimindo parte das liberdades políticas recém-conquistadas pelos povos não turcos, e enfatizar a língua e a cultura turca em detrimento da árabe. Tal política de “turquificação” resultou em uma marginalização de muitos intelectuais protoarabistas, sirianistas e libanistas, que anteriormente tinham apoiado os Jovens Turcos esperançosos de obter maior autonomia nacional. De forma geral, eles passaram a identificar o regime com o nacionalismo turco e a advogar pela independência. Contudo, as demandas por descentralização e reforma não eram tanto uma resposta à “turquificação” em si, mas a essa nova forma de centralização, que na prática significava o domínio por um forte governo centralizado. KHALIDI, Rashid et al. (ed). *The origins of arab nationalism*. New York: Columbia University Press, 1991. p. X-XI.

Europa. Em seu embate comum contra o “Ocidente”, enquanto os otomanistas buscaram criar uma única nacionalidade a partir de distintos elementos étnicos, os arabistas enalteciam um único povo. Foram respostas diferentes para um mesmo problema. Centrais no desenvolvimento do nacionalismo árabe também seriam alguns conflitos internos envolvendo as elites, sendo ele, em um primeiro momento, um movimento de oposição de notáveis contra, primeiramente, seus rivais apoiadores do Império Otomano¹²⁶.

Ainda na perspectiva de Dawn, a ascensão do nacionalismo árabe também se configura como uma reação contra o fracasso do Império em manter a paz com a Europa. Desde a sua desestruturação, em 1918, a doutrina de que os árabes são uma nação e de que a nacionalidade é a base da política se difundiu e passou a ser aceita por um número ainda maior de líderes árabes e intelectuais laicos. Então, o arabismo passou a ser visto como a solução para os problemas de então¹²⁷.

Retornando ao campo dos pensadores sírio-libaneses cristãos do século XIX e à “explicação cristã” do nacionalismo, conforme Abdel-Malek e o próprio Dawn eles, como otomanistas embasados em um ideal nacional laico, constituíram o embrião do que mais tarde se tornou o sirianismo, libanismo-fenicianismo e as vertentes laicas do arabismo. Se, de forma geral, diante da crescente presença e influência europeia, os pensadores modernistas islâmicos se preocupavam em como se tornar parte do “novo mundo” sem deixar de serem muçulmanos, seus pares cristãos, postos em contato com a Europa a partir das missões religiosas e do comércio, buscavam solucionar problemas próprios de sua situação de minoria dentro do Império Otomano. Assim, enquanto os muçulmanos buscavam a partir dessas novas ideias reviver a força de sua civilização, os cristãos almejavam conquistar direitos até então inexistentes.

Segundo Abdel-Malek, ao aceitarem as novas ideias e modos da Europa, ao contrário dos pensadores muçulmanos, os cristãos não precisavam se perguntar se estavam sendo verdadeiros para consigo mesmos, dispensando a necessidade de justificativas perante seus colegas e ancestrais¹²⁸. Contudo, dado sua posição marginal

¹²⁶ DAWN, op. cit., p. 9-13.

¹²⁷ DAWN, Ernest. *From ottomanism to arabism: the origin of a ideology*. In: HOURANI, Albert; KHOURY, Philip S.; WILSON, Mary C. (ed). *The modern Middle East: a reader*. Los Angeles: University of California Press, 1993. p. 375-376; 389-391.

¹²⁸ Nesse ponto Dawn elenca alguns pensadores cristãos que, em sua crítica aos europeus e aos seus costumes e no alerta para os perigos decorrentes de uma excessiva “franquificação”, aproximavam-se

de comunidades fechadas e de minorias relativamente excluídas da vida política maior, bem como a oposição de alguns setores situados no campo islâmico, a parte do pensamento europeu defendida pelos cristãos não poderia ser fácil e instantaneamente aplicada em um nível mais amplo de sua sociedade.

Tais pensadores, buscando contornar a marginalidade e dedicados ao “renascimento” (*nahda*) da língua e da literatura árabe para expressar a vida e as ideias do mundo moderno, colocavam-se duas questões fundamentais. Primeiro, como quebrar as fronteiras de suas comunidades religiosas fechadas, que tinham sido por tantos séculos o seu mundo e proteção, mas agora eram vistas como barreiras? Afinal, tanto pela nova educação quanto por um orgulho nacional e linguístico recém-desenvolvido estavam se tornando mais conscientes de dois mundos maiores (europeu e otomano) além daquele mantido por suas igrejas¹²⁹. Indissociavelmente ligada a essa questão, estava a segunda: tendo transcendido as fronteiras delineadas para cada grupo étno-confessional, a que comunidade esses pensadores pertenciam? Pois, segundo Hourani, apesar de todas as reformas modernizadoras e da recente equanimidade entre cristãos e islâmicos, o Império Otomano ainda era uma entidade muçulmana. Destarte, para ser a base da identidade nacional de seus súditos,

os princípios proclamados em 1839 e 1856 teriam de ser realmente cumpridos, e o império transformado num Estado secular segundo o modelo europeu, com direitos iguais para todos os cidadãos e um sentimento nacional que os abrangia a todos¹³⁰

Acaso mantido esse caráter marcadamente islâmico do Império, ao contrário dos muçulmanos, os cristãos poderiam apoiar ideias modernas de nação, cidadania e patriotismo assentadas em outras bases (libanesas, sírias ou árabes) sem hesitações. Afinal, não tinham um vínculo profundo com o mesmo e não o enxergavam como o

de seus pares islâmicos. Aqui o posicionamento de Dawn difere daquele adotado por Abdel-Malek (DAWN, op. cit., p. 7).

¹²⁹ Pensando nessa busca de alguns pensadores cristãos por uma maior aproximação com seus conterrâneos de outras seitas, Hourani aponta que, de forma geral, havia uma tensão crescente entre as hierarquias eclesiais e certos membros de suas comunidades. Tais contradições se acirraram notadamente a partir de um regulamento otomano de 1856, que estabelecia que para cada comunidade confessional deveria ser outorgada uma Constituição, que desse a importância devida à voz dos leigos. Nesse sentido, a contragosto das elites religiosas estabelecidas, legitimava-se parte do arcabouço ideológico secular e nacionalista de alguns pensadores, cujas ideias haviam sido apropriadas a partir do conhecimento que tinham do inglês e do francês. Anos mais tarde, com o próprio Saadeh e o PNSS, tal tensão entre seculares e os poderes religiosos estabelecidos novamente floresceu. Como veremos no capítulo três, as propostas do pensador de excluir completamente a religião da vida pública não foram bem recebidas por alguns setores.

¹³⁰ HOURANI (2005), op. cit., p. 114-115.

último escudo do islã contra a crescente pressão e presença europeia. Nesse sentido, embora até bem próximo da Primeira Guerra Mundial esses pensadores, pautados pelo otomanismo, militassem por reformas no Império, acaso este ruísse não se sentiriam culpados. Alguns, inclusive, defendiam programas separatistas desde meados do século XIX.

Em suas propostas reformistas modernizadoras para o Império Otomano os pensadores cristãos sírio-libaneses apresentavam um anticlericalismo estreitamente vinculado à crítica ao embasamento da vida política em lealdades religiosas. Pois, em sua perspectiva, ao invés da busca por um terreno comum de cooperação entre os concidadãos de diferentes credos, as altas hierarquias religiosas buscavam manter seu poder e influência, para tal defendendo as fronteiras confessionais.

As tensões étno-confessionais envolvendo grupos cristãos e islâmicos, sobretudo maronitas e druzos em meados do século XIX, tornavam ainda mais urgente a aproximação dos súditos e criação de um espaço comum de cooperação, independentemente da religião. Se de um lado, esses confrontos azedavam as relações intercomunitárias, de outro, pelo menos para alguns cristãos, reforçavam a percepção da periculosidade das lealdades religiosas como embasamento para a vida política¹³¹.

Segundo Hourani, a partir da década de 1860, com o considerável crescimento da imprensa periódica e do público leitor, essas ideias seculares passaram a ecoar para além das fronteiras comunitárias cristãs. Contribuindo nesse sentido está o fato de que, até aproximadamente 1890, os jornais e periódicos, publicados no Cairo, Beirute e Istambul, permaneceram principalmente nas mãos dos cristãos libaneses. Assim, conforme o autor, por toda uma geração os leitores dos países árabes ficaram sujeitos às ideias desses novos escritores e pensadores modernizadores do Líbano¹³².

O primeiro a ecoar por todo o mundo árabe foi Faris al-Shidyaq (1804-1887), maronita posteriormente convertido ao islamismo e renomeado Faris Ahmad al-Shidyaq¹³³. Embora estivesse mais interessado na língua árabe do que na política propriamente dita, ao expor os problemas sociais e comparar favoravelmente a vida dos europeus com aquela do “Oriente” al-Shidyaq acabou por contemplar muitos elementos frequentes nos escritos e demandas de pensadores cristãos posteriores

¹³¹ HOURANI (2005), op. cit., p. 114.

¹³² HOURANI (2005), op. cit., p. 115-116.

¹³³ Seu jornal *al-Jawa'ib* foi o primeiro em língua árabe com grande circulação.

(incluindo Antoun Saadeh), e em menor grau muçulmanos.

Se considerarmos o conjunto do “Movimento Nacional Árabe” tal qual denominado por Abdel-Malek, é plausível situar al-Shidyaq entre os pensadores modernistas liberais visto que, entusiasta dos progressos da civilização, sustentava a necessidade de reformas conforme o caminho trilhado pelos europeus. Para ele, estes eram

ordenados, industriais e produtivos; tinham uma unidade social que transcendia as diferenças de crença; pelo menos nos países protestantes, os líderes religiosos não interferiam demasiado na política; as mulheres participavam plenamente da vida da sociedade; as crianças eram bem-educadas, não da maneira negligente e desleixada comum no Oriente¹³⁴

Coevo a Faris al-Shidyaq, embora um pouco posterior, destaca-se Butrus al-Bustani (1819-1883), cujo pensamento é fundamental no presente estudo, uma vez que influenciou diretamente as concepções de Saadeh. De uma família maronita libanesa, estudou em um seminário dessa confissão, onde foi introduzido ao conhecimento do árabe e de outras línguas. Em contato permanente com missionários protestantes dos Estados Unidos, acabou por se converter e auxiliar na tradução da bíblia para o árabe. Afora os artigos que escreveu para periódicos, Bustani também se destaca pela dedicação à língua árabe, publicação de um dicionário e pela fundação da Escola Nacional, em 1863, voltada ao ensino do árabe e das ciências modernas e fundamentada em um princípio nacional e não religioso.

Na base de seu projeto político está a concepção de que os povos do Oriente Médio só poderiam reviver acaso se apropriassem do pensamento e das descobertas da Europa Moderna. Nesse sentido, elogiava o trabalho de Muhammad Ali e dos missionários cristãos. Entretanto, não deveria haver uma imitação simples das ideias modernas, sua aceitação ou rejeição deveria se pautar pelo próprio mérito das mesmas. Outro fator central em al-Bustani é a crença de que todos os falantes da língua árabe são de fato árabes.

Dado que para al-Bustani o principal elemento a ser importado da Europa eram as ideias de unidade nacional e patriotismo, o lema de um de seus principais periódicos era ‘o amor à pátria é um artigo de fé’ (frase atribuída a Muhammad e

¹³⁴ HOURANI (2005), op. cit., p. 117.

utilizada anteriormente pelo pensador egípcio Rifa'a Badawi al-Tahtawi). Ou seja, independentemente da confissão, aqueles que partilhavam de um país comum deveriam cooperar em pé de igualdade. Portanto, assim como al-Tahtawi, al-Bustani também enfatizou a educação e a ideia de pátria (*watan*). Para ambos, a última era formada por uma sociedade que partilhava de leis, costumes e de uma linguagem comum, estava vinculada a um espaço geográfico delimitado e era essencial na formação do caráter dos indivíduos. Enquanto a pátria de Tahtawi era o Egito, a de al-Bustani era a Síria¹³⁵.

Ainda que a ênfase de al-Bustani recaia na Síria como sua pátria - inclusive Saadeh o cita nesse ponto -, sua obra e a dos demais pensadores vinculados ao renascimento literário árabe (*Nahda*) também embasaram o pan-arabismo e o libanismo. Segundo Daniel Pipes, a gênese desses três ideais nacionalistas distintos a partir de uma base comum se explica pela apropriação da ideia de nacionalismo em uma Grande Síria marcada pela presença de grupos religiosos altamente sectários.

Para Pipes foram os pensadores cristãos que, visando eliminar o histórico domínio sunita e o jugo exercido sobre as minorias, desenvolveram essas formas peculiares de perceber a nacionalidade dos habitantes da Grande Síria. Ainda cabe destacar que, como inicialmente constituíam um conjunto de ideias reformistas no interior do Império Otomano, em um primeiro momento todas essas ideologias estavam vinculadas a uma identificação nacional não separatista¹³⁶.

Retomando al-Bustani, em vários pontos, mas em particular na definição da Síria¹³⁷ como uma nação, o pensador influenciou o pensamento de Antoun Saadeh. Veremos posteriormente que, outros elementos retomados por Saadeh são a defesa da necessidade de união social; o amor à pátria; a ênfase na igualdade entre os súditos (cidadãos), na liberdade religiosa e no respeito mútuo entre os credos; e a criação de leis com base na separação entre as esferas religiosa e secular.

O pensamento político sírio-libanês no exílio

¹³⁵ HOURANI (2005), op. cit., p. 119-120.

¹³⁶ HOURANI (2005), op. cit., p. 21.

¹³⁷ Bustani não se refere ao espaço da Síria similar aos limites territoriais do atual Estado-nação que leva esse nome, mas sim ao espaço da Síria Geográfica ou Grande Síria.

Pensando no desenvolvimento dos distintos nacionalismos oriundos da *Nahda*, cabe considerar brevemente sua dinâmica peculiar no Egito, que influenciou diretamente as gerações posteriores de sírios e libaneses, incluindo Saadeh (que por um breve tempo se juntou ao seu pai e residiu nesse país). Relativamente independente no quadro do Império Otomano e posteriormente submetido à administração britânica, o Egito proporcionou uma maior autonomia ao desenvolvimento de pensamentos políticos que a oferecida pela Síria otomana, acabando por receber uma leva destacada de levantinos foragidos. Esses exilados e emigrados tiveram um papel crucial na formação do pensamento nacionalista, tanto sírio quanto libanês.

Segundo Kaufman, o Egito tornou-se uma terra de oportunidades para os sírio-libaneses desde o início do século XIX, ao passo que estes encontravam no país um mercado de trabalho propício para o exercício de suas faculdades, sobretudo o domínio do árabe e das línguas europeias e a educação moderna recebida nas missões. Mas, se, em um primeiro momento, integraram-se sem problemas na nova terra, constituindo uma comunidade próspera em meados do XIX, a partir do início do século XX ficava claro que eles não tinham lugar no crescente nacionalismo egípcio, que os via como estrangeiros.

Mesmo assim, tão logo a Primeira Guerra eclodiu, o país se tornou o principal refúgio de sírios e libaneses, que buscavam se esquivar da guerra e de certas políticas da administração otomana, como a conscrição militar obrigatória. Vistos como não egípcios pela população local, as novas levadas de emigrados sírio-libaneses mantiveram seu interesse político nos países de origem, fator facilitado pela proximidade espacial. Nesse período, dentre os vários refugiados, o Egito recebeu numerosas personalidades que, posteriormente, exerceram um papel crucial na formação do Líbano moderno, notadamente Emile Eddé, Beshara al-Khoury, Michel Chiha, dentre outros. Inclusive, nessa época, o pai de Antoun Saadeh já se encontrava estabelecido no país¹³⁸.

Excluídos das discussões nacionais locais, politicamente essa comunidade sírio-libanesa no exílio esteve profundamente envolvida nos acontecimentos em sua terra natal, como bem se pode perceber na formação de várias sociedades entre 1908 e 1919. Destaca-se a *Alliance Libanaise*, embasada em um ideal fenicianista e favorável

¹³⁸ KAUFMAN, op. cit., p. 59-60.

a um Grande Líbano independente. Cabe sublinhar também que, segundo Kaufman, para muitos pensadores e políticos libaneses, o contato com o movimento burguês nacionalista egípcio, que enfatizava a tradição faraônica do país, foi determinante na retomada dos antigos fenícios como pilar da identidade libanesa.

Se por um lado a *Alliance Libanaise* foi o sustentáculo do separatismo libanês no exílio, por outro havia muitos sírio-libaneses que defendiam a formação de uma Grande Síria, não árabe. Nessa linha, afora Jacques Tabet e Khalil Saadeh (pai de Antoun), destacam-se os pensadores reunidos no *Comité libano-syrien*, uma filial egípcia do *Comité Central Syrien*, de Chékri Ganem e Georges Samné¹³⁹.

Portanto, no Egito das primeiras décadas do século XX a comunidade levantina esteve dividida em diferentes correntes, embora ainda não existissem as escaramuças políticas típicas dos anos de mandato. Paralelamente ao libanismo e ao sirianismo exclusivistas, também havia quem defendesse o pan-islamismo e o pan-arabismo. Segundo Kaufman, até 1919, foi predominante o ideal de uma federação síria secular, liderada pelo Líbano, sendo a *Alliance Libanaise* o único grupo no Egito que desde o principio defendeu um Grande Líbano independente¹⁴⁰.

Tendo em vista a afinidade com o pensamento posteriormente desenvolvido por Antoun Saadeh, cabe destacar a trajetória do refugiado libanês no Egito Jacques Tabet (1885-1956), advogado contumaz da identidade fenícia. Pouco tempo após chegar ao país, em 1915, Tabet escreveu o livro *La Syrie*, defendendo a criação de uma federação síria, na qual o Líbano exerceria o papel de liderança. Para Tabet, a identidade desta entidade política estava embasada na existência de uma nação única, a síria, que tem suas origens nos antigos fenícios.

Profundamente marcado pelo trabalho do professor sirianista Henry Lammens, Tabet sustentou sua teoria da “nação síria” na asserção de que a história e a política resultam de circunstâncias geográficas (outro elemento central no pensamento de Saadeh). Para justificar a legitimidade de tal nação síria-fenícia, portanto diferente da “raça árabe”, ele se valeu de um exame da história, etnografia, língua, economia, religião e geografia. Não desconsiderando que o árabe é a língua comum em toda a

¹³⁹ Se os maronitas, de forma geral, estão associados à defesa do Grande Líbano, a fim de demonstrar a heterogeneidade também no interior dessa etnia é pertinente considerar que um dos fundadores e membros mais ativos da sucursal egípcia do comitê sírio foi Monsenhor Darian, o membro mais alto da hierarquia eclesiástica maronita no país.

¹⁴⁰ KAUFMAN, op. cit., p. 69-70.

região, Tabet defendia que sua versão síria é um dialeto específico, justificando assim o nacionalismo sírio. Entretanto, como muitos outros libaneses, após a guerra, Tabet trocou o sirianismo pelo libanismo¹⁴¹.

Quanto aos defensores de um Líbano independente, malgrado o relativo isolamento da *Alliance Libanaise* no mosaico político da comunidade levantina estabelecida no Egito, um considerável suporte para tal posicionamento veio dos imigrantes sírio-libaneses nos Estados Unidos. Kaufman sublinha que a entrada e permanência nesse país os obrigou a definir sua identidade e raça, mesmo antes de seus pares no Oriente Médio. Como resultado de interesses concretos, o caráter fenício foi ressaltado e diversos clubes foram fundados para este fim, alguns defendendo também um Grande Líbano não árabe independente¹⁴².

Cabe apresentar brevemente o posicionamento de dois destacados pensadores sírio-libaneses nos Estados Unidos que mantiveram contato estreito com sua terra natal, influenciando sua vida cultural e política: o jornalista maronita formado na Universidade Saint Joseph (centro irradiador do separatismo e fenicianismo) Na‘um Mukarzal e o historiador maronita Philip Hitti, formado na Universidade Americana de Beirute (famoso centro sirianista e arabista). Enquanto o primeiro, em 1911, fundou a *Lebanese League of Revival* (uma associação irmã da *Alliance Libanaise*) e defendeu um Grande Líbano não árabe independente nas conferências do pós-Primeira Guerra, o segundo, ao longo de artigos e livros, sustentou a unidade cultural e política da Grande Síria (não árabe), posteriormente defendida por Saadeh.

Hitti, contrapondo-se às inclinações pró-árabes de Jurji Zaydan, asseverava que o árabe é uma designação linguística e não étnica. Em sua ótica, os sírios não são nem turcos nem árabes, mas parte dos povos semitas sírios, remanescentes das antigas tribos fenícias e canaanitas misturadas com as levas de colonizadores e invasores gregos, romanos, árabes, francos, curdos e persas.

Em suma, para Hitti, o fato dos sírios carregarem o sangue e falarem a língua árabe não influenciaria em sua definição, pois a cultura seria mais determinante que o sangue na identificação das raças. Nesse sentido, o autor considera que até a ascensão

¹⁴¹ KAUFMAN, op. cit., p. 67-69.

¹⁴² Kaufman assevera que, a partir disso, os imigrados buscavam ser classificados na escala racial oficial dos Estados Unidos mais próximos dos caucasianos do que dos turcos e árabes, portanto constituintes da raça branca.

do islã a língua falada teria sido o aramaico e que os sírios seriam uma raça misturada, com um substrato semita. Contudo, embora defenda a unidade síria, Hitti foi amplamente utilizado na disseminação do mito fenicianista, pilar central na defesa de um Grande Líbano separado¹⁴³.

Um último país a ser destacado aqui, que recebeu pensadores sírio-libaneses desde o século XIX e se transformou em um centro das discussões identitárias e da ação política, é a França, mais especificamente a cidade de Paris¹⁴⁴. Segundo Kaufman, diferentemente do Egito e Estados Unidos, no país europeu as atividades políticas não se caracterizaram pela presença massiva da comunidade sírio-libanesa, mas por poucos indivíduos interessados em se aproximar das autoridades do país hospede para favorecer sua participação na política após a derrocada do Império Otomano.

Kaufman aponta para três momentos-chave ocorridos na França que influenciaram as convicções e o destino dos sírio-libaneses: o Congresso Árabe-Sírio (CAS), o *Comité Central Syrien* e a Conferência de Paz, ocorrida após a Primeira Guerra. Entre 1908 e 1919, muitos levantinos chegaram a Paris, oriundos das Américas, do Egito, da Síria e do Líbano para participarem nas reuniões políticas, clubes e associações sediadas na cidade. Ocorrido em junho de 1913, o CAS foi constituído principalmente por pensadores sírio-libaneses que enfatizavam a existência nacional dos árabes e exigiam reformas, como a descentralização, dentro do quadro otomano¹⁴⁵.

O *Comité Central Syrien*, fundado por Georges Samné (damasceno grego-católico) e por Chékri Ganem, foi uma das principais sociedades em Paris entre sua formação, em 1917, e o estabelecimento do Grande Líbano, em 1920. Presidido pelo

¹⁴³ Segundo Kaufman, com Nadra Moutran, pensador libanês de família grego-católica, começa a haver uma mudança na ênfase do mito fenicianista, de sustentador da identidade síria geral para a libanesa específica. Embora se opusesse ao separatismo libanês, o autor defendeu as diferenças étnicas entre os maronitas e o restante da população síria. De forma geral, se antes de 1916 era possível ser simultaneamente árabe, sírio e remontar a origem até os fenícios, após tal data o fenicianismo começou a ser associado cada vez mais com o Líbano e com as demandas separatistas dos maronitas (KAUFMAN, op. cit., p. 76-82).

¹⁴⁴ Sobretudo a partir da Revolução dos Jovens Turcos, chegaram à França dissidentes políticos e livres-pensadores, que fundaram associações e clubes secretos para tentar moldar o destino de sua terra natal.

¹⁴⁵ É necessário considerar que, segundo Kaufman, se em 1913 ser nacionalista árabe significava uma unidade muito mais vinculada à região da Síria e não associada à Arábia, após 1919, com a inclusão desta, muitos sírios e libaneses se afastaram desse ideal e daquele da Grande Síria, associado também à Arábia (KAUFMAN, op. cit., p. 81; 84)

primeiro e coordenado pelo governo francês, o Comitê defendeu enfaticamente a formação de uma Grande Síria sob a égide francesa.

Nesses anos iniciais, Ganem e Samné percebiam os sírios, incluindo os libaneses, como uma nação una, culturalmente distinta dos árabes na medida em que estavam mais próximos da cultura greco-latina do que da árabe desértica e com raízes étnicas nos povos aramaicos. Para ressaltar essas diferenças, defendiam que racialmente ou pelos costumes a Arábia nunca esteve conectada com a Síria e que os árabes da primeira eram puros enquanto que aqueles que atravessaram a Síria e se mesclaram com a população local, formando a nação síria, mantiveram-se fiéis a sua pátria ao se oporem à formação do Reino Árabe-Sírio de Faysal¹⁴⁶.

Havia uma forte rivalidade entre a *Alliance Libanaise* e o *Comité Central Syrien*, devida ao posicionamento político distinto e às narrativas nacionais divergentes. Enquanto a primeira enfatizava a independência do Grande Líbano e seu caráter fenício, buscando o apoio de uma potência europeia qualquer, a segunda, vinculada à França, atentava mais para as diversas comunidades étno-confessionais da Grande Síria, colocando os aramaicos como os ancestrais dos sírios e relativizando a validade do fenicianismo, dado seu caráter excludente.

Considerando-se juntamente ao sirianismo e ao libanismo o ideal nacionalista árabe e o islâmico, constata-se a transformação da Conferência de Paz em um campo de batalha envolvendo diferentes atores autóctones e as potências vitoriosas da guerra. Se nos anos finais do Império Otomano as distintas perspectivas identitárias de certa forma ainda se sobrepunham, com a derrocada daquele e a formação do Reino Árabe-Sírio de Faysal a separação entre elas se tornou mais nítida.

Após 1919, embora alguns sírio-libaneses tenham continuado a fazer referências ao fenicianismo para legitimar ideais que não o separatismo libanês - destacando-se em certa medida o próprio Saadeh e Jacques Tabet -, o arcabouço fenício passou a ser utilizado de forma mais recorrente como uma orientação não árabe, não síria e pró-ocidental. Assim, a suposta ancestralidade fenícia sustentava a teoria do caráter mediterrânico do Líbano em contraposição à identidade desértica dos árabes. Tais ideias foram completamente opostas até, pelo menos, o Pacto Nacional em 1943, quando o mito fenicianista foi relativamente arabizado para fortalecer a

¹⁴⁶ KAUFMAN, op. cit., p. 81-85.

coesão interna contra os franceses e garantir um melhor controle sobre um Estado nacional independente, mas etnicamente fragmentado e perpassado por tensões¹⁴⁷.

2.3. AS DISPUTAS IDENTITÁRIAS: FENICIANISMO, SIRIANISMO, ARABISMO E PAN-ISLAMISMO

Durante o mandato, às definições identitárias no Líbano estiveram intrinsecamente vinculadas às disputas pelo poder, aos grupos étno-confessionais e a programas políticos específicos. Dentre as principais correntes de então se sobressaem o libanismo, o sirianismo e o arabismo, sendo possível acrescentar ainda o islamismo político.

Fenicianismo

Rememorando algumas questões já trabalhadas, inicialmente os defensores de uma identidade peculiar libanesa eram quase que em sua totalidade cristãos, sobretudo maronitas e católicos. A ênfase recaía no passado fenício, portanto pré-árabe, para legitimar a existência de uma entidade libanesa independente representante de um povo que, embora heterogêneo, supostamente tinha uma mesma descendência.

Ainda que houvesse divergências, predominava um consenso entre os fenicianistas de que os atuais libaneses descendiam dessa antiga civilização, fato que os discernia dos demais povos vizinhos e atribuía um sentido coletivo a sua existência a partir de um passado comum.

Paralelamente ao mito fenicianista, os libanistas, distando ainda mais da percepção arabista e sirianista do Líbano e justificando sua permanência como Estado independente, também defendiam a existência de uma entidade separada desde tempos remotos, como um refúgio natural para as diversas minorias perseguidas.

Nessa perspectiva, o país seria um oásis para as mesmas que encontravam em suas terras a proteção e as condições necessárias para prosperarem. Os pais fundadores que teriam unificado a região, criando os precedentes que legitimam o Grande Líbano, seriam Fakhr al-Din Maan (morto em 1635) e Emir Bashir Shihab II (1788-1840).

¹⁴⁷ KAUFMAN, op. cit., p. 85-87.

Quanto ao fenicianismo propriamente dito, apesar de, a partir da Primeira Guerra Mundial, vários discursos separatistas libaneses terem se valido do mesmo para legitimar seus programas políticos, a origem de ambos é distinta. No concernente à defesa de um Líbano independente, os vestígios mais antigos dessa ideia remetem aos escritos do bispo maronita Niquila Murad, na década de 1840, sendo este o primeiro a defendê-la em termos de um moderno nacionalismo. A partir desse momento se inicia a criação de uma tradição de independência nacional, pretensamente originada no final do século XVI e defensora dos estreitos vínculos mantidos com a França desde os tempos dos cruzados¹⁴⁸.

Segundo Daniel Pipes, as demandas do separatismo libanês surgiram entre os maronitas como um desejo espontâneo e difundido de se verem livres de governos muçulmanos. Asher Kaufman aponta na mesma direção: inicialmente, o libanismo foi articulado pela igreja e vislumbrado em um contexto político cristão conservador controlado pelo clero maronita. Dessa forma, em um primeiro momento a igreja maronita serviu como a força maior na construção de uma consciência nacional libanesa e, desde o início do século XIX, participou ativamente do jogo político local.

Contudo, enquanto Kaufman defende que, com a divisão do Monte Líbano em 1842 (*Qai'maqamiyya*) e com o estabelecimento da *Mutassarafiyya* o separatismo libanês tenha se desvanecido, Pipes aponta para certa continuidade da ideia¹⁴⁹. O primeiro, valendo-se dos apontamentos de Carol Hakim-Dowek, assevera que, após um período de esquecimento, o libanismo reapareceu somente no início do século XX em uma forma laica e como resultado de problemas sociais internos com a *Mutassarafiyya*¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Embora essa gênese nacional pretendida seja também uma distorção histórica, afinal a ideia de um Líbano independente é relativamente nova e sua formação não é linear, é inegável que, ao contrário da Grande Síria, o Monte Líbano tem certa tradição como entidade política e administrativa autônoma, afinal passou a existir como tal a partir do regime da *Mutassarafiyya*, implantado em 1860 como resposta à guerra que opôs maronitas e druzos (FIRRO, Kais. *Inventing Lebanon: nationalism and the State under the Mandate*. London: I. B. Tauris & Co Ltd, 2003. p. 15-16).

¹⁴⁹ Um elemento que pode explicar essa controvérsia quanto à continuidade ou não do separatismo libanês é a possível valorização demasiada atribuída aos escritos de um pequeno grupo de intelectuais maronitas por Pipes. Conforme Kaufman, a partir de meados do século XIX, um grupo de intelectuais maronitas - fora da hierarquia eclesiástica e influenciado pela exposição às ideias europeias -, buscou provocar mudanças na situação política e social do Monte Líbano, tanto em um nível interno, em contraposição à igreja e grupos de notáveis, como em um nível internacional. Visavam expandir o Monte Líbano e alcançar uma maior autonomia diante do Império Otomano ou até mesmo a completa independência (KAUFMAN, op. cit., p. 6; 45-48)

¹⁵⁰ KAUFMAN, op. cit., p. 5-6.

Em contrapartida, Pipes argumenta que as demandas políticas não teriam cessado com a criação da região autônoma do Líbano, pelo contrário se difundiram. Nos primeiros anos já teriam começado a circular ideias de expandir as fronteiras do Monte Líbano, entretanto, não havia um consenso sobre elas. Se uns defendiam a anexação das áreas contíguas, outros se opunham. A questão era um Grande Líbano mais viável economicamente, entretanto com um equilíbrio sectário, ou a área da *Mutassarafiyya* com predominância cristã maronita (questão retomada no contexto de criação do Estado libanês, em 1920)¹⁵¹.

De acordo com a asserção de Kaufman quanto ao ressurgimento do libanismo no início do século XX como uma ideologia laica, pelo menos a princípio, este não pregava uma separação do Império Otomano e não era expresso como uma alternativa ao otomanismo. Ao retomá-lo, seus proponentes - provenientes de um novo e emergente estrato social (elite educada e secular) - estavam defendendo sobretudo reformas administrativas e propondo uma expansão do território autônomo da *Mutassarafiyya* dentro do contexto otomano. Ao fazer isso, desafiavam os clérigos maronitas e as tradicionais famílias de notáveis beneficiárias do *status quo*.

Argumentando que até o começo de 1919 os cristãos do Líbano tinham diferentes visões quanto à solução para a ‘questão libanesa’ - com predominância para as ideias de união com a Síria -, Kaufman, ao contrário de Pipes, defende a não linearidade e heterogeneidade do libanismo. Sublinha que foi somente no contexto após a Primeira Guerra Mundial que suas diferentes correntes começaram a convergir em um apelo para a formação de um Estado libanês independente, fundamentado em uma construção histórica que remonta até os antigos fenícios¹⁵².

Pensando nos fenícios como objeto de pesquisa, os estudos modernos mais remotos sobre essa antiga civilização do Levante remontam a eruditos teuto-franceses do século XVIII, destacando-se Jean Jacques Barthélémy (1716-1795), Arnold Heeren (1760-1842) e François Charles Movers (1806-1856), considerados os pais fundadores do tema. Afora essas iniciativas pioneiras, foi somente a partir de meados do século XIX que os fenícios se tornaram tema literário e objeto de análise mais frequente no mundo levantino e europeu, mormente a partir dos escritos de Ernest Renan, “*Mission*

¹⁵¹ PIPES, op. cit., p. 36-37.

¹⁵² KAUFMAN, op. cit., p. 6.

de Phénicie”, e Gustave Flaubert, “*Salammbô*”¹⁵³.

Quanto à colaboração de intelectuais levantinos no desenvolvimento de um saber ‘fenicianista’, destacam-se estudos realizados em diversas missões jesuítas fundadas a partir de 1831 e na Universidade Saint Joseph (1875)¹⁵⁴. Vinculada aos jesuítas, esta instituição de ensino superior paulatinamente se tornou o principal centro de estudos e de difusão de conhecimentos históricos antigos, compilando informações e formando diversos especialistas no assunto.

O tema fenício interessava tanto aos jesuítas quanto a uma intelectualidade local que, com cada vez mais freqüência, passava a enxergar em sua realidade traços desta antiga civilização. Segundo Kaufman, tal convicção influenciou profundamente os pensadores libaneses cristãos que estavam a procura de um tema para embasar seu movimento nacionalista¹⁵⁵.

Essa apropriação do fenicianismo por separatistas libaneses se deu em grande medida a partir da obra do jesuíta Henry Lammens. Outro pensador chave nesse sentido foi Isma’il Haqqi Bey, que organizou um livro, impresso em Beirute no ano de 1918. Nele é defendida com veemência a existência de uma consciência libanesa única, vinculada a uma história contínua e peculiar, iniciada com os fenícios. Embora também na obra de Haqqi Bey o Líbano seja associado à Síria, assim como ocorreu com Lammens, ela foi igualmente utilizada pelos nacionalistas libaneses para fundamentar seu programa separatista¹⁵⁶.

De forma geral, é possível considerar como marcos centrais na transição do fenicianismo cultural para o político a criação do Grande Líbano pela França e a

¹⁵³ Na difusão do tema fenício também se destacam as subsequentes escavações arqueológicas cujo desenvolvimento se intercala com a difusão e consolidação das missões jesuítas francesas no Levante, igualmente a partir de meados do XIX. Nesse sentido, também há que se considerar a relevância dos relatos de viajantes e trabalhos de intelectuais, que descrevem tanto as civilizações antigas quanto representam os habitantes contemporâneos dos locais onde essas se desenvolveram em tons romantizados a partir desse passado (KAUFMAN, op. cit., p. 22-23).

¹⁵⁴ As figuras mais proeminentes são Tannus al-Shidyaq (1794-1861), Pierre Martin e Henry Lammens. Estes dois últimos posteriormente se constituíram nas principais referências sobre o assunto. Mais especificamente quanto aos escritos de Lammens, estes foram fundamentais no suporte das ideologias separatistas da Síria e do Líbano no século XX, defensoras de identidades coletivas específicas sustentadas a partir da arqueologia, história antiga, geografia e etnografia (KAUFMAN, op. cit., p. 23; 31-32).

¹⁵⁵ Dado que o fenicianismo surgiu desvinculado de pretensões políticas locais, um dos principais problemas que os ‘neofenícios’ encontraram para se apresentar como os continuadores dos fenícios, politizando a ideia, foi o paganismo inerente aos mesmos, pois esse ia frontalmente contra um dos pilares principais da pretensa identidade libanesa, a fé cristã (KAUFMAN, op. cit., p. 36-37).

¹⁵⁶ KAUFMAN, op. cit., p. 23; 34-35

formação do Reino Árabe-Sírio por Faysal. Nesse contexto, a Síria passou a ser cada vez mais associada aos árabes-muçulmanos, fato que contrariou as perspectivas e os interesses de muitos dos antigos apoiadores da Grande Síria, que então passaram a advogar pelo separatismo libanês.

Em linhas gerais, essa associação entre fenicianismo e independência libanesa se fundamenta em um apelo ao passado pré-islâmico e cristão, determinante na construção da mitologia nacional que legitima a existência do Grande Líbano separado do resto do mundo árabe¹⁵⁷. Os libaneses passaram a ser identificados com os fenícios e vinculados ao mundo ocidental e mediterrânico, no lugar do mundo desértico oriental árabe-islâmico¹⁵⁸.

Pipes destaca o fato da região do Monte Líbano ser a entidade com maior tradição de autonomia no interior da Grande Síria como o fator fundamental para se compreender a difusão do separatismo libanês e a apropriação que este fez do fenicianismo. Por ser de difícil acesso, raramente foi controlada diretamente por forças exteriores e, já durante o jugo otomano no século XIX, parte da população não mais se considerava súdita do imperador, buscando na França um “protetor”¹⁵⁹.

Sirianismo

No concernente aos sirianistas, o cerne de sua ideologia é a existência de uma nação síria desde tempos imemoriáveis, da qual o Líbano é parte inseparável. Assim como ocorrido com o fenicianismo, a expansão da influência ocidental na região, principalmente a partir de missionários protestantes no século XIX, foi determinante para o desenvolvimento dessa corrente. Se até então o termo mais usual em árabe para se referir à região da Grande Síria era *Bilad ash-Sham* (País do Sol), esses religiosos estiveram ligados à difusão do próprio termo Síria no Oriente Médio¹⁶⁰.

¹⁵⁷ Embora haja muitos elementos homogêneos dentro do fenicianismo, que passou a servir a interesses políticos ao demonstrar a viabilidade de um Grande Líbano independente, cabe mencionar a heterogeneidade inerente ao mesmo conforme atesta Asher Kaufman, que trabalha, a partir de seus principais pensadores (Charles Corm, Michel Chiha e Sa'id Aql) com pelo menos três perspectivas fenicianistas distintas.

¹⁵⁸ Essas ideias fenicianistas circularam sobretudo em jornais e revistas (KAUFMAN, op. cit., p. 146).

¹⁵⁹ PIPES, op. cit., p. 33-34.

¹⁶⁰ Em meados do século XIX, a versão arabizada do mesmo (*Suriya*) já estava difundida. Em 1847, como expressão da *Nahda*, foi fundada a Sociedade Síria para Aquisição das Ciências e Artes. Em

A partir de meados do século XIX, o nome Síria¹⁶¹ (*Suriya*) ganhou tal amplitude que até os funcionários otomanos, inicialmente opostos ao seu uso, passaram a empregá-lo oficialmente para se referir a uma área muito maior que a do atual Estado homônimo. De forma geral, a existência da Síria (ou Grande Síria) era reconhecida pelos diplomatas e viajantes europeus, que empregavam o termo como referência para incluir diferentes cidades e regiões¹⁶².

Considerando a politização do termo “Grande Síria”, ela só ocorreu a partir do início do século passado, ainda que não de forma acabada, quando a unidade da Síria nos mais diferentes aspectos passou a ser reconhecida e embasou ideias e programas partidários¹⁶³.

Na Conferência de Paz em Paris, no ano de 1919, um sírio explicava que, afora a língua, o solo é outro fator da coesão e similaridade física e moral de seus habitantes, que coadunam dos mesmos ideais, tradições e costumes e tiveram uma trajetória comum no curso dos séculos, partilhando acima de tudo de um mesmo sofrimento. Também em 1919, o Congresso Geral Sírio, organizado por Faysal ibn Hussayn a fim de preparar a recepção da *King Crane Comission*, justificava sua demanda por uma Síria unida com base na fala comum do árabe, no comércio que por séculos se deu livremente na região e nos casamentos e laços de parentesco vinculando seus habitantes¹⁶⁴.

Embora sem fins separatistas, já em meados do século XIX os integrantes da *Nahda* (Renascença literária árabe), sobretudo cristãos sírio-libaneses dentre os quais se destaca Butrus al-Bustani, utilizavam-se da língua árabe e de outros elementos para defender uma identidade secular comum no território da Síria geográfica. Um fator

1860, Butrus al-Bustani publicou o jornal chamado “A trombeta da Síria” (*Nafir Suriya*) e um ano depois apareceu em Beirute um livro chamado ‘As ruínas da Síria’ (*Kharabat Suriya*). Em 1868 foi fundada a Sociedade Escolar Síria (*al-Jam’iya al-’Iliya as-Suriya*). Entre 1868 e 1881 há registros de três livros sobre a “história da Síria”.

¹⁶¹ O nome Síria é uma forma latinizada de um termo grego utilizado por Heródoto. Durante o Império Romano o mesmo se referia às terras situadas entre a Ásia Menor e o Egito, portanto, ao que alguns pensadores do XIX e Saadeh passaram a chamar de Grande Síria.

¹⁶² É importante considerar que, embora o termo não tivesse uma definição espacial comum em seus diferentes empregos, referia-se sempre a uma área muito maior do que a do atual território do Estado homônimo, geralmente compreendendo partes da atual Turquia, Egito e Iraque e a totalidade da Síria, Líbano, Palestina e Jordânia (PIPES, op. cit., p. 13-14).

¹⁶³ O geógrafo francês Emmanuel de Martonne (1873-1955) fala tanto da unidade geográfica (estrutura física, clima, vegetação) quanto de uma unidade cultural entre seus habitantes, esta baseada na tipologia física, estrutura familiar estendida, fala árabe e costumes em comum.

¹⁶⁴ PIPES, op. cit., p. 39.

possivelmente vinculado a essa politização da Grande Síria no século XX é a influência do determinismo geográfico, parcialmente presente também na teoria de Antoun Saadeh (que segundo Pipes foi o responsável pela consolidação da ideia síria).

Pensando nessa suposta unidade da Grande Síria, Pipes salienta que tanto a região nunca teve uma história como Estado soberano quanto a imensa maioria de seus habitantes - divididos em várias seitas do cristianismo e islamismo - nunca se considerou membro de uma nação comum. Além do que, para Pipes e muitos outros autores, na Grande Síria as lealdades sempre estiveram baseadas primeiramente na família e religião. Quanto aos laços de lealdade para com o Estado, eram inexistentes até bem pouco tempo atrás¹⁶⁵.

Ainda segundo Pipes, dado essa ausência de um sentimento sírio generalizado, o pansirianismo primeiro foi um apelo de elites para depois se espalhar de forma mais ampla - ainda que o sucesso em sua difusão seja contestável. O autor aponta que seu desenvolvimento se deu como uma resposta às ideias europeias e não como uma articulação das necessidades de uma porção da população síria, diferindo nesse ponto do separatismo libanês.

Nesse sentido, antes da Primeira Guerra Mundial, o pansirianismo atraiu apoio apenas de forma lenta e esporádica. Pipes remonta a origem do mesmo a al-Bustani, o primeiro pensador proeminente a destacar a Síria como foco de lealdade e pensá-la a partir do conceito europeu de nação. Seus escritos representam-na como uma entidade histórica e geograficamente distinta e clamam pela lealdade com a mesma como a única forma de combater o sectarismo endêmico - ideia central em Saadeh.

No âmbito da ação política, já na década de 1870, houve uma tentativa - ainda que isolada - de conseguir a independência da Grande Síria. Em 1878 foi fundada uma organização em Damasco, composta principalmente por muçulmanos notáveis, chamada de Independência da Síria (*Istiqlal al-Bilad ash-Shamsiya*)¹⁶⁶. Contudo, segundo Pipes, até a política de "turquificação" empreendida pelos Jovens Turcos o pansirianismo fez poucos progressos.

Durante e após a "turquificação" a ideia ganhou uma maior difusão. Em 1908 alguns cristãos fundaram o Comitê Central Sírio em Paris, com o objetivo de

¹⁶⁵ PIPES, op. cit., p. 15-16.

¹⁶⁶ Note-se que, não se trata do termo Síria (*suriya*), mas *al-Bilad ash-Shamsiya*.

promover a unidade da Síria sob a proteção francesa. Até a Primeira Guerra Mundial, outras sociedades foram fundadas com metas semelhantes, tanto reformistas quanto separatistas, destacando-se o Comitê Central para Reforma e Defesa dos Interesses Sírios e o Congresso Sírio-Árabe¹⁶⁷.

Nas terras libanesas, dos primeiros anos do século XX até a fundação do Reino Árabe-Sírio e a criação do Grande Líbano, a maioria dos programas políticos separatistas visava à criação de um Estado único nas regiões da atual Síria e Líbano, cujos habitantes eram considerados como partes da mesma nação. Tanto libaneses em organizações locais quanto no exterior participavam ativamente nas organizações pansírias. Nesse contexto, como defensor de uma identidade coletiva e de nacionalismo sírio se destacava o jesuíta Henri Lammens (1862-1937)¹⁶⁸.

Pensando nesses anos imediatamente posteriores à Primeira Guerra, enquanto Kaufman aponta para o grande número de cristãos libaneses que abandonaram a ideia da Grande Síria, Pipes defende que a mesma passou a ser articulada e defendida amplamente. Sustentando seus argumentos, o último destaca o rei Faysal ibn Husayn (regente do Reino Árabe-Sírio e depois do Iraque), intelectuais como Chékri Ganem e George Samné e grupos dissidentes, como os rebeldes alawitas. Entretanto ressalta que, como uma ideologia consolidada, o pansirianismo só passou a existir de fato com Antoun Saadeh e o Partido Nacionalista Social Sírio (PNSS).

Pipes traça uma divisão entre pansirianistas pragmáticos e pansirianistas puros. Os primeiros, alinhados com o pan-arabismo, defendiam a unificação imediata da Grande Síria como um objetivo mais viável e um primeiro passo para a posterior fundação de um Estado árabe maior. Portanto sua unificação era apenas um meio. Destacam-se nessa corrente os reis hachemitas Faysal e Abdallah e muitos nacionalistas árabes, para os quais a Grande Síria seria uma versão prática do

¹⁶⁷ PIPES, op. cit., p. 36-37.

¹⁶⁸ Segundo Lammens, mesmo com a ameaça imposta ao “autêntico caráter sírio” pela ocupação árabe-islâmica, esse foi preservado e serve de base à criação de um Estado soberano na região. Em sua ótica, há uma raça síria que remonta suas origens até os antigos fenícios, povo que se constituía em uma nação homogênea e já nutria, ainda que de forma subconsciente, a ideia nacional síria. Afora Lammens, os também jesuítas Antun Salhani e Louis Cheikho advogaram pela unicidade entre o Líbano e a Síria. Contudo, conforme visto anteriormente e de forma análoga ao que aconteceu com Butrus al-Bustani, embora Lammens tenha defendido um pansirianismo, acabou por contribuir em muito para a consolidação das ideias separatistas libanesas e para a própria formação do Grande Líbano. De qualquer modo, Kaufman aventa a possibilidade de Lammens ser o primeiro visionário do nacionalismo separatista sírio (KAUFMAN, op. cit., p. 33).

arabismo.

Em contrapartida, os pansirianistas puros rejeitavam o pan-arabismo e defendiam a criação de uma Grande Síria como um fim em si, alegando ser esta uma unidade nacional exclusiva. Situam-se nessa corrente, em um primeiro momento, muitos separatistas sírio-libaneses (até aproximadamente a Primeira Guerra) e Antoun Saadeh. Embora vários pansirianistas pragmáticos também tenham defendido o secularismo, este é considerado por Pipes como uma característica fundamental dos pansirianistas puros¹⁶⁹.

Arabismo

A fim de compreender melhor os sentimentos nacionais em voga na Síria e no Líbano até pouco depois da Primeira Guerra Mundial Kaufman os divide em sirianismo secular não árabe, sirianismo secular árabe e sirianismo árabe-muçulmano. A primeira vertente, existente segundo o autor desde o início do século XX, mas relevante somente a partir da Primeira Guerra Mundial, equivale aos separatistas libaneses e aos puros pansírios discutidos acima. Quanto aos defensores das outras duas correntes, são estes que compõem o pan-arabismo, heterogêneo em seu interior.

Considerando o sirianismo árabe secular, ele existe como identidade geopolítica e cultural desde a década de 1860, intercalando-se com o otomanismo e com sentimentos regionais. Butrus al-Bustani, por considerar a Síria sua pátria (*watan*) e defender o otomanismo e a lealdade à ‘Grande Porta’, é apontado também como um dos fundadores da identidade árabe. Tal pensador entendia que os habitantes da Grande Síria eram membros de uma nação que, culturalmente carregava acentuadas características árabes e politicamente pertencia ao Império Otomano.

O vínculo de al-Bustani com o nacionalismo árabe incipiente está no papel proeminente que exerceu na *Nahda* (renascimento literário árabe), contribuindo para a formação do arabismo como identidade cultural secular. A partir de Bustani, até aproximadamente a Primeira Guerra Mundial, essa vertente do nacionalismo árabe foi

¹⁶⁹ PIPES, op. cit., p. 37-41. Uma crítica a ser feita a essa divisão é a relação relativamente ambígua que Antoun Saadeh estabelece com o pan-arabismo, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial. Se por um lado reitera a independência síria como principal objetivo, por outro também a considera um passo crucial no renascimento das nações árabes. Ao passo que sustenta a manutenção permanente de sua independência, também a situa no contexto de uma entidade árabe maior.

se desenvolvendo, sendo defendida mormente por cristãos de Beirute e do Monte Líbano, destacando-se Nadra Moutran, Iskandar Amoun e Ibrahim al-Najjar.

A corrente denominada por Kaufman de sirianismo árabe-muçulmano acrescenta um componente religioso islâmico à identidade árabe-síria, colocando o islã e o arabismo como seus dois pilares principais. Com suas primeiras raízes cravadas nos pensadores denominados de fundamentalistas islâmicos por Anouar Abdel-Malek, com destaque para Jamal al-Din al-Afghani e Muhammad Abduh, foi Rashid Rida, discípulo de Abduh, quem melhor expressou o programa de se estabelecer um Estado-nação árabe-sírio baseado no islã como principal fator identitário¹⁷⁰.

Pensando na ação política baseada no arabismo, segundo Pipes, a primeira sociedade pan-árabe foi fundada em 1908, em resposta à revolução dos jovens turcos. Mas, para o autor, o pan-arabismo moderno só começa de fato em 1933, com a fundação da Liga da Ação Nacionalista (*'Usbat al-'Amal al-Qawmi*) na Síria, e ganha ênfase e eficácia a partir de 1940 com a fundação do Ba'ath¹⁷¹. Pipes ainda destaca que, embora o pan-arabismo tenha sido fundado por cristãos da Grande Síria, ganhou a adesão de muitos sunitas que conciliavam nele pan-islamismo e nacionalismo¹⁷².

Enquanto o pan-arabismo inicial dos cristãos estava limitado à Grande Síria e ao Iraque, ao se apropriarem do mesmo, os sunitas ampliaram suas fronteiras incluindo o Egito, o norte da África e a Península Arábica. Entretanto, segundo Pipes, a posterior predominância dos sunitas na defesa do pan-arabismo e a relação dúbia que foi estabelecida com o islamismo contribuíram para que muitas das minorias que antes o apoiavam tenham-no abandonado e passado a advogar ideologias alternativas, como o separatismo libanês, pansirianismo, nacionalismos estatais e o socialismo internacionalista¹⁷³.

¹⁷⁰ Segundo Kaufman, o Reino árabe-sírio de Faysal em Damasco foi a manifestação política das ideias de Rida, dado que buscava a consolidação de um amplo Estado árabe-muçulmano, sendo a união da Grande Síria o primeiro passo para tal (KAUFMAN, op. cit., p. 7).

¹⁷¹ Deve-se destacar também a fundação em Beirute do Partido Nacionalista Árabe (*al-hizb al-arabi al-qawmi*), em meados de 1935, por figuras centrais de círculos nacionalista pan-árabes, como Qustantin Zurayq (NORDBRUCH, Götz. *Nazism in Syria and Lebanon: the ambivalence of the German option, 1933-1945*. New York: Routledge, 2009. p. 56).

¹⁷² Pipes coloca que é justamente por servir de ponte a esses dois ideais contrários, o nacionalismo e o pan-islamismo, que o pan-arabismo teve um grande apelo, tornando-se uma corrente difundida e amplamente defendida por todo o Oriente Médio, tendo seu auge no governo de Gamal Abdel Nasser.

¹⁷³ PIPES, op. cit., p. 37; SALIBI, op. cit., p. 53-54.

Kamal Salibi salienta a importância fundamental dos missionários protestantes americanos e britânicos no surgimento e desenvolvimento do movimento nacional árabe. De forma geral, enquanto os jesuítas franceses, apoiados pelos maronitas, enfatizavam a peculiaridade dos sírio-libaneses, os missionários protestantes encorajavam sentimentos nacionais entre seus seguidores, ensinando-os a pensar em si mesmo como sírios e árabes. Enquanto os primeiros difundiam o francês e a cultura e história europeia e a local pré-árabe, os segundos salientavam a língua e a herança cultural árabe¹⁷⁴.

Roberta Aragoni Vicenzi divide a trajetória do pan-arabismo em três etapas. A primeira, indo de meados do XIX até a Primeira Guerra Mundial, é a fase originária, na qual a solidariedade religiosa ainda era muito forte e as potências europeias estavam ascendendo em detrimento do Império Otomano. A segunda, que vai até a fundação do Estado de Israel, “é marcada por profunda intensidade anticolonial” e pela transformação do arabismo de um movimento cultural em um movimento político¹⁷⁵. Conforme Vicenzi, o momento de transição entre as duas etapas é a deflagração da Revolta Árabe de 1916 e seu marco principal é a Revolta Palestina, de 1936¹⁷⁶. Por fim, a terceira etapa, que representa tanto o auge quanto o declínio do movimento nacional árabe, desenrola-se entre a guerra de 1948 ou *Nakba*¹⁷⁷ e a Guerra dos Seis Dias (1967) ou *Naksa*¹⁷⁸, caracterizando-se pela maior organização e militância do nacionalismo árabe. A figura chave desse momento é Gamal-Abdel-Nasser, que se tornou o ícone da ideologia.

De forma geral, a autora coloca que, iniciando-se como um “movimento restrito à conscientização de uma identidade cultural”, baseada sobretudo na língua e em uma história comum, o pan-arabismo se insereu no campo político somente a partir do levante contra os otomanos. Desse momento em diante, além de reconhecer a

¹⁷⁴ SALIBI, op. cit., p. 44-45.

¹⁷⁵ VICENZI, op. cit., p. 56.

¹⁷⁶ Tal qual a difusão do separatismo libanês e do nacionalismo sírio, a do pan-arabismo se relaciona com mudanças históricas e estruturais, como “o neocolonialismo, emergência da classe média no mundo árabe, ampliação da educação secular estatal e o crescimento da imprensa” (VICENZI, op. cit., p. 56).

¹⁷⁷ Enquanto a historiografia oficial israelense se refere à guerra de 1948 como a “guerra da independência”, a historiografia e demais narrativas árabes denominam-na como a *Nakba*, que em árabe quer dizer catástrofe. Se os primeiros enfatizam a criação e afirmação do Estado de Israel, os segundos destacam a expulsão de aproximadamente 700.000 palestinos e a destruição de centenas de vilas.

¹⁷⁸ Em árabe *Naksa*, significa contratempo, contrariedade, revés.

particularidade árabe (cultural, linguística, étnica, histórica, etc.), seus defensores passaram a almejar e a buscar a soberania dentro de um território delimitado¹⁷⁹.

Islamismo político

A última corrente a ser trabalhada é aquela que Elizabeth Thompson denomina de populismo islâmico¹⁸⁰. São defensores de uma “tradição islâmica inviolável” (embora diferentes dos *salafīyya*, que advogam por um islã puro) que, após a Primeira Guerra, encontraram as condições para construir um movimento social com base popular a fim de tentar ganhar status na ordem colonial. Sobretudo membros da pequena burguesia e ulemás, buscavam resgatar a autoridade religiosa perdida devido às reformas otomanas e ao controle imperial, e preservar o islã das mudanças modernas¹⁸¹.

Quanto à influência exercida sobre o povo, nos anos 1930, os islâmicos populistas começaram a se sobrepôr às elites nacionalistas laicas, explorando os antagonismos de classe, colocando-se como defensores dos pobres contra seus exploradores e atacando a doutrina dos “*salafitas*”, sobretudo sua aversão às tradições populares do islã. Provendo serviços de bem-estar social, arrecadando taxas e até exercendo formas locais de justiça, eles se valiam de uma linguagem religiosa, paternalista e comunitarista¹⁸².

Na arena política, desde os princípios do século XX, ainda sob os otomanos e posteriormente com o reino de Faysal e o mandato francês, os islâmicos populistas mobilizaram ações contra o secularismo do Estado e o islã elitista dos “*salafitas*”. Em 1924, na cidade de Hama, uma sociedade islâmica construiu escolas para ambos os

¹⁷⁹ VICENZI, op. cit., p. 57-58. No contexto imediatamente anterior a Primeira Guerra Mundial, não havia um consenso entre diferentes pensadores e políticos árabes em relação a manutenção do apoio ou ruptura com o Império Otomano. Enquanto uns defendiam a permanência da lealdade ao sultão, como governante legítimo e mantenedor da *umma*, outros, mais cristãos que muçulmanos, almejavam a independência. Se por um lado muitos queriam romper com o Império, havia a indesejada possibilidade de que com sua queda fosse instalado um governo colonial (embora alguns fossem otimistas com uma eventual intervenção das potências europeias). As dissensões se davam, sobretudo, em torno da pretensão do sultão otomano ao califado, da política de “turquificação” e de demandas por descentralização não atendidas. Em suma, mesmo entre os opositores e entusiastas do Império, não havia um consenso. HOURANI (2005), op. cit., p. 301-302.

¹⁸⁰ Tal corrente se constitui em uma das vertentes da categoria mais geral de “fundamentalismo islâmico”, conforme Anouar Abdel-Malek.

¹⁸¹ THOMPSON, op. cit., p. 103-104.

¹⁸² THOMPSON, op. cit., p. 104.

sexos e, nesse mesmo ano, foi formado um grupo chamado “Hizb Allah” (Partido de Deus), alardeando as elites muçulmanas. Segundo Thompson o mais importante desses grupos islâmicos populistas foi o *Jam’iyat al-Gharra*, fundado também em 1924 na cidade de Damasco. Seus membros usavam turbantes como sinal de protesto contra a influência europeia e faziam demonstrações contra a mistura dos sexos nas escolas, acusando o Estado de promover a imoralidade na sociedade.

Conforme a autora, no começo da década de 1930, grupos similares foram formados em várias cidades e, nos anos subsequentes, esses populistas forjaram fortes vínculos entre a juventude de distintas cidades, destacando-se associações como a *Shabab Muhammad* (Juventude de Muhammad) e *Shubban al-Muslimin* (Jovens islâmicos). Organizados com base na religião, envolveram-se nas questões políticas nacionais e econômicas, promovendo greves, veiculando panfletos e jornais, promovendo revoltas, enviando petições e fazendo demonstrações de rua¹⁸³.

Embora relativamente secundários no Líbano, há que se mencionar ainda a existência dos “fundamentalistas islâmicos” sunitas, defensores de um grande Estado islâmico - inviável dado o grande número de cristãos e membros de outras confissões. Trata-se das filiais locais da Irmandade Muçulmana - fundada no final da década de 1920 no Egito - e de outros grupos “*salafitas*”.

Analisadas as principais percepções identitárias locais nos anos do mandato, na sequência cabe considerar as diferentes formas que os grupos políticos se valeram para materializar as mesmas. Com exceção dos movimentos islâmicos que, de forma geral, buscaram se entrincheirar em sua tradição religiosa-política comunitária como forma de ação/resistência, os demais grupos, para concretizar suas percepções identitárias, valeram-se sobretudo de apropriações de ideais e das formas de organização das correntes ideológicas europeias em disputa nos anos entre as guerras mundiais. Sendo assim, é mister analisar a penetração e circulação dessas na região.

2.4. AS CORRENTES POLÍTICAS EUROPEIAS NA SÍRIA E NO LÍBANO

Segundo Götz Nordbruch, as convulsões causadas pela Primeira Guerra Mundial não pouparam o Líbano e a Síria. A guerra deixou suas marcas na memória

¹⁸³ THOMPSON, op. cit., p. 106-108.

coletiva dessas populações, deslocadas e dizimadas por batalhas, pela fome e por doenças. Não suficiente, salvo exceções pontuais, o estabelecimento do mandato francês raramente atendeu às expectativas e demandas ecoadas pelos habitantes locais. Após o desmantelamento do Império Otomano e a abolição do califado, em 1924, nacionalistas libaneses, sírios e árabes tiveram que se adaptar a um novo contexto regional e internacional.

No cenário diplomático, mensagens conflitantes dos poderes imperiais intensificaram ainda mais as batalhas políticas locais e os debates intelectuais. Conforme Nordbruch, a declaração dos quatorze pontos de Woodrow Wilson, a Revolução de outubro na Rússia e as aspirações coloniais das potências europeias perpassaram as discussões políticas, as interpretações da realidade e as visões de futuro na Grande Síria. Paralelamente, as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas nas últimas décadas do Império Otomano desaguaram em acirrados debates e na formação de movimentos políticos clamando por restauração, reforma ou revolução¹⁸⁴.

Concomitantemente ao desencontro entre os desejos locais e as discussões diplomáticas travadas pelas potências vitoriosas, esteve a ascensão da política de massas e a emergência de movimentos e partidos com fortes bases ideológicas. Tais fatores se vinculam a um incremento generalizado na oferta de educação, a uma crescente urbanização e extensão da infraestrutura básica e ao redimensionamento ou recrudescimento dos limites simbólicos da comunidade de pertença.

No plano das ideias políticas, as mudanças supracitadas necessariamente afetaram a percepção da nova ordem e a definição do papel dos indivíduos na mesma. Segundo Thompson, a sensação de um mundo virado de ponta-cabeça produziu tanto uma nostalgia pelas normas perdidas quanto um espírito revolucionário¹⁸⁵. Nesse mesmo sentido, citando, Nordbruch,

estudantes, trabalhadores e mulheres gradualmente se tornaram forças que modelaram as lutas intelectuais e políticas e se envolveram em confrontações diretas não somente com as autoridades francesas, mas também com os poderes locais estabelecidos. Nesse contexto, as ideologias europeias modernas se tornaram referências controversas para concepções públicas de sociedade, história e política. Na busca por uma ordem cívica

¹⁸⁴ NORDBRUCH, op. cit., p. 7-8.

¹⁸⁵ THOMPSON, op. cit., p. 38.

apropriada, a filosofia e o pensamento político europeu proveram um importante - mas não exclusivo - ponto de partida para reflexões sobre o futuro almejado. Escolhas cruciais entre governo autocrático e parlamentarismo, entre individualismo e comunitarismo e entre uma organização social capitalista, feudal ou socialista, secular ou religiosa, eram questões discutidas em público, entre círculos intelectuais e dentro de emergentes organizações políticas e culturais¹⁸⁶.

É importante destacar que, nos territórios sob mandato francês, a crescente urbanização e a modernização das estruturas sociais foram acompanhadas da emergência de uma juventude cada vez mais secularizada. As organizações de jovens, entrincheiradas entre a ordem tradicional e a crescente influência europeia em campos vitais como a educação, a cultura e a política, visivelmente desafiaram as estruturas pós-otomanas. Afinal, suas agendas não se restringiam à luta contra o colonialismo, dado que também tinham demandas por mudanças substanciais na ordem socioeconômica local. Citando novamente Nordbruch, ao final dos anos 1920 e início dos anos 1930, “a intensificação da crise econômica e o óbvio fracasso das principais políticas nacionalistas deram um ímpeto ainda mais acentuado para a radicalização dessa nova *effendiyya* (classe média emergente)”¹⁸⁷.

Nesse contexto, as referências das organizações de jovens aos seus contemporâneos europeus foram tanto estilísticas quanto ideológicas. Desde a virada do século XIX para o XX, debates e reflexões sobre o estado da sociedade se fundamentaram também em informações e impressões provenientes de indivíduos e grupos não árabes e não muçulmanos. Nas décadas de 1930 e 1940, cidades como Beirute se tornaram centros de encontro e manifestação de diversas influências políticas e religiosas, indissociáveis dos discursos nacionalistas¹⁸⁸.

Em outras palavras, as disputas pela definição da futura ordem pública foram permeadas por diversas influências, tanto de pensadores locais anteriores quanto de pressupostos filosóficos e políticos modernos europeus. Os embates não se limitaram à ação direta contra as autoridades e a intervenções na forma de greves, demonstrações e protestos. Eles envolveram, igualmente, a conformação dos discursos

¹⁸⁶ NORDBRUCH, op. cit., p. 8. Livre tradução do autor.

¹⁸⁷ NORDBRUCH, op. cit., p. 9.

¹⁸⁸ NORDBRUCH, op. cit., p. 9-10.

públicos e a formação de conceitos culturais, religiosos e políticos¹⁸⁹.

Como resultado dessa efervescência político-ideológica e da política de massas, a população urbana e a opinião pública ganharam importância como um campo de batalha para legitimar as autoridades. Assim sendo, cresceram vertiginosamente a publicação de jornais, revistas e demais periódicos, que colocavam em circulação as mais variadas ideias, tanto do espectro local quanto europeu.

Para avaliar a circulação e o impacto das ideias europeias no Levante, a partir das quais manifestações locais como o libanismo, sirianismo e o arabismo ganharam corpo, é possível considerar, como ponto de partida, aquela corrente que Anouar Abdel-Malek denomina de “modernistas liberais” no interior do “Movimento Nacional Árabe”. Segundo o autor, os integrantes dessa tinham como base comum o reconhecimento do renascimento da civilização ocidental e a defesa da necessidade de renovar todas as dimensões da existência no mundo árabe contemporâneo. Com base no espírito científico, racionalismo filosófico e liberalismo político objetivavam criar uma sociedade moderna e aberta ao progresso, similar as da Europa e América do Norte. Abdel-Malek sublinha a heterogeneidade dessa corrente de pensadores, cujo leque se alarga do liberalismo conservador, defendido pela burguesia local, até o marxismo.

Considerando as duas etapas do “Movimento Nacional Árabe” (sendo a Segunda Guerra a ruptura), segundo Abdel-Malek os pensadores da primeira tinham como meta assegurar o acesso dos grupos e classes sociais autóctones ao poder econômico e político. Até pouco tempo depois da Primeira Guerra, a burguesia nativa era a principal representante das demandas nacionais e a luta principal era dirigida contra os ocupantes imperialistas em prol da restauração da soberania formal. Posteriormente ao conflito, o terreno rapidamente se modificou e a manifestação das demandas locais se deu, sobretudo, a partir a ação das massas populares, organizadas em sindicatos e partidos políticos, para os quais os burgueses estavam antes interessados em manter seus privilégios, conservando o *status quo*, do que verdadeiramente atentos aos problemas nacionais e sociais.

Haggai Erlich defende que as elites políticas árabes, dominantes dos anos vinte até os cinquenta, eram formadas mormente por notáveis proprietários de terras, que

¹⁸⁹ NORDBRUCH, op. cit., p. 12.

viviam nas cidades (“*landowning urban notables*”). O autor assevera que tal classe teria se tornado politicamente proeminente aproximadamente três gerações antes, durante o período das reformas modernizadoras do Império Otomano (*Tanzimat*). O auge de tal grupo no cenário político local seria os anos vinte, quando o poder e o prestígio das principais famílias urbanas constituíram a espinha dorsal dos novos Estados médio-orientais¹⁹⁰.

Aproximando-se de Abdel-Malek, Erlich aponta que essa classe de notáveis fora rápida em se adaptar às novas circunstâncias. Seu principal objetivo era encontrar uma fórmula para implementar as mudanças modernas necessárias e encabeçar a luta pela emancipação da França e Grã-Bretanha, mas sem perder a hegemonia social e seus privilégios econômicos. Para tal, o rumo idealizado foi a manutenção do sistema parlamentar constitucional ocidental que, evitando distúrbios violentos e motins socialmente arriscados, buscava canalizar a luta nacionalista “para a esfera mais estável da negociação e do diálogo”. O parlamentarismo permitia recrutar as forças sociais emergentes, como jovens e membros da classe média educada, organizando-as e controlando-as a partir do sistema político partidário.

Dessa forma, devido sobretudo aos benefícios que trazia aos grupos hegemônicos, durante os anos 1920, “a ideia de que a política da representação constitucional era a chave para o fortalecimento e poder nacional prevaleceu no Oriente Médio”¹⁹¹. Sobressaia-se a esperança depositada pelas elites locais na gradual expansão da autonomia política para conseguir, a partir de um processo pacífico, aliar as independências nacionais com a manutenção de seu status privilegiado.

Entretanto, segundo Nordbruch, a democracia também era defendida por grupos marginalizados, não somente como parte da luta pela independência, mas como meio para a obtenção de direitos e participação política. Citando-o,

a questão da democracia estava intimamente relacionada com a perspectiva da independência nacional do mando francês. O conceito de governo do povo não estava limitado aos mecanismos do processo de tomada de decisão interna e ao equilíbrio dos interesses sociais e políticos; sob a autoridade do alto-comissário francês, democracia era também independência do controle e intervenção externa. Sendo assim, a demanda por representação

¹⁹⁰ ERLICH, Haggai. *Periphery and youth: fascist Italy and the Middle East*. In: LARSEN, Stein U. (ed.). *Fascism outsider Europe: the European impulse against domestic conditions in the diffusion of global fascism*. New York: Columbia University Press, 2001. p. 396.

¹⁹¹ ERLICH, op. cit., p. 397.

política não era somente dirigida contra as elites e hierarquias locais, mas também contra o domínio francês¹⁹².

Em suma, o modelo democrático contava com um amplo apoio local. Ainda que determinadas camadas sociais, sobretudo jovens e a classe média, tenham tendido a se aproximar dos postulados fascistas, procurando uma revolução tanto nacional (contra os grupos privilegiados) quanto internacional (contra o jugo imperial), a parcela majoritária da população continuou a defender a representação política, os direitos individuais e a liberdade. Malgrado o exemplo negativo das democracias burguesas europeias, propagadoras do domínio colonial, a defesa do regime democrático foi uma referência essencial tanto para as negociações franco-libanesas e franco-sírias de 1936 quanto para os círculos afiliados à “Liga contra o Nazismo e o Fascismo na Síria e no Líbano” (fundada em 1935)¹⁹³.

Contudo, cabe notar que essa opção hegemônica pelos modelos políticos representativos não privou o Levante das disputas ideológicas europeias típicas dos anos entre as duas guerras mundiais. Nesse sentido, já abordada a presença e a prevalência do ideal parlamentarista constitucional, sobretudo defendido pelas elites desejosas de manter seu status, na sequência serão consideradas a difusão local e as apropriações do comunismo e do fascismo.

O comunismo e o movimento trabalhista

Quanto ao movimento operário e ao comunismo, Thompson aponta que as primeiras tentativas dos trabalhadores se organizarem coincidiram com o início do sistema de mandatos. Junto às primeiras greves, em 1924 foi fundado o Partido do Povo Libanês por Yusuf Yazbak e Fu’ad al-Shamali, em cooperação com comunistas judeus. As principais demandas eram a formação de sindicatos, um maior suporte para a educação, direitos femininos e políticas de combate ao sectarismo. Pouco após sua fundação, houve a união com uma organização comunista armênia, que culminou na formação do Partido Comunista da Síria e Líbano.

Conforme Nordbruch, em 1931, o Partido, paralelamente à ênfase na oposição

¹⁹² NORDBRUCH, op. cit., p. 17. Tradução livre do autor.

¹⁹³ NORDBRUCH, op. cit., p. 79.

ao fascismo, definiu sua visão e objetivos vinculando a independência nacional e a luta anticolonial a demandas específicas pela extensão dos direitos dos trabalhadores, camponeses, mulheres e crianças. Se em um primeiro momento, apesar do grifo na libertação nacional, manteve-se distante dos principais círculos nacionalistas sírio-libaneses, enfatizando o caráter classista e carecendo de relevante apoio popular, sobretudo a partir do sucesso nazista houve uma reestruturação e reformulação programática.

O sírio Khalid Bakdash se tornou o secretário-geral do Partido e executou ordens de Moscou para arabizar e expandir os quadros para além da base armênia. As novas diretrizes culminaram na adoção de objetivos nacionalistas mais populares e na publicação de revistas e panfletos. Por meio desses materiais a doutrina socialista foi traduzida e difundida e foram feitos apelos para a França aderir “sua missão democrática pelo mundo”¹⁹⁴. O partido cresceu nesses anos para mais de 2.000 membros e lançou candidatos nas eleições parlamentares libanesas de 1937.

A partir da “arabização” do Partido, apontada pelo COMINTERN em 1932, foi abandonada a anterior oposição à aliança com as burguesias nacionais (vistas como quinta coluna do imperialismo) na luta contra o inimigo colonial e houve uma popularização da organização e do programa do Partido. Conforme Nordbruch, com o apontamento de Khalid Bakdash como secretário-geral, o foco das políticas locais mudou da luta por direitos sociais e políticos para a unidade nacional árabe e independência do domínio colonial. Dessa forma, houve um crescente interesse na concretização das alianças políticas outrora descartadas¹⁹⁵.

Em 1937 o Partido Comunista se tornou legítimo e particularmente ativo em expressar o ressentimento contra a prevalecente situação econômica¹⁹⁶. Segundo Thompson, por meio das federações sindicais e da associação com o ascendente Partido, o movimento dos trabalhadores rivalizou com as demais organizações, denunciando as divisões sectárias que enfraqueciam a solidariedade de classe¹⁹⁷.

Com o final da hegemonia da Frente Popular, a deflagração da Segunda Guerra Mundial e o retorno da repressão a situação dos comunistas voltou a se

¹⁹⁴ THOMPSON, op. cit., p. 102.

¹⁹⁵ NORDBRUCH, op. cit., p. 35-36.

¹⁹⁶ SOLH, op. cit., p. 74.

¹⁹⁷ THOMPSON, op. cit., p. 159-161.

fragilizar. O alto-comissário Gabriel Puaux se valeu de leis marciais para prender líderes “fascistas”, trabalhistas e comunistas. Contudo, após a entrada dos soviéticos na guerra, os comunistas ganharam nova legitimidade e liberdade para atuar sob a rubrica do antifascismo.

Além da publicação de dois periódicos, lançaram uma campanha para um Estado democrático e de bem estar, colocando-se como defensores dos pobres. Se em 1939 o número de membros estava próximo aos 2.000, ao final da Guerra, embora as filiais sírias e libanesas tenha formalmente se separado para contemplar a independência política dos dois países, o somatório conjunto apontava para cerca de 10.000 filiados¹⁹⁸.

Embora o Partido tenha sido importante na organização e no planejamento da ação dos trabalhadores ele não se tornou uma força política de relevo devido sobretudo à repressão francesa, que durou até a ascensão da esquerdista Frente Popular, em meados da década de 1930¹⁹⁹. Em contrapartida, Raghid el-Solh destaca que, apesar do partido não contar com um grande número de filiados, sua importância na política libanesa estava em sua composição multissetária, na presença em diferentes partes do país, na considerável influência sobre a classe trabalhadora e nos contatos internacionais, particularmente com a esquerda francesa²⁰⁰.

Quanto às lutas por direitos trabalhistas, nas quais os comunistas estiveram diretamente envolvidos, estas transcorreram com relativo sucesso até o início da Segunda Guerra Mundial. Devido a maior permissividade da “Frente Popular” da França, que resultou em uma menor repressão e, conseqüentemente, em um maior campo de ação, algumas demandas alcançaram os parlamentos da Síria e Líbano, como seguranças trabalhistas e o direito à organização de sindicatos.

Autoritarismo e fascismos

Quanto à circulação e apropriação das ideias fascistas no Levante, pelo menos na década de 1920, elas dificilmente poderiam servir de modelo para grupos locais. Afinal, até a crise de 1929, os sistemas parlamentares constitucionais eram soberanos

¹⁹⁸ THOMPSON, op. cit., p. 229-234.

¹⁹⁹ THOMPSON, op. cit., p. 100-101.

²⁰⁰ EL-SOLH, op. cit., p. 32-33.

dentre as opções disponíveis para se conseguir uma maior modernização e transição segura para a independência, ainda que assegurassem os privilégios classistas das elites que os defendiam. Em suma, citando Erlich,

modo que os anos 1920 foram um período de relativo progresso econômico em casa, combinado com a proeminência francesa e britânica nos assuntos internacionais, Mussolini, como um ditador autoritário antiparlamentar, não poderia encontrar nenhum admirador significativo entre os nacionalistas árabes ou egípcios²⁰¹.

Contribuindo para o cerceamento da influência local do fascismo nos anos 1920, a prolongada guerra de Mussolini contra o movimento *sanusiyya* na Líbia se tornou mais repressiva e despertou a repulsa entre as populações árabe-islâmicas. Entretanto, apesar dessa oposição pontual à política externa italiana, se nos anos iniciais as ideias autoritárias fizeram poucos avanços no Oriente Médio, na década de 1930 os ideais fascistas se tornaram mais influentes na região. Segundo Erlich, os principais adeptos foram as camadas mais jovens e as parcelas educadas dos países árabes²⁰².

Para compreender essa ascensão de grupos inspirados nos fascismos ao longo dos anos 1930, Erlich aponta para a erosão do prestígio da França e da Grã-Bretanha entre os árabes e a maior difusão da imagem da eficácia fascista. O autor defende que a crise de 1929 atingiu o Oriente Médio, aumentando a miséria e afetando sobretudo a juventude instruída e as classes médias, e que os fascistas estavam melhor preparados que a França e a Grã-Bretanha para perceber o rápido surgimento de uma nova geração frustrada e o crescimento da insatisfação das classes medianas.

A oposição desses setores emergentes ao modelo constitucional parlamentar dominado pelas elites tradicionais estava associada a uma ampla gama de problemas, tanto socioeconômicos como políticos. Destaca-se o desemprego, a competitividade da educação ocidental recém-introduzida e a contínua humilhação imposta pela manutenção da ocupação estrangeira, associada com a corrupção e ineficiência dos dirigentes locais. Para Erlich, os fascismos também estavam mais alinhados com o novo tom das forças militantes nacionalistas²⁰³.

Concomitantemente a esses elementos, Erlich também destaca que, a partir de

²⁰¹ ERLICH, op. cit., p. 397.

²⁰² ERLICH, op. cit., p. 399.

²⁰³ ERLICH, op. cit., p. 399; 408.

1932, a Itália empreendeu uma campanha propagandística na região, colocando Mussolini como o defensor do islã, seu país como o aliado do pan-arabismo e do pan-islamismo e exigindo uma total revisão do sistema de mandatos. Paralelamente, em 1933, a ascensão de Hitler fortaleceu o posicionamento da Itália no cenário diplomático e, um ano depois, para disseminar a propaganda fascista italiana, foi fundada uma estação de rádio para o Oriente Médio, fazendo ecoar com assiduidade e na língua local as palavras de Mussolini.

Nesse contexto, intelectuais foram convidados para visitar a Itália, destacando-se o libanês pan-árabe Shakib Arslan, e livros foram publicados para justificar a política internacional fascista. Com a vitória italiana na “crise da Abissínia”, tanto militar quanto diplomática (dado que desafiou França e Grã-Bretanha), e à medida que o país era visto como o inimigo dos inimigos e um potencial aliado ocidental, aumentou a expectativa e a admiração de grupos árabes em relação ao *duce* e ao fascismo²⁰⁴. Por outro lado, havia também uma desconfiança de que se tratava de uma nova força imperialista, o que minava um apoio ainda maior ao fascismo.

Nordbruch aponta que diferentes canais levaram informações para o Levante de que os movimentos autoritários eram um modelo eficaz e uma nova força política na Europa. O autor destaca como elemento central também a propaganda italiana que, já em 1923, fundou um centro fascista em Beirute. Afora esta instituição, o Estado italiano criou hospitais, escolas e centros culturais para servirem de bases para atividades pró-fascistas e atrair a simpatia local. Paralelamente ao esforço propagandístico italiano, vários artigos e reportagens escritos por locais refletiam sobre aspectos da ideologia do Partido Fascista e do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães.

A partir desses meios era difundida e aprofundada a percepção dos movimentos autoritários que clamavam revolucionar a ordem prevalecente. Se no final dos anos 1920, o nazismo e o fascismo, sobretudo este, já eram um relevante tópico nos debates políticos locais e fascinavam por meio de seu crescente poder que desafiava a ordem política pós-Primeira Guerra, na década de 1930 sua influência e prestígio cresceram ainda mais²⁰⁵.

²⁰⁴ ERLICH, op. cit., p. 402-405.

²⁰⁵ NORDBRUCH, op. cit., p. 14-15.

A culminância desse processo foi a emergência de movimentos e partidos nos países árabes inspirados em preceitos fascistas e representando a crescente militância da juventude, em alguns casos combinada com um nacionalismo territorialista integral. Thompson aponta que, desde pelo menos 1933, jornais publicaram discursos de Hitler e excertos do *Mein Kampf* e o *führer* o *duce* eram vistos como modelos de fortes estadistas que retiraram seus povos da pobreza²⁰⁶.

Segundo Erlich, o primeiro partido autoritário de jovens a apresentar essas demandas nacionalistas a partir de um arcabouço autoritário foi o Partido Nacionalista Social Sírio (ou Partido Popular Sírio) de Antoun Saadeh, fundado no Líbano em 1932. Um ano depois, no Cairo, foi estabelecida a Associação dos Jovens Egípcios, liderada por Ahmad Husayn e Fathi Radwan. Também em 1933, um ativo pan-arabismo e uma ideologia revolucionária fortemente antibritânica e antifrancesa estiveram por trás da criação da Liga de Ação Nacional na Síria. Na Palestina, o recém-fundado Partido da Independência, representando a mesma geração e ideologia, iniciou demonstrações antibritânicas violentas. Em suma, as novas tendências militantes da juventude educada e de membros frustrados da classe média das sociedades síria, libanesa, palestina e egípcia “eram um campo fértil para a propaganda fascista italiana”²⁰⁷.

Mais especificamente na Síria e no Líbano, nesse contexto, paralelamente ao partido de Saadeh, também surgiram a organização uniformizada da Liga da Ação Nacional (no caso os “Jovens leões do arabismo”), os “Camisas de ferro” (juventude do Bloco Nacional Sírio), a Falange Libanesa (*Kataib*) e o *Najjada*. Segundo Thompson, como os grupos fascistas europeus, os levantinos, buscando substituir os laços com as lideranças locais tradicionais pela lealdade ao Estado, e frustrados com o declínio econômico e a corrupção do liberalismo francês, representavam principalmente a juventude e membros da classe média.

A retórica adotada era o ultranacionalismo, a disciplina social e o rápido desenvolvimento econômico. Quanto à abrangência desses grupos, cabe destacar que, conforme Thompson, em 1941 o Partido Nacionalista Social Sírio contava com aproximadamente 40.000 membros na Síria e no Líbano, em 1944, o *Najjada* somava

²⁰⁶ THOMPSON, op. cit., p. 194.

²⁰⁷ ERLICH, op. cit., p. 400-401.

cerca de 13.000 e o *Kataib*, em 1943, 35.000²⁰⁸.

Embora essa relativamente ampla circulação e apropriação das ideias fascistas no Oriente Médio seja inegável, é mister considerar dois elementos. Primeiro, por mais que após a vitória italiana na Etiópia o fascismo tenha se tornando um fator significativo, a França e a Grã-Bretanha permaneceram os únicos poderes regionais. Segundo, as elites hegemônicas locais, embora desafiadas pelas gerações mais jovens e pela classe média, não perderam o poder e a maioria dos políticos notáveis, intelectuais, membros das elites e muitos da classe média suspeitavam das pretensões de Mussolini e se mantiveram fiéis aos ideais constitucionais parlamentares. Ou seja, se nazistas e fascistas eram os inimigos dos inimigos, facilmente poderiam se converter nas novas potências coloniais que buscariam impor seu jugo²⁰⁹.

Tanto Erlich quanto Nordbruch concluem que, a dinâmica da interação entre as populações locais e os ideais fascistas só pode ser compreendida a partir do desenvolvimento interno de suas sociedades, ao invés dos simples desafios e influências dos fatores externos. Em outras palavras, o impacto do fascismo, do liberalismo, do comunismo e de outras ideias “ocidentais” só pode ser mensurado tendo em vista sua adequação aos valores e às necessidades locais. Portanto, a questão a se colocar é: em que medida representaram saídas viáveis para os problemas das sociedades levantinas de então?

Quanto à representação da Alemanha e à recepção local do nazismo, cujas ideias centrais circulavam em jornais e artigos, Nordbruch sublinha que nos anos 1930 o país não era visto nem como uma ameaça e nem como um aliado. Antes era um regime político específico, um referencial controverso, que tinha tanto apoiadores quanto críticos. O que mais chamava a atenção eram alguns conceitos do nacional socialismo e sua transformação em ação política e a concentração do poder nas mãos do *führer*. Eram admiradas sua popularidade e suposta eficácia. Tinha-se a imagem - reforçada com o referendo de agosto de 1934 na Alemanha - de um *führer* legítimo, diligente, eficiente e fundamentado na vontade de seu povo²¹⁰.

Pensando mais detidamente nos paralelos entre as questões colocadas pelo nazismo e os desafios locais, Nordbruch aponta que, ainda sob o Império Otomano,

²⁰⁸ THOMPSON, op. cit., p. 194; 234-235.

²⁰⁹ ERLICH, 2000, p. 407.

²¹⁰ NORDBRUCH, op. cit., p. 17-18.

conflitos em torno da definição das comunidades e da demarcação de suas fronteiras já eram centrais nas controvérsias entre políticos e intelectuais, entre o povo e as autoridades. Já estavam presentes discussões sobre identidade, minorias étnicas e religiosas, indissociáveis das divergentes demandas políticas. Portanto, o que mais chamava a atenção no nazismo eram os conceitos de *volk* e raça; o antissemitismo (minorias); a retórica contra a suposta influência estrangeira, que ameaçava os interesses nacionais; o controle integral da vida individual e social, visando a ‘ressurreição nacional’; o pangermanismo; o conceito de comunidade; a lealdade individual ilimitada aos altos interesses da nação; e a concentração do poder²¹¹.

Entretanto, devido às crescentes tensões entre a Alemanha nazista e a França, as discussões sobre o nacional socialismo não eram isentas de fiscalização e eventuais perseguições, justificadas por supostas alianças entre grupos ou indivíduos e o Eixo. Assim sendo, foi frequente durante a guerra que sinais de simpatia com os alemães culminassem em perseguições e prisões, como foi o caso de membros do Partido Nacionalista Social Sírio, do *Najjada* e de grupos nacionalistas jovens na Síria²¹².

Cabe reiterar que, no concernente ao ideal nazista, Nordbruch assevera que os encontros com sua ideologia e estética na Síria e no Líbano foram antes de tudo expressões das condições locais. Ou seja, as referências de autores sírio-libaneses à ideologia nacional socialista devem ser analisadas a partir das características da cultura política local e do contexto do mandato francês. Foram apropriações para dar conta de problemas locais específicos. Portanto - volta-se a enfatizar - a questão a ser colocada é em que medida o nazismo ofereceu caminhos para desafios intelectuais e questões sócio-políticas próprias dos povos levantinos²¹³.

Analisado brevemente o contexto social, econômico, político e intelectual dos anos entre as duas guerras mundiais na Síria e no Líbano, antes de passarmos à análise específica do pensamento de Antoun Saadeh e da doutrina de seu Partido, é forçoso fazermos algumas considerações sobre a coexistência e os embates, no Líbano do entre guerras, envolvendo os apoiadores das diferentes orientações identitárias e programas políticos.

²¹¹ NORDBRUCH, op. cit., p. 19-20.

²¹² THOMPSON, op. cit., p. 229.

²¹³ NORDBRUCH, op. cit., p. 5-6.

As divergências identitárias e políticas

Para compreender a relação entre pertença étno-confessional e filiação ou identificação política no Líbano, Kamal Salibi se vale daquilo que denomina de “grande jogo confessional libanês”. Citando-o, este jogo

envolve uma sucessão de tortuosas transações entre os jogadores que, enquanto invariavelmente pretendem defender ideais nacionalistas e princípios que miram o bem comum, buscam superar e se sobrepor uns aos outros, motivados por lealdades atávicas e inseguranças para as quais os ideais professados e princípios normalmente servem como mera cobertura [...] Embora as partes do jogo sejam comunidades religiosas, o jogo em si não envolve debates sobre questões religiosas, exceto entre a classe marginal do clero que participa de um jogo exclusivamente seu. Apenas em casos de extrema necessidade, quando dada comunidade religiosa apresenta sinais de frouxidão política, o clero é chamado para ajudar a restaurar a solidariedade militante ao assumir as rédeas do partido²¹⁴.

Em outras palavras, Salibi defende que o fator principal para se compreender a dinâmica das identidades e filiações políticas no Líbano é que as comunidades religiosas são em essência tribos, ou, em todos os casos, comportam-se como tal. Sendo assim, o jogo do qual elas participam é um jogo tribal. Citando novamente o autor, “em um nível explícito, o jogo é uma contestação entre diferentes conceitos de nacionalidade para o país. Em uma camada obscura, os principais envolvidos são as rivalidades tribais e as suspeitas mútuas”²¹⁵.

Quanto aos partidos envolvidos nesse jogo e as conseqüentes ideologias utilizadas para mascarar as lealdades atávicas, segundo Salibi,

os maronitas originalmente conceberam o que denominaram de nacionalidade libanesa nos termos de seus próprios particularismos tribais, e persistiram em fazer isso. No Monte Líbano, esse particularismo, muito antes de ser postulado em termos de nacionalidade, foi historicamente contraposto a outro particularismo tribal, aquele dos druzos. No Grande Líbano, onde o mesmo particularismo maronita foi de alguma forma expandido para amainar os sentimentos de insegurança entre os demais cristãos, ele foi posteriormente contraposto, agora como libanismo, ao particularismo dos muçulmanos sunitas. Este foi articulado nos termos do nacionalismo árabe e foi aceito fora do Líbano como tal, notadamente pelos correligionários de outros países árabes, sobretudo sunitas da Síria e da Palestina²¹⁶.

²¹⁴ SALIBI, op. cit., p. 55. Tradução livre do autor.

²¹⁵ SALIBI, op. cit., p. 55.

²¹⁶ SALIBI, op. cit., p. 53-54. Tradução livre do autor.

No concernente às demais minorias, Salibi aponta que os xiitas estavam apreensivos tanto diante do libanismo maronita quanto em face do arabismo sunita. Dentre os demais cristãos, destaca-se o grupo ortodoxo grego, espalhado pelo Líbano, Síria, Palestina e Transjordânia. Grosso modo, estes adotaram o conceito de pansirianismo, interpretando o arabismo como um novo disfarce para o islã político e receando o predomínio político dos maronitas no país e seu conceito de libanismo.

Ainda no campo dos disfarces utilizados no “grande jogo”, Raghid el-Solh traz apontamentos relevantes quanto ao desenvolvimento do nacionalismo árabe no Líbano e seu relacionamento com o separatismo libanês, fator predominante na formação dos principais eventos que tiveram lugar no Grande Líbano, inclusive a guerra civil de 1975. Na mesma linha argumentativa de Kaufman, el-Solh salienta que até a Primeira Guerra Mundial há poucos indícios de conflitos entre ambos, mesmo porque o nacionalismo libanês ainda não tinha um elemento antiárabe consolidado e, já próximo a guerra, ambos cooperaram nas tentativas de reformar o status dos árabes no Império Otomano. Afora isso, a clara divisão geográfica entre apoiadores do arabismo e do separatismo libanês reduziu o potencial de fricção.

Entretanto, com o fim do Império, a anexação de territórios tradicionalmente vinculados à Síria para formar o Grande Líbano e a ascensão do Reino Árabe-Sírio de Faysal se acentuaram as diferenças e os discursos se colocaram em campos radicalmente opostos. Enquanto os separatistas defendiam a independência do Líbano diante do mundo árabe e a manutenção das fronteiras, muitos apoiando o mandato francês, os nacionalistas árabes por algum tempo tiveram no governo de Faysal sua principal referência e clamavam por independência e união, ou pelo menos, pela devolução à Síria dos territórios anexados em 1919²¹⁷.

Tendo em vista que os pan-arabistas tinham conhecimento das aspirações nacionalistas separatistas de parte da população libanesa, muitos propunham deixar aos libaneses a opção de se unir à Síria ou fazer tal união mantendo um alto grau de autonomia para os mesmos. Nesse sentido, a principal referência para os nacionalistas árabes tratarem da “questão libanesa” era a resolução do Congresso Geral Sírio que, embora considerasse o Monte Líbano parte do Estado Árabe-Sírio, reconhecia que este deveria ser governado a partir de um sistema descentralizado que respeitasse as

²¹⁷ SOLH, op. cit., p. 1-4.

aspirações nacionais dos libaneses. Tal perspectiva foi reiterada na Revolução Síria contra o mandato francês (1925-1926) e em outras ocasiões.

No atinente aos confrontos envolvendo separatistas e unionistas, fascistas, democratas e comunistas, durante o mandato, os territórios anexados ao Monte Líbano e os centros urbanos se constituíram no principal foco de tensão²¹⁸. Segundo Thompson, o grupo paramilitar protofascista libanista *Kataib* (Falange) foi formado em 1936, após sangrentos confrontos de rua envolvendo cristãos e muçulmanos em Beirute e como oposição ao pansírio PNSS de Saadeh e ao pan-árabe *Najjada*. Esses grupos, adotando o fetichismo da força física masculina e os métodos violentos típicos do fascismo, dominaram as ruas com paradas paramilitares e se envolveram em batalhas uns contra os outros²¹⁹.

Afora a repressão das tropas coloniais e os confrontos opondo esses grupos paramilitares de jovens, aos quais devemos somar os “Camisa de Ferro” e a Liga da Ação Nacional, ocorreram outros envolvendo os mesmos (não de forma coligada) e aqueles islâmicos populistas e comunistas, cuja propaganda começava a enfatizar o antifascismo. Por sua vez, os comunistas promoveram escaramuças contra esses grupos no Líbano, mas também contra os islâmicos populistas. A violência era rotineira na atmosfera da política de rua. Para Thompson, “as batalhas nas ruas eram meros episódios na luta maior contra os dois governos [França na Síria e no Líbano]”²²⁰.

Entrecruzados com esses embates, desde a fundação do Grande Líbano, estavam às antigas tensões sectárias. Segundo Fawwaz Traboulsi, os debates sobre as identidades assumiram novas formas e foram estendidos para novas forças sociais, urbanas e populares. Para o autor, as questões se tornaram mais ideológicas se comparadas ao simples embate entre o “protecionismo cristão” e o “unionismo muçulmano”. Citando-o,

duas versões da identidade do país agora colidiam: libanismo versus arabismo. Entre as duas estava uma terceira variante, o nacionalismo do PNSS de Saadeh, representando os cristãos não maronitas e os muçulmanos das periferias. Mais importante, os fundamentos mudaram: os debates identitários já não mais eram definidos em relação ao mundo externo (união/separação), mas

²¹⁸ SOLH, op. cit., p. 7-9.

²¹⁹ THOMPSON, op. cit., p. 193-194.

²²⁰ THOMPSON, op. cit., p. 278-279.

articulavam as relações de poder no interior do próprio país²²¹.

Paralelamente aos conflitos envolvendo os distintos partidos e grupos confessionais, que em última instância poderiam ativar as solidariedades étnicas e gerar um confronto maior entre as comunidades (como em 1860, 1925, 1936, 1975), cabe destacar também que havia os confrontos intestinos. No caso, as disputas no interior dos próprios grupos étnicos envolvendo os principais candidatos a sua liderança e seus subordinados (como fica evidente em várias ocasiões da história libanesa, sendo mais explícito, talvez, na guerra civil de 1975).

Foi em meio a essas ideologias concorrentes, buscando extirpar o jugo colonial e a fragmentação que caracterizava o Líbano e a Grande Síria, que Antoun Saadeh criou o PNSS. Conforme veremos a seguir, se o sirianismo foi uma perspectiva de certa forma herdada de seu grupo étno-confessional e de autores anteriores, a opção por um programa partidário centralizado e autoritário se explica sobretudo pela tentativa de deslocar as lealdades primordiais dos grupos étnicos para o Partido e o Estado.

²²¹ TRABOULSI, *op. cit.*, p. 102.

TERCEIRO CAPÍTULO

ANTOUN SAADEH E O PARTIDO NACIONALISTA SOCIAL SÍRIO

Considerado o contexto político e intelectual no qual se situa a produção de Antoun Saadeh, sobretudo a situação da “Grande Síria” e quem eram seus principais interlocutores, seu pensamento se mostra mais facilmente compreensível. Veremos que, por meio de seus escritos, Saadeh buscava dar respostas para as questões candentes de seu tempo, sobretudo para aquelas vinculadas ao tema da nação. Contudo, antes de passarmos à biografia e aos textos do pensador, cabe retomar alguns elementos da bibliografia trabalhados no segundo capítulo que permitem compreendê-los melhor.

Temporalmente, Saadeh se insere naquela que Hourani define como a terceira geração de pensadores árabes, que vai da virada do século XIX até o começo da Segunda Guerra Mundial. A partir da análise mais detalhada de suas obras, veremos que ele compartilha de algumas características comuns a pensadores árabes coevos, como a busca por implementar elementos relevantes da cultura moderna européia, a exemplo do secularismo como fundamento para a reconstrução da sociedade e fim do sectarismo. Destaca-se ainda a ênfase dada ao nacionalismo como princípio de pensamento e motivo para a ação e a luta contra o domínio estrangeiro imposto aos povos médio-orientais e a retaliação do território em diferentes Estados.

Na divisão proposta por Abdel-Malek, o pensamento de Saadeh se encontra no limiar entre a primeira e a segunda etapa do “Movimento Nacional Árabe”, amalgamando características de ambas. Se a sua luta e a de seu partido, pelo menos até 1946, foi principalmente contra a presença imperialista, por outro lado não foi coordenada pela burguesia local, mas também não se enraizou nas massas. A crítica de Saadeh e do Partido Nacionalista Social Sírio (PNSS) era dirigida tanto aos ocupantes quanto às classes dominantes, vistas como mais interessadas em manter seus privilégios, conservando o *status quo*, do que atentas para a questão nacional. Buscou, assim como os pensadores da segunda etapa, assegurar uma independência autêntica, instaurando um Estado-nacional soberano na Grande Síria. Mas, ao invés do socialismo, defendia que cabia ao Partido regular a relação entre o capital e o trabalho

- e não extingui-la.

Quanto às duas correntes do “Movimento Nacional Árabe”, fundamentalismo islâmico e modernismo liberal, Saadeh estaria situado na última. Conforme veremos em seguida, ele reconhece o renascimento da civilização ocidental e a necessidade de renovar todas as dimensões da existência no mundo árabe contemporâneo. Enfatiza o espírito científico e o racionalismo filosófico - mas não o liberalismo político -, e busca criar uma sociedade moderna e laica, aberta ao progresso. Epígono dos pensadores cristãos sírio-libaneses do século XIX, Saadeh também buscou solucionar a questão das minorias no seio mundo árabe-islâmico, igualmente criticando o embasamento religioso da política e apelando para um nacionalismo secular. Nesse sentido, o programa do PNSS apresenta respostas para os mesmos problemas levantados pelos pensadores cristãos quase que um século antes, no caso: como quebrar as fronteiras das comunidades étno-confessionais fechadas (antes protetoras agora barreiras para uma maior integração) e a que nação os habitantes do Líbano e da Síria pertenciam?

Um último elemento que cabe retomar antes de passarmos para a análise dos textos de Saadeh é a influência dos pensadores anteriores também na exaltação da Grande Síria e na definição da identidade dos libaneses como sírios, elemento central no PNSS. Se em meados do século XIX, alguns cristãos sírio-libaneses vinculados à *Nahda* já defendiam uma identidade secular comum no território da Síria geográfica, no contexto imediatamente anterior à Primeira Guerra seu número havia aumentado consideravelmente. Entretanto, foi com Saadeh que o pansirianismo se tornou uma ideologia consolidada e fundamentou um movimento político.

Além dessa definição da Síria como nação e da busca por sua soberania, Saadeh também retomou outros elementos dos pensadores locais anteriores, como a defesa da união social independentemente de credo; o amor à pátria; a ênfase na igualdade entre os súditos (cidadãos), na liberdade religiosa e no respeito mútuo entre os credos; e a criação de leis com base na separação entre as esferas religiosa e secular.

3.1. ANTOUN SAADEH E O PARTIDO NACIONALISTA SOCIAL SÍRIO: UM BREVIÁRIO

Biografia

Antoun Saadeh nasceu no dia primeiro de março de 1904, na cidade de Shuwayr, atual Líbano, no seio de uma família cristã ortodoxa. Sua mãe, Nayfi Nassir, filha de sírios nascida nos Estados Unidos e educada em Chicago, cuidava da casa e da família. Seu pai, muito influente em sua vida, além de médico e homem de letras (autor de um dicionário árabe-inglês e outras obras), era um conhecido pensador político. Mesmo fora de sua terra, dado que morou no Egito e posteriormente no Brasil e na Argentina, Khalil Saadeh manteve-se estreitamente vinculado ao Líbano e à Síria por meio de correspondências trocadas e das comunidades de também emigrados sírio-libaneses.

Khalil antecedeu seu filho na participação e fundação de sociedades nacionalistas e patrióticas no além-mar (a exemplo do Partido Nacional Democrático, em Buenos Aires, e do Congresso Nacional Sírio) e na publicação de periódicos, como *al-Majallah* e *al-Jaridah* na cidade de São Paulo. Na linha dos pensadores cristãos sírio-libaneses anteriores, ele também defendia a independência síria e o secularismo e atacava o sectarismo (temas centrais no programa de seu filho). Nas palavras de Yamak, “como muitos intelectuais de sua geração, esteve mais interessado em melhorar as condições físicas e políticas do povo do que no exercício de sua profissão”²²².

Conforme Daniel Pipes, a influência paterna foi muito forte em Antoun, notadamente no concernente a sua formação intelectual e orientação político-nacional²²³. Também tendo em vista a repercussão de Khalil na vida de Antoun, Adel Beshara assevera que o envolvimento ativo do pai na luta política de sua terra natal assegurou a seu filho uma prematura e significativa exposição às questões políticas e nacionalistas que estavam na ordem do dia²²⁴.

²²² YAMAK, Labib Zuwiyya. *The Syrian Social Nationalist Party: an ideological analysis*. Cambridge: Harvard University Press, 1969. p. 53. Livre tradução do autor.

²²³ PIPES, op. cit., p. 42.

²²⁴ BESHARA, Adel. *Syrian nationalism: an inquiry into the political philosophy of Antun Sa'adeh*. Beirut: Bissan, 1994. p. 34.



Antoun Saadeh²²⁵

Considerando a infância de Antoun, cabe destacar os anos na aldeia de Shuwayr, marcada por uma ativa vida intelectual e generalizado sentimento patriótico e nacionalista. Segundo Beshara, os gregos ortodoxos (grupo confessional de Saadeh e majoritário em Shuwayr), além do laicismo se caracterizavam pela ampla defesa do sirianismo, sendo ambos estes elementos centrais na ideologia de Saadeh²²⁶.

Quanto a sua educação, o jovem Saadeh cursou os primeiros anos em uma escola de sua aldeia e, posteriormente, uniu-se ao seu pai no Cairo onde continuou os estudos no “Frères Institute”. Retornando ao Líbano, ingressou no Colégio Brummana (administrado por missionários europeus) onde finalizou seu processo de escolarização.

Beshara aponta para a relevância dos anos da Primeira Guerra Mundial na vida e obra de Saadeh. É nesse período que sua mãe falece e ele, ainda muito jovem, passa a cuidar de seus irmãos menores, dado que seu pai se encontrava exilado no Egito e proibido de retornar por questões políticas e pessoais. O próprio Antoun, escrevendo alguns anos mais tarde, reconhece a importância das consequências da guerra para o desenvolvimento de suas reflexões políticas. Findada a Guerra e desiludido com seus

²²⁵ Disponível em: <<http://www.ssnp.com/new/Saadeh/images/zaiim2s.jpg>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

²²⁶ BESHARA (1994), op. cit., p. 33.

resultados, em 1919, Saadeh deixa o Líbano e emigra para os Estados Unidos, onde permanece até 1921. Em fevereiro deste ano vem ao Brasil, juntando-se novamente a seu pai e auxiliando-o na publicação dos periódicos *al-Jaridah* e *al-Majallah*²²⁷.

Conforme Beshara, ao chegar ao Brasil, Saadeh se deparou com uma significativa comunidade sírio-libanesa e com uma florescente literatura nacionalista, que refletiam as cisões e as divergências ideológicas presentes na Síria e no Líbano relacionadas às lealdades confessionais e exacerbadas pela política da embaixada francesa. Alguns grupos, numericamente reduzidos e compostos principalmente por cristãos, apoiavam a independência do Líbano, ainda que de forma desarticulada e relativamente passiva. Outros, por sua vez, defendiam a criação de um grande Estado árabe. Apesar das divisões internas em relação ao mandato francês, a tendência numericamente mais significativa era a dos nacionalistas sírios²²⁸.

Vivendo a princípio em São Paulo, Saadeh auxiliou seu pai em suas publicações, entre 1921 e 1925. Em seus primeiros textos já ecoava o posicionamento político paterno: enquanto muitos dos cristãos se aproximavam do nacionalismo libanês, pai e filho defendiam a primazia da ideia síria na luta pela independência nacional. O principal foco de Antoun era a crítica aberta ao “libanismo” como desagregador e o alerta para o potencial perigo representado pelo sionismo na Palestina.

Nesse mesmo período, opondo-se com cada vez mais fervor à política francesa no Levante e à ameaça sionista ingressou em agremiações dedicadas à libertação de sua terra natal. Em 1925, no calor da Revolta Síria, insatisfeito com os grupos existentes e motivado a organizar uma ação coletiva mais contundente, então com vinte anos, fundou uma sociedade secreta voltada à criação de um Estado secular independente na “Grande Síria”: a “Organização dos Jovens Comandos Sírios”. Mais uma vez, tinham eco em Saadeh a influência de seu pai e o posicionamento político majoritário entre seu grupo étno-confessional (grego-ortodoxo)²²⁹.

²²⁷ Devido a vários fatores, inclusive os constantes deslocamentos, Antoun Saadeh não terminou os estudos acadêmicos, tornando-se um autodidata. Afora a língua materna, o árabe, estudou também o inglês, francês, espanhol, português, alemão e russo. Esta facilidade com idiomas abriu as portas para Saadeh travar contato com diversas obras, sobretudo de história, filosofia, ciências sociais, antropologia e literatura. De fato, evidenciam-se em seus textos referências a escritos em diversas línguas.

²²⁸ BESHARA (1994), op. cit., p. 37-39.

²²⁹ Conforme aponta Labib Zuwiyya Yamak, devido à falta de fontes é difícil descrever ou analisar os primeiros anos da estada de Antoun Saadeh no Brasil. Mesmo sua biografia oficial, publicada pelo

Prematuramente desarticulada devido a cisões internas, Saadeh ingressou em uma loja maçônica local. Contudo, sentindo-se frustrado em seus objetivos políticos, abandonou a maçonaria e optou por fundar uma segunda organização: o “Partido dos Sírios Livres” (PSL). Moldado em circunstâncias diferentes, a nova agremiação partilhava da mesma linha ideológica dos Jovens Comandos Sírios. Ainda em 1925 o Partido apoiou a Revolta Síria e remeteu à embaixada francesa no Brasil uma nota de protesto solicitando a renúncia imediata do mandato.

Centrado no pansirianismo, o PSL se fundamentou em torno de quatro princípios, futuramente centrais também no programa do PNSS: completa soberania nacional na Grande Síria; reunificação desta em suas fronteiras histórico-geográficas; separação da religião do Estado e erradicação do sectarismo²³⁰.

Apesar da crescente popularidade de Saadeh junto à comunidade sírio-libanesa no Brasil, segundo a biografia oficial do PNSS, o *za'im*²³¹ logo percebeu que, para ser efetiva sua luta nacionalista teria que ser travada na terra natal e não nas colônias de emigrantes. Destarte, após o fracasso em unir o PSL a uma organização similar existente nos Estados Unidos (Partido Síria Livre) e após lecionar por algum tempo história no Liceu São Miguel, mantido pelo bispado ortodoxo, decidiu retornar ao Líbano em julho de 1930²³².

No ano seguinte, já em Beirute, Saadeh publicou um romance e, posteriormente, foi a Damasco onde se envolveu na edição do jornal “*al-Ayyam*” (“os dias”). Determinado a concretizar seu projeto político, em 1932, retornou à capital libanesa aonde, junto a cinco estudantes e na clandestinidade, fundou o Partido Nacional Sírio (posteriormente rebatizado como Partido Nacionalista Social Sírio - PNSS) na Universidade Americana de Beirute (onde lecionava alemão).

Focando principalmente os quadros jovens, após três anos de ações secretas a doutrina do nacionalismo social sírio já havia se difundido, reunindo aproximadamente mil seguidores. Contudo, essa ampliação do número de membros diminuiu a possibilidade de manter ocultas as atividades do Partido, que foi

Partido, não oferece muitas informações nesse sentido.

²³⁰ BESHARA (1994), op. cit., p. 38-39.

²³¹ Palavra em árabe (زعيم) equivalente à líder. É o pronome como Saadeh era chamado no interior do Partido Nacionalista Social Sírio.

²³² SAADEH, *Princípios do Movimento Nacionalista Social Sírio*. Tradução Áref Assráuy. São Paulo: Edições Garatuja, 1992. p. 9.

descoberto pelas autoridades em seu terceiro aniversário.

Com base em um regulamento que proibia a fundação sem autorização de sociedades e partidos políticos nos territórios sob mandato francês, Saadeh e vários membros foram detidos e sentenciados à prisão, acusados, dentre outras coisas, de violar a integridade libanesa e conspirar contra a ordem pública²³³.

Condenado a seis meses de prisão por conduzir atividades ilegais e conspirar contra o mandato, o *za'im* aproveitou seu tempo no cárcere para concluir a obra que seus seguidores e estudiosos consideram sua contribuição mais importante, “A gênese das nações”²³⁴. Pouco tempo depois de ser cumprida essa pena inicial, em junho de 1936, Saadeh foi novamente preso, escrevendo então a brochura intitulada “Explicações sobre os princípios do Partido Nacionalista Social Sírio”. Em novembro foi liberado, mas alguns meses depois, em março de 1937, foi outra vez encarcerado. Dessa vez escreveu o “Surgimento da Nação Síria” (obra já prevista na “Gênese das Nações”) que foi confiscada pelas autoridades francesas e continua perdida até os dias de hoje.

Ainda em 1937, Saadeh denunciou o desmembramento da província de Alexandretta da Síria, enviou um memorando em nome do Partido à Comissão Peel (constituída para avaliar a situação na Palestina), integrou a luta pelo fim de privilégios civis e por liberdade e direitos políticos sob o mandato e fundou o jornal “*al-Nahda*” (Renascimento). No ano subsequente, após choques envolvendo as forças nacionalistas sírias, as autoridades nacionais e membros de partidos opostos, Saadeh optou por deixar o Líbano e a Síria e retornar à América Latina, a fim de mobilizar a comunidade de imigrantes do além-mar e angariar recursos para o Partido, por meio do estabelecimento de sucursais.

²³³ Essas informações estão baseadas na brochura publicada pelo escritório de informação do próprio Partido, intitulada “Antoun Saadeh: leadership and testimony”. A mesma, que não faz referência à editora e à data de publicação, foi adquirida junto a um membro do partido no Brasil e está em língua inglesa (SYRIAN SOCIAL NATIONALIST PARTY INFORMATION BUREAU. *Antoun Sa'adeh: leadership and testimony*. Beirut: s/d.).

²³⁴ A obra foi traduzida para o português em 2011, por Youssef H. Mousmar.



Antoun Saadeh e companheiros²³⁵

Antes de chegar a seu destino, Saadeh passou quase três meses na Itália fascista e na Alemanha nazista. Quanto a essa passagem de sua vida, Nordbruch aponta que o *za'im* se encontrou com vários membros de células locais do Partido e deu instruções diversas, como para a publicação de uma revista em Berlim a fim de difundir a visão do PNSS. Considerando-se a atenção que teria recebido de oficiais alemães, e o fato de haver uma filial ativa na capital do Reich, acreditava-se na época que as relações de Saadeh com as potências do Eixo teriam se estreitado, circulando rumores que, inclusive, ele teria se encontrado com Hitler²³⁶. Contudo, há uma lacuna nas fontes e na bibliografia sobre esse período, o que impede uma maior apreciação de sua relação com o Estado nazista e fascista.

Concluída sua passagem pela Europa, Saadeh desembarcou novamente no Brasil onde, pouco tempo depois e com mais dois colegas, foi preso na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). O processo foi aberto no dia vinte e oito de dezembro de 1938 e a ordem de prisão expressa em vinte e três de março de 1939, sob a acusação de violação de dispositivos da Lei de Segurança Nacional. Diante da falta de provas, transcorrido pouco mais de um mês, Saadeh foi posto em liberdade²³⁷.

²³⁵ Disponível em: <<http://www.ssnp.com/new/Saadeh/images/001.jpg>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

²³⁶ NORDBRUCH, op. cit., p. 87.

²³⁷ Delegacia de Ordem Política e Social. Prontuário de Antoun Saadeh ou Antony Khalil Saadeh. Processo aberto no dia 28/12/1938. Prontuário delegacia, nº 41.233. Prontuário geral, nº 510.783.

Nesse documento do DOPS, o encarregado da seção de investigações comunica ao delegado responsável a chegada ao Brasil de Antoun Saadeh, “jornalista, professor e Chefe do Partido Nacional Sírio”. Citando a fonte,

quando Saadeh chegou a esta Capital foi recebido por inúmeros admiradores que o saudaram à fascista [...] o referido indivíduo aqui veio com o fim de fazer política no seio das colônias síria e libanesa, conseguir de seus elementos todo o apoio, quer monetário quer moral, para levar avante a implantação dos ideais que o seu Partido defende, em terras da Síria, Palestina, Líbano e Transjordânia. Fomos cientificados de que o mesmo está perfeitamente identificado com os elementos fascistas e nazistas residentes na América. Dessa maneira contestamos inteiramente as suas declarações no tocante em afirmar que a Itália não está exercendo influência junto ao Partido Nacional Sírio²³⁸.

Também no concernente a essa curta estada do *za'im* no Brasil há uma carência de informações nas fontes e na bibliografia disponível, que inclusive aponta para essa lacuna. Contudo, sabe-se, com base na apresentação feita na versão traduzida de sua obra “Princípios do Movimento Nacionalista Social Sírio”, que aqui o Partido foi articulado sobretudo por meio de cartas enviadas por Saadeh, destacando-se como receptor Nagib Assráuy, então residente em uma pequena cidade do oeste mineiro.

Conforme aponta o filho de Nagib e tradutor da referida obra de Saadeh para o português, Áref Assráuy, seu pai constantemente estava viajando em missões dadas pelo próprio *za'im*. Ademais, ele foi o fundador da primeira representação geral “kaumista”²³⁹ no Brasil, sediada em Belo Horizonte e com diretórios nas cidades mineiras de Uberaba, Uberlândia, Araxá, Santa Juliana, Passa Tempo, Conquista e Oliveira. Nestas teria sido arregimentado “um bom número de patrícios”, que aderiram ao Partido após ouvirem discursos de Nagib e entrarem em contato com seus princípios.

Consolidada a sede em Minas Gerais, segundo Áref - que inclusive presenciou

Arquivo Público, São Paulo. Documentos em anexo na tradução para o português do livro “A gênese das nações” (2010), de Antoun Saadeh. O inquérito foi visto pessoalmente e o tradutor de Saadeh, de fato, o anexou em sua totalidade.

²³⁸ Há ainda no DOPS a ficha de Antoun Saadeh (Antonio Saad), datada de 13 de junho de 1944. Nesta consta que a atividade do mesmo era “integralista”. Esta relação entre o político e pensador sírio-libanês e o nazi-fascismo será retomada e discutida na sequência.

²³⁹ Apelido dado ao Partido, proveniente da palavra árabe *qawmiya*, geralmente traduzida como nação. Portanto, “kaumista” seria equivalente à palavra nacionalista.

parte dos esforços envidados pelos membros do Partido aqui no Brasil - seu pai passou a viajar a São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados, onde difundiu as ideias de Saadeh, conforme recomendado pelo próprio. Em certas ocasiões, encontrou-se com emissários do *za'im* que lhe deram recomendações para “missões altamente confidenciais”.

Dentre os principais companheiros de Nagib na primeira representação do PNSS no Brasil, destacam-se Ibrahim Mattar, como coordenador, Américo Mattar, responsável pelas finanças, Abrahão Abílio Tannus, encarregado pela propaganda, e William Pallis, responsável pela parte cultural. Áref aponta ainda que, após algum tempo, o *za'im* solicitou por meio de cartas que Nagib desse seu parecer sobre a conveniência de ser criada uma outra “Representação Geral do Partido em São Paulo”, dado que nesta cidade e estado havia uma maior concentração de sírios e libaneses. Tal proposta foi acatada²⁴⁰.

Voltando à trajetória do *za'im* na América Latina, em 1939, após a fundação no Brasil de um novo jornal destinado à causa nacional síria, “A nova Síria” (“*Suria al-Jadidah*”), Saadeh emigrou para a Argentina, onde fundou filiais do Partido e deu continuidade as suas atividades políticas e jornalísticas. Apoiado por um pequeno, mas ativo, grupo de imigrantes sírio-libaneses, permaneceu no país até 1947, data em que voltou ao Líbano. Na Argentina, fundou o jornal “A tempestade” (*al-Zawba'a*), editando-o, imprimindo-o e distribuindo-o ele mesmo. Posteriormente, artigos desse jornal foram compilados e publicados em dois volumes. Dentre suas partes se destacam os textos “A luta intelectual na literatura síria” e “O Islã em suas duas mensagens”, nos quais Saadeh discute literatura, filosofia e religião e busca fundamentar uma literatura nacional.

Tanto na Argentina como Brasil o *za'im* buscou acompanhar de perto o desenvolvimento das filiais do Partido, comunicando-se com os membros por meio de cartas. Nestas o pensador dava diretrizes, fazia análises e discutia questões políticas, intelectuais, organizacionais, literárias e políticas.

Segundo sua biografia oficial, durante a Segunda Guerra, Saadeh recusou qualquer princípio de alinhamento que culminasse na subordinação do Partido a poderes externos. Ele enfatizava a independência nacional e a autonomia irrestrita nas

²⁴⁰ SAADEH (1992), op. cit., p. 12-13.

relações internacionais, a fim de atingir interesses puramente nacionais, direitos e a soberania. Esse posicionamento fica visível em uma carta enviada ao corpo editorial do *Suria al-Jadidah*, na qual Saadeh relembra, no calor das vitórias do eixo, que como o Partido não era nem nazista nem fascista o jornal deveria adotar uma postura mais neutra em suas reportagens.

Em 1947, após passar quase dez anos longe de sua terra natal, Saadeh retornou ao Líbano, findando “o longo período de seu exílio forçado que durou até dois de maio”²⁴¹. Se por um lado foi recebido com grande entusiasmo por seus partidários e simpatizantes, por outro, já desde os primórdios, começou a ter problemas com as autoridades do agora independente país.

Dado sua ideologia e atividades contrárias à manutenção do poder nas mãos das elites sectárias tradicionais e seu desacordo com as fronteiras decorrentes da divisão imperial anglo-francesa, estava em rota de colisão com o poder instituído. Nesse contexto, em 1949, após a exacerbação das tensões entre nacionalistas sociais sírios e as autoridades e membros de partidos rivais, foi empreendida uma perseguição em grande escala que culminou na execução de Saadeh, no dia oito de julho de 1949. Por meio de um julgamento previamente determinado, ele foi julgado, condenado à morte e executado em menos de vinte e quatro horas.

O que levou Antoun Saadeh a fundar o PNSS

Já nos primeiros escritos de Saadeh, entre 1921 e 1925, enquanto concebia a ideia de formar um partido, fica evidente a preocupação de Saadeh com o estado presente e futuro daquela que considera a sua nação. Nas publicações da “*al-Majallah*” e “*al-Jaridah*” se sobressai sua inquietação com a miséria de seu povo, causada pela Primeira Guerra Mundial, e a busca por uma saída que pudesse salvá-lo daquilo que o pensador considerava ser uma decadência crônica.

Já nesses tempos Saadeh afirmava que o “ressurgimento da nação” começaria com a fundação de um partido que salvaria o país e o povo do sectarismo e da fragmentação. Tais elementos, em sua ótica, submetiam a nação a uma “implacável e inquebrantável corrente de catástrofes”, começando pela opressão otomana e

²⁴¹ YAMAK, op. cit., p. 59-60.

terminando com a sujeição ao colonialismo franco-britânico e a realização do projeto sionista na Palestina.

Na biografia oficial de Saadeh, publicada pelo escritório de informação do Partido, consta que um dos principais fatores que o motivaram a estabelecer o PNSS foi sua preocupação e oposição ao projeto sionista. O pensador via tal movimento como uma ameaça integral ao destino da nação síria, à medida que, gradualmente, estava inserindo um corpo estranho em terras da Grande Síria. Para contrabalancear tal ideologia, Saadeh asseverava que havia a necessidade de fundar um movimento sistematicamente organizado em todo o território, afinal o problema não estava restrito à Palestina - que fora destacada da nação maior pelas potências colonialistas.

Aos olhos de Saadeh, tal movimento revolucionário, para conseguir frustrar o projeto sionista e fazer renascer a nação síria, teria que necessariamente combater as causas da fragmentação política e da contradição interna, que impediam uma ação unificada. Destarte, fora buscando integrar a Síria geográfica (Grande Síria) e sua comunidade nacional que o pensador formulou o Partido Nacionalista Social Sírio.

Durante sua primeira estada na prisão, em junho de 1935, Saadeh escreveu uma carta a pedido de seu advogado explicando o que o motivou a fundar o Partido. Nela enfatiza que, em face das catástrofes da Primeira Guerra Mundial, quando ainda era uma criança, a principal questão que se colocava era “o que foi isso que trouxe todo este sofrimento ao meu povo?”²⁴². Segundo ele próprio, logo após o final da guerra, começou a procurar uma resposta para tal questão e uma solução para o problema político que parecia guiar sua nação de uma adversidade para outra e de um mal menor a um maior.

Aos olhos do *za'im*, a culminância das atribulações dos sírios era a manutenção de um rancor sectário generalizado, responsável por dividir a comunidade nacional em facções, tanto na terra natal quanto na “diáspora”. Dentre os sectarismos, o pensador destaca o “patriotismo libanês”, interpretado como uma expressão da autoridade e influência das instituições religiosas na sociedade.

Saadeh afirma que não estava interessado em descobrir as causas da decadência de seu povo meramente por interesse intelectual. Visava, antes de tudo,

²⁴² SAADEH, Antoun. *What Motivated me to Establish the Syrian Social Nationalist Party*. Beirute, 1935. Disponível em: <http://www.ssnp.org/new/Saadeh/saadeh_misc_en.htm>. Acesso em: 13/05/2008.

compreender a situação para tentar revertê-la por meio da ação. Para ele, a primeira causa da angústia passada e presente de sua nação era a perda da soberania. Tal fator levou-o a pesquisar sobre o nacionalismo, a questão das comunidades em geral, as raças, entre outras coisas.

Ainda na carta de 1935, Saadeh afirma que, conforme prosseguiu com seus estudos se tornou cada vez mais convicto da importância da ideia de nação, de seu significado e da complexidade de fatores que dela emana. É isso que, a seu ver, o diferenciava dos demais autores, movimentos e partidos: enquanto estes se preocupavam em demasia com os problemas políticos sem compreendê-los em sua essência, agindo a partir de um pragmatismo político, ele buscava estabelecer uma concepção clara da situação para solucioná-la, fundamentando-se em uma base nacional e científica. Citando-o,

assim sendo, e tendo em vista o fato de que um amplo esforço nacional comprometido em lidar com a questão da soberania nacional e entender o sentido da nação não pode ser esvaziado de seu conteúdo político, eu decidi entrar no campo político seguindo o caminho de uma nova ressurreição nacionalista social que garantiria a purificação e unificação das crenças nacionalistas existentes em uma única ideologia e que deveria, por sua vez, fomentar o tipo de solidariedade (*esprit de corps*) que é essencial para a cooperação nacional, progresso e proteção dos interesses e direitos nacionais²⁴³.

Em outras palavras, Saadeh buscava fundamentar sua ação política naquilo que, segundo ele, era uma percepção científica da natureza de sua nação. Dessa forma, ao contrário das lideranças tradicionais, supostamente incapazes de compreender a nacionalidade real dos sírios e focadas antes em manter seus privilégios do que em “reviver a nação” (portanto fomentadoras do sectarismo), defendia que seu programa buscava realizar os interesses políticos e sociais da coletividade, da qual era o legítimo representante.

Conforme o *za'im*, a “purificação” e a unificação das crenças nacionalistas antagônicas seria operada uma vez que fosse estabelecida a percepção científica da nação síria. Esta iria invalidar as demais perspectivas, calcadas em interesses particulares e não naquilo que defendia ser o interesse natural e real da nação.

Por conseguinte, a fundação do Partido Nacionalista Social Sírio servia

²⁴³ Ibid. Tradução livre do autor.

justamente como um meio para proteger e concretizar o “novo renascimento nacionalista social”, embasado em uma percepção pretensamente científica daquilo que seria a nação síria. Ao defender a cientificidade de seu programa, Saadeh apontava para o PNSS como a única via válida de ação para acabar com o infortúnio de seu povo.

Em sua perspectiva, enquanto os demais partidos e políticos não conseguiam captar os interesses nacionais puros, pois estavam comprometidos com “lealdades tribal-sectárias” e percepções distorcidas, o PNSS seria o caminho, por agir com base em uma compreensão científica da nação e de seus interesses e focar somente a coletividade. Assim, o Partido e seu líder eram a encarnação do próprio povo sírio. Citando um trecho de sua carta há pouco referida,

eu percebi que teria que conceber meios que protegessem o novo renascimento nacionalista social. Foi isso que primeiramente me sugeriu a ideia de formar um partido político secreto, que iria inicialmente incorporar essas forças de nossa juventude, que permanecem ausentes por sua integridade e falta de afeição pela corrupção das políticas degradantes. Então eu fundei o Partido Nacionalista Social Sírio e unifiquei as várias crenças nacionalistas em uma ideia, ‘a Síria é para os sírios e os sírios são uma nação’. Eu também estabeleci uma série de princípios a serem reformados: separar religião e Estado, transformar a produção em uma estrutura de distribuição de riqueza e trabalho e estabelecer um exército forte que possa ter um efetivo papel em determinar o destino da nação e da terra natal. Ademais, eu adotei uma formação clandestina para o Partido para protegê-lo da ofensiva das várias facções da sociedade que temiam sua criação e seu crescimento e das autoridades que não desejavam a sua existência. Então eu organizei o Partido com uma hierarquia central e com base na seleção de membros, dando primazia à qualidade de cada um para evitar confusões internas e todas as formas de faccionalismos, competições destrutivas e outros problemas sociais e políticos, assim como para fomentar as virtudes da disciplina e do dever²⁴⁴.

Esse desejo de assegurar o “ressurgimento nacional sírio” já fica claro em seus primeiros escritos e na fundação do PNSS, em novembro de 1932, quando Saadeh proclamou seus princípios. O “renascimento nacional” é colocado como o eixo programático do Partido, que busca assegurar a existência da nação síria e consolidar a sua unidade em um único Estado, “com os meios que promovam seu progresso e sua preparação com a força de uma sólida unidade e de uma colaboração nacional

²⁴⁴ Ibid. Tradução livre do autor.

verdadeira”²⁴⁵. Comentando o princípio fundamental quinto do PNSS, Saadeh afirma que “o ressurgimento nacional sírio marca o retorno das forças ativas e da vitalidade da nação síria, a fim de recobrar seu poderio, prosperidade e tudo que perdeu de seu âmbito territorial natural”²⁴⁶.

Os objetivos do Movimento Nacionalista Social eram, aos olhos do *za'im*, de longo alcance e abrangência. Não estavam limitados a determinados aspectos da política nacional, como, por exemplo, o simples fim da sujeição colonial, mas abrangiam “todos os fundamentos da nacionalidade em todos os aspectos da vida nacional”, orientando a nação síria para “o progresso e o êxito”²⁴⁷. Nas palavras do *za'im*, o movimento buscava mobilizar “os elementos vitais e poderosos que contém a nação, para destruir costumes e tradições perniciosos”, como o sectarismo, “e liberá-la dos mitos que a mantém decaída e estagnada, presa a doutrinas desgastadas e inoperantes”, como o parlamentarismo que beneficiava as elites libanesas em detrimento da totalidade da nação.

Em suma, a partir da afirmação dos princípios do PNSS, percebe-se que se trata da criação de um “homem novo sírio” - traço comum nas ideologias políticas que contém em si elementos de uma estrutura de pensamento mítico, como o comunismo e os fascismos²⁴⁸.

Quanto à relação direta entre a fundação do Partido e a sujeição dos povos sírios aos mandatos anglo-franceses, Saadeh nega a sua exclusividade. Em sua ótica, tratava-se de apenas mais um período na “implacável e inquebrantável corrente de catástrofes” do povo sírio que guia sua nação “de uma adversidade para outra e de um mal menor a um maior”. Portanto, suprimir tal sistema não era tanto o objetivo partidário, mas a consequência óbvia do “renascimento nacional”, que encerraria o ciclo flagelante ao qual estaria preso o povo sírio.

Independentemente se causa ou consequência da fundação do Partido, a oposição ao mandato era inevitável e fundamental em seu programa, dado os

²⁴⁵ SAADEH (1992), op. cit., p. 59.

²⁴⁶ SAADEH (1958), op. cit., p. 37. Tradução livre do autor.

²⁴⁷ Saadeh se refere ao nacionalismo social como Partido (PNSS) e como movimento.

²⁴⁸ Nesse sentido, podemos considerar as obras de Raoul Girardet “Mitos e mitologias políticas” (São Paulo: Companhia das Letras, 1987); Mircea Eliade “Mito e realidade” (São Paulo: Editora Perspectiva, 1972) e Jorge Ferreira “Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil, 1930-1956 (Rio de Janeiro: Eduff/Mauad, 2002).

interesses antagônicos entre a mandatária e a “nação síria”, como a busca partidária pela unificação e pela soberania nacional, em contrapartida ao desejo de manutenção do controle colonial e fomento ao sectarismo. Citando o trecho final de sua carta de 1935,

eu deixei tudo isto e estive à frente na fundação do Partido em total desrespeito à existência ou não de um mandato. Assim, o Partido não foi fundado exclusivamente como um contrapeso ao mandato (governo), mas para unificar a nação síria em um Estado soberano que tenha a vontade de determinar seu próprio destino. Uma vez que o mandato é uma fase passageira, calcular a posição e a atitude do Partido perante ele é uma consideração política secundária. O Partido não foi fundado sob o princípio do ódio estrangeiro ou chauvinismo, mas no princípio do nacionalismo social. O mandato pode ter temporariamente incrementado a popularidade do Partido e fortalecido os motivos para criá-lo, mas isto continua um problema subordinado com importância limitada. De qualquer forma, a questão nacional, pela sua própria natureza, teria inevitavelmente que aderir ao conflito entre a sobrevivência da soberania nacional e a regra imposta²⁴⁹.

Ainda que os motivos nacionais alegados por Saadeh transcendam um mero anseio pela tomada do Estado, devemos considerar a pertinência da análise de Elizabeth Thompson. Ela situa o PNSS entre os movimentos que surgiram nas margens dos grupos detentores do poder, visando uma revolução política e social que substituísse essas camadas tradicionais²⁵⁰. Para corroborar tal perspectiva, podemos mencionar dois discursos proferidos por Saadeh, respectivamente em 1935 e 1937, nos quais fica claro o papel que ele atribui ao PNSS como força da renovação contra as velhas elites. No primeiro, afirma que, na luta entre os fatores do “retrogradismo” e os fatores da renovação,

acreditamos profundamente na vitória das forças novas, das forças renovadoras, das forças que estão sempre dispostas a vencer todas as dificuldades que podem surgir no seu caminho, desejosas de sair de uma vida estagnada, sem ordem nem força, para uma nova boa vida²⁵¹.

No segundo discurso, datado de março de 1937, declara que,

se o Líbano tem uma entidade, então esta é a entidade do povo libanês como um todo, a não ser que a classe governante do Líbano enxergue a si mesma como o Líbano e o povo como nada mais do que a comunidade governada, então nós temos a honra de declarar

²⁴⁹ SAADEH (1992), op. cit., p. 59. Tradução livre do autor.

²⁵⁰ THOMPSON, op. cit., p. 193.

²⁵¹ SAADEH (1999), op. cit., p. 44.

que um dos mais importantes objetivos do PNSS é eliminar esta imagem deturpada de nossa vida nacional - a imagem do governante e do governado - e colocar um fim aos privilégios civis no Estado²⁵².

Ainda que o desejo de tomar o poder e substituir as elites sectárias tradicionais seja inegável e fique explícito nos próprios discursos do *za'im*, reduzir o programa do PNSS a isso acaba por desconsiderar seus objetivos mais amplos e a voz do sujeito em sua própria definição. Se por um lado é notório que se trata de uma disputa no jogo de poder, deve-se considerar por outro que, aos olhos do *za'im*, a conquista do mesmo é apenas o meio e não o fim em si. A oposição do Partido à velha elite é percebida como inevitável para a realização do desejo maior de extirpar o sectarismo e revigorar a “nação síria”, modernizando-a, tornando-a soberana e garantindo-lhe um “lugar ao sol”.

O desafio colocado pelo PNSS ao *establishment* de então era mais complexo do que um simples desejo de conquista do poder e troca da elite governante. Aos olhos do *za'im*, a destituição do velho corpo era imprescindível para a criação de um Estado nacional moderno, capaz de assegurar sua soberania e se desenvolver no ritmo das nações industrializadas da Europa. A concentração do poder nas mãos das elites tradicionais, fundamentadas na lealdade dos grupos étno-confessionais e desejosas de manter seus privilégios, obstruía a coesão e o fortalecimento nacional. Em contrapartida, o PNSS se afirmava como o representante de todo o povo e o defensor de sua unidade, e aquele que tornaria o Estado-nação o depositário maior de todas as lealdades, acima dos laços confessionais.

Em suma, como veremos mais detalhadamente ao longo do capítulo, esta oposição ao poder estabelecido se fundamentava como uma tentativa modernizadora em face de uma estrutura sócio-política tradicional e como uma disputa pela definição da “verdadeira” identidade nacional, elemento recorrente na obra de Saadeh. Em linhas gerais, o objetivo partidário era unir os sírios e garantir sua soberania com base na criação de um Estado que estivesse acima de todas as lealdades sectárias. Citando um trecho de Saadeh, datado de 1935, “essa força organizada modificará a face da História no Oriente Próximo. Os nossos antepassados assistiram às invasões e sobre

²⁵² INFORMATION BUREAU, op. cit., p. 14. Tradução livre do autor.

eles marcham os invasores. Nós, porém, daremos um fim a essas agressões”²⁵³.

Labib Zuwiyya Yamak remonta a origem do Partido ao período em que Saadeh retornou ao Líbano, no final dos anos 1920, intentando mobilizar seus conterrâneos. Nesse primeiro momento, ele se dedicou a obter um conhecimento maior das condições políticas e sociais de sua terra, a publicar artigos e a conversar com grupos de universitários. Concomitantemente, foi se aproximando cada vez mais de setores de jovens educados em Beirute e Damasco, contudo ainda não reunindo essas pessoas em seu entorno de uma maneira fixa.

Conforme Yamak, em 1931, Saadeh teria começado a pensar seriamente em fundar um partido, que diferiria das demais formações políticas locais tanto em sua doutrina quanto organização. Como era professor da Universidade Americana de Beirute, sua proximidade dos estudantes provavelmente fez desses os primeiros quadros. Em um primeiro momento, dado que a opção do *za'im* era manter o Partido como uma organização secreta até o momento em que este se tornasse forte o suficiente para sobreviver ao impacto da exposição pública (sobretudo resistir à oposição da mandatária e de grupos políticos locais), ele agiu cautelosa e seletivamente na escolha dos primeiros aderentes.

Após meses de contatos sigilosos, seis estudantes se engajaram na causa da Grande Síria (dois da Jordânia e quatro do Líbano). Após estes, mais três ingressaram no grupo. Contudo, desconfiando da lealdade de alguns membros, Saadeh convocou uma reunião geral e anunciou que havia desistido do Partido. Pouco depois, no dia 16 de novembro de 1932, encontrou-se secretamente com aqueles que julgou serem confiáveis e reorganizou o grupo sob o nome de *al-Hizb al-Suri al-Qawmi* (Partido Nacional Sírio), posteriormente renomeado como Partido Nacionalista Social Sírio²⁵⁴.

A trajetória do Partido entre 1932 e 1949

Em seu mapeamento do PNSS, Yamak divide sua trajetória em seis fases distintas, interessando aqui abordar somente as quatro iniciais, que abrangem o período no qual Saadeh viveu e o liderou.

²⁵³ SAADEH (1999), op. cit., p. 49.

²⁵⁴ YAMAK, op. cit., p. 54-55; 167.

Durante a primeira fase, indo da formação clandestina até sua descoberta pelas autoridades (1932-1935), as atividades do PNSS se concentraram em torno da constituição do núcleo duro dos membros, do fortalecimento das fundações ideológicas e da estruturação de sua organização. Se até meados de 1934 o Partido cresceu vagarosamente, contando em junho com apenas trinta membros (todos estudantes da Universidade Americana), até o final desse ano seu número chegou próximo a mil. Em novembro, Saadeh publicou a Constituição partidária e os princípios da ação nacional.

Durante a primeira metade de 1935, o PNSS se difundiu, abrangendo Beirute, o Monte Líbano, Damasco e Trípoli. Até novembro, apesar do acelerado crescimento e da consequente exigência de maior organização para estabelecer filiais e células, o Partido permaneceu firmemente organizado e secreto. Inclusive a maioria de seus membros desconhecia o tamanho de sua força e sua estrutura interna. Contudo, dado às dimensões que adquiriu e as várias atividades que passou a exercer, tornara-se impossível escapar da detecção das autoridades, o que ocorreu no dia dezesseis de novembro. A descoberta do Partido resultou na prisão de Saadeh e na de outras lideranças, acusadas de conspirar contra a segurança interna do Estado libanês²⁵⁵.

Conforme o mapeamento de Yamak, a primeira fase se encerra justamente nesse momento, quando o PNSS estava encontrando seu espaço na sociedade e, alheio às várias forças hostis, estava se fortalecendo para o inevitável choque decorrente de sua descoberta. A segunda fase, que vai de 1935 até 1938, caracteriza-se por Saadeh ainda estar no Levante, pelos subseqüentes encarceramentos que enfrentou e pela forte repressão exercida sobre o Partido, que culminou em um período de retração.

Em novembro de 1936 o *za'im* foi liberado do cárcere e as tensões com as autoridades se amainaram a partir de sua promessa de trabalhar pela unidade nacional do Líbano, ao invés de buscar a união política com a Síria. Nessas condições, até fevereiro de 1937, ele se dedicou ao fortalecimento da organização e ao resgate do moral dos membros, visitando uma série de filiais no Líbano e na Síria. Tal período de harmonia e liberdade de ação foi temporariamente interrompido quando ocorreu um confronto envolvendo alguns membros do Partido e forças de segurança libanesas, na

²⁵⁵ YAMAK, op. cit., p. 55-56.

ocasião de um encontro partidário em Bikfayya²⁵⁶. O resultado foi a terceira detenção de Saadeh e uma nova campanha de perseguição ao PNSS. Dessa vez o pensador permaneceu poucos dias detido, sendo liberado devido a um acordo feito com o Primeiro Ministro libanês, Khayr al-Din al-Ahdab. Em maio de 1937, após novas promessas de fidelidade da parte de Saadeh, o governo libanês liberou todos os membros presos anteriormente e permitiu ao Partido publicar seu jornal, *al-Nahda*, e propagar sua doutrina²⁵⁷.

Essa convivência relativamente pacífica entre o PNSS e o governo libanês durou por aproximadamente um ano e meio, tempo suficiente para a consolidação do primeiro. Se os membros que vacilaram durante as perseguições foram expulsos e outros saíram ou se tornaram inativos, muitos novos se filiaram atraídos pelos princípios políticos defendidos por Saadeh. Segundo Yamak, embora as fileiras do PNSS tenham se ampliado na segunda fase de sua trajetória, dado à concorrência de partidos essencialmente sectários (*Kata'ib* e *Najjada*) e a mudança de atitude dos sunitas em relação à existência do Líbano o Partido não conseguiu se enraizar firmemente na sociedade e constituir um movimento de massas.

Contudo, nesse mesmo período, a doutrina partidária ganhou maior visibilidade com a participação de Saadeh e do PNSS em questões regionais. No calor da primeira grande revolta palestina, iniciada em 1936, o *za'im* mandou uma petição à Comissão Peel, posicionando-se contra a formação de dois Estados. No mesmo contexto, em resposta ao tratado franco-turco que desmembrou a região de Alexandretta da Síria, Saadeh posicionou-se firmemente contra tal perda territorial, ganhando maior popularidade à medida que desafiava tanto a passividade do governo local quanto a política da mandatária.

O terceiro período recortado por Yamak compreende os anos em que Saadeh permaneceu longe do Levante (1938-1947). Acreditando ser o Partido já uma força bem consolidada, seu fundador partiu para as Américas tentando ampliar o apoio das comunidades de emigrantes sírio-libaneses e angariar recursos. Se desde o princípio as autoridades francesas buscaram deslegitimar o PNSS, acusando-o de ser uma quinta-coluna do nazismo e do fascismo, a visita de Saadeh às filiais na Alemanha e Itália,

²⁵⁶ Cidade do Líbano.

²⁵⁷ YAMAK, op. cit., p. 57-58.

antes de chegar às Américas e no prelúdio da Segunda Guerra, reforçou as acusações da mandatária e legitimou uma nova campanha de perseguições.

Com a eclosão da Guerra, Saadeh se viu tanto impossibilitado de retornar quanto sem apoio financeiro. Não suficiente, no dia sete de outubro de 1939, a mandatária decretou a lei marcial na Síria e no Líbano, baniu o PNSS, prendeu vários de seus líderes e lançou uma nova campanha de perseguição contra seus membros, acusados mais uma vez de conspirarem contra a segurança do Estado.

Se após sete meses de investigações o Partido foi absolvido da denúncia de ser cúmplice da Alemanha e Itália, pouco antes da invasão de Paris pelo Terceiro Reich, em junho de 1940, foi novamente acusado. Agora ele havia operado sem permissão e supostamente conspirado para o rompimento das boas relações entre a população e a mandatária²⁵⁸.

Após novas investigações e a intervenção de uma delegação multissetorial de notáveis libaneses, em junho de 1941, todos os membros do PNSS detidos desde o começo da guerra foram liberados²⁵⁹. Contudo, isso não significou o reconhecimento do Partido como legítimo, fato que só ocorreu em abril de 1944. Nesses três anos, segundo Yamak, a principal preocupação foi com a reorganização e revitalização. Tal como antes, as atividades foram dirigidas para os jovens e o crescimento foi lento.

Devido às rápidas mudanças nas condições políticas (sobressaindo-se a independência do Líbano em 1943) e nas disputas ideológicas locais, a direção do Partido, buscando se adaptar às transformações, deu um rumo diferente daquele esperado pelo seu fundador. Liderado por Ni'mih Tabu, o Partido deixou em segundo plano a questão da nação síria, focando sua atenção nos problemas internos do Líbano. Ainda embasado na juventude urbana educada, o número de membros do PNSS cresceu no imediato pós-guerra²⁶⁰.

Por fim, o quarto período recortado por Yamak compreende os anos entre o retorno de Saadeh ao Líbano, em 1947, e sua execução, em meados de 1949. Para comemorar sua volta, em março daquele ano, os membros do Partido organizaram um

²⁵⁸ YAMAK, op. cit., p. 59-60.

²⁵⁹ É importante notar que, mesmo entre meados de 1940 e meados de 1941, quando o mandato sobre a Síria e o Líbano esteve em mãos do governo de Vichy, a repressão ao partido de Saadeh não diminuiu. Destaca-se o fato de que a liberdade só foi garantida aos nacionalistas sociais presos um mês antes da invasão e ocupação da Síria e do Líbano pelas forças britânicas e da França Livre.

²⁶⁰ YAMAK, op. cit., p. 60-62.

grande evento, do qual também participaram simpatizantes, cidadãos em geral e autoridades. Contudo o clima de festa logo se esvaiu, quando em seu “Discurso de Retorno” Saadeh reacendeu a oposição ao seu Partido nutrida pelas elites tradicionais e por milicianos de partidos nacionalistas libaneses, sobretudo o *Kata’ib*. Afinal, nesta arenga se contrapôs ao fervor nacionalista pós-independência e ao sectarismo do Pacto nacional, enfatizando que os libaneses não constituíam uma nação integra por serem parte da nação síria maior. Tal posicionamento fez Saadeh ser convocado a prestar depoimento, já em seus primeiros dias na terra natal.

Suspeitando de um plano contra sua vida, o *za’im* se negou a depor e uma ordem de prisão foi expedida contra ele. Buscando evitar mais um período no cárcere, o fundador do PNSS saiu de Beirute e se refugiou nas montanhas libanesas, onde permaneceu por mais de meio ano, até que o governo desistisse de sua detenção²⁶¹. Nesse intervalo, enquanto forças do governo fizeram constantes buscas nas sedes do Partido, Saadeh reassumiu o seu controle e manteve intenso contato com o alto-escalão.

Após a regularização de sua situação em outubro, o *za’im* retornou a Beirute onde promoveu expurgos na alta hierarquia partidária, devido ao desvio da doutrina nacional após 1944, reorganizando a liderança central. Mesmo com a expulsão de três dos mais importantes membros, a convicção da base em Saadeh não foi abalada e ele continuou a ser representado como o líder único e infalível. Após os expurgos, entre janeiro e abril de 1948, o fundador promoveu uma série de palestras onde reafirmou as bases ideológicas do Partido, disseminando o conceito de “nacionalismo social” (*al-qawmiyya ijtima’iyya*).

Nesse contexto, sobretudo após a derrota árabe na Palestina diante das forças sionistas, o *za’im* voltou a criticar o nacionalismo árabe e o libanês, acusando-os de traidores do interesse nacional e, mais uma vez, iniciou uma grande polêmica. Tal posicionamento incisivo, somado a participação de voluntários do PNSS na Palestina, convergiu em uma maior popularidade e na afiliação de vários membros, antes vinculados a partidos nacionalistas árabes. Mas, apesar de toda a propaganda, o PNSS continuou sem uma adesão massiva.

Ao passo que a falta de um grande número de quadros impedia a

²⁶¹ YAMAK, op. cit., p. 62.

transformação do Partido em um agente político de peso, sua situação de marginalidade se agravou ainda mais com a oposição do governo e, sobretudo, com sua incursão no “rebanho político” de importantes lideranças sectárias tradicionais. Assim, incomodados com a presença e o crescimento do nacionalismo social sírio, seus opositores passaram a articular o assassinato de Saadeh²⁶².

O agravante nas já tensas relações entre o governo e o PNSS foi um golpe de Estado na Síria, em 31 de março de 1949, que estabeleceu um governo militar visto como uma potencial ameaça ao Líbano. A desconfiança de que o Partido poderia se alinhar com o novo regime sírio cresceu e o mesmo passou a ser vigiado ainda mais de perto.

O que legitimou a nova onda de perseguições empreendida pelo governo libanês foi a execução bem-sucedida de um plano que culminou no confronto entre membros do PNSS e milicianos do *Kata'ib*, em junho de 1949. A acusação oficial era velha conhecida: conspiração contra a segurança do Estado. Em poucos dias, aproximadamente dois mil e quinhentos membros foram presos e Saadeh, entregue pelo governo sírio, caiu nas mãos das autoridades libanesas. Um “juízo pré-definido”²⁶³ resultou em sua execução sumária, no mesmo dia em que esteve diante do tribunal²⁶⁴.

3.2. O PENSAMENTO POLÍTICO DE ANTOUN SAADEH E O PNSS

Como Saadeh esteve em contato direto com várias tendências do pensamento político ocidental e boa parte de suas obras e discursos se localiza temporalmente entre as duas guerras mundiais, é salutar investigar a especificidade de seu pensamento diante, sobretudo, do fascismo. Se há alguns elementos afins, como o desejo do *za'im* de construir um Estado nacional forte e centralizado, uma análise mais detida também revela desencontros.

Buscando compreender os fundamentos do pensamento político de Saadeh, bem como avaliar uma possível influência dos fascismos, na sequência serão

²⁶² YAMAK, op. cit., p. 64-65.

²⁶³ BESHARA, Adel. Sa'adeh and the Greater Syria scheme. In: _____ (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007. p. XIII-XX.

²⁶⁴ YAMAK, op. cit., p. 64-65.

analisados ponto a ponto os princípios oficiais do Partido. No último capítulo, a atenção recairá sobre alguns elementos organizacionais do Partido, no discurso oficial do PNSS em relação ao nazismo e ao fascismo e, por fim, na posição de seus opositoristas e críticos no tangente à relação do Partido com os autoritarismos europeus.

3.3. OS PRINCÍPIOS DO PARTIDO

Na obra “Princípios da doutrina do nacionalismo sírio” Antoun Saadeh estabelece oito princípios fundamentais e cinco reformistas que embasam o PNSS. Nessa fonte, os mais diversos aspectos do pensamento do autor e suas motivações ficam claros. Veremos, por meio de uma análise pontual e gradual dos mesmos que, a seguinte síntese do pensamento político de Saadeh em seis pontos feita por Adel Beshara é muito precisa:

1. Uma necessidade de convalescer do ferimento ao orgulho nacional causado pelo desmembramento da Síria em vários Estados após a Primeira Guerra Mundial;
2. A condenação do fanatismo religioso como um desastre nacional acompanhado por um clamor pela separação entre religião e Estado;
3. A aceitação do princípio de que o interesse nacional se sobrepõe a quaisquer interesses classistas ou setoriais;
4. O endosso do nacionalismo como um credo revolucionário dedicado à preservação da nação e à mudança do *status quo* nos domínios social e econômico;
5. O reconhecimento do princípio da força como um requisito essencial para um povo que aspira a independência nacional;
6. A denúncia do sionismo e da intolerância religiosa como ameaças maiores às dimensões política e moral da nação (Síria)²⁶⁵.

Os princípios fundamentais

Os princípios fundamentais explanam sobre a base ideológica do Partido, buscando legitimar sua visão e seu programa nacional. Por meio deles Saadeh afirma a especificidade do PNSS e da nação Síria, bem como as causas da decadência do povo sírio e o caminho para seu “Renascimento”.

²⁶⁵ BESHARA, Adel. *Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007. p. 1-2. Livre tradução do autor.

Princípio primeiro: o conceito de nação e a relação entre o sirianismo, o fenicianismo e o arabismo.

Na explicação do princípio primeiro, “A síria é dos sírios e os sírios constituem uma nação íntegra”, Saadeh explicita o principal motivo que o levou a estabelecer o Partido e definir a sua ideologia. Quando começou a pensar no “renascimento” da nação e em seu “despertar”, e observar os “improvisados movimentos políticos existentes em seu seio”, o *za'im* constatou a existência de interpretações variadas e conflitantes da identidade nacional dos sírios e a necessidade de definir sua natureza verdadeira.

Considerando a fraqueza nacional e a desunião evidenciadas no governo de uma mandatária e nas anteriores sujeições a jugos estrangeiros, em sua perspectiva, os sírios precisavam fazer cessar a ignorância de sua verdadeira identidade e despertar a viva consciência de seu nacionalismo, com o intuito de tornar sua pátria soberana e sua nação íntegra. Pois, como os sírios estavam outra vez dominados por forças estrangeiras e fragmentados em diferentes mandatos, não constituíam ainda uma nação unificada em torno de um desejo comum.

Visando extinguir essa fragmentação interna e sujeição externa, Saadeh se propôs a debelar as dúvidas quanto ao verdadeiro caráter nacional dos sírios, incorporando ou simplesmente deslegitimando as visões identitárias concorrentes. Por conseguinte, o primeiro princípio do PNSS sustenta a unidade nacional dos sírios e de sua pátria e a “eliminação de todas as confusões e dúvidas de caráter jurídico de que a Síria é uma nação”²⁶⁶.

Conforme o *za'im*, responder à pergunta “quem somos?” - ou, “a qual nação pertencemos?” - é o fulcro de “toda a atividade nacional verdadeira”. Para dar conta desse questionamento, Saadeh se vale de um conceito de nação embasado sobretudo em caracteres geográficos e na interação do homem com o meio ao longo do tempo. Ao defender que os “os sírios constituem uma nação íntegra”, contrapondo-se às definições identitárias de cunho confessional ou linguístico, o pensador busca invalidar os demais discursos políticos que arguem sobre a nacionalidade dos “sírios” (libanismo, arabismo, islamismo político), vistos como “confusas denominações que

²⁶⁶ SAADEH (1992), op. cit., p. 18.

fragmentaram nossa realidade social, que a dissolveram e a apagaram”.

Segundo Saadeh, como os diversos povos que habitam a Grande Síria são puramente sírios, os nacionalismos regionais seriam interpretações deformadas de sua “verdadeira” realidade nacional. Portanto, asserções como “nós os libaneses, nós os palestinos, nós os damasquinos, nós os iraquianos, nós os jordanianos e nós os árabes” seriam equivocadas e “não podem constituir as bases de um despertar nacional verdadeiro e nem as bases do ressurgimento da nação síria”. Todas elas seriam denominações parciais, percepções identitárias imprecisas e regionais, que não estariam de acordo com a resposta correta da questão “quem somos”, no caso: sírios. Citando-o,

dizer que os sírios constituem uma nação íntegra é manifestar uma verdade fundamental que acaba com a confusão e a anarquia, e assenta o esforço nacional sobre bases tão claras que sem elas impossível seria criar um ressurgimento nacional na Síria [...] Aqueles que não admitem ser a Síria dos sírios e que estes já constituem uma nação íntegra, cometem o delito de despojar os sírios do direito de soberania sobre si mesmo e sobre sua pátria. O Movimento Nacionalista Social Sírio, em nome dos milhões de sírios que almejam a liberdade e aspiram à vida e ao progresso, denuncia sua culpabilidade publicamente²⁶⁷.

Explicitamente, o primeiro princípio é uma oposição ao fenicianismo e ao arabismo ou até uma síntese de ambos. Pensando no contexto puramente libanês, onde o Partido foi fundado, ao afirmar que os “sírios constituem uma nação íntegra”, o *za'im* está se contrapondo à afirmação de que os libaneses são diferentes dos sírios e portanto devem ter um Estado separado. Também está relutando em aceitar que não é pelo fato dos sírios serem um dos povos árabes, que devem integrar com eles um grande Estado comum. Sendo assim, ambas as alegações são para Saadeh simples distorções.

Afora os demais princípios fundamentais e reformistas nos quais tal definição nacional síria fica clara, ao longo de sua produção intelectual e atuação política Saadeh retoma frequentemente essa polêmica, reiterando seu posicionamento. Na obra “A gênese das nações”, escrita para dentre outros objetivos fundamentar a visão do PNSS principalmente no concernente ao conceito de nação, ele enfatiza que esta é uma realidade social e natural, a forma mais perfeita de comunidade humana.

²⁶⁷ SAADEH (1958), op. cit., p. 8-9. Tradução livre do autor.

Discutindo Ernest Renan, Vidal de la Blach, Hertz, Boas, Haddon, o pensador sustenta um conceito de nação que legitima a percepção dos sírios como uma. Segundo Saadeh, as nações são fruto da interação contínua de um determinado grupo entre si e com o meio ambiente específico que habita. Este último é delimitado por fronteiras geográficas que o define em relação aos demais ambientes e caracteriza seus habitantes, afastando-os dos demais agrupamentos humanos²⁶⁸. Portanto, as nações se caracterizam pela continuidade no tempo da interação homem-homem-meio, que cria mentalidades e características afins. Citando Saadeh, “a nação tem sua base ou seu fundamentado, mais do que em qualquer outra coisa, em uma unidade territorial específica com a qual a coletividade de pessoas interage e dentro da qual ela se interliga e se une”²⁶⁹.

In'am Raad enfatiza os conceitos de “comunidade de vida” e “ciclo socioeconômico” na explicação da nação em Saadeh. Eles foram concebidos como “um processo envolvente e integracionista ao invés de um acúmulo de fatores [objetivos]. A nação não é terra nem homem, embora eles sejam essenciais para sua formação, mas um contínuo e dinâmico movimento social”²⁷⁰. Pouco adiante, Raad complementa afirmando que “o que importa é a comunidade de vida que se desenvolve da interação social do homem com a terra [ciclo socioeconômico]”²⁷¹.

Se Saadeh reconhece a existência de diferentes comunidades no seio de uma mesma nação, de modos que a nação síria é composta por uma miríade destas, a interação de seus habitantes e sua relação com um meio comum (embora relativamente heterogêneo no interior de suas fronteiras) os tornam membros de uma mesma nação, fazendo-os partilhar de uma visão de mundo similar. Mas, cabe ressaltar que, não se trata de um determinismo geográfico puro, visto que, segundo Saadeh, os grupos humanos têm uma predisposição intrínseca e específica para desenvolver ou não as potencialidades oferecidas pelo meio em que habitam. Citando-

²⁶⁸ Tal perspectiva da funcionalidade em Saadeh do conceito de nação (embasado no ciclo socioeconômico) para fundamentar o nacionalismo sírio está em consonância com a leitura feita por In'am Raad (RAAD, In'am. *Union in life: Sa'adeh's notion of the socio-economic cycle*. In: BESHARA, Adel (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007. p. 47-49).

²⁶⁹ SAADEH, Antoun. *Gênese das nações*. Tradução Youssef H. Mousmar. Curitiba: sem editora, 2010. p. 265.

²⁷⁰ RAAD, op. cit., p. 49. Tradução livre do autor.

²⁷¹ RAAD, op. cit., p. 50. Tradução livre do autor.

o, “a terra provê possibilidades, não compulsões ou imperativos deterministas, isto significa que a terra é o aspecto positivo e não o aspecto negativo da história”²⁷².

Em outras palavras, para Saadeh, a nação está em duas condições: as possibilidades econômicas do meio (estas são as condições objetivas) e a capacidade de seus habitantes de se beneficiarem delas (condições subjetivas)²⁷³.

A partir dessa definição de nação, ao longo do “Gênese das Nações” e de outros textos, os ataques ao libanismo, arabismo, comunismo e islamismo político são inúmeros. Quanto ao primeiro, ao invés de negar a origem fenícia da nação, Saadeh integra-a ao sirianismo, sustentando que os fenícios são parte do povo cananeu, um dos pilares dos atuais sírios. Ou seja, não caracterizam somente as comunidades libanesas, mas integram a herança comum de todos os sírios, junto com os povos que já estavam na região ao longo da idade da pedra, mais os amoritas, os hititas, os arameus (caldeus), e, posteriormente, os árabes²⁷⁴. No texto “Os maronitas são sírios siríacos”, escrito após 1936, Saadeh contesta abertamente a associação entre o nacionalismo separatista libanês e o fenicianismo:

algumas pessoas ignorantes que não estudaram nem história nem etnografia estão tentando enganar os incautos que existe no Líbano um discreto povo que não é parte da nação síria e que está estabelecido como um único povo em toda a Síria natural. Quando o comandante do exercito francês ocupante tocou o tom da independência do Líbano que ele mesmo proclamou, aqueles preocupados em assegurar o futuro da comunidade cristã no Líbano prontamente aceitaram a ideia de criar uma nação libanesa separada que se embasa no mito libanês da origem fenícia. Eles pegaram o antigo caminho costeiro das cidades cananeias, que se desenvolveram na costa antes do Monte Líbano (notadamente Tiro, Sidon e Biblos) como suporte desse mito²⁷⁵.

Para o *za'im* a Palestina foi o centro e o corpo dos cananeus, entrecruzando os três principais povos que se espalharam pela Síria Natural: os cananeus-fenícios, os

²⁷² SAADEH (2010), op. cit., p. 180. Nesse ponto há certa semelhança entre o raciocínio de Saadeh e o de Adolf Hitler, dado que para o primeiro a nação e para o segundo a raça podem ou não desenvolver as potencialidades oferecidas pelo meio de acordo com seu potencial interno. Enquanto Saadeh destaca a inaptidão dos ameríndios em desenvolver uma civilização avançada em um meio propício para tal, Hitler destaca a incapacidade dos lapônios e esquimós, em contraposição aos arianos. Para o *führer*, é um ultraje considerar os antigos povos germânicos bárbaros, pois se os mesmos estivessem nas condições favoráveis oferecidas pela Grécia teriam “produzido uma civilização tão brilhante como a dos Helenos” (HITLER, Adolf. Minha luta. São Paulo: Editora Moraes, 1983. p. 247).

²⁷³ RAAD, op. cit., p. 53.

²⁷⁴ SAADEH (2010), op. cit., p. 129; 268.

²⁷⁵ SAADEH, Antoun. *The maronites are syriac syrians*. Disponível em: <http://www.ssnp.org/new/Saadeh/saadeh_misc_en.htm>. Acesso em: 13 mai. 2008. Tradução livre do autor.

arameus-caldeus e os hititas. Ao invés de os fenícios terem se mantido isolados (base do argumento fenicianista conforme exposto pelos nacionalistas libaneses), sua integração e fusão com os outros dois povos culminou na emergência da única e bem definida personalidade síria. Citando-o, “os principais povos sírios se misturaram uns com os outros à medida que os períodos históricos se sucederam e mesmo antes de seus cruzamentos seu senso de destino comum já os conduzia a formação de alianças parciais ou compreensivas”²⁷⁶.

Em suma, esse entrecruzamento produziu “o tipo especial sírio”, distinto dos demais, a partir da união das raças do interior e do litoral. Citando-o novamente,

a Síria talvez seja o melhor exemplo do meio ambiente que funde diferentes grupos assentados e os transforma em um único temperamento e em uma única personalidade. Sabemos que, durante o período da Pedra Mesolítica, como foi mencionado pelas descobertas arqueológicas na Palestina, a Síria era povoada e este foi provavelmente o lugar de origem da cultura megalítica. Sabemos, também, que os grupos do norte, como os hititas e outros, atravessaram as montanhas de Taurus, adentrando na Síria, onde se encontraram com grupos do sul vindos do deserto. Estes grupos, suplementados por aqueles que vieram do ocidente, como os filisteus, misturaram-se entre si e com os remanescentes dos grupos da idade da pedra, a fim de formar uma combinação específica²⁷⁷.

A fim de derrubar a tese do “exclusivismo fenicianista”, paralelamente à ênfase atribuída ao entrecruzamento dos povos sírios, o pensador afirma que os maronitas (dentre os quais estavam os principais defensores do fenicianismo) são arameus em sua origem e língua, é dizer siríacos ou sírios, antes de serem propriamente fenícios. Nas palavras de Saadeh, a

própria Fenícia sabe muito bem que ela era síria ao invés de libanesa. Antes da Primeira Guerra Mundial todos os libaneses costumavam considerar a eles mesmos como sírios. Nenhum deles se considerava libanês em qualquer sentido que não em um sentido regionalista muito estreito, distinto de nacionalidade²⁷⁸.

Assim, buscando deslegitimar o mito que sustentava a independência do Líbano e o programa de partidos políticos sobretudo cristãos, o fundador do PNSS incorpora o fenicianismo a sua narrativa nacional e assevera que suas constatações se embasam em pesquisas científicas definitivas, no campo da antropologia e da geografia. Convocando os maronitas a preservar sua tradição síria ao invés de se

²⁷⁶ Ibid. Tradução livre do autor.

²⁷⁷ SAADEH (2010), op. cit., p. 262.

²⁷⁸ Ibid.

voltar contra ela, Saadeh admoesta que “qualquer ideia que intente isolá-los do centro dessa história [síria], é uma ideia que irá prejudicar suas bases e trazer ruína para seu futuro”. Para o *za'im*, a “questão libanesa” nunca foi a de uma nação particular, raça distinta ou terra separada, mas sim a de um grupo religioso buscando um acordo para assegurar seus ritos, costumes e herança ancestral. A seu ver, a Síria é uma realidade social inquestionável no interior da qual se desenrola a trama da “questão libanesa”.

Quanto à relação de Saadeh com o arabismo esta é um tanto ambígua. Assim como com o fenicianismo, o pensador não nega sua validade por inteiro, mas também não o reconhece como ideia soberana. Se por um lado defende a especificidade da nação síria, por outro a situa entre as nações árabes, atribuindo a ela um papel essencial entre estas. Sublinhando a peculiaridade síria mediante os árabes, Saadeh pontua que, se tomadas a Síria e a Arábia como exemplo, percebe-se que a primeira é

uma comunidade completamente perfeita. Ela é uma sociedade natural dentro da qual o curso da vida de seus membros naturalmente ocorre em completa interconexão e interação, e assim seus membros participam do mesmo destino. Os sírios são firmemente ligados entre si em todos os interesses, como o casamento, relações sociais, cooperação econômica, associações, clubes, partidos, sindicatos, escolas, etc. A Arábia é também uma sociedade natural, ou melhor, os árabes são sociedades naturais. Os árabes na Arábia levam suas vidas dentro de suas esferas tribais e têm interesses particulares quanto ao casamento, migração, incursões, ataques e saques, não tendo nenhum interesse de se assentar e se estabelecer²⁷⁹.

Ou seja, árabes e sírios, cada qual habitando seu ambiente próprio, têm características muito diferentes decorrentes de suas potencialidades e meios específicos. Sendo assim, constituem nações peculiares. Quanto ao cruzamento histórico entre ambos, este é inegável, mas não significa sua completa fusão em uma única entidade. Segundo Saadeh,

sob o Estado islâmico, estas duas sociedades naturais se tornaram uma sociedade artificial, ou seja, a sociedade de Estado. Elas fizeram parte do mesmo Estado, mas permaneceram duas sociedades naturais, com modos de vida diferentes e com vidas separadas²⁸⁰.

Quanto aos árabes que, com a expansão islâmica, fixaram-se na Síria, o pensador argumenta que se tornaram parte da sociedade natural síria, dissociando-se

²⁷⁹ SAADEH (2010), op. cit., p. 258-259.

²⁸⁰ SAADEH (2010), op. cit., p. 259; 263.

completamente do deserto. Nesse ponto Saadeh ecoa os argumentos apresentados anteriormente por Chékri Ganem e Georges Samné, no caso a Arábia nunca esteve conectada com a Síria e enquanto os árabes da primeira eram puros aqueles que atravessaram a fronteira se mesclaram com a população local, formando a nação síria e devotando sua fidelidade para ela.

Ao traçar essa separação entre a sociedade nacional-natural e a sociedade artificial-política, Saadeh também fundamenta sua oposição às pretensões dos pan-islâmicos que almejam a grande unidade dos muçulmanos e a incorporação das minorias locais em um único Estado, tal qual no tempo de Muhammad e dos califas. Para invalidar tal perspectiva, o *za'im* também aponta para a incompatibilidade entre os princípios da função espiritual e os do poder temporal e para a universalidade das religiões, fato que as torna inconciliáveis com o nacionalismo e a formação das nações. Afinal, se os muçulmanos se consideram irmãos, assim como os cristãos, isso não os torna uma única nação, pois habitam em diferentes ambientes e interagem com os mesmos e com os grupos conterrâneos, formando com estes últimos sua unidade nacional ao invés de formá-la com seus correigionários de outras regiões²⁸¹.

Em síntese, a formação da nação a partir da interação de diferentes grupos em um ambiente comum, independentemente da religião, fundamenta o conceito adotado pelo PNSS de nação síria e a coesão que pretende criar entre os povos levantinos, divididos e identificados a partir de sua pertença às diversas seitas religiosas.

Retornando à crítica de Saadeh ao pan-arabismo, cujo discurso se fundamenta sobretudo na língua, cultura e história comum, o pensador discute a relevância destes elementos na formação das nações, desqualificando-os. A cultura é vista como o produto da interação dos homens com um meio específico, nos quais exercem ou não suas potencialidades biológicas intrínsecas (“ciclo socioeconômico”). Como os árabes habitam diferentes meio-ambientes, a cultura dos sírios é peculiar em relação aos demais. Citando Saadeh, embora algumas nações partilhem traços culturais afins, “cada nação, também, pode ter algumas manifestações culturais específicas a ela. Então, conseqüentemente, a cultura não determina a nação, mas o grau de cultura constitui uma diferença entre as nações”²⁸².

²⁸¹ SAADEH (2010), op. cit., p. 278-279.

²⁸² SAADEH (2010), op. cit., p. 285.

No concernente à linguagem, o pensador a considera como um meio (resultado) e não uma causa de associação. A língua pode ser particular a uma nação ou ser comum para muitas outras, mas isso não significa que estas constituam uma única nação. Citando-o “seria um grande erro definir a nação pela língua. O mundo da língua árabe não é uma nação”²⁸³. Saadeh ilustra seus postulados a partir dos próprios sírios que

adotaram a língua de seus conquistadores árabes, mas transferiram para esta língua as ciências dos sírios, sua literatura, e seus tipos de pensamento, de modo que a língua arábica se tornou a língua nacional dos sírios dominada por sua psique e talentos em seu meio ambiente e além dele [...] a unidade da língua não determina a nação, mas ela é necessária para a coesão nacional. No lugar onde a língua é adotada como uma base para a nacionalidade, o objetivo é expressar uma tendência e necessidade para a expansão e domínio, como no caso da Alemanha, cujos pensadores recorrem, algumas vezes à unidade da raça e, em outras vezes, à unidade da língua para anexar minorias e regiões controladas por outras nações²⁸⁴.

Buscando reiterar a carência de legitimidade das demandas pan-arabistas, ao final do “gênese das nações” Saadeh narra à história de Elias Farhat, imigrante e poeta sírio, que julgou erroneamente ter encontrado sua nacionalidade no apelo político e religioso por um império, unidade ou ainda restauração da glória árabe. No entanto,

em um momento feliz de alerta psicológico, seu sentimento íntimo, isento de influências políticas, despertou ao avivar nele um anseio e saudades pela pátria. Era um anseio, não por uma pátria estranha, pelo deserto ou pelo Egito ou por Marrocos, mas pela Síria²⁸⁵.

Embora Saadeh defenda a especificidade da Síria como uma nação própria diante dos países de língua árabe, sobretudo no “Gênese das nações”, em outros momentos o pensador apresenta essa relação em termos mais estreitos. Ao final dos “Princípios do Movimento Nacionalista Social Sírio”²⁸⁶, quando fala dos propósitos do Movimento e de seu programa, Saadeh defende, paralelamente à promoção do ressurgimento nacional sírio (ponto central), a posterior “criação de uma frente

²⁸³ SAADEH (2010), op. cit., p. 277.

²⁸⁴ SAADEH (2010), op. cit., p. 276.

²⁸⁵ SAADEH (2010), op. cit., p. 292.

²⁸⁶ Há uma aparente contradição no referente às datas. Enquanto Áref Assray aponta que os Princípios foram proclamados em 16 de novembro de 1932, Asher Kaufman coloca que os mesmos só foram publicados em 1947. Contudo, não se trata necessariamente de uma contradição, dado que os mesmos podem ter sido proclamados antes, desenvolvidos mais detalhadamente e publicados, em sua versão final, somente 15 anos depois. De qualquer forma, os princípios não foram publicados em 1932, por fazerem referência ao ano de 1934, quando o pai de Saadeh faleceu e ao livro “Gênese das Nações”, de 1936 (SAADEH (1992), op. cit., p. 35).

comum entre os países árabes”²⁸⁷. Mais adiante, assevera que a “Síria é uma das nações do mundo árabe”, sendo a mais apta para conduzi-lo: “o nacionalismo sírio é o caminho prático e único e a condição primeira para lograr o ressurgimento da nação síria e capacitá-la para conduzir a ação pela causa do mundo árabe”²⁸⁸.

Portanto, embora diferentes, não há uma descontinuidade entre a “Causa Síria” e a “Causa Árabe”. Os que assim encaram o PNSS, nas palavras de Saadeh, “cometem um erro funesto”. Citando-o,

nós não renunciaremos nunca a nossa posição dentro do Mundo Árabe, nem a nossa missão pelo mundo árabe, mas queremos, antes de tudo, tornarmos fortes nós mesmos [...] para poder cumprir com êxito a grande missão diante e em favor do mundo árabe²⁸⁹.

Embora haja essa exortação por unidade, é mister considerar que a mesma deve ser consolidada por meio de pactos e acordos, preservando zelosamente a soberania nacional, para obter uma colaboração eficaz entre as diferentes nações árabes. O intuito não é a criação de um único Estado, mas a de uma frente comum árabe com peso na política internacional (algo muito próximo da Liga das Nações Árabes)²⁹⁰.

Em seu discurso de retorno ao Líbano, em março de 1947, Saadeh reiterou essa relação do PNSS com o arabismo ao afirmar que, seus partidários demonstraram claramente a não veracidade de um falso rumor segundo o qual o nacionalismo social é inimigo dos árabes e do arabismo. Citando-o, “Se há no mundo um arabismo realmente comprometido, este deverá ser encontrado nas fileiras do Partido Nacionalista Social”²⁹¹.

Um pouco mais adiante nesse mesmo discurso, Saadeh complementa que o PNSS é o grupo que busca o arabismo real, aquele que cria uma coesão dos países árabes ao mesmo tempo em que respeita as diferentes soberanias nacionais de seus membros, enquanto outros buscam um falso arabismo, a união em um só Estado. Citando-o, “nós somos o fronte do Mundo Árabe, seu coração, espada e escudo protetor”.

²⁸⁷ SAADEH (1992), op. cit., p. 59.

²⁸⁸ SAADEH (1992), op. cit., p. 61.

²⁸⁹ Ibid.

²⁹⁰ SAADEH (1992), op. cit., p. 61-62.

²⁹¹ SAADEH, Antoun. Return Speech. Disponível em: <http://www.ssnp.org/new/Saadeh/saadeh_misc_en.htm>. Acesso em: 13 mai. 2008.

A partir do exposto, pode-se em partes relativizar o posicionamento de Daniel Pipes, segundo o qual o PNSS representa um pansirianismo puro, ou seja, rejeita o pan-arabismo e defende a criação de uma Grande Síria como um fim em si, alegando ser esta uma unidade nacional exclusiva. Se, de fato, Saadeh busca fundamentar a soberania e a exclusividade nacional síria em contraponto às nações vizinhas, por outro lado, não rejeita o pan-arabismo de todo. Coloca que a integração árabe não deve comprometer a soberania de suas diferentes comunidades nacionais²⁹². Dessa forma, parece imprecisa (ou pelo menos passível de ser relativizada) a divisão dos pansírios em puros e pragmáticos (conforme exposto no capítulo 2), tendo em vista que o máximo representante dos primeiros (Saadeh) também enxerga a consolidação da nação síria como um passo para o fortalecimento dos árabes em uma frente comum, embora não sua união final em um único Estado.

O cerne da questão é a própria definição que Saadeh tem do Estado. Sua função seria a união das comunidades afins e o exercício de uma força pública para manter a coesão e guiar a sociedade. O Estado é a personalidade e a imagem da sociedade, trabalhando em conjunto com a mesma em sua força e fraqueza. Enquanto ele se desenvolve a sociedade cresce, se retroage a sociedade se enfraquece²⁹³. Diferentemente de Hitler²⁹⁴, que define o Estado como um meio para o fim de conservar a raça e a civilização, Saadeh aponta para sua proeminência. Citando-o,

mal o Estado se tornou consciente de sua própria existência e de seu poder na sociedade, começou a estender sua hegemonia sobre a sociedade e a direcioná-la de maneira a adaptá-la aos seus propósitos. Assim, é o Estado que forma a sociedade, que determina seu escopo, as condições dos assuntos de sua vida e representa a sua personalidade; é assim que encontramos o Estado que surgiu na aurora da história, e assim os Estados fizeram a história²⁹⁵.

Já considerado o conceito de Estado em Saadeh e sua crítica ao libanismo-fenicianista, arabismo e islamismo político, agora cabe situar sua oposição à postura internacionalista do comunismo. A pedra angular de sua argumentação é que, embora a terra tenha uma atmosfera homogênea ela está dividida em regiões, que formam

²⁹² PIPES, op. cit., p. 37-41.

²⁹³ SAADEH (2010), op. cit., p. 155-168.

²⁹⁴ Parte-se na presente dissertação do pressuposto de que Saadeh travou contato com a obra “Mein Kampf” em algum momento de sua vida. Se é perceptível um interesse prévio do autor pelos assuntos da Alemanha, sendo ele próprio professor de alemão, cabe destacar a publicação de “Mein Kampf” em um jornal libanês, no ano de 1934, quando Saadeh ainda estava no país.

²⁹⁵ SAADEH (2010), op. cit., p. 168.

meio-ambientes específicos nos quais determinados grupos humanos desenvolvem sua trajetória, constituindo-se em nações peculiares e independentes.

Ou seja, ao invés de leis gerais da história e do desenvolvimento comum a todos os homens, as diferentes interações entre os grupos humanos e destes com seus respectivos meios criam situações peculiares. O resultado inevitável é a oposição de Saadeh à ideia de unidade do gênero humano e luta de classes na medida em que interpreta essa como uma faceta das lutas nacionais.

Para o autor, não faz sentido a união entre os proletários sírios e os russos, pois cada qual têm interesses particulares, não conciliáveis. Suas respectivas lutas devem ser dirigidas dentro de suas nações, a fim de desenvolvê-las em sua plenitude e alcançar um sentido quase que imanente das mesmas. Em suma, Saadeh não nega o papel da luta na vida nacional, enfatiza-o, mas considera a “luta como o contínuo trabalho da nação para alcançar o que é melhor para a sociedade, ao invés de um estado de guerra permanente entre duas classes num dado período na história de uma sociedade”²⁹⁶.

É a partir desse pressuposto que Saadeh interpreta as revoluções nacionais. Não se tratam de revoluções de classe, onde uma está tentando eliminar a outra e mudar toda a ordem social da sociedade. Pelo contrário, as classes operam revoluções nacionais que visam mudar uma política específica ou um sistema econômico como um todo de modo a melhor expressar a vontade da nação e promover seus interesses. Assim sendo, aos olhos de Saadeh, as revoluções nacionais (ou de classe) são o resultado de lutas entre as forças reacionárias e as novas forças, procurando empurrar o país para uma nova era.

É possível perceber nesse ponto o mesmo embasamento teórico da “Terceira Via”, que aponta para o Estado como o regulador dos conflitos internos da nação, tanto das questões étnicas como da relação entre o capital e trabalho. Destarte, Saadeh considera a existência de uma luta interna pelo controle do Estado, mas a interpreta como uma luta entre uma classe retrógrada, que busca manter seus privilégios, e outra nova que, ao triunfar, irá governar por toda a nação.

²⁹⁶ CHAMMAS, Nour. Spiritu-materialism VS. Historical materialism: a comparative analysis of Antoun Saadeh's philosophy and Karl Marx's dogma. Disponível em: <http://www.esaadah.com/index.php?option=com_content&view=article&id=56:spiritu-materialism-vs-historical-materialism&catid=25:the-project>. Acesso em: 12 nov. 2010. Tradução livre do autor.

Princípios segundo e terceiro: a indivisibilidade da nação e da pátria síria

Comentando o segundo princípio fundamental (“A causa síria é uma causa nacional que se mantém por si mesma completamente independente de qualquer outra causa”), Saadeh observa que ele é a consequência e o complemento do antecedente. Dado que a causa síria é integral e independente, as questões políticas envolvendo as partes consideradas pelo pensador como integrantes da Grande Síria compõem uma só e mesma causa, que não pode ser fragmentada.

Ao arguir nesse sentido, Saadeh está implicitamente negando a validade de se pensar a questão libanesa e palestina como autônomas da causa síria maior e a nulidade de se considerar as disposições de entidades estrangeiras sobre assuntos internos da “nação síria”. Portanto, como decorrência desse princípio, o *za'im* questiona tanto o discurso de elites independentistas libanesas quanto o de sionistas e as resoluções da ONU concernentes à Palestina. Citando o pensador,

baseado neste princípio o Movimento Nacionalista Sírio declara que não reconhece nenhuma pessoa e nenhum organismo que não seja dos sírios o direito de pronunciar-se como representante dos seus interesses, quer seja em assuntos internos ou externos e lhes nega o direito de intervirem no destino e nos interesses da Síria²⁹⁷.

Quanto ao princípio terceiro, “A causa da Síria é a causa da nação e da pátria síria”, este acaba por complementar e consolidar os outros dois, configurando a ortodoxia interpretativa do PNSS quanto à questão nacional síria. Saadeh estabelece que há uma relação vital e indissolúvel entre a nação e a pátria síria e nega as análises do conceito de nação que destoam do nacionalismo social sírio, tal qual a islâmica, libanista, internacionalista e arabista. Ele afirma ser a nação uma realidade social, colocando a definição do PNSS como a única válida e aquela que impede que “fórmulas compostas puramente de dialéticas e fraseologias” interfiram no arguido. Para justificar esse ponto, volta a discutir nos comentários do princípio terceiro o conceito de nação, tal qual exposto anteriormente.

Ao mesmo tempo em que os princípios segundo e terceiro negam a validade

²⁹⁷ SAADEH (1992), op. cit., p. 22.

das demandas de grupos políticos exclusivistas no seio da Grande Síria (sionistas, nacionalistas libaneses), considerando que os mesmos não encarnam os interesses da totalidade da nação, também fundamentam a especificidade síria diante das outras nações que integram a Frente árabe. Em síntese, ambos os princípios sustentam a exclusividade dos direitos dos sírios em determinar o rumo político de sua nação e pátria.

Princípio Quarto: raça e nação

O quarto princípio fundamental (“A nação síria é a consequência da unificação do povo sírio realizada durante sua longa história que data dos tempos pré-históricos”) tem por finalidade definir o conceito de nação. Comentando-o, Saadeh anuncia que não é seu intento atribuir à nação síria uma origem genealógica pura determinada, como “ariana” ou “semita”. Ao invés, defende a aceitação da “realidade objetiva”, segundo a qual os sírios - tendo em vista sua longa história - são oriundos da miscigenação dos diversos povos que migraram para as terras da Grande Síria desde tempos imemoriáveis. Posteriormente à relação estabelecida ali pelos povos da idade da pedra, entrecruzaram-se caldeus e cananeus, amoreus, hititas, arameus, assírios e acádios (“acaedeus”), “os quais acabaram por se transformar num só povo”²⁹⁸.

Por conseguinte, Saadeh observa que, ao invés da unidade genealógica (como por exemplo, o arianismo), o princípio da nacionalidade síria se fundamenta na “unidade social natural”, decorrente da interação ao longo do tempo dos grupos humanos entre si e com seu ambiente específico (“comunidade de vida” e “ciclo socioeconômico”). Citando o pensador, esse princípio é “o único capaz de unir os interesses do povo sírio unificando-o nos seus objetivos e em seus altos ideais, o único capaz de salvar a Causa Nacional dos bárbaros conflitos provocados pelo fanatismo sanguíneo (racial) e da desintegração nacional”²⁹⁹.

Assim como no comentário do quarto princípio, no “Gênese das nações” Saadeh também crítica as doutrinas baseadas na pureza da raça, que a tornam “um

²⁹⁸ SAADEH (1992), op. cit., p. 25.

²⁹⁹ Ibid. Ao mencionar esses “bárbaros conflitos” estaria o pensador se referindo à perseguição aos judeus no Terceiro Reich? Afinal, sua oposição ferrenha ao sionismo e sua defesa da miscigenação racial denota uma inclinação, se considerado o desdobrar de suas argumentações, a defender a permanência dos judeus na Europa.

motivo de orgulho, vaidade e arrogância”. Considerando ela a fonte das qualidades e valores, desde que imaculada, os grupos pretensiosamente declaram a superioridade de sua linhagem racial em relação às demais, afirmando que a única maneira de melhorar as inferiores é pelo cruzamento, mas este é geralmente interdito por degenerar a raça considerada nobre. Embora não mencione diretamente o nazismo em nenhuma passagem do “Gênese das Nações”, suas asserções contrárias à ideia de pureza racial colidem frontalmente com os postulados dessa ideologia, pelo menos no concernente ao ponto em questão³⁰⁰.

A objeção que Saadeh faz ao pressuposto de “pureza racial” não fica restrita ao caso sírio. Em suas palavras “quanto à pretensa pureza da genealogia única, ou de sangue único, cabe dizer que é um mito carecedor de verdade e nem existe em nenhuma das nações da terra, em absoluto”³⁰¹. Além de classificar a pureza racial de mito, Saadeh defende a superioridade dos povos originados do cruzamento de várias espécies. Exemplifica o exposto a partir da ascendência dos próprios sírios e dos cosmopolitas atenienses em relação à “pureza” espartana. Contudo, o pensador não fundamenta aquilo que chama de “superioridade espiritual dos sírios” somente na mescla racial que os define, mas na “qualidade homogênea e excepcional dos elementos humanos miscigenados em forte e estreita relação com a natureza ambiente”³⁰².

Filho de seu tempo, Saadeh não se desprende totalmente de um determinismo sanguíneo, pois, ao mesmo tempo em que tenta negar o princípio da homogeneidade sanguínea, sustenta que a humanidade se divide em “espécies” (raças), sendo umas culturalmente mais dotadas que outras. Contudo, ao invés de basear a superioridade de seu povo na consagração de uma raça excepcional dentre as várias que o compõem, como a “ariana” no nazismo que se sobressai e execra a semítica, defende as qualidades sobressalentes de todos os povos que constituíram os sírios modernos. “O que se entende por ‘Nação Síria’ abrange toda essa comunidade, unificada na vida, cujas origens se fundiram e se transformaram em uma só entidade, que é esta

³⁰⁰ SAADEH (2010), op. cit., p. 37-39.

³⁰¹ As exceções seriam “comunidades selvagens ou mesmo indígenas”. SAADEH (1992), op. cit., p. 26.

³⁰² SAADEH (1992), op. cit., p. 27.

comunidade social neste excepcional âmbito territorial [Grande Síria]”³⁰³.

Em suma, visto que as regiões da Grande Síria formam “uma unidade geográfica, agrícola, econômica e estratégica”, cananeus, caldeus, arameus, assírios, amoreus, hititas³⁰⁴, “cuja existência e unificação é uma verdade científica indiscutível, constituem a base étnica, espiritual, histórica e cultural do povo sírio”³⁰⁵. Segundo Saadeh, essa “verdade étno-geográfica” se perdeu a partir dos estudos de historiadores estrangeiros e da influência que exerceram em intelectuais sírios, ambos não compreendendo a realidade histórica da nação e, assim, comprometendo a “verdadeira Causa Nacional” até o momento em que o próprio autor concluiu suas pesquisas e as publicou³⁰⁶.

Nesse princípio quarto, ao colocar a existência e integração de determinados povos antigos que formaram os sírios como uma “verdade científica indiscutível”, o *za'im* acaba por também invalidar a apropriação do fenicianismo pelo separatismo libanês e as demandas unionistas árabes. Quanto ao primeiro caso, os fenícios (como cananeus), ao invés de viverem isolados e autossuficientes (como pretendem as vertentes do “fenicianismo-libanista”), são considerados um dos povos que se integraram com os demais da Grande Síria e constituíram sua nação atual. Citando Saadeh, “a história dos Estados sírios da Antiguidade, o acádio, o assírio, o hitita, o cananeu (fenício), o arameu, o amorita, indica uma única orientação: a unidade política, econômica e social do Crescente Fértil Sírio”³⁰⁷. No concernente à relação entre esse princípio e as nações do mundo árabe (dentre as quais figura a síria), Saadeh volta a insistir na sua unidade relativa, desde que resguardadas as respectivas soberanias. Em suas palavras,

não impede este princípio, em absoluto, que seja a nação síria uma das nações do mundo árabe [...] [da mesma forma que] ser a nação síria uma nação árabe não a impede que seja uma nação íntegra, que tenha direitos absolutos e soberania sobre si mesma e sobre sua pátria e tenha por fim uma Causa Nacional própria, que existe por si mesma, com total independência das demais³⁰⁸.

³⁰³ Ibid.

³⁰⁴ A essa base de povos ancestrais, Saadeh acrescenta povos que invadiram a região posteriormente, como os árabes e os cruzados.

³⁰⁵ SAADEH (1958), op. cit., p. 19.

³⁰⁶ SAADEH (1958), op. cit., p. 19-20.

³⁰⁷ SAADEH (1958), op. cit., p. 20. Tradução livre do autor.

³⁰⁸ SAADEH (1958), op. cit., p. 23. Tradução livre do autor.

Na seguinte asserção de Saadeh fica explícita a já citada relação entre os princípios do PNSS e a busca por resolver os impasses político-identitários e enfrentar as correntes divergentes na “Grande Síria”: “A verdade é que o desconhecimento deste princípio elementar foi o que deu às seitas religiosas da Síria o punhal com o qual a dividiram em uma frente maometana-arábica e outra cristã-fenícia, destruindo a unidade da nação e debilitando suas forças”³⁰⁹. Para o pensador, ao atestar a unidade e equidade de todos os povos que constituem os sírios atuais, o princípio quarto redime a Síria dos antagonismos “pseudossanguíneos” que violam os interesses públicos ao fomentarem o separatismo, a corrupção e o atraso.

Assim, a saída que Saadeh vislumbra é a adoção do “princípio da unidade nacional e da igualdade de direitos e obrigações cívicas, políticas e sociais, sem discriminação alguma de caráter sanguíneo ou genealógico (racial) dos sírios”. Dessa forma, as comunidades que reconhecem um antecessor comum (seja ele fenício, árabe, arameu ou qualquer outro) deslocarão seu centro de preocupação de suas questões internas para o todo social, “em cujo seio transcorre sua existência e de cujo destino depende o destino de seu lugar, posteridade, esperanças e altos ideais. Esta é a consciência nacional verdadeira”³¹⁰.

Partindo da dialética, Saadeh reflete sobre a corrente fenício-cristã como a tese e a árabe-maometana como a antítese e, por consequência, situa o nacionalismo sírio como a síntese, “ou seja, a saída teórica dentre estes dois pontos de vista antagônicos para um só credo social”³¹¹. Se a síntese está calcada nas ciências sociais, as outras duas correntes são classificadas como “ciências do palavrório”. Este posicionamento fica evidente também em um discurso proferido em primeiro de junho de 1936:

Nós, porém, continuamos divergindo e lutando uns contra os outros, unicamente perturbados e interessados em estabelecermos uma origem única com a qual nos relacionemos. Assim, uns querem que nós sejamos unicamente fenícios, outros dizem que nós somos puramente árabes, outros, ainda, pretendem que sejamos aramaicos de virgem linhagem. Na verdade todos erram porque nós somos todos esses povos dos quais recebemos heranças em mais ou menos iguais proporções³¹².

Dado que o pensador busca fortalecer a unidade dos povos sírios e despertar

³⁰⁹ Ibid.

³¹⁰ SAADEH (1958), op. cit., p. 23-24. Tradução livre do autor.

³¹¹ SAADEH (1958), op. cit., p. 24. Tradução livre do autor.

³¹² SAADEH (1999), op. cit., p. 33. Tradução livre do autor.

sua consciência nacional, em detrimento das ideologias vistas por ele como sustentadoras de faccionismos e mantidas por elites corruptas que desconsideram os interesses públicos, o caminho idealizado é a consolidação de um Estado forte, capaz de convergir todas as lealdades e assim regular as tensões sectárias. Nesse sentido, podem ser compreendidas algumas apropriações feitas dos regimes autoritários europeus, vistos como os verdadeiros representantes de suas nações, aqueles que encarnam seu espírito genuíno, unem e mobilizam o povo. Além da centralidade do Estado, outra similitude é a defesa em Saadeh de um sistema educacional ultranacionalista, que difunda o credo sírio, concentre as lealdades no Estado e una a nação, extinguindo o sectarismo que a divide.

O princípio Quinto: a geografia e o espaço vital do PNSS

A partir deste princípio (“A pátria dos sírios é a região geográfica e o ambiente natural em que surgiu e desenvolveu-se a nação síria possuindo limites geográficos que a distinguem expressamente dos demais ambientes”) Saadeh define o espaço no qual se originou a “nação síria”. O estabelecimento de povos do norte e do sul na região gerou seu entrechoque, união e fusão “até criar essa personalidade definida, vigorosa”. Quanto aos seus limites geográficos, estendem-se desde

os montes Taurus a noroeste, os montes Bukhtiares (Zachros) pelo lado nordeste até o canal de Suez e o mar vermelho pelo lado sul, incluindo a península do Sinai e o golfo de Akaba, e, desde o mar sírio (Mediterrâneo) pelo oeste, incluindo a ilha de Chipre, até o deserto arábico e o golfo Pérsico pelo lado leste, país que é comumente conhecido pelo nome de “Crescente Fértil”, sendo sua estrela a ilha de Chipre³¹³.

Justificando a criação de um Estado uno na Grande Síria, afora afirmar que o espaço da mesma compõe um único ambiente que influencia na formação de uma nação homogênea, Saadeh, assim como todos os pensadores nacionalistas, busca antecedentes históricos para legitimar a entidade. Conforme ele, a unidade do país, desde o centro até as periferias, foi conseguida por povos como os caldeus e os assírios. Estes teriam se preocupado em

unir-se através de pactos e formas de federalismo em determinadas

³¹³ SAADEH (1999), op. cit, p. 51.

épocas de sua história e, também, assim agiram os árabes com seu acentuado dom de observação, mantiveram a unidade geográfica natural do país e o chamaram: ‘O Crescente Fértil’³¹⁴.

Ainda que o território referido tenha sido constantemente invadido por povos vindos de todas as direções, segundo Saadeh a sobrevivência da Síria como “unidade particular e nação excepcional” se deve à sua unicidade geográfica e à integração de seu povo. São elas que fizeram da Síria uma unidade também política, inclusive em tempos remotos quando esteve dividida entre os cananeus e demais povos coetâneos e quando, ante o perigo de invasões externas (como a dos egípcios), os grupos locais se aliaram. Dois exemplos se destacam na narrativa nacional síria de Saadeh, o império dos selêucidas e o califado dos omíadas.

Tal qual na maior parte do passado, em seu próprio tempo o pensador também via a sua Síria sem soberania, portanto exposta ao desmembramento e a nomenclaturas políticas divergentes. Os responsáveis por essa situação eram os invasores colonialistas, mas também as elites locais “gananciosas” e “desprovidas de consciência nacional”, que herdaram a repartição anterior. A oposição do PNSS à partilha e seu clamor pela unificação ficam claros no seguinte trecho do comentário do quinto princípio: “a Síria geográfica natural abrange todas essas regiões que constituem uma unidade geográfica, agrícola, econômica e estratégica sem cuja integração não se poderá alcançar os objetivos de sua causa nacional”³¹⁵. Quanto à relevância desse “espaço vital” no programa do PNSS, segundo Saadeh

a pátria Síria é um elemento fundamental na causa do nacionalismo social sírio e todo nacionalista social sírio deve reconhecer os limites de sua pátria e manter permanentemente diante de seus olhos sua bela imagem para ser digno de considerar-se um verdadeiro patriota sírio³¹⁶.

Para o pensador, os sírios têm o dever de compreender a unidade de sua nação, pátria e direitos nacionais e de fazer cessar o desmembramento. Eles devem se conscientizar do verdadeiro nacionalismo e se unir para revitalizar a nação, recobrar seu poderio e, assim, reconquistar seu “âmbito territorial natural”.

Dado essa ênfase atribuída por Saadeh à “reconquista” do território integral da

³¹⁴ SAADEH (1992), op. cit., p. 32.

³¹⁵ SAADEH (1992), op. cit., p. 33.

³¹⁶ SAADEH (1992), op. cit., p. 34-35.

nação, e partindo do pressuposto de que ele foi um leitor de *Mein Kampf*³¹⁷, é inevitável traçar as eventuais aproximações ou distanciamentos com a demanda nazista pelo “espaço vital”³¹⁸.

O *führer* embasa seus anseios expansionistas afirmando que cabe ao Estado nacionalista assegurar a existência da raça que o forma, estabelecendo uma proporção natural entre o número e o crescimento da população e a extensão e qualidade do solo. Assim, deve ser garantida ao povo a alimentação em sua própria terra. “Somente um suficiente espaço na terra é que assegura a um povo a liberdade de existência”³¹⁹.

O “espaço vital” nazista não tem uma vinculação necessária com a trajetória do povo (“raça”). Suas fronteiras são móveis e sua conquista é legitimada pela seleção, manutenção e crescimento da “raça” superior. Em contrapartida, o “espaço vital” da Grande Síria é visto por Saadeh como uma região una, com limites bem definidos no interior dos quais a população interagiu entre si e com o solo por anos a fio, tornando-se uma nação.

Em outras palavras, enquanto para o *za'im* a questão é reunificar o território sírio sobre o qual habita uma mesma nação, para Hitler o desiderato é a unidade do sangue ariano e a conquista do “espaço vital” para a consagração e expansão da raça. Citando o último, “povos em cujas veias corre o mesmo sangue devem pertencer ao mesmo Estado”³²⁰ e “o Estado alemão deve reunir todos os alemães com a finalidade não só de selecionar os melhores elementos raciais e conservá-los, mas também de elevá-los, lenta mas firmemente, a uma posição de domínio”³²¹.

³¹⁷ Tal posicionamento se sustenta pelo interesse que Saadeh nutria pela Alemanha e pelo desenrolar de sua questão nacional desde o início da década de 1920. Ademais, além do fato do *za'im* ser professor de alemão, uma tradução do *Mein Kampf* para o árabe já estava disponível em 1934, em um jornal libanês. Contudo, embora em certas passagens os temas discutidos sejam comuns (sobretudo no concernente ao “arianismo” e pureza racial), nos textos pesquisados de Saadeh não há referências diretas a obra. Uma possibilidade explicativa é a necessidade de o autor enfatizar, tanto diante das autoridades mandatárias quanto de seu público, seu distanciamento do nacional socialismo, afirmando assim o pioneirismo e a independência de seu pensamento “puramente sírio”.

³¹⁸ Nesse sentido, um problema comum se colocava diante de Hitler e Saadeh: a definição dos espaços de seus respectivos povos em seus programas nacionalistas. Contudo, cabe considerar que, segundo Götz Nordbruch, na região do Levante essa discussão sobre os povos e suas fronteiras já estaria em voga desde o final Império Otomano. Ou seja, como já havia conflitos entre definições divergentes de comunidade e as respectivas demarcações de suas fronteiras geográficas, a obra de Hitler servia de interlocutor para os diferentes autores justificarem seu posicionamento em um estágio já avançado do debate (NORDBRUCH, op. cit., p. 19-20).

³¹⁹ HITLER, op. cit., p. 400.

³²⁰ HITLER, op. cit., p. 15.

³²¹ HITLER, op. cit., p. 250.

Há outra diferença marcante assentada na forma como cada um preconiza a relação entre seu povo e os outros. O *führer* defende que, após a unificação dos alemães em uma única e mesma pátria estes terão o direito, “justificado pela moral”, de conquistar as terras estrangeiras ou, em suas palavras, exercer “uma política ativa de colonização”³²². Para justificar a expansão territorial, afora argumentar que ela assegura os alimentos e as matérias-primas necessárias para a reprodução e o crescimento da raça superior, Hitler também destaca o fato de que “a garantia da segurança externa de um povo depende da extensão de seu ‘habitat’”³²³. Em suma, na perspectiva hitleriana é a força que garante a um povo a manutenção ou a expansão de suas fronteiras³²⁴.

Por sua vez, embora Saadeh reconheça as nuances das fronteiras entre as nações devido à decadência e ascensão da força de cada uma, está preocupado com a realização da “Causa Nacional Síria” e, ao invés de sua expansão posterior, na criação de uma frente árabe comum com os demais países. Ao contrário de Hitler, em Saadeh não há uma crença na superioridade biológica síria que justifique a sujeição dos demais povos. Ao que indicam as fontes, no lugar do expansionismo hitlerista (“os limites entre os países são criados pelos homens e por eles modificados”³²⁵), o *za’im* enaltece o estabelecimento de relações simétricas entre as “nações civilizadas” e a naturalidade das fronteiras, ainda que modificáveis pela força.

Por outro lado, há semelhanças histórico-contextuais entre o posicionamento do *führer* e o do *za’im*. Há uma oposição comum à divisão territorial imposta por potências estrangeiras, que desdenham da “unidade real” do povo ariano e do povo sírio em prol de seus interesses. Conseqüentemente, Hitler e Saadeh se colocam contra os arranjos territoriais decorrentes da Primeira Guerra e da derrota teuto-otomana. Se para Saadeh, dentre outras regiões Síria e Líbano constituem a nação síria e foram separadas pelo colonialismo, para Hitler, Áustria e Alemanha são “dois países alemães” e o primeiro “deve voltar a fazer parte da grande Pátria germânica”³²⁶. Assim como a Áustria só em partes tem uma trajetória específica perante a nação maior a qual pertence, tal perspectiva também é a de Saadeh em relação ao Líbano, Síria,

³²² HITLER, op. cit., p. 15.

³²³ HITLER, op. cit., p. 95.

³²⁴ HITLER, op. cit., p. 406.

³²⁵ HITLER, op. cit., p. 406

³²⁶ HITLER, op. cit., p. 15.

Palestina, etc.

Inevitavelmente, essa definição ampliada dos “sírios” e “alemães” coloca os dois pensadores diante de outra questão semelhante: a luta contra as concepções nacionais e/ou raciais divergentes. Ambos arguem que tal ponto já se fez presente em suas meditações juvenis, quando afirmam terem se dado conta da verdadeira natureza de seu povo. Refletindo sobre a guerra franco-prussiana de 1870, Hitler questiona sobre o porquê que a Áustria não combateu com a Alemanha contra o inimigo comum se ambos são constituídos do mesmo povo, que forma um corpo comum³²⁷. Saadeh, na explicação do primeiro princípio fundamental, também aponta para suas primeiras reflexões quando se conscientizou da unidade de seu povo, em contraponto aos “improvisados movimentos políticos” divergentes na designação da identidade nacional síria³²⁸.

Destacados esses distanciamentos e aproximações na justificação teórica da demanda nazista e nacionalista social por um “espaço vital”, na sequência cabe considerar questões adicionais para compreender a definição territorial específica do PNSS e sua busca pela unificação da Grande Síria³²⁹.

Um primeiro ponto é a relação inextrincável que Saadeh traça entre os agrupamentos humanos e seus respectivos meio-ambientes na constituição das nações. Destarte, a pretensão do PNSS é unificar o território comum dos sírios em um único Estado que venha a representar a vontade legítima de todos eles que, “naturalmente”, constituem uma nação. Na ótica do *za'im*, a reunificação da Grande Síria não culmina na sujeição de nenhum povo. Pelo contrário, encerra a divisão imposta pelas potências coloniais, reunindo os sírios em uma entidade política comum que os representará sem distinções.

O pensador explicita sua perspectiva nacional-territorial no “Gênese das nações”. A terra, apesar de ter uma atmosfera única, está dividida em regiões com características geográficas peculiares e bem delimitadas por fronteiras naturais, que fazem com que, em seu interior, os diferentes grupos humanos, a partir de sua inter-relação e relação com o meio, acabem por se amalgamar e constituir uma nação. Por

³²⁷ HITLER, op. cit., p. 17.

³²⁸ SAADEH (1992), op. cit., p. 17.

³²⁹ Parte-se aqui do pressuposto de que a construção das fronteiras reflete aspectos simbólicos e interesses políticos, sociais e econômicos revestidos de discursos legitimadores de determinados grupos em detrimento de outros.

consequente, criar um Estado único para a Grande Síria é, para Saadeh, constituir uma entidade política que represente o povo que a habita desde tempos imemoriais.

Afora o discurso oficial do PNSS e o que pode ser depreendido de seus princípios, também devemos considerar uma reflexão crítica quanto à relação do Partido com o espaço da Grande Síria. Kamal Salibi considera o “sirianismo” e seu desejo de unidade como uma forma de sectarismo grego-ortodoxo e um programa das minorias no Líbano. Segundo o autor, de forma geral, enquanto temiam as implicações do arabismo como um novo disfarce do islã político, os grego-ortodoxos e outras minorias cristãs e muçulmanas também se ressentiam do domínio maronita no país, opondo-se à aceitação de um Líbano independente. No caso específico dos cristãos ortodoxos, eles não estavam restritos apenas ao Líbano, espalhando-se pela Síria, Palestina e Transjordânia. Portanto, o conceito de sirianismo fazia mais sentido, de um ponto de vista sectário, do que o arabismo. Citando Salibi,

quando um membro da comunidade, Antoun Saadeh (m. 1949), deu uma articulação política a este conceito pela primeira vez nos anos 1930, colocando-o contra tanto o libanismo quanto o arabismo, o Partido Nacionalista Sírio (Partido Popular Sírio, ou PPS) que ele organizou encontrou prontamente seguidores entre seus correligionários³³⁰.

Esse pansirianismo também se mostrou atrativo para muitos druzos, xiitas e outros cristãos, incluindo alguns maronitas receosos do libanismo e do arabismo. Vários sunitas partidários do secularismo também sentiam ter muito mais em comum com seus conterrâneos sírios do que com seus correligionários em qualquer outro lugar.

Os princípios sexto, sétimo e oitavo: a unidade dos sírios, a especificidade do PNSS e o papel do indivíduo

O princípio sexto (“A nação síria é uma só comunidade”) complementa os primeiros, reafirmando a unidade da “nação síria”. Segundo Saadeh, o mesmo deve estar presente constantemente na mente dos sírios, pois é “o fundamento da verdadeira unidade nacional, a expressão da consciência nacional e a garantia da existência da personalidade síria e de sua continuidade como uma só nação, uma só comunidade”³³¹.

³³⁰ SALIBI, op. cit., p. 54-55.

³³¹ SAADEH (1992), op. cit., p. 37.

Essa unidade social, segundo o *za'im*, faz convergir os interesses das pessoas, criando aquilo que chama de “comunidade de vida”.

Enquanto a falta dessa unidade acarreta na negação dos interesses públicos, recrudescimento dos “partidarismos religiosos”, “fanatismos antagônicos” e relações negativas entre os membros da nação, sua presença transforma os “rancores em amor e tolerância”, dá a oportunidade da colaboração econômica, faz surgir a “exaltação nacional verdadeira, que garante o Ressurgimento Nacional”, e dificulta o “intrometimento de interesses estrangeiros com suas intrigas no seio da nação”³³².

Citando Saadeh,

a verdadeira independência e a verdadeira soberania não podem ser obtidas nem perpetuadas senão com base na unidade social verdadeira e somente com base nessa unidade poderá criar-se um Estado Nacional verdadeiro e uma verdadeira legislação civil de caráter nacional. Pois ela contém as bases da verdadeira cidadania e nela é garantida a igualdade de direitos para todos os membros da nação³³³.

A partir do princípio sexto, o pensador está afirmando a unidade da nação síria, independentemente das especificidades locais. Se, em suas reflexões sobre o conceito de comunidade o *za'im* considera a particularidade de cada uma em seu respectivo meio, de forma com que cada cidade ou vila forme um corpo peculiar (regionalismo), defende que, à medida que esses diversos corpos interagem com os demais e com um meio geográfico com fronteiras bem definidas, integram todos, em uma escala maior, uma única e mesma nação.

Destaca-se no comentário de Saadeh sobre o sexto princípio a afirmação de uma “verdadeira legislação civil de caráter nacional”, base da “verdadeira cidadania” e da “igualdade de direitos”. Em contraponto à legislação confessional do Líbano, o *za'im* defende a constituição de um Estado completamente laico, capaz de congregar os diferentes grupos étno-confessionais e restringir suas diferenças ao âmbito privado. A “unidade social” tão cara ao *za'im* - a única capaz de garantir a “verdadeira independência” e a “verdadeira soberania” - tem como seu fundamento a lealdade primária ao nacionalismo sírio e ao Estado, que não diferencia seus membros conforme o credo. A defesa de um regime autoritário é justificada como o modelo

³³² SAADEH (1958), op. cit., p. 38. Livre tradução do autor.

³³³ SAADEH (1958), op. cit., p. 39. Livre tradução do autor.

capaz de assegurar essa lealdade e a união da sociedade, extirpar a fragmentação social e fortalecer o corpo do nação.

A partir do princípio sétimo (“adquire o Ressurgimento Nacional sírio sua inspiração das virtudes da nação síria e da prolongada história cultural e política da nação”) Saadeh busca, dentre outras coisas, reafirmar a especificidade ideológica do PNSS e da nação síria. Em suas palavras, “lançar as bases da independência espiritual que representa a personalidade nacional e suas qualidades, altos ideais e objetivos”. Para tal, o pensador recorre a um discurso essencialista da nação, fundamentando o “ressurgimento na Síria” nos “ímpetus de um espírito nacional sírio, original e independente”³³⁴. Se Saadeh aponta como uma das principais causas da perda da consciência nacional síria e de sua debilidade o descuido “do verdadeiro espírito nacional sírio”, sua retomada e afirmação é um ponto nevrálgico do “renascimento sírio” com todas as suas glórias passadas. Nessa tarefa é central a participação do Estado, disponibilizando todos os meios disponíveis para propalar a “verdadeira consciência nacional” e, a partir dela, garantir a união social.

Afirmando a especificidade do PNSS, nas palavras de seu fundador, “extraímos nossos altos ideais de nosso próprio espírito (de nosso próprio acervo espiritual) e proclamamos que na alma da Síria reside toda a ciência, toda a filosofia e toda a arte da humanidade”³³⁵. Se no nazismo o ideal de pureza se assenta em uma discriminação e purificação racial, no PNSS reside no fim da influência de ideologias estrangeiras e na retomada do espírito nacional próprio. Portanto, não se trata de eliminar fisicamente um corpo estranho do seio da nação, mas depurá-la espiritualmente. Citando Saadeh,

se não se fortalece a alma da Síria, se não se depura dos elementos estranhos, se não se liberta do domínio do espírito e das influências forasteiras, a Síria permanecerá carecendo do elemento fundamental da verdadeira independência e, por fim, dos altos ideais de sua vida³³⁶.

No princípio oitavo (“os interesses da Síria estão acima de todos os outros interesses”) o pensador defende a submissão do individual ao comunitário. Para ele, esse princípio é fundamental, pois demonstra o desinteresse e a honestidade dos

³³⁴ SAADEH (1958), op. cit., p. 40. Tradução livre do autor.

³³⁵ SAADEH (1958), op. cit., p. 41. Tradução livre do autor.

³³⁶ SAADEH (1958), op. cit., p. 42. Tradução livre do autor.

partidários do PNSS, dado que se dedicam integralmente “aos verdadeiros objetivos das atividades nacionalistas, que não são outros que os interesses da nação síria e sua prosperidade”. Segundo Saadeh, estarem os interesses da nação acima de quaisquer outros é a medida que determina os méritos dos movimentos e das atividades nacionalistas. Citando-o, a

Síria representa para nós nossa personalidade social. Representa nossas virtudes, o ideal de nossa vida e nossa visão da vida, do universo e da arte. Simboliza nossa honra, nossa dignidade e nosso destino. É por isso que, a Síria, para nós, está acima de toda consideração individual e de todo interesse parcial³³⁷.

Para Saadeh, o princípio oitavo faz com que os nacionalistas sociais persigam os interesses palpáveis de todos os sírios, os liberta das “interpretações relativas do significado da ‘luta nacional’” e coloca o PNSS acima de todos os outros movimentos. Ele vincula o Partido diretamente aos interesses do povo, fazendo com que o último seja conduzido pelos seus próprios motivos e desejos. Nas palavras do *za'im*, o mérito do PNSS “se deve a que esse Movimento interpreta os verdadeiros interesses da nação síria e sua vontade de vida”³³⁸.

No concernente a essa asserção incisiva de que o PNSS representa integralmente a vontade da nação síria, cabe lembrar uma observação de Nordbruch que suscita um paralelo com a percepção do nazismo na sociedade local. Segundo o autor, na década de 1930, vários jornais que circulavam no Levante passaram a demonstrar uma fascinação pela popularidade e pela eficácia do regime nazista. Defendia-se que Hitler gozava do pleno apoio e lealdade dos alemães. Citando Nordbruch, “a imagem de um legítimo e virtuoso *führer* agindo de acordo com a vontade de seu povo foi reforçada após a confirmação de Hitler em um referendo datado de agosto de 1934”³³⁹. Considerando-se esse amplo apoio de seu povo, o líder nazista parecia legítimo e era representado por jornais locais como comprometido em guiar seu povo através de tempos sombrios.

Tendo em vista a proximidade do discurso nacional essencialista do nazismo e do PNSS, bem como o papel do líder e do partido em ambos, é possível asseverar que, tal qual pretensamente fazia o primeiro na Alemanha, o nacionalismo sírio igualmente

³³⁷ SAADEH (1958), op. cit., p. 43. Tradução livre do autor.

³³⁸ Ibid. Tradução livre do autor.

³³⁹ NORDBRUCH, op. cit., p. 18.

se propunha a encarnar o espírito de seu povo. Na ótica de Saadeh, o Estado-nação representa os desejos profundos e sinceros do povo e, a partir de seu nacionalismo declarado, manifesta a vontade de sua própria comunidade. Contudo, se sua esfera se expande para além da sua nação, torna-se um império ou poder colonial, perdendo sua legitimidade. Dessa forma, Saadeh argumenta que, o próprio nacionalismo estaria fundado em um princípio democrático, uma vez que um Estado democrático seria um Estado nacional, pois estaria fundado em um sentimento de pertença e na vontade popular, que cabe ao Estado encarnar.

Em suma, a unidade nacional como fim (princípio sexto) e a elevação dos interesses da Síria acima de todos os outros (princípio oitavo) indicam a lógica do Partido, que encarna a nação e a lidera para seu “renascimento”. Citando Labib Yamak, “não há dúvida de que essa teoria de nacionalismo coloca uma ênfase exclusiva no valor da nação e, no caso do Partido Nacionalista Social Sírio, tem levado ao desenvolvimento de uma concepção totalitária da sociedade”³⁴⁰.

Adel Beshara discorda de Yamak quanto a essa suposta “concepção totalitária” do PNSS, defendendo que a opção de Saadeh por uma “ditadura objetiva” se fundamenta em questões específicas de seu contexto. Seria uma medida de caráter interino, um “mal necessário” durante algum tempo para unificar a Grande Síria e consolidar as reformas previstas no programa do Partido. Tal período faria com que a nação gradualmente adquirisse o nível desejado de “refinamento político”, passando da “fraqueza para a força, da morte para a vida” e fazendo surgir então um Estado nacional democrático, que se legitimaria diretamente no povo e cujos governantes atenderiam aos “supremos interesses da nação”³⁴¹.

Considerando-se as fontes pesquisadas, em relação a essa oposição de Beshara

³⁴⁰ YAMAK, op. cit., p. 81. Mais adiante em sua tese, Yamak volta a incluir o pensamento de Saadeh no rol do totalitarismo. Para o autor, não há dúvidas de que “o nacionalismo social é uma ideologia totalitária desenvolvida por Saadeh para o único propósito de transformar o sistema de crenças e os valores tradicionais do povo sírio” (op. cit., p. 110). Valendo-se da definição de totalitarismo dada por Friedrich e Brzezinski, Yamak pensa o caso do PNSS como tal, por ter uma doutrina oficial vista como uma religião terrena, rejeitar a ordem estabelecida e ter o desejo de fundar uma nova sociedade, descrita em termos paradisíacos. De qualquer forma, tal concepção do nacionalismo social como totalitário deve ser relativizada, pois além de ser demasiado simplista e até propagandística o conceito em si é problemático, inclusive no que tange à própria definição da Alemanha e da URSS como tal. Como aponta Slavoj Zizek, o conceito de totalitarismo serviu como “a arma decisiva do Ocidente no enfrentamento ideológico da Guerra Fria” e serve hoje como uma noção ideológica, que visa garantir a hegemonia liberal-democrática (ZIZEK, 2007, p. 12-13).

³⁴¹ BESHARA, Adel. The Syrian Social Nationalist Party: An Ideological Analysis. A reliable reference?. Al-Mashriq, vol. 5, nº17, 2006.

a Yamak, é possível afirmar que, Saadeh se apropriou de alguns pontos dos fascismos na organização do PNSS, tentando criar um Estado nacional unificado, centralizado, moderno e forte, pivô do “renascimento” e da soberania nacional. Contudo, ao passo que traduziu alguns elementos dos fascismos e se apropriou deles, também rejeitou parte dos mesmos, como a superioridade e a homogeneidade racial e a necessidade de expansão e conquista, bem como a própria aproximação ideológica e o alinhamento político com os países do Eixo.

Em outras palavras, admirador da organização dos regimes fascistas e de sua estética e capacidade de unificar e mobilizar a nação, Saadeh se valeu de alguns de seus elementos somente à medida que foram vislumbrados como eficazes para a consecução de seus objetivos políticos. Portanto, ao contrário de autores como Yamak, que enquadram de uma maneira simplista o nacionalismo social no rol dos fascismos e até totalitarismos, defende-se aqui - na linha de Beshara - que o encontro do PNSS com tal ideologia durante a vida de Saadeh foi fundamentalmente fruto das condições locais e de anseios políticos específicos.

O *za'im* não pretendeu criar um modelo de regime fascista na Grande Síria e nem se alinhar junto aos países do Eixo. Os problemas que ele buscou solucionar com a criação do PNSS eram específicos, como a questão colonial, a fragmentação social e as tensões étno-confessionais. Para a solução dos mesmos, os fascismos apresentaram algumas respostas, como a constituição de um Estado centralizado e autoritário capaz de unir os interesses e as identificações diversas existentes no seio da “nação síria”.

Paralelamente à defesa de um Estado centralizado e autoritário - ainda que temporário -, há outras analogias entre o nacionalismo social e os fascismos. A reflexão de Larsen sobre o papel do ‘líder providencial’ nos últimos é significativa, dado que se adéqua bem ao caso do PNSS e de Saadeh. O autor constata que a fim de promover a ascensão do fascismo é imprescindível a presença de atores hábeis para mobilizar a massa, com base na manipulação de suas crenças. Tais agentes (“*führers*”), advindos dos mais variados contextos, aproximam-se em sua ‘força’, ‘carisma’, ‘personificação das necessidades dos nativos’, ‘visão de futuro’ e apelo por ser o verdadeiro representante do povo e da nação. Considerando o peso que a modernização exerce na relação entre os povos, vista como uma luta eterna pela sobrevivência, o ditador fascista se adjudica o dever de retirar a nação do relativo

atraso, guiando-a até a equiparar com as mais desenvolvidas do mundo³⁴².

Os princípios reformistas

Se os princípios fundamentais explanam sobre a base ideológica do PNSS e os fins pretendidos pelo Partido, os reformistas versam sobre as medidas imediatas a serem tomadas para a consolidação de seu programa nacionalista. Segundo In'am Raad, cada um desses princípios está vinculado ao “ciclo da vida socioeconômica” na Síria, representando suas características: integração política e econômica, igualdade, tolerância social e capacidade militar³⁴³.

Princípios primeiro, segundo e terceiro: o nacionalismo sírio como saída para o sectarismo

Comentando o princípio primeiro (“Separação entre a igreja e o Estado”), Saadeh define como o maior óbice à unidade e ao êxito nacional sírio o vínculo entre as instituições religiosas e as autoridades civis e a obstinação das lideranças espirituais de exercerem todo ou partes do poder estatal. O *za'im* critica enfaticamente os princípios políticos que legitimam essa vinculação, tais quais o “direito divino” e a “vontade divina”, inclusive menciona no “Gênese das nações” a utilização dos mesmos pelas “monarquias sagradas”, que embasavam seu poder nas instituições religiosas e não no povo.

Na linha dos contratualistas, Saadeh defende que a legitimidade do exercício do poder reside no povo e não em Deus. Tal posicionamento fundamenta sua objeção a um “Líbano cristão”, ao “Estado árabe sunita” e ao “Estado pan-islâmico”. Em suas palavras, “o Estado religioso, ou seja, a teocracia, opõe-se radicalmente aos princípios da nacionalidade, pois sustenta que seu domínio se exerce sobre todos os fiéis de seu credo existentes no mundo”. Assim, da perspectiva religiosa não existem nações nem interesses de povos, mas somente uma comunidade universal de crentes, “sobre a qual domina um organismo religioso centralizado”, que transforma a religião em “algo mundano, político e administrativo amparado e explorado por um organismo religioso

³⁴² LARSEN, op. cit., p. 812-814.

³⁴³ RAAD, op. cit., p. 60.

sagrado”. Nas palavras de Saadeh, “esta é a face mundana da religião [...] que em nossa época culta, deixou de ser útil”³⁴⁴.

Saadeh tem o cuidado de enfatizar que o PNSS combate somente o aspecto mundano das religiões, respeitando “as ideias religiosas, filosóficas ou teológicas que se relacionam com os mistérios do espírito, com a eternidade, com o Criador e o além”³⁴⁵. Este posicionamento fica claro também no sexto capítulo do “Gênese das nações” quando a relação entre política e religião é abordada a partir da disputa entre os reis e o papa no Ocidente. Afirma Saadeh que

no conflito entre a autoridade da vontade divina oculta e aquela que emerge da vontade popular comum, a religião tinha que renunciar a sua reivindicação do poder temporal e deixar com César o que era de César e ao mundo o que era do mundo, deixando para si o que era divino e espiritual, pois a partir somente deste ângulo é que a religião pôde manter o seu apelo e sua alegação de unidade universal e justificar a existência de suas instituições³⁴⁶.

Para o pensador, a ideia de comunidade político-religiosa é contrária ao nacionalismo. O apego dos fiéis a seu grupo religioso faz deles uma comunidade com interesses que se opõem àqueles dos demais membros da nação e os tornam passíveis de serem influenciados por outras nações do mesmo credo religioso. Saadeh exemplifica a partir dos vínculos sectários de cristãos e muçulmanos sírios, que faz com que seus respectivos interesses sejam contrários àqueles de seus compatriotas de outras confissões.

Por conseguinte, o nacionalismo social enfatiza a distinção entre a “comunidade religiosa-espiritual” (cristandade, *umma* islâmica) e a comunidade cívico-política (sírios, alemães, franceses). Se em si a primeira condição não compromete os povos e as nações, a situação muda quando seu aspecto religioso passa a embasar a comunidade cívico-política. Nas palavras de Saadeh,

a unidade nacional não pode se concretizar com base na transformação do Estado nacional em um Estado religioso. Porque os interesses e os direitos serão interesses e direitos religiosos, ou seja, os interesses e os direitos da comunidade religiosa dominante suprimirão os direitos e os interesses da nação, na qual estão compreendidos e associados todos os filhos do país, em torno de um só interesse comum e de um só direito comum. Pois, sem a unidade de direitos e interesses, não se pode conceber a unidade de deveres e obrigações, como tampouco poderá ser unificada a vontade

³⁴⁴ SAADEH (1958), op. cit., p. 44-45. Tradução livre do autor.

³⁴⁵ SAADEH (1958), op. cit., p. 46. Tradução livre do autor.

³⁴⁶ SAADEH (2010), op. cit., p. 216.

nacional³⁴⁷.

É dessa forma de “lealdade distorcida” que supostamente decorre o sectarismo e a conseqüente fragmentação e fracasso nacional. Para reverter esse “maior óbice à unidade e ao êxito nacional sírio”, Saadeh propõe a separação integral entre a esfera religiosa e política. Para ele o estágio mais aperfeiçoado de “lealdade política” é aquele fundamentado na nação.

A partir de sua crítica ao vínculo entre religião e poder temporal o pensador coloca em xeque os fundamentos das correntes fenicianistas e arabistas, vistas por ele como manifestações de sectarismo, e enaltece a busca por uma ampla e concreta unidade e coesão nacional pansíria³⁴⁸. Citando um trecho de sua carta “O que me motivou a estabelecer o Partido Nacionalista Social Sírio”,

Eu deixei o país em 1920, enquanto latentes rancores sectários ainda estavam difundidos e a nação ainda não tinha enterrado completamente seus corpos. A situação na diáspora era apenas um pouco melhor. Vários movimentos tendenciosos tinham tido seus efeitos e negativamente dividiram a comunidade. Embora eles fossem todos sírios, um considerável grupo dentre eles tinha se rendido ao extremo ódio sectário, então que, um patriotismo libanês surgiu em contrapartida, que era ele mesmo também um crescimento da liderança das instituições religiosas e de sua autoridade e influência³⁴⁹.

Concomitantemente ao combate aberto de Saadeh às pretensões temporais das autoridades religiosas, está sua perspectiva de fundamentar no nacionalismo sírio uma espécie de nova “religião social”. Se em um primeiro momento no “Gênese das Nações” o pensador define o nacionalismo como “a religião da humanidade nos tempos modernos”, na sequência considera o “laço nacional baseado no conceito de pátria” como “a religião social específica que os cananeus deram ao mundo”³⁵⁰.

Conforme Saadeh, essa relação entre nacionalismo e religião social fica mais explícita nas nações que compreendem grupos de várias religiões ou seitas religiosas,

³⁴⁷ SAADEH (1958), op. cit., p. 47. Tradução livre do autor.

³⁴⁸ Embora Saadeh não o cite nas fontes trabalhadas, o que não quer dizer que não tenha feito em outros escritos, a defesa da separação entre confissão e Estado vai diretamente contra a instituição do Estado libanês sob bases sectárias (elemento que perdura até os dias de hoje). Rejeita tanto a Constituição libanesa da década de 1920 quanto o Pacto Nacional, de 1943, ambos fundamentados em preceitos sectários.

³⁴⁹ SAADEH, Antoun. “What motivated me to establish the Syrian Social Nationalist Party”. Disponível em: <http://www.ssnp.org/new/Saadeh/saadeh_misc_en.htm>. Acesso em: 13 mai. 2008. Livre tradução do autor.

³⁵⁰ SAADEH (2010), op. cit., p. 22; 287.

como a Síria, onde idealmente “o nacionalismo se torna a religião comum que abrange todas as tendências nacionais, enquanto que a religião volta a sua natureza universal e às doutrinas metafísicas principais”³⁵¹.

Dado que, sobretudo no Líbano, a pertença à confissão religiosa é o principal fator de identidade coletiva e ordenação política, ao pretender colocar a lealdade à nação acima de todas as outras e fundar a partir do nacionalismo uma “religião social” Saadeh intentava criar uma coesão forte o suficiente para se sobrepor ao sectarismo generalizado. Cabia ao Estado, autoritário e centralizado, desenvolver esse sentimento, sobretudo por meio da igualdade civil e da educação nacionalista de seus membros³⁵².

Diretamente vinculado ao primeiro princípio (“Separação entre a igreja e o Estado”) está o segundo: “proibir aos homens de profissão religiosa intervir na política nacional e na administração da justiça nacional”. Saadeh pretende separar Estado e religião, até o ponto de proibir que pessoas de ofícios religiosos possam exercer cargos públicos. O objetivo aqui continua a ser trazer uma mudança nas tradições políticas locais, desalojando as velhas elites vinculadas a suas bases étno-confessionais e amainando o sentimento de pertença confessional e o sectarismo. Quanto a esse segundo princípio, conforme Saadeh

não haveria sido necessário expor seu significado em um capítulo aparte, se não fosse pelo expressado no artigo precedente, sobre o empenho das instituições religiosas de tratar de manter sua condição de autoridade civil, ou de adquirir essa condição, ainda depois de ter-se estabelecido legalmente a separação entre a Igreja e o Estado, em vias de execução. E se deseja com este princípio colocar fim à intromissão das instituições religiosas (direta ou indiretamente) no curso dos assuntos cívicos ou políticos e impedir que interponham sua influência com propósitos de distorcer o curso dos acontecimentos em seu próprio proveito³⁵³.

O *za'im*, além de atacar as tradições políticas locais e as pretensões temporais

³⁵¹ SAADEH (2010), op. cit., p. 281.

³⁵² Paxton sublinha que o conceito de “religião política”, que data da Revolução Francesa, passou a ser aplicado ao fascismo (e também ao comunismo), tanto por seus inimigos quanto pelos próprios fascistas, a exemplo de Hitler. Para o autor, essa análise do fascismo como “religião política” é pertinente, no âmbito de uma analogia ampla, para sublinhar “a maneira pela qual o fascismo, de maneira semelhante à religião, mobilizava os fiéis em torno de ritos e palavras sagradas, estimulava-os até o ponto do fervor abnegado e pregava uma verdade que não admitia dissidência” (PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 350).

³⁵³ SAADEH (1958), op. cit., p. 48. Tradução livre do autor.

das instituições religiosas, opõe-se à estrutura do Estado libanês. Ele critica a normatização do sectarismo por meio da Constituição, do Pacto Nacional e da existência de códigos específicos para cada confissão. Advoga que, visando separar a religião do Estado, “as reformas não devem se limitar somente ao aspecto político, mas devem abranger também o aspecto legal e judicial”.

Para Saadeh, o Estado nacional e o direito público não podem ser estabelecidos enquanto subsistir uma variedade de códigos, “opostos entre si e classificados conforme a pluralidade de seitas religiosas, questão essa que impede a uniformidade na legislação, tão indispensável à uniformidade dos sistemas de ordem pública”³⁵⁴. Em sua ótica, deve haver uma unidade de legislação, que possibilite a cada membro sentir a igualdade de direitos mediante um código legal nacional comum: “é impossível que tenhamos uma unidade espiritual, enquanto procedermos com critérios diferentes e opostos à unidade nacional”³⁵⁵. É importante notar que, ao defender a equidade jurídica e a existência de uma lei geral, Saadeh relativamente se afasta da ideia de um Estado de exceção permanente, como querem alguns de seus críticos.

Defendida a separação entre religião e Estado, no terceiro princípio Saadeh explana sobre a unidade nacional que espera se originar da criação de uma entidade política aceita e reverenciada por todos. Ao proclamar a “abolição das barreiras existentes entre as seitas e credos religiosos”, o pensador busca o fim dos entraves tradicionais, “provenientes dos sistemas estabelecidos por nossas instituições religiosas e sectárias”, que separam os conterrâneos da Grande Síria, debilitando sua unidade e retardando o “Ressurgimento Nacional”.

Assim como na defesa do princípio fundamental sexto, aqui o pensador volta a insistir na importância de criar uma “unidade social verdadeira”, fundamentada em um “Estado nacional e em uma legislação civil nacional”, que garanta a “verdadeira cidadania” e a “igualdade de direitos para todos os membros da nação”. A fim de abolir as barreiras sectárias tradicionais, Saadeh preconiza a formação de um Estado forte e centralizado que garanta a “unidade espiritual” ao estar acima das lealdades étno-confessionais.

Para ele, a união social não pode se consolidar onde impera um estado de

³⁵⁴ SAADEH (1958), op. cit., p. 49. Tradução livre do autor.

³⁵⁵ Ibid.

isolamento entre as diversas comunidades religiosas, devido às barreiras sociais e jurídicas erguidas entre as seitas e credos religiosos. Isolamento esse que, em suas palavras, “forma em cada comunidade uma mentalidade e um espírito independente do espírito e da mentalidade das demais comunidades, e que contribui na criação de divergências nos propósitos e nos objetivos da nação”³⁵⁶. Citando-o novamente,

as barreiras jurídico-sociais existentes entre as comunidades religiosas da nação significam a perseverança dos funestos partidarismos religiosos. Por conseguinte, é indispensável a destruição das barreiras mencionadas, para fazer com que a unidade nacional se torne uma realidade e para erigir a ordem social nacional, que infundirá na nação saúde e força³⁵⁷.

Princípios quarto e quinto: a economia nacionalista social e suas forças armadas

Logo no começo de sua explanação sobre o quarto princípio (“abolir o feudalismo, organizar a economia nacional com base na produção, estabelecer a justiça em favor do trabalho e salvaguardar os interesses da nação e do Estado”), Saadeh questiona se há ou não feudalismo na Síria. Para ele, embora o mesmo não esteja reconhecido legalmente, há condições feudais em regiões dispersas do território, tanto no âmbito econômico quanto social. “Existe na Síria, verdadeiros feudos que compreendem uma parte não pequena dos bens nacionais, que desde nenhum ponto de vista podem ser considerados como propriedades pessoais”³⁵⁸. Em sua ótica, seus proprietários, ao desdenharem ou utilizarem esses feudos de uma forma pouco produtiva, prejudicam os interesses nacionais. Ainda mais quando, ao terem prejuízos, alienam as terras para bancos, capitais e plutocracias estrangeiras.

Concomitantemente à crítica a essa improdutividade e venda das terras nacionais, Saadeh condena também a situação inumana de “dolorosa pobreza e infamante miséria” na qual vivem os milhares de trabalhadores desses feudos, cuja existência compromete a segurança do Estado. Em suas palavras, “o Movimento Nacional Sírio considera que colocar um fim a situações dessa natureza, que ameaçam a soberania nacional e a unidade da pátria, é assunto de extrema necessidade”³⁵⁹.

³⁵⁶ SAADEH (1958), op. cit., p. 50. Tradução livre do autor.

³⁵⁷ SAADEH (1958), op. cit., p. 51. Tradução livre do autor.

³⁵⁸ SAADEH (1958), op. cit., p. 51-52. Tradução livre do autor.

³⁵⁹ SAADEH (1958), op. cit., p. 52. Tradução livre do autor.

Como saída para um “equilíbrio saudável entre a distribuição do trabalho e a distribuição dos bens”, o *za'im* aponta para “a organização da economia nacional tendo como base a produção”. Todos os membros do Estado devem ser produtores de bens, independentemente da forma de produzir. Ou seja, a produção e os produtores devem ser classificados “para poder controlar e promover uma verdadeira associação e uma verdadeira colaboração no trabalho, na mais ampla medida possível, para assegurar uma justa recompensa aos produtores e garantir o direito ao trabalho e a uma justa retribuição”.

Em suma, o objetivo é a associação e mútua colaboração, em contraponto à iniciativa individual absoluta no trabalho e “na produção capitalista”, “que provocam tão grandes prejuízos sociais”, sobretudo para grandes setores dos trabalhadores. Para que haja uma sólida unidade nacional, a partir da qual “possa a nação síria resistir com êxito na luta pela existência e superação”, “a administração dos bens deve estar vinculada aos interesses públicos e ao controle do Estado Nacional”³⁶⁰.

Essa definição do sistema econômico e social em termos colaboracionistas e nacionais (“condições indispensáveis para o êxito do Ressurgimento Nacional Sírio”), em muito se aproxima dos moldes corporativistas do fascismo. Concomitantemente à busca por equilíbrio entre capital e trabalho e organização da economia em bases nacionais, está a concepção do capital como “propriedade de caráter público por princípio” (ainda que seus detentores possam dispor do mesmo e de sua aplicação) e a produção coletiva voltada aos mais altos ideais da nação em sua luta pela existência. Citando Saadeh, “com esta ordem econômica asseguraremos o ressurgimento de nossa economia e a melhora no nível de vida de milhões de trabalhadores e lavradores e o incremento da fortuna pública e do poderio do Estado nacional”³⁶¹.

Além da organização socioeconômica afim, há semelhanças entre os princípios do PNSS e aqueles do fascismo também no concernente ao militarismo. O quinto princípio, “criar uma força armada poderosa capaz de decidir o destino da nação e da pátria”, fundamenta-se em uma perspectiva relativamente próxima ao “evolucionismo” nazista que coloca a vida como uma luta entre as raças e prevê a constituição de um poder militar eficaz para garantir a sobrevivência nacional.

³⁶⁰ SAADEH (1958), op. cit., p. 53. Tradução livre do autor.

³⁶¹ SAADEH (1958), op. cit., p. 54. Tradução livre do autor.

Conforme Saadeh, “a luta pelas fontes da vida e pela superação entre os povos representa a briga entre os interesses antagônicos das nações. E os interesses da existência só se defendem nessa luta com a força. A força em seus dois aspectos: espiritual e material”³⁶². Por mais avançado que seja o primeiro tipo (espiritual), a nação sempre necessitará da força material na luta pela existência: “as forças armadas e as virtudes militares são apoios de valor essencial para o Estado”.

Se Saadeh pensa em termos nacionais, Hitler reflete sobre a importância do militarismo a partir da conservação e procriação das raças. Considerando a relação entre população e quantidade de alimentos disponíveis, mais especificamente os métodos artificiais e naturais para equilibrar o crescimento demográfico, o *führer* se opõe às iniciativas humanas nesse sentido, dado que colocam como valor máximo a manutenção da vida já existente, independentemente de sua qualidade³⁶³. Em contrapartida, enfatiza o controle exercido pela natureza como o mais eficaz, pois propicia uma seleção natural dos mais fortes.

Resguardando as devidas proporções e a ausência de legitimação de um possível extermínio ou jugo de outros povos, é possível aproximar a percepção dos interesses nacionais divergentes em Saadeh da sujeição e hegemonia entre as raças (Hitler). Argumentando com base na *realpolitik*, Saadeh defende que os direitos nacionais só serão considerados em meio às controvérsias entre os Estados à medida que as partes disponham de exércitos nacionais fortes. Portanto, para o pensador, “a força (espiritual e material) é a palavra decisiva no suporte dos direitos nacionais ou em sua negação”. Como, segundo Saadeh, a arte da guerra em seu tempo havia alcançado um patamar de “grande perfeição”, era necessário manter o exército, aeronáutica e marinha “em um perfeito e permanente estado de preparação”³⁶⁴.

Embora se assemelhem quanto à pretensa centralidade da “luta pela vida” entre as raças ou nação, há uma diferença fundamental entre as perspectivas do líder sírio e do alemão. Se Saadeh está pensando em termos de assegurar os direitos

³⁶² SAADEH (1958), op. cit., p. 55. Tradução livre do autor.

³⁶³ Citando o ditador nazista, “Um dia perderá o direito à existência neste mundo, pois o homem pode, durante certo tempo, desafiar as leis eternas da conservação, mas a vingança virá mais cedo ou mais tarde. Uma geração mais forte expulsará os fracos, pois a ânsia pela vida, em sua última forma, sempre romperá todas as correntes ridículas do chamado espírito de humanidade individualista, para, em seu lugar, deixar aparecer uma humanidade natural, que destrói a debilidade para dar lugar à força” (HITLER, op. cit., p. 92-93).

³⁶⁴ SAADEH (1958), op. cit., p. 56. Tradução livre do autor.

nacionais no quadro da diplomacia internacional, Hitler pondera sobre as leis naturais e os direitos adquiridos pela força. Em outras palavras, enquanto para o primeiro a força garante os direitos, para o segundo ela serve para o exercício do direito natural pela sobrevivência, proliferação e hegemonia do mais apto.

A perspectiva da “guerra de todos contra todos” em Saadeh pode ser melhor compreendida se levarmos em consideração a “supressão” daqueles que seriam os direitos nacionais sírios pelos franceses. Ou seja, dado que não possuíam forças armadas eficazes, os sírios foram subjugados a partir do final da Primeira Guerra Mundial (Batalha de Maysalum) e tiveram seus direitos negados, assim como a unidade da nação e sua soberania.

Paralelamente ao caráter anticolonial do PNSS, a divergência entre o *za'im* e o *führer* no concernente à “luta pela vida” também está vinculada à forma como cada um percebe a relação entre o homem e o meio ambiente em que vive e o direito à expansão territorial. Para Saadeh, o meio geográfico comum delimitado por fronteiras naturais e a interação dos homens com ele e entre si são determinantes na formação dos povos enquanto nações específicas. Para Hitler o que garante a peculiaridade é o sangue que diferencia as raças. Enquanto o primeiro considera a terra um bem inalienável de um povo, para o segundo o solo “não foi reservado pela natureza para uma determinada nação ou raça, como superfície de reserva para o futuro. Trata-se, sim, de terra e solo destinados ao povo que possua a energia de conquistá-lo e a diligência de cultivá-lo”³⁶⁵.

Em outras palavras, há claras diferenças entre o caráter do militarismo e a concepção do “espaço vital” em Hitler e em Saadeh. Para o *führer*, baseado na noção de direito pela força, o território oferece os recursos necessários (alimentos e matéria prima) para a perpetuação e o fortalecimento da raça que é capaz de mantê-lo. A Grande Alemanha é a área a ser adquirida, dado que é supostamente vital para o desenvolvimento “natural” e progressivo dos arianos. Para o *za'im* trata-se de um direito inalienável unir os territórios e seus habitantes, que constituem uma mesma nação, sob um Estado único, para melhorar representar seus interesses afins. A Grande Síria é a entidade natural do povo sírio, que deve se unificar para melhor se sair na luta pela sobrevivência e contribuir para o progresso do gênero humano.

³⁶⁵ HITLER, op. cit., p. 93.

Uma última consequência decorre dessas perspectivas diferenciadas. Enquanto Hitler está preocupado em subjugar as demais raças e afirmar a superioridade e procriação ariana, Saadeh busca fortalecer a nação para afirmar sua independência e soberania, encerrando o colonialismo e elevando a Síria ao ponto de negociar com as grandes potências de sua época. Trata-se antes de um movimento anticolonial do que de um imperialismo racial embasado na força para adquirir direitos.

Enquanto o pensamento do *za'im* culmina em uma afirmação nacional e guerra limitada contra o ocupante, o *führer* advoga uma lógica expansionista de submissão constante do outro, tendo em vista a necessidade de conquistar territórios para garantir a reprodução da raça em detrimento das concorrentes (nessa perspectiva o direito à ocupação é natural e traz o progresso cultural do gênero humano). Nas palavras de Hitler, “a natureza não conhece limites políticos. Preliminarmente, ela coloca os seres neste globo terrestre e fica apreciando o jogo livre das forças. O mais forte em coragem e em diligência recebe o prêmio da existência, sempre atribuído ao mais resistente”³⁶⁶. Em suma, para Hitler, a conquista deriva do “direito eterno” da autopreservação.

³⁶⁶ Ibid.

QUARTO CAPÍTULO

O PARTIDO NACIONALISTA SOCIAL SÍRIO E O FASCISMO

Cabe considerar na sequência a interlocução de Saadeh com os fascismos. Afinal, a maior parte da produção intelectual de Saadeh e a fundação do Partido se situam nos anos entre as duas guerras mundiais, quando a Alemanha e Itália desafiavam as potências coloniais (França e Grã-Bretanha) e seus regimes despontavam como um caminho alternativo popularizado pelos sucessos político-diplomáticos de seus representantes.

Estudada no segundo capítulo a circulação do fascismo no Oriente Médio, mais especificamente no Líbano, e no terceiro a ideologia do PNSS, cabe analisar agora o posicionamento da mandatária e de grupos locais em relação ao Partido e o discurso e a relação de Saadeh com os fascismos. Antes, é necessário fazer uma breve discussão teórica sobre a possibilidade de aproximar a ação e o discurso do PNSS dos fascismos e as principais características destes.

4.1. DEFINIÇÃO DE FASCISMO E A POSSÍVEL EXISTÊNCIA DE FASCISMOS EXTRAEUROPEUS

Buscando traçar um mínimo comum entre os diversos fascismos, Stein Larsen afirma que o fascismo “veio da Europa”, no sentido de ser este o seu local de irradiação. Pessoas fora da Europa viajaram ou enviaram embaixadores para visitar ditadores fascistas ou leram livros e panfletos publicados lá. Contudo, isso não significa que as criações dos fascismos não europeus sejam simples importações e cópias exatas. Os modelos europeus foram apropriados e mesclados a movimentos e ideias já existentes, com suas identidades regionais ou locais. Ao invés de uma conclusão positiva ou negativa no sentido de ser ou não um movimento fascista, é somente a partir da especificidade do regime/movimento analisado que surge a essência do fenômeno.

Conforme Larsen, tanto a impossibilidade de encontrar o fascismo completamente, até sua última evidência, quanto a especificidade das diferentes experiências dificultam a categorização de regimes como fascistas. Sempre há uma

carência de material, sobretudo no concernente as suas manifestações fora da Europa. Sendo assim, a saída teórica é uma análise comparativa, tomando em consideração os contextos não europeus de manifestação, para delimitar o grau de fascismo em cada movimento estudado³⁶⁷.

Quanto à possibilidade de afirmar a existência de fascismos fora da Europa, segundo Larsen, deve-se considerar que se é no velho continente que o fenômeno tem sua origem, é também de lá que se difundem as novas estruturas modernizadoras que impõem a necessidade de se buscar uma saída. Portanto, haveria fascismos não europeus, que seriam respostas locais à imposição de importações vindas da Europa, tanto no sentido de produtos materiais, quanto de estruturas institucionais. Ou seja, sujeitos locais aplicam ideias e modelos europeus, dentre eles o fascismo, para adaptar as condições domésticas aos impulsos modernizadores vindos de fora³⁶⁸.

Em outras palavras, Larsen caracteriza o fascismo como “uma combinação dos fatores estruturais inerentes a tão falada síndrome da modernização com os componentes ideológicos do liberalismo incipiente”³⁶⁹. A introdução de instituições políticas liberais, a remoção das restrições nas economias *laissez faire* e a difusão de ideias liberais e seculares, tudo vindo em conjunto com rápidas mudanças estruturais nas sociedades, resultaram em uma série de “consequências desafortunadas” para o mundo moderno e proveram a “força” ou a “propriedade emergente”, que foram a motriz que produziu não só o fascismo, mas também as demais ideologias contemporâneas.

Sintetizando, para Larsen, o fascismo é um fenômeno que emergiu a partir do contexto específico da modernização e do liberalismo no século XX, mas que adquiriu independência e se desenvolveu como uma consequência não pretendida por suas fontes a partir de um determinado momento. Citando-o, “sustento que o liberalismo e a modernização incipientes produziram o fascismo como uma de suas consequências

³⁶⁷ Aqui temos uma ponte entre os referenciais teóricos que embasam a presente dissertação. Ao passo que Larsen indica a necessidade de se conhecer ao máximo o contexto específico do caso estudado, Quentin Skinner propõe igualmente perscrutar em detalhes os diferentes contextos em que as obras são produzidas, para desvelar as possíveis intenções que o autor tinha ao escrever e seus interlocutores.

³⁶⁸ LARSEN, Stein U. *Was there fascism outside Europe? Diffusion from Europe and domestic impulses*. In: _____. *Fascism outside Europe: the European impulse against domestic impulse in the diffusion of global fascism*. New York: Columbia University Press, 2001. p. 713-718.

³⁶⁹ LARSEN, op. cit., p. 723. Tradução livre do autor.

não pretendidas, ambos sendo radicalmente diferentes de seu produto fortuito”³⁷⁰.

Seguindo essa linha de raciocínio, de forma geral, os fascismos surgem da instabilidade política, pré-existente ou criada, canalizando a ânsia pelo novo em uma sociedade contestada. Para Larsen, a “instabilidade política e social são então um pré-requisito definido para a emergência do fascismo”³⁷¹. Ele se vale da instabilidade pré-existente ou a fomenta para gerar a desconfiança em relação à ordem que busca subverter. O pano de fundo dos discursos fascistas é sempre uma decadência com uma contraproposta de ressurreição ou ressurgimento nacional.

Em suma, a instabilidade denunciada mobiliza forças sociais em reação a ela, ou para retomar a ordem abalada ou para revolucionar o *status quo* de vez. A propaganda fascista cria a impressão de um contexto frágil e instável, que precisa ser modificado. Aí entra a questão do ressurgimento, restauração, renovação ou ressurreição nacional.

Debruçando-se sobre a existência de fascismos fora da Europa, Robert Paxton aponta que alguns autores questionam essa possibilidade, defendendo que “o fascismo histórico específico exigia as pré-condições especificamente europeias”, como a revolução cultural do final do século XIX, o nacionalismo de massa e a “intensa rivalidade entre os novos pretendentes ao status de Grande Potência”. Em contrapartida, ele destaca que outros pensadores, enfocando os traços comuns dos diferentes fascismos, sobretudo a relação entre estes e as crises políticas e sociais, argumentam em sentido contrário, advogando que os fascismos atingiram também países não europeus.

Dentro desse segundo grupo de autores Paxton destaca Gaetano Salvemini, para quem fascismo significa “abrir mão das instituições livres”, sendo “uma doença das democracias frágeis” ou de países que pelo menos já tentaram instalar um governo representativo. Ou seja, segundo Salvemini, fascismo significa a marginalização da democracia e do processo legal na vida pública, “ao som da aclamação vinda das ruas”. Trata-se de um fenômeno de democracias fracassadas que, ao invés de simplesmente reduzirem os cidadãos ao silêncio, abandonam as instituições livres em nome da unidade, pureza e força nacional e manipulam o entusiasmo das massas a partir de uma “técnica para canalizar suas paixões para a construção de uma unidade doméstica compulsória em torno de projetos de limpeza interna e de expansão

³⁷⁰ LARSEN, op. cit., p. 724. Tradução livre do autor.

³⁷¹ LARSEN, op. cit., p. 730. Tradução livre do autor.

externa”. Em suma, os fascismos, como regimes militaristas e vinculados ao fracasso democrático, anseiam por “reduzir a zero a esfera privada”, sempre estão dispostos a intervir na economia e desencadeiam uma excitação popular, mobilizando as massas³⁷².

Paxton considera a acusação de Salazar contra um movimento no seio de sua nação como uma “definição bastante razoável do fascismo”. Nas palavras do ditador luso, esse movimento era “fascista” por “levar a juventude à exaltação, cultuar a força pela chamada à ação direta, adotar o princípio da superioridade do poder estatal na vida política e ter a propensão de organizar as massas sob um líder político”³⁷³. Mais adiante, Paxton define o fascismo mais diretamente como

uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza³⁷⁴.

Segundo Paxton, os fascismos foram amplamente imitados, sobretudo na década de 1930, quando a Alemanha e a Itália pareciam ter Estados mais bem-sucedidos que as democracias. Características tomadas deles surgiram em lugares tão distantes da Europa, como os extremos Bolívia e China. Ainda conforme o autor - e é nesse ponto que se legitima a nossa abordagem do PNSS - “os territórios colonizados por europeus constituíam-se no ambiente mais provável para o fascismo fora da Europa, pelo menos durante o período em que este estava em ascensão na Europa”³⁷⁵. Contudo, para que as comparações entre os movimentos europeus e extraeuropeus sejam pertinentes, devemos, segundo Paxton,

distinguir entre os diversos níveis de similaridades e de diferenças. As similaridades são encontradas nos mecanismos de poder, nas técnicas de propaganda e na manipulação das imagens e, ocasionalmente, em políticas específicas tomadas de empréstimo ao fascismo, tais como a organização corporativista da economia. As diferenças se tornam mais apreensíveis quando examinamos os ambientes sociais e políticos e a relação desses regimes com a sociedade³⁷⁶.

³⁷² PAXTON, op. cit., p. 354-355. Tradução livre do autor.

³⁷³ PAXTON, op. cit., p. 357. Tradução livre do autor.

³⁷⁴ PAXTON, op. cit., p. 358. Tradução livre do autor.

³⁷⁵ PAXTON, op. cit., p. 312-314. Tradução livre do autor.

³⁷⁶ PAXTON, op. cit., p. 320-321. Tradução livre do autor. Embora Paxton esteja se referindo a uma comparação entre os movimentos fascistas europeus e as ditaduras latino-americanas coevas, é possível

Considerando que o fascismo difere de um país para outro devido às diferenças contextuais e às histórias nacionais e localizações geopolíticas diferenciadas, Larsen sustenta que não há um fascismo, mas fascismos. Se por um lado, como fenômeno, o mesmo surgiu de maneira universal “desafiando todas as nações na Europa e demais lugares”, por outro “se desenvolveu de forma heterogênea dependendo do contexto; não foi um fenômeno italiano que se espalhou para todos os outros [países]”³⁷⁷.

Destarte, aos olhos do autor, movimentos e regimes fascistas diferem uns dos outros, mesmo se têm uma mesma origem. Não podem ser idênticos e nem se aproximar demasiado do modelo italiano ou alemão. Devem ser construídos a partir de tradições locais com suas ideologias domésticas. Sendo assim, o ideal é falar em graus de fascismo em termos de moderados e extremos, assim como de movimentos sucedidos ou abortados. “O rótulo/palavra fascismo irá então designar uma ‘escala’ de ‘zero-fascismo’ para ‘completo fascismo’ na qual ideias, regimes, ações, movimentos, indivíduos podem ser disposto de acordo com o desenvolvimento de uma variedade de ‘traços’ fascistas”³⁷⁸.

Considerando os casos latino-americanos, João Fábio Bertonha aponta em um sentido semelhante, ao destacar que é necessária uma especificidade programática para garantir a pertinência dos movimentos fascistas em diferentes lugares. Paralelamente à “quase total inexistência de cópias simples dos fascismos europeus” no continente, o autor destaca que, todas as suas experiências que se originaram de bases locais, mesmo aquelas fortemente influenciadas pelo referencial externo “e que, conceitualmente, são fascistas, tinham ao menos alguma especificidade local, até para fazerem sentido”³⁷⁹.

Definido sucintamente o fascismo e demonstrada a pertinência de pensar sua

estender suas considerações a demais empresas dessa natureza.

³⁷⁷ LARSEN, op. cit., p. 707.

³⁷⁸ LARSEN, op. cit., p. 728.

³⁷⁹ BERTONHA, João F. *Os fascismos na América Latina. Ecos europeus e valores nacionais numa perspectiva comparada*. In: Bertonha, João F.; Savarino, Franco. *El fascismo en América Latina, Ecos europeos y desarrollos autóctonos: una perspectiva comparada*. México (DF): ENAH, 2011, no prelo. Ao defender a importância de uma base local nos programas fascistas, Bertonha não nega a existência de experiências “miméticas” (sem significado para a realidade local), considerando-as como sem apelo político e força popular justamente por prescindirem de elementos que fizessem sentido para o público ao qual se dirigiam.

existência extraeuropeia, na sequência será considerada a possibilidade de aproximar de tal ideologia o pensamento de Antoun Saadeh e a estrutura do partido que criou. Inicialmente serão contemplados o discurso do próprio *za'im* e o da mandatária e dos opositores do Partido em relação ao fascismo para, posteriormente, analisarmos sua conformação.

A hipótese aqui defendida é a de que Saadeh se apropriou de alguns elementos dos fascismos na conformação de seu partido anticolonial e modernizador, conforme sua eficácia para a resolução de questões locais. Engajado na luta anticolonial desde o começo dos anos 1920, quando os fascismos ainda não eram vistos como modelos bem-sucedidos, o pensador viu em algumas de suas características possibilidades de fazer avançar seu programa nacionalista sírio específico. Ou seja, Saadeh viu nos triunfantes movimentos fascistas da Europa dos anos 1930 - sobretudo no concernente à criação de nações aparentemente coesas e mobilizadas politicamente - um novo modelo de organização a ser estudado e passível de ser adaptado à medida que apresentasse respostas para questões pontuais.

Aos olhos do *za'im*, alguns elementos presentes nos movimentos fascistas - como gestos, expressões, símbolos, demonstrações públicas viris, hierarquia, disciplina, organização e militarismo - pareceram úteis para mobilizar também a nação síria. Era uma estética e forma organizativa a ser perscrutada e, conforme a conveniência, adaptada, a fim de viabilizar seu programa político que vinha amadurecendo antes mesmo da ascensão dos fascismos. O que provavelmente mais o fascinou era o sucesso que os fascismos aparentavam ter em homogeneizar as nações e criar uma mobilização contínua em torno do Estado e do partido. Contudo, divergências marcantes fragilizam a possível inclusão do PNSS no rol dos fascismos.

4.2. SAADEH E O PNSS AOS OLHOS DA MANDATÁRIA E DA SOCIEDADE LOCAL

Quanto à representação do PNSS pela mandatária e pela sociedade em geral, Nordbruch sublinha que a descoberta do Partido, em 1935, marcou uma considerável mudança na percepção pública do nazismo e de seus postulados. Saadeh e os membros do Partido - este descrito como ecoando a ideologia e o estilo fascista - foram acusados de conspirar contra o Estado e a ordem existente e manter relações

próximas com as missões alemãs e italianas em Beirute. Citando o autor, “pela primeira vez, tais acusações não ficaram limitadas a uma agência do fascismo europeu, ao invés focaram sobre um eixo supostamente autêntico de uma organização local”³⁸⁰.

No âmbito dessas acusações, alguns fatos pareciam confirmar as suspeitas de que o PNSS havia, de fato, estado em contato com os regimes fascistas europeus. O Partido apresentava um arcabouço antidemocrático e autoritário, submetia o individual ao interesse absoluto da nação e, organizacionalmente, sublinhava a centralidade do líder e o estilo paramilitar

Mas, segundo Nordbruch, um ano depois, em 1936, tais acusações se mostraram infundadas, entre outras coisas, quando a embaixada da Alemanha no Líbano oficialmente negou ter qualquer relação com o Partido³⁸¹. Por esse e outros fatos, tais associações não estiveram presentes no veredicto final da primeira sentença contra Saadeh, condenado por formar um partido clandestino. Entretanto, com a circulação de ainda mais informações sobre o Partido, rumores sobre tais relações persistiram. Nesse sentido, denúncias de inclinações fascistas não mais ficavam restritas às margens do espectro político local, mas eram direcionadas contra alguns dos grandes atores nacionalistas³⁸².

Segundo Yamak, acusações de que o PNSS era um Partido nazista foram comuns ao longo de todo o mandato. Com a aproximação e deflagração da Segunda Guerra Mundial, o cerco se estreitou, recrudescendo ainda mais a perseguição aos seus membros. Os críticos, buscando desacreditar o Partido aos olhos do povo, asseveravam ser ele contrário à independência do Líbano e ao movimento pan-árabe, uma espécie de mercenário a serviço de potências estrangeiras. Também era definido pelas autoridades francesas e pelos comunistas como uma organização fascista fundada e subsidiada pelo governo italiano³⁸³.

³⁸⁰ NORDBRUCH, op. cit., p. 42. Tradução livre do autor.

³⁸¹ Mesmo que tais relações tenham existido, é improvável que a embaixada as assumisse, afinal tratar-se-ia de uma ingerência em assuntos internos libaneses.

³⁸² NORDBRUCH, op. cit., p. 43-46. Tradução livre do autor.

³⁸³ Tais acusações de quinta-colunismo não ficaram restritas aos anos 1930. Findada a Segunda Guerra, no contexto das perseguições oficiais ao Partido, em 1949, o Tribunal Militar libanês procurou mostrar que o PNSS era um agente dos inimigos da independência do país, particularmente do governo israelense. O governo sírio, em 1955, o iraquiano, entre 1958 e 1959, e o libanês novamente (1961) se valeram dessa mesma acusação em suas perseguições ao Partido (YAMAK, op. cit., p. 3).

Concomitantemente ao posicionamento da mandatária, cabe considerar a oposição ao fascismo no seio da sociedade local e a associação deste com o PNSS. Destaca-se a atuação dos comunistas para alertar a população contra os perigos do “nazi-fascismo”, desde o início da década de 1930, e a consolidação paulatina, a partir do final de 1935, da Liga contra o Nazismo e o Fascismo na Síria e no Líbano (que congregou intelectuais e ativistas de um amplo espectro político)³⁸⁴.

Paralelamente às ações da Liga, os populistas islâmicos também se colocaram contra o fascismo, envolvendo-se em confrontos de rua com aqueles que julgavam ser a quinta coluna local, dentre os quais estava o PNSS³⁸⁵. De forma geral, tanto devido à influência da mandatária quanto dos comunistas e “islamistas”, o Partido era crescentemente associado, em vários estratos da população, com o “nazi-fascismo”.

Adel Beshara, o maior estudioso de Saadeh, destaca a grande oposição gerada pelas obras e ação política do *za'im*, devido sobretudo ao que define como “interpretações parciais politicamente motivadas”. A partir do momento em que sua obra e partido foram descobertos, ele encontrou um grande número de críticos: as autoridades se opuseram, banindo o PNSS e o satanizando na mídia oficial; os nacionalistas árabes o acusaram de agente do imperialismo britânico; os comunistas o representaram como um vestígio do fascismo europeu e os particularistas libaneses sucumbiram ao “semelhante erro” de imaginá-lo como um traidor.

Conforme Beshara, “essa campanha virulenta contra Saadeh deixou pouco espaço para um diálogo racional e criou um círculo vicioso de incompreensão e distorção”³⁸⁶. Nesse sentido, em 1936, após os processos protagonizados pelo Estado contra o *za'im*, uma campanha empreendida pelo jornal jesuíta *al-Bashir*, em coordenação com setores nacionais cristãos libaneses, representou-o como um traidor, incapaz de compreender a natureza e a realidade do Líbano.

Nesse contexto, segundo Beshara, o aparato estatal fora mobilizado contra Saadeh, buscando neutralizar suas demandas nacionalistas pela unidade da Grande Síria. Citando-o, “Saadeh se tornou alvo de um ‘assassinato de caráter’ e foi pintado como um traidor, uma ferramenta do fascismo europeu”³⁸⁷. Se em 1937 as relações

³⁸⁴ NORDBRUCH, op. cit., p. 68-69.

³⁸⁵ THOMPSON, op. cit., p. 192-195.

³⁸⁶ BESHARA (2007), op. cit., p. 7. Tradução livre do autor.

³⁸⁷ BESHARA, Adel. *Outright assassination. The trial and execution of Antun Sa'adeh, 1949.*

entre o *za'im* e as autoridades libanesas melhoraram, com a proximidade da guerra as suspeitas generalizadas de seu envolvimento com o nazismo contribuíram para deflagrar uma nova perseguição, que inclusive culminou em seu prolongado exílio³⁸⁸. Mesmo sob o governo colaboracionista de Vichy, de meados de 1940 até meados de 1941, a repressão ao PNSS não diminuiu. A liberdade só foi assegurada aos presos políticos nacionalistas sociais um mês antes da invasão e ocupação da Síria e do Líbano pelas forças britânicas e da França Livre.

Após a morte de Saadeh, em 1949, houve um período de relativo esquecimento no qual seu trabalho geralmente foi ignorado ou evocado para demonizá-lo ou diminuir sua influência. Contudo, a partir dos anos 1970, ocorreu uma maior difusão de suas ideias e uma mudança na representação de sua pessoa e ideologia. “O Saadeh ditatorial foi sucedido pelo Saadeh igualitário e o Saadeh fascista e irracional - nunca mais que um fantasma - substituído por sua aceitação como o filósofo pivô da transição para o Estado moderno”³⁸⁹.

4.3. SAADEH, O PNSS E O DISCURSO OFICIAL SOBRE O FASCISMO

Quanto ao posicionamento oficial do Partido e de seu fundador, em vários momentos Saadeh fez questão de enfatizar a especificidade programática e o não alinhamento com os países europeus. Mesmo porque, pretendendo-se um partido com uma doutrina puramente síria, não havia como conciliar ou pelo menos admitir certa influência das correntes europeias.

Contudo, antes de lançar uma luz sobre essa afirmação da originalidade do PNSS, há que se destacar a impressão favorável do *za'im* em relação à ascensão do nazismo, conforme atesta uma passagem de um discurso que proferiu na primeira metade da década de 1930. Referindo-se à educação nacionalista,

enquanto assistimos a libertação da Alemanha do jugo de Roma e vimos operar-se a purificação dos seus princípios populares de toda e qualquer manifestação nociva aos seus interesses; enquanto sabemos que ambos esses fenômenos, libertação e purificação, se tornaram os fatores que insuflaram um novo e forte espírito popular

Reading: Ithaca Press, 2010. p. 18. Tradução livre do autor.

³⁸⁸ BESHARA (2010), op. cit., p. 19.

³⁸⁹ BESHARA (2007), op. cit., p. 8.

alemão, impulsionando assim, o ressurgimento nacional da Alemanha e criando essa confiança do povo em si mesmo, cuja consequência provocou o surgimento das filosofias que tornaram o povo alemão o eixo em torno do qual hão de girar as esperanças do mundo numa evolução humana, e fazem com que cada alemão ou alemã acreditem profundamente no futuro de seu povo e na obtenção dos seus direitos - segredo da força alemã, tão temida pelos outros povos. Assim, dizia eu, enquanto assistimos a tudo isto, eis que nós atingimos, com a fraqueza de nossa educação nacionalista e o seu abandono total o ponto em que influências estranhas se introduzem em nossas mentalidades de tal modo, que chegamos a crer que a “fraqueza é força”³⁹⁰.

Nesse discurso, Saadeh elogia a força alemã (“eixo em torno do qual hão de girar as esperanças do mundo numa evolução humana”), que conseguiu purificar e libertar seu povo de influências externas, provocando o renascimento de seu espírito nacional e renovando sua autoconfiança. Concomitantemente, a partir dessa experiência específica e, a seu ver, bem sucedida, Saadeh diagnostica a fraqueza dos sírios: no caso a carência de uma educação nacionalista e a consequente penetração de influências estranhas na mentalidade da nação. Neste ponto, provavelmente, está se referindo à aceitação de um governo parlamentar, encabeçado pelas elites locais tuteladas pela mandatária, ambas desejosas de manter seus interesses, em detrimento da totalidade da nação³⁹¹.

Desse trecho em que elogia a Alemanha e lamenta a situação do povo sírio, pode-se inferir a necessidade que Saadeh enxergava de que fosse promovida a educação nacionalista específica para, a partir de uma “purificação e libertação” do jugo externo (tanto físico quanto mental - aceitação de modelos políticos estrangeiros), provocar o ressurgimento nacional sírio. Contudo, ao mesmo tempo em que a trajetória alemã o inspirava, dado que representava o ressurgimento nacional de um povo, Saadeh fazia questão de enfatizar a peculiaridade de seu projeto político. Citando um trecho de um discurso pronunciado em primeiro de junho de 1935,

³⁹⁰ SAADEH (1999), op. cit., p. 21. Dialogando com o tradutor da obra para o português - no dia 25 de novembro de 2011, quando lançou sua tradução do “Gênese das nações” na Associação Paranaense de Imprensa - , o mesmo afirmou que se trata da antiga conquista das regiões germanas pelo Império Romano e posterior independência. Contudo, o texto dá a entender que se trata de um processo contemporâneo a Saadeh, podendo ser essa suposta “libertação alemã” a ascensão do nazismo em 1933 e a maior proeminência da política externa do Reich nos anos 1930.

³⁹¹ Paralelamente a sua defesa de que o PNSS encara o espírito da nação, representando-a completamente e por isso prescindindo de concorrentes, outro ponto em que Saadeh se contrapõe ao sistema democrático é que, ao contrário dos fascismos, este falha em conseguir o pleno emprego e carece de ideologia, elemento visto como base do crescimento social e político (YAMAK, op. cit., p. 109).

quero, ainda nesta oportunidade, declarar que a organização do Partido Nacionalista Social Sírio não é uma organização nazista, nem fascista, mas uma organização Síria, profundamente Síria, sem laivos de imitação nociva e contraproducente, uma organização baseada num espírito de inovação, característico de nosso povo³⁹².

Mais adiante, nesse mesmo discurso, Saadeh volta a enfatizar a especificidade do PNSS diante do fascismo, advertindo ainda para a influência exercida por esta ideologia e por seus respectivos governos no Oriente Médio.

Há também que se destacar uma segunda possibilidade de relação entre o Partido e a Itália fascista e Alemanha nazista. Se ideologicamente o PNSS se apresenta como uma organização “profundamente Síria, sem laivos de imitação nociva e contraproducente”, que só marcha “sobre bases estatuídas pela sua política”³⁹³, nesse discurso de 1935 Saadeh implicitamente reconhece a possibilidade de relações diplomáticas amistosas com ambas. Afinal, eram Estados possivelmente adversários das potências coloniais, que subjugavam os sírios. Ou seja, considerando a percepção clara do *za'im* da divisão das forças políticas na época, conquanto respeitassem a autodeterminação e os direitos plenos do povo sírio Alemanha e Itália poderiam se tornar países aliados do “renascimento nacional sírio” contra aqueles que o obliteravam.

Enquanto Saadeh alerta seus partidários para a presença na Grande Síria de uma propaganda italiana, alemã e de outros países muito ativa, reconhece que “existem interesses inúmeros que obrigam o estabelecimento de relações amistosas entre a Síria e os Estados estrangeiros, principalmente os europeus”. Se, de modo algum reconhece a influência dessa propaganda externa, afinal “o pensamento sírio deve permanecer livre e independente”, no que concerne aos interesses comuns, afirma que “estamos dispostos a estender a mão a todos os que desejem colaborar conosco, com boas intenções, claras e puras, no campo da mútua compreensão”.

Enfatiza como pré-requisito para as potências e Estados estrangeiros que desejem tal colaboração, “reconhecer o nosso direito à vida, dispostos sempre a respeitar este direito, caso contrário a vontade da nova Síria não silenciará”³⁹⁴. Por conseguinte, acaso viesse a ocorrer uma aproximação do PNSS e da “Nova Síria” com

³⁹² SAADEH (1999), op. cit., p. 44.

³⁹³ SAADEH (1999), op. cit., p. 49.

³⁹⁴ SAADEH (1999), op. cit., p. 48.

os países do Eixo (que de fato nunca ocorreu), esta se fundamentaria em uma questão puramente diplomática, permeada pela lógica comum: “o inimigo de meu inimigo é meu amigo”.

Na brochura do Escritório de informações do PNSS, também consta a ênfase de Saadeh em recusar o princípio de alinhamento e subordinação do Partido a qualquer potência externa e há um grifo sobre a independência nacional e irrestrita condução das relações internacionais conforme os interesses da nação síria. Ou seja, contrário a qualquer aproximação automática entre o Partido e alguma potência, no calor da Segunda Guerra, Saadeh teria buscado explorar os benefícios políticos oriundos do cenário. Enquanto parcelas do Partido simpatizavam com os países do Eixo, afinal eram os inimigos das potências colonialistas no Oriente Médio, seu fundador insistia em uma política de neutralidade. Citando o trecho de uma carta escrita por ele em 1939, “a campanha contra França e Grã-Bretanha é derivada do ponto de vista da política nacional síria e não do ponto de vista da contradição ideológica e teórica entre o totalitarismo e os fronts democráticos”³⁹⁵.

Ainda sobre essa carta, escrita no contexto da segunda estada do *za'im* na América do Sul, a admoestação aos editores do periódico do Partido, *Suria al-Jadidah*, sublinha os seguintes pontos: a política do PNSS é nacionalista síria e independente; não é fascista, nazista, democrática (no sentido atribuído pelos inimigos do Eixo), comunista ou bolchevista e está submetida somente aos seus princípios. Ou seja, apesar de sua oposição nacional aos mandatos anglo-franceses, mesmo no auge das vitórias nazistas, recusou-se a se aliar ou a apoiar os países do Eixo. Contudo, isso não o impediu de explorar as rivalidades. Na mensagem há pouco referida, Saadeh afirma que

a posição do Partido diante do Eixo Roma-Berlin deve ser determinada, em um primeiro grau, para gerar pressão suficiente na França e Grã-Bretanha a fim de causar nelas uma mudança em sua atitude negativa diante da Síria e de seu renascimento nacional e não pode, de qualquer forma, ser construída em confiança com a política do dito Eixo³⁹⁶.

³⁹⁵ INFORMATION BUREAU, op. cit., p. 18. Tradução livre do autor. Este trecho enseja a possibilidade do reconhecimento do nacionalismo social sírio por Saadeh como uma “ideologia” mais próxima aos fascismos do que das democracias liberais. De qualquer forma, a seletividade com que Saadeh se apropriou de elementos do fascismo em sua busca por uma transformação e modernização da Síria será trabalhada na sequência.

³⁹⁶ INFORMATION BUREAU, op. cit., p. 18. Tradução livre do autor.

Um último elemento que atesta o posicionamento peculiar do PNSS (independência do Eixo) é a permanência de sua situação de exclusão e perseguição oficial diante do poder estabelecido, mesmo durante o curto período em que a Síria e o Líbano ficaram submetidos ao governo da França colaboracionista. Neste, não houve qualquer aproximação entre as autoridades locais e os nacionalistas sociais sírios, pelo contrário, a marginalidade e as perseguições se perpetuaram. Conforme Yamak, durante a breve duração da administração do Líbano pela França de Vichy, uma comissão do Eixo residente em Beirute não fez nenhuma objeção à repressão oficial ao PNSS³⁹⁷.

Uma possibilidade é compreender esse distanciamento a partir do receio de Saadeh e das lideranças do Partido de que a Alemanha, ao invés de se constituir em uma espécie de libertadora, se tornasse a nova mandatária, dando continuidade ao jugo do povo sírio. Uma hipótese nesse sentido é a de que, em sua estada na Itália e Alemanha, pouco antes de chegar ao Brasil em 1939, o *za'im* tenha abandonado qualquer possibilidade de concluir uma aliança visando garantir a soberania da Grande Síria. Mas, também nesse ponto, não há fontes e as referências bibliográficas são escassas.

4.4. O NACIONALISMO SOCIAL E O FASCISMO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Dando continuidade a alguns pontos já trabalhados, e retomando a definição de fascismo presente no início do capítulo anterior, cabe considerar agora, mais detalhadamente, a influência da ideologia europeia nos fundamentos e na estrutura do PNSS.

Se oficialmente Saadeh nega as similitudes, apresentando o nacionalismo social sírio como uma ideologia puramente síria, uma comparação entre seu programa e os “fascismos” (Larsen) revela aproximações inegáveis. Ainda que se considere que o nacionalismo social sírio é de fato peculiar e “puramente sírio” em seus objetivos, muitos elementos de sua estrutura e ideologia são comuns aos fascismos.

Parte-se aqui do pressuposto de que o *za'im* se apropriou de ideias fascistas

³⁹⁷ YAMAK, op. cit., p. 60-61.

então disponíveis no “mercado das ideias políticas”³⁹⁸, à medida que de alguma forma elas davam conta dos problemas que ele enxergava em seu país. Nesse sentido, é imprescindível considerar os entrecruzamentos entre o nacionalismo social e os fascismos. Contudo, cabe ressaltar, não se trata de verificar até que ponto é possível, se é que é, pensar no Partido como um movimento fascista típico do contexto entre as guerras mundiais. Antes, busca-se compreender como a aplicação de algumas ideias do arcabouço fascista no contexto levantino foi pertinente para solucionar problemas locais, percebidos pelo *za'im*.

Ou seja, de que forma Saadeh dialogou com as ideologias em circulação em seu próprio tempo, apropriando-se de elementos das mesmas enquanto se mostravam eficazes para sua realidade local, sobretudo para atender seu projeto modernizador de afirmação nacional e anticolonial. O caminho adotado para compreender essas apropriações dos fascismos na obra de Saadeh será uma consideração geral prévia do nacionalismo social e dos fascismos para, na sequência, delinear as semelhanças e as peculiaridades do PNSS.

Em uma primeira aproximação do objeto, Renzo de Felice traça uma dupla tipologia do fascismo, a primeira referente aos países e a segunda às formas de poder. Segundo o autor, o fascismo se afirmou onde: o processo de mobilidade social era mais rápido e intenso; predominava uma economia agrário-latifundiária ou havia camadas da população não integradas ao complexo econômico nacional; estava em curso uma crise econômica e do sistema parlamentar, concomitantemente a um processo de transformação dos valores morais tradicionais³⁹⁹.

Quanto às formas de poder, segundo Felice, o fascismo se fundamentou, dentre outras coisas, em uma concepção de tipo mística da política e da vida,

³⁹⁸ Por “mercado das ideias políticas” se entende aqui a disposição dos principais temas e ideias políticas em circulação em determinada época, com as quais os pensadores e homens públicos da mesma, em uma escala local e global, entram em contato e demarcam a especificidade de seus programas. É a ampla circulação das ideias, propiciada pelos avanços da modernização e integração mundial, que força os indivíduos a se posicionarem diante das mesmas, negando-as ou se apropriando de algumas delas na formação de seus projetos específicos. No contexto no qual se situa o objeto da presente dissertação - o pensador e homem público sírio Saadeh no entre guerras - teve primazia a circulação das ideias democráticas, liberais, comunistas, socialistas, nacionalistas e fascistas. O local de fala de Saadeh é a partir de uma sociedade em vários sentidos tradicional, periférica e submetida ao jugo do imperialismo europeu. Veremos ainda mais detalhadamente como o pensador se apropriou de diversas ideias então disponíveis, a elas acrescentando suas próprias e adaptando tudo a forma como via seu contexto nacional.

³⁹⁹ GENTILE, Emilio; FELICE, Renzo. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. Tradução Fátima Conceição Murad. São Paulo: Ícone, 1988. p. 78-79.

embasada no ativismo irracional (ação direta) e na desclassificação do indivíduo comum em prol da exaltação da coletividade nacional e das personalidades extraordinárias⁴⁰⁰. Paralelamente, também se assentou em um regime político de massa (mobilização contínua e relação direta entre o chefe e a massa) e em um sistema de partido único com milícia. Outras características são a fundação de um regime policial e de controle das fontes de informação e propaganda; um “revolucionarismo verbal e um conservadorismo substancial”, pautados em uma série de concessões sociais assistencialistas; na tentativa de criar uma nova classe governante, expressão do partido e da nação; na valorização do militarismo; no dirigismo estatal da economia e na resolução dos conflitos entre capital e trabalho (corporativismo)⁴⁰¹.

Conforme Felice, essa tipologia têm um valor geral e adquire significado “apenas pela verificação histórica, pela medida e pelo modo com que se adaptam às singulares expressões concretas nacionais do fascismo”, que apresentam, comparativamente ao modelo de um fascismo europeu, “características e variantes próprias determinadas pelas respectivas peculiaridades nacionais”⁴⁰². Seguindo os passos apontados por Felice, faremos na sequência essa “verificação histórica” para ver em que medida o caso do PNSS pode ser pensado como uma expressão nacional do fascismo. Dado que os elementos contextuais do Líbano já foram discutidos, cabe agora analisar a ideologia do PNSS a partir da segunda tipologia de Felice (relativa às formas de poder).

Em contraponto a concepção de tipo mística da política e da vida, embasada no ativismo irracional, há em Saadeh uma constante preocupação em fundamentar a ação do PNSS e refutar as teses concorrentes a partir de bases científicas⁴⁰³. A fim de legitimar seu intento de realizar uma “ressurreição nacional síria”, o pensador adentra no campo das discussões acadêmicas concernentes ao conceito de nação, calcando-o

⁴⁰⁰ Nesse ponto podemos citar Robert Paxton, para quem, uma característica peculiar do fascismo é a paixão pela “regeneração, energização e purificação da Nação” (PAXTON, op. cit., p. 336-337).

⁴⁰¹ GENTILE; FELICE, op. cit., p. 79-80.

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ Contudo, há que se considerar também o posicionamento de Labib Yamak que defende que o nacionalismo social tal qual desenvolvido por Saadeh é uma nova religião em todos os termos da palavra, sendo seu fundador um profeta para os seus seguidores (YAMAK, op. cit., p. 107). Citando o autor, o nacionalismo social “quer estabelecer uma nova ordem que também é descrita em termos utópicos como uma forma de paraíso na terra” (YAMAK, op. cit., p. 110).

em uma mistura de determinismo geográfico e características intrínsecas aos grupos humanos. Citando-o,

meus estudos sociais, econômicos e políticos levaram-me a deduzir corretamente a identidade de meu país, de acordo com as ciências avançadas e outras, que são a pedra angular da construção nacional, e a especificar os interesses sociais e políticos de minha nação concernentes a sua condição interna e problemas internos e externos⁴⁰⁴.

Contudo, apesar dessa busca declarada pelo cientificismo a fim de embasar sua percepção nacional, em diversos pontos há uma referência quase mística à nação síria⁴⁰⁵. Destaca-se sua gênese primordial e as qualidades superiores que Saadeh atribui a ela. Ainda no concernente à concepção de tipo mística da política e da vida, nas fontes fica explícito o papel redentor do PNSS em realizar uma renovação da vida e provocar o renascimento nacional. Citando o discurso de Saadeh de junho de 1935:

Desde o momento em que a nossa doutrina nacionalista começou a apertar os laços de união entre o pensamento e o sentimento [...] desde esse momento raiou a alvorada luminosa que seguiu as trevas abomináveis da noite. Da inércia surgiu o movimento, e da confusão nasceu a força da ordem⁴⁰⁶.

Ao final do mesmo discurso de junho de 1935, Saadeh volta a enfatizar o papel do PNSS na renovação da Síria e dos sírios,

como efeito natural dos princípios nacionalista sociais sírios, haverá a operação delicada da libertação do nosso pensamento de dogmas putrefatos e ilusões que nos proibiram de exigir tudo o que éramos dignos e tudo o que era digno de nós. Uma dessas ilusões lamentáveis é justamente aquela que milhares de espíritos carcomidos vivem a repetir dizendo que somos fracos, incapazes e não temos esperança alguma de realizar um só desejo, uma só vontade, sendo melhor reconhecermos a nossa incapacidade, deixando que a nossa personalidade nacional se dilua, desaparecendo dentre as nações do mundo, a custa de nossa inércia

⁴⁰⁴ SAADEH (1958), op. cit., p. 58. Livre tradução do autor.

⁴⁰⁵ Quanto a essa relação entre cientificismo e misticismo, cabe considerar que o próprio nazismo também assenta suas proposições em um pretenso cientificismo. Não há uma posição assumidamente anti-científica, antes se prescinde parcialmente de evidências, mantendo-se somente aquelas que publicamente estão em consonância com os interesses do Partido e de sua ideologia. Nesse sentido, o nazismo define suas ações políticas como aplicações de verdades científicas, oriundas sobretudo da biologia e genética, quando as mesmas envolvem uma parcialidade evidente de resultados (CONTE, Édouard; ESSNER, Cornelia. A demanda da raça: uma antropologia do nazismo. Tradução Ana Rabaça. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. p. 119). Saadeh, ao sustentar uma teoria sobre a formação da nação, embasando-se em autores coetâneos, também está argumentando e se valendo de uma corrente interpretativa que corrobore suas asserções. Malgrado as diferenças, tanto os ideólogos da raça no Reich quanto Saadeh, ao definir a peculiaridade de agrupamentos humanos (os primeiros a partir da raça e o segundo da nação natural), opõe-se à concepção universalista ou igualitária da humanidade.

⁴⁰⁶ SAADEH (1999), op. cit., p. 39.

e indiferença. Os sírios nacionalistas sociais já libertaram os seus espíritos de ilusões semelhantes e tomaram a peito a libertação da nação inteira [...] A Síria desperta, apoiada nas forças novas e renovadoras do nacionalismo, representada pelo Partido Nacionalista Social Sírio, será outra Síria que não a Síria de ontem coberta de convenções alimentadas pelas ilusões dos que já perderam o espírito e o senso nacional, esses pobres de confiança própria. A Síria do Partido Nacionalista Social é a Síria da unidade nacional, organizada de modo a impulsionar energicamente as virtudes enleadas em seu seio, tornando-as aptas a obter o que queiram⁴⁰⁷.

Para corroborar esse ponto, a seguir é citado um terceiro trecho retirado desse discurso de Saadeh que evidencia a concepção mística da vida e da política, e ainda mais, no qual está presente a percepção do nazismo de que as raças (para Saadeh são as nações) estão em uma constante disputa pela sobrevivência e hegemonia:

na época em que vivemos, época em que as nações lutam entre si pela vida, nesta hora crítica em que os fatores da desagregação nacional agem ativamente no seio do nosso povo, surgiu o Partido Nacionalista Social Sírio como raia a aurora subitamente, em pleno seio das trevas, anunciando um novo princípio de vontade⁴⁰⁸.

Contudo, antes de considerar como certa essa aproximação do PNSS da característica dos movimentos fascistas que Felice chama de “concepção de tipo mística da política e da vida”, é salutar constatar que essa recorrência dos discursos políticos a uma estrutura mítica, embasada em elementos como a “força corrompedora”, a “decadência”, o “líder redentor” e a “revolução salvífica”, não é exclusividade do fascismo. De forma geral, é possível aproximar os mais variados discursos políticos, como, por exemplo, o comunista, dessa “base mítica”. Quase sempre aquele que fala a partir de uma oposição ao *status quo* condena a decrepitude de seu tempo, identificando-a com as forças políticas da situação, prega uma mudança e se coloca como o caminho para o progresso e até perfeição.

Destarte, talvez seja mais pertinente focar essa aproximação que Felici faz entre os fascismos e os discursos mítico-messiânicos a partir de um ângulo mais aberto, sendo uma alternativa analisar as falas políticas em geral (e não só fascistas) com base naquilo que Raoul Girardet chama de “mitologias políticas”⁴⁰⁹. Afinal, exaltações nacionais, afirmações essencialistas e uma linguagem lírica na descrição da

⁴⁰⁷ SAADEH (1999), op. cit., p. 46-47.

⁴⁰⁸ SAADEH (1999), op. cit., p. 41.

⁴⁰⁹ Para uma reflexão mais acurada nesse ponto ver: GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

nação são elementos comuns em todos os discursos nacionalistas, fascistas ou não.

Quanto ao papel secundário do indivíduo comum em relação à coletividade nacional e às personalidades extraordinárias, este é um fator evidente no PNSS. No sétimo capítulo do livro “Gênesis das Nações”, Saadeh aponta que a máxima forma de comunidade é a nação, fenômeno considerado por ele como puramente social e natural. Citando o autor, “o país, que é a comunidade da nação ou a comunidade nacional, é a mais perfeita e a mais completa entre as comunidades sociais naturais”⁴¹⁰.

Conforme Saadeh, a nação assegura os interesses e vontades de seus indivíduos, protegendo-os e permitindo sua mútua interação e destes com o meio, de onde obtêm os recursos para a manutenção de sua sobrevivência e desenvolvimento. Os interesses coletivos são colocados em um patamar superior, devendo os indivíduos submeter seus desejos individuais à realização daqueles comuns. O sujeito, reconhecendo-se como parte da nação, deve estar pronto para executar qualquer sacrifício pela mesma ou pelo seu representante fidedigno (no caso o próprio Partido).

No atinente ao culto às personalidades extraordinárias, há no seio do PNSS o cumprimento saudando o líder e diversos outros rituais que enaltecem sua posição. Seu papel destacado é evidente, assim como nos movimentos e partidos fascistas. Contudo, também há que se considerar que, na teoria de Saadeh o sujeito histórico é a própria nação. É a interação social de uma comunidade em um ambiente determinado ao longo do tempo que garante o desenvolvimento da personalidade social e o progresso da vida. Embora os líderes sejam exaltados e tenham um papel relevante na percepção histórica do nacionalismo sírio, o têm à medida que compreendem e encarnam os próprios valores coletivos da nação.

Quanto à constituição do PNSS em um movimento de massa - outra característica dos fascismos elencada por Felice - sobressaem-se muitos pontos. Na Constituição do mesmo, fica explícita uma sobrevalorização do Partido em detrimento de seus membros. Conforme Yamak,

o indivíduo não tem lugar ou papel exceto aquele designado para ele. Ele é de fato reduzido a uma mera unidade, ou, na terminologia de Saadeh, não é nada mais que uma potencialidade social (*imkaniyya ijtima'iyya*) que pelas leis de sua própria natureza deve buscar sua plenitude por meio da abnegação e constante prestação de serviço à nação. Nessa visão do homem e da sociedade reside a

⁴¹⁰ SAADEH (2010), op. cit., p. 245.

base da ideologia totalitária do nacionalismo social⁴¹¹.

Assim, como nas diversas manifestações de massa, a dissolução das identidades individuais na coletiva e o empenho no triunfo da causa são incentivados a partir de uma mobilização contínua e de um repertório de símbolos e gestos. Citando Saadeh,

na unidade social, desaparecem os fanatismos antagônicos e as relações negativas e surge em seu lugar a exaltação nacional verdadeira, que garantirá o Ressurgimento Nacional [...] a verdadeira independência e a verdadeira soberania, não podem ser obtidas nem se perpetuar senão com base na verdadeira unidade social; e somente com base nessa unidade, poderá criar-se um Estado nacional verdadeiro e uma verdadeira legislação civil de caráter nacional⁴¹².

Contudo, segundo seus críticos, o PNSS nunca conseguiu criar essa unidade social em larga escala, enraizar-se na sociedade e se tornar um movimento de massas. Uma possibilidade para pensar esse relativo fracasso, relativo dado que o Partido continua operante até hoje, é a partir do conceito de categorias inerentes e derivadas de George Rudé.

Rudé menciona a diferença entre dois tipos de ideologias: há um tipo estruturado, ou relativamente estruturado (“a única ideologia digna do nome”, referente à consciência de classe), e uma ideologia de atitudes mais simples, mentalidades ou perspectivas. A segunda, ainda que apresente problemas, permite um estudo de ideologia popular. Ela é considerada como uma mistura, uma fusão de dois elementos: um próprio das “classes populares” (elementos inerentes, tradicionais), baseado na experiência direta, tradição oral, memória folclórica (não aprendido a partir de livros, discursos) e outro imposto de cima por um processo de transmissão e adoção de fora (“repertório de ideias e crenças derivadas ou tomadas de empréstimo a outros, que, com frequência, adquire a forma de um sistema mais estruturado de ideias, políticas ou religiosas”)⁴¹³.

No caso do fracasso do PNSS em se tornar um movimento de massa, uma possibilidade é que sua ideologia carrega uma quantidade considerável de elementos

⁴¹¹ YAMAK, op. cit., p. 81. Tradução livre do autor.

⁴¹² SAADEH (1958), op. cit., p. 38. Tradução livre do autor.

⁴¹³ RUDÉ, George. *Ideologia e protesto popular*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. p. 24-25.

derivados, alheios às populações locais, em sua maioria com baixo grau de instrução. Nas palavras de Rudé, “a ideologia derivada só pode ser absorvida efetivamente se o terreno tiver sido bem preparado”, ou seja, se as camadas da população estiverem aptas a recebê-la⁴¹⁴. Talvez o intenso contato de Saadeh com conceitos europeus e a presença destes na base ideológica do PNSS - visto que o pensador fundamenta o programa político do Partido em discussões científicas sobre vários elementos - tenham restringido o corpo de membros a jovens educados (estes sim aptos à assimilação das ideias).

Em outras palavras, uma possibilidade explicativa do não enraizamento do Partido nas massas é sua base programática ser constituída em demasia de elementos derivados, que não faziam sentido para a maior parte da população - com baixo índice de escolarização e cuja visão de mundo se fundamentava mormente nas relações étno-confessionais e na lealdade aos chefes tradicionais. Associado a essa estruturação a partir de elementos derivados, está o fato do programa do PNSS apresentar a uma enfática crítica aos fatores tradicionais, que estruturavam o mundo e as relações sociais no Líbano.

A questão dos elementos derivados e inerentes no programa e na ação do PNSS também fica explícita no fato deste se colocar como a força do progresso contra as forças retrógradadas da sociedade. Partindo de um arcabouço teórico em grande medida fundamentado em ideias europeias, o Partido busca renovar as tradições e os costumes, adequando-os aos progressos adquiridos. Citando o *za'im*,

há na vida síria um ideal: o esforço pelo bem coletivo, sombra da paz e liberdade. A realização desse ideal é um dever sagrado que convida a cada um ao seu cumprimento. Reunamos os nossos corações em torno do nosso ideal e, cuidado! Não olhemos para trás. A nação que olha constante e permanentemente para trás, não poderá jamais marchar avante: e, se marchar, tropeçará a todo o momento. Olhemos, pois, sempre para o nosso ideal: para frente⁴¹⁵.

Para fundamentar essa formação do “novo homem sírio”, no “gênese das Nações”⁴¹⁶ Saadeh defende que “apesar das tradições serem hereditárias, elas se

⁴¹⁴ RUDE, op. cit., p. 26.

⁴¹⁵ SAADEH (1999), op. cit., p. 22.

⁴¹⁶ Parte-se aqui do pressuposto de que, o referido livro, ao discutir academicamente conceitos como nação, raça e comunidade, busca legitimar o programa do PNSS e instruir seus membros. Responde-se assim à pergunta proposta por Quentin Skinner sobre o que o autor estaria fazendo quando escreveu sua obra. No caso, fundamentando seu partido e deslegitimando a percepção identitária dos concorrentes.

formam, se desenvolvem e se extinguem pelo fator da vida para serem substituídas por novas tradições”. Tal dinâmica também caracteriza os costumes. A busca pelo novo também fica explícita na seguinte asserção do pensador: “cada progresso feito e realizado por uma nação causa modificação nas tradições e nos costumes, e qualquer nação cujas tradições e costumes são paralisados e não modificados, se torna em si mesma um estado de rigidez estacionado e paralisado”⁴¹⁷. Ainda nesse sentido, pensando especificamente em sua nação e na atuação do PNSS, Saadeh assevera que

a Síria despertada, apoiada nas forças novas e renovadoras do nacionalismo, representada pelo Partido Nacionalista Social Sírio, será uma outra Síria que não a Síria de ontem coberta de convenções alimentadas pelas ilusões dos que já perderam o espírito e o senso nacional⁴¹⁸.

Contudo, em grande medida, essa crítica à tradição e à busca pela renovação não fazia sentido para a maior parte da sociedade local, que tinha justamente nas relações sociais étnicas “tradicionais” o eixo de estruturação de sua percepção de mundo e relações sociais.

Retornando às formas de poder a partir das quais, segundo Felice, o fascismo se afirmou, paralelamente à subordinação do indivíduo ao coletivo e à constituição de movimentos de massa, cabe destacar também o sistema de partido único com milícia, que funda um regime policial e de controle das fontes de informação e propaganda, valendo-se de um “revolucionarismo verbal e de um conservadorismo substancial”.

No concernente ao sistema unipartidário, o discurso do PNSS deixa claro que, enquanto ele encarna a vontade real do povo, os líderes parlamentares refletem o sistema tribal de alianças étno-confessionais, representando antes seus interesses privados do que a nação⁴¹⁹. Portanto, uma vez que o Partido se coloca como o único e legítimo representante do desejo nacional, a seu ver é desnecessária e, inclusive, nociva, a existência de outros partidos, dado que possuem uma leitura distorcida da realidade.

Quanto à existência de milícias deve ser feita uma ressalva sobre a não exclusividade do PNSS e dos demais partidos e movimentos considerados como influenciados pelo fascismo nesse ponto. No Líbano, pelo menos até o “Acordo de

⁴¹⁷ SAADEH (2010), op. cit., p. 273.

⁴¹⁸ SAADEH (1999), op. cit., p. 47.

⁴¹⁹ Tal crítica ao sistema democrático libanês é feita até os dias de hoje por diversos autores.

Taif” (que encerrou a guerra civil de 1975), quase todos os partidos políticos, se não todos, tinham suas milícias particulares⁴²⁰. Isso se deve, entre outras coisas, à desconfiança interétnica, à divisão sócio-política a partir da pertença confessional e à debilidade do Estado, que não era reconhecido como representante de todos, em monopolizar o direito à violência e em regular as tensões sociais.

Ainda no que tange às considerações de Felice sobre o fascismo, também cabe observar o “revolucionarismo verbal”, o conservadorismo substancial, as concessões sociais assistencialistas, a tentativa de criar uma nova classe governante, a criação e valorização do militarismo, o dirigismo estatal da economia e a resolução dos conflitos entre capital e trabalho.

Sobre o primeiro item, “revolucionarismo verbal”, de fato, como já trabalhado, Saadeh emprega constantemente palavras e expressões que indicam a missão revolucionária e “salvífica” do Partido, como “trevas”, “luz”, “ressurreição”, “ressurgimento” e “revolução nacional”. Contudo, se por um lado o *za'im* utiliza um “revolucionarismo verbal”⁴²¹, no atinente ao “conservadorismo substancial” há um posicionamento diametralmente oposto. Objetivando criar uma nova estrutura e classe governante, Saadeh busca revolucionar a estrutura, os valores e os costumes pré-existentes, vistos como nefastos e barreiras para o progresso. Embora enalteça, ao longo do “Gênese das nações”, alguns avanços trazidos pelos povos “formadores” dos sírios, os valores sociais ideais são situados no futuro da nação, já sob o domínio do PNSS.

Portanto, ao contrário de uma apologia aos valores sociais tradicionais, Saadeh os descreve, pensando sobretudo nas alianças étnicas, intersecção entre religião e política e divisão interna do poder e lealdades, como danosos à sociedade síria. Citando-o, “cada progresso feito e realizado por uma nação causa modificação nas tradições e nos costumes, e qualquer nação cujas tradições e costumes são paralisados e não modificados, se torna em si mesma um estado de rigidez estacionado e

⁴²⁰ Embora o Acordo tenha previsto um desarmamento de todas as milícias, exceto daquelas envolvidas na luta contra os israelenses no sul do território, a posse de armas e a manutenção de corpos políticos armados no Líbano ainda hoje é uma realidade. Em partes isso se deve a tensão generalizada que perpassa os diversos grupos da sociedade.

⁴²¹ Nesse ponto também há que se notar a não exclusividade do fascismo no emprego de um revolucionarismo verbal. É um estilo de linguagem fulcral também no comunismo e em discursos fundamentalistas.

paralisado”⁴²².

Pensando na ênfase exacerbada sobre o militarismo, que assim como nos fascismos também está presente em Saadeh, sobressai-se o fato de que a “Síria do PNSS” se encontrava sob o jugo dos mandatos e o Partido erguia a bandeira anticolonial e da soberania nacional. Além disso, o PNSS se situava no território libanês, onde a política também era feita pelas armas e essas eram a própria garantia da sua sobrevivência. Ainda que esse militarismo do nacionalismo sírio tivesse o fim prático e imediato de garantir sua existência e a independência nacional e, posteriormente, manter a soberania e os direitos nacionais, deve-se considerar que em Saadeh também há uma percepção do mundo e dos contatos entre os diferentes povos como uma eterna disputa (conforme já discutido no princípio fundamental quinto). Nesse sentido, há uma necessidade perene de manutenção de um corpo armado forte, independentemente do contexto, para assegurar os direitos nacionais em um mundo competitivo.

No atinente às concessões assistencialistas e ao dirigismo estatal, juntamente com o militarismo, são elementos comuns entre os fascismos e o Partido. Este também busca uma maior igualdade social e fundamentar a economia conforme o interesse nacional, regulando assim as relações entre capital e trabalho. Retomando a discussão sobre o quarto princípio reformista, que propõe uma alternativa para um “equilíbrio saudável entre a distribuição do trabalho e a distribuição dos bens”, o *za'im* aponta para “a organização da economia nacional tendo como base a produção”. Segundo Saadeh, para diminuir as mazelas do capitalismo enfraquecedoras da nação e promover uma maior justiça social “a administração dos bens deve estar vinculada aos interesses públicos e ao controle do Estado Nacional”⁴²³.

Encerrando os apontamentos de Felice, devemos ponderar sobre aquilo que para ele é a característica fascista de buscar a criação de uma nova classe governante. Quanto ao nosso estudo de caso, considerando-se o princípio fundamental oitavo “os interesses da Síria estão acima de todos os outros interesses”, vê-se que Saadeh aponta como o maior óbice à unidade social síria e realização de seus interesses nacionais, concomitantemente ao sectarismo, as elites tradicionais sectárias locais que governam

⁴²² SAADEH (2010), op. cit., p. 273.

⁴²³ SAADEH (1958), op. cit., p. 53. Livre tradução do autor.

com base somente em suas ambições privadas. Como para Saadeh somente o PNSS, por sua visão científica, consegue representar os interesses da nação como um todo, é necessária a substituição dessas elites “corruptas” e sectárias por um grupo dirigente verdadeiramente nacionalista. Citando um trecho de seu discurso de junho de 1935,

antes do surgimento do Partido Nacionalista Social Sírio, o povo sírio não possuía uma causa nacional, no verdadeiro sentido. Tudo o que havia eram queixumes provocados por situações puramente artificiais diante das quais o povo jamais poderia adaptar-se, nem delas poderia esperar soluções para as suas necessidades vitais. Houve então elementos que fingiram tomar a peito o encargo de sentir e interpretar os queixumes do povo, quando na verdade nada mais faziam do que usufruir desses lamentos, tornando-os um meio fácil de obterem posições. Apoiaram-se num antiquado sistema de influência de estirpes que tornava um povo, amontoado de feudos, dominado pelo absolutismo das famílias abastadas, que jogava o interesse do povo, sacrificando-o em nome de sua influência. Esses elementos sentiram, porém, que na época atual não bastam as lideranças nacionais, o auxílio da família e da estirpe, e, por isso, voltaram cheios de carinho falso para o povo, lisonjeando-o com palavras doces e melosas, falando em liberdade e independência, em princípios e patriotismo. Usaram e abusaram dessas palavras, sagradas quando indicam um ideal de uma nação viva, mas absolutamente iníquas quando usadas como meio de obtenção de objetivos pessoais ou como cortina que oculta princípios egoístas e mesquinhos⁴²⁴.

Conforme explicitado acima, de fato Saadeh compartilha com os fascismos a percepção de um mundo em decadência que precisa ser regenerado. Sob tal perspectiva, as lideranças tradicionais, beneficiárias da decrepitude nacional, precisam ser substituídas para liberar as forças nacionais que promoverão a “ressurreição”. Contudo, no caso específico libanês, cabe salientar que essa percepção das lideranças tradicionais como retrógradas, portanto contrárias ao progresso e à unidade nacional, não é exclusividade de Saadeh e do PNSS. A crítica dirigida às mesmas há mais de cinquenta anos atrás ainda hoje é atual, estando presente em discursos políticos e na bibliografia concernente ao Líbano pós-guerra civil.

Destarte, ao invés de uma mera aproximação com os fascismos, quando Saadeh propõe a criação de uma nova classe governante - pelo menos aos olhos dos vários pensadores que buscaram diagnosticar os problemas do Líbano - está fazendo uma leitura pertinente do contexto nacional libanês. Também está indicando, dentre outras coisas, a necessidade de modernização da estrutura política do país, marcada

⁴²⁴ SAADEH (1999), op. cit., p. 40.

por tensões sectárias e por uma política de privilégios das elites confessionais, que monopolizam o poder e mantêm um frágil equilíbrio interétnico.

Cabe ainda retomar as linhas gerais da tentativa de Robert Paxton e Gaetano Salvemini de criar uma definição generalizante dos fascismos, para compreender suas manifestações extraeuropeias e sua influência sobre o nacionalismo social sírio. Para Salvemini, fascismo significa, entre outras coisas, o “abrir mão das instituições livres” e a marginalização da democracia e do processo legal na vida pública, “ao som da aclamação vinda das ruas”. É o abandono das instituições livres, que se dá em nome da unidade, pureza e força nacional e manipula o entusiasmo das massas. Sempre militarista e vinculado ao fracasso democrático, o fascismo anseia por “reduzir a zero a esfera privada” e sempre se dispõe a intervir na economia e desencadear uma excitação popular, mobilizando as massas⁴²⁵.

De forma muito semelhante, Paxton caracteriza o fascismo como uma forma de comportamento político embasado na denuncia da suposta decadência e humilhação da comunidade em questão, que é transformada em vítima. Constituindo-se em movimentos e partidos formados por militantes nacionalistas engajados, que repudiam as liberdades democráticas e enfatizam a unidade, a energia e a pureza⁴²⁶.

Considerando-se essas definições de Salvemini e de Paxton, bem como as ressalvas quanto ao caráter puramente funcional e seletivo das apropriações ideológicas, em linhas gerais, é possível sim aproximar o PNSS dos movimentos fascistas. De fato, ele apresenta todas as características há pouco elencadas por Paxton. O Partido execra o Parlamento, clamando por uma “verdadeira democracia” (aquela dentro das fileiras do Partido centralizado no *za'im*), idealiza a intervenção na economia, denuncia a decadência e humilhação e enaltece a unidade, a pureza, a força nacional e a tentativa de renovação.

Entretanto, aproximar ideologicamente o PNSS das definições de Paxton e Salvemini só é pertinente, à medida que se considera como esses elementos “apropriados” do “mercado de ideias” da época por Saadeh davam conta de, pelo menos no plano das projeções (dado que o Partido não tomou o poder), realizar uma modernização e consolidar a estrutura de um Estado-nação forte no Líbano. Em suma,

⁴²⁵ PAXTON, op. cit., p. 354-355.

⁴²⁶ PAXTON, op. cit., p. 358.

pelo menos na perspectiva de Felice e Paxton, é possível pensar o PNSS da época de Saadeh como um fascismo não europeu, que buscava respostas locais à imposição de importações vindas da Europa, tanto no sentido de produtos materiais quanto de estruturas institucionais.

Ao invés do governo pseudodemocrático que vigorava no Líbano de Saadeh, monopolizado por elites sectárias, o autoritarismo era visto por Saadeh como a via mais fácil para criar um consenso e obter a soberania nacional, mobilizando para isso todos os recursos e instituições do Estado. Como o *za'im* deixa claro em diversas passagens, a opção por um sistema econômico controlado pelo Estado se fundamenta à medida que tal modelo fortalece ainda mais a coesão nacional.

Em última instância, para se considerar as escolhas em torno da formação do nacionalismo social sírio, sobretudo nos anos de Saadeh, é imprescindível sempre ter em vista sua luta anticolonial pela soberania nacional. Dessa forma, se por um lado é possível pensar o PNSS do entre guerras a partir das apropriações feitas do fascismo, por outro se deve atentar para a especificidade do contexto local e o caráter relativo e meramente funcional dessa aproximação.

Um dos principais pontos da crítica do militante do nacionalismo social Adel Beshara ao livro de Labib Yamak é sua interpretação equivocada da opção de Saadeh por um governo ditatorial. Yamak, antigo partidário e intelectual do PNSS, teria aderido ao pan-arabismo nasserista e, desde então, suas análises de seu antigo partido e liderança seriam descuidadas e tendenciosas. A descrição de Saadeh e do PNSS como “totalitários” seria errônea e uma tentativa de deslegitimá-los. Em contrapartida à possível tendência irracional e à pretensão do *za'im* de se tornar uma liderança total, inconteste e quase religiosa (Yamak), Beshara interpreta a crítica de Saadeh à democracia não como feita ao “princípio fundamental” e sim à “forma prática” ocidental, marcada pela corrupção e pela hegemonia dos interesses individuais de suas lideranças.

Aos olhos de Saadeh, a democracia seria incapaz de fazer avançar as mudanças necessárias em países que passam por um momento de transição, como era o caso da Grande Síria em geral e do Líbano em específico. Na perspectiva do pensador, as nações em situação de mudança precisam de sistemas fortes, que as permitam trabalhar com seriedade e engajamento na aquisição de seus objetivos específicos. Dessa forma, segundo Beshara, o *za'im* defendia uma forma ditatorial de

governo, por um período interino até que a nação da Grande Síria pudesse atingir um grau determinado de maturidade política. Ele fala em “ditadura objetiva”, como uma encarnação dos interesses nacionais, em oposição às velhas formas autocráticas, legitimadas com base em recursos místicos e estranhos⁴²⁷.

4.5. SÍMBOLOS E GESTOS: O PNSS E O FASCISMO

Na sequência serão observadas as semelhanças entre o PNSS e os fascismos no que concerne à simbologia e aos gestos. Apesar de Saadeh defender explicitamente a originalidade de sua proposta política, inúmeros elementos simbólicos e gestuais também denotam a influência do fascismo sobre seu partido.

Destaca-se a similaridade entre a bandeira do PNSS e a nazista, que têm as mesmas cores (vermelho, branco e preto), forma e um símbolo semelhante. Além da bandeira, aproximam-se na juventude uniformizada, disciplinada e com paradas militares e nos cumprimentos entre os membros, durante as aberturas e os fechamentos de reuniões, com referências a Saadeh e o lema “longa vida a Síria”⁴²⁸.

Citando Pipes,

as características fascistas do movimento são expressas no status exacerbado de Saadeh, na organização do Partido e na sua ideologia, incluindo a ênfase em linhagens e no nacionalismo místico. Rituais partidários imitaram os fascistas em muitos detalhes, desde a saudação hitleriana e o hino “Alemanha, Alemanha acima de tudo”, até os símbolos do Partido, uma suástica curvada chamada de furacão vermelho (*zawba’a*)⁴²⁹.

Segundo Nordbruch, a autobiografia de membros antigos do PNSS ilustram o carisma do líder e a “fascinação causada pelos símbolos supercarregados utilizados para adicionar uma dimensão mística à filiação, à missão e ao comprometimento”⁴³⁰. Inclusive, “este símbolo [*zawba’a*] e as semelhanças ideológicas da organização com o nazismo e fascismo italiano aprofundaram as suspeitas sobre o Partido”⁴³¹.

Thompson destaca a proximidade entre o título de Saadeh, *za’im*, e o alemão *führer*, e a semelhança entre o hino do Partido “Síria, Síria acima de tudo” e o

⁴²⁷ BESHARA (2006), op. cit.

⁴²⁸ YAMAK, op. cit., p. 61.

⁴²⁹ PIPES, op. cit., p. 101. Livre tradução do autor.

⁴³⁰ NORDBRUCH, op. cit., p. 44. Livre tradução do autor.

⁴³¹ NORDBRUCH, op. cit., p. 45. Livre tradução do autor.

“*Deutschland Über Alles*”⁴³². Não só a data de aniversário do líder era comemorada, como os nacionalistas sociais se saudavam se referindo a ele, de uma maneira muito próxima ao famigerado “*heil Hitler*”.

É compreensível que, tendo sido criado em um contexto no qual os fascismos despontavam no cenário internacional como regimes capazes de provocar um renascimento nacional e revitalizar a nação, muitos de seus elementos tenham inspirado, não só o PNSS, mas outros partidos e movimentos que, sobretudo nos países que estavam sob jugo colonial, buscavam a soberania nacional. Além do fascínio com o apoio das massas aos governos fascistas na Europa, acreditava-se que estes realmente encarnassem o espírito de suas respectivas nações.

Em suma, se na fundamentação ideológica do Partido Saadeh foi original em vários aspectos, não se pode descartar a influência dos regimes fascistas nas questões organizacionais, programáticas e na estética e estética do PNSS. Cabe reiterar novamente que, não se trata aqui de julgar até que ponto o PNSS foi ou não uma experiência peculiar de fascismo extraeuropeu (havendo trabalhos que apontam nessa direção e outros que criticam tal possibilidade). Antes, ver como alguns de seus elementos foram apropriados ou desenvolvidos para dar conta de questões locais.

4.6. A ESTRUTURA DO PNSS E O PAPEL DO LÍDER

Segundo Yamak, desde seus primeiros dias, o Partido e seus membros não se identificavam como uma organização estritamente política, mas como um movimento mais amplo cujo principal objetivo era a criação de um moderno Estado-nação. Motivo pelo qual sua ênfase recaía na ideologia da transformação de uma sociedade tradicional em uma comunidade política moderna e viável. A proposta de mudança era uma espécie de libertação da tradição e do peso do passado, caracterizado por um “estado de existência arcaico” e “atitude derrotista perante a vida”. Assim, tal qual o nazismo e o fascismo, o nacionalismo-social sírio era o arauto do progresso e da mudança, a ideologia responsável pela “ressurreição nacional” e por sacudir o jugo e as “influências nefastas” que impediam a realização de seus ideais⁴³³.

⁴³² THOMPSON, op. cit., p. 192.

⁴³³ YAMAK, op. cit., p. 4-5.

Para compreender os meios propostos por Saadeh para alcançar essa “redenção nacional”, é forçoso retomarmos alguns elementos já discutidos nos princípios fundamentais e reformistas, sobretudo a centralidade do Partido e da sociedade em detrimento de seus membros e da esfera individual. Pensando na nação em termos naturais e no PNSS como aquele que encarna os seus legítimos interesses, Saadeh coloca a lealdade ao Partido como a mais alta forma de serviço ao todo social. Dessa forma busca consolidar a coesão social dos sírios, necessária para alcançar a soberania:

a verdadeira independência e a verdadeira soberania não podem ser obtidas nem perpetuadas senão com base na unidade social verdadeira e somente com base nessa unidade poderá criar-se um Estado Nacional verdadeiros e uma verdadeira legislação civil de caráter nacional. Pois ela contém as bases da verdadeira cidadania e nela é garantida a igualdade de direitos para todos os membros da nação⁴³⁴.

O caminho concebido por Saadeh para que os sírios desfrutem dessa igualdade de direitos foi a adesão ao Partido, visto como o único capaz de compreender e afirmar o desejo da coletividade. Para ingressar no mesmo, os candidatos proferiam um juramento de fidelidade e assinavam um contrato, que vinculava todos os membros ao PNSS e ao *za'im*.

O preâmbulo da Constituição do Partido começa por declarar que o PNSS está estabelecido com base em um contrato entre o fundador do nacionalismo social e aqueles que o aceitaram. Dentre os termos do contrato, destaca-se a aceitação de Saadeh como o líder vitalício do Partido e a defesa constante e integral de seus princípios pelos membros que o aceitaram, e que por isso devem lealdade absoluta ao *za'im*, à legislação e à administração partidária⁴³⁵.

Destarte, conforme Yamak, o Partido é apresentado como o resultado de um contrato entre o líder e aqueles que acreditam nos princípios que ele formulou. Formalmente esse é endossado pelo juramento do *za'im* e do candidato à filiação. A diferença no conteúdo de ambas as falas expressa a autoridade do líder e a absoluta sujeição do membro:

Eu, Antoun Saadeh, juro pela minha honra, verdade e convicção me dedicar a minha nação síria e ao meu país Síria; trabalhar para a

⁴³⁴ SAADEH (1958), op. cit., p. 39. Livre tradução do autor.

⁴³⁵ YAMAK, op. cit., p. 111.

promoção de suas vidas e progresso; ser verdadeiro aos princípios que eu formulei, os quais se tornaram a causa do Partido Nacionalista Social Sírio; assumir a direção do Partido e usar a autoridade e liderança, seus poderes e prerrogativas, no interesse do Partido e na realização de seus fins últimos; e a não usar a autoridade e os poderes da liderança exceto pelo interesse da nação e da causa nacionalista social.

Eu [nome do candidato] ... juro pela minha honra, verdade e convicção que eu pertencço ao Partido Nacionalista Social Sírio com toda a sinceridade e verdadeira fé; que eu concordo em fazer de seus ideais os principais norteadores de minha vida, família e casa; que eu irei manter seus segredos e não vou divulgá-los por discurso, escritos, esboços, estampas ou por quaisquer outros meios, tanto voluntariamente quanto sob qualquer forma de pressão; que eu ajo de acordo com suas normas e regulamentos e respeito e obedeço as suas decisões; que eu executo minhas ordens honesta e meticulosamente; que eu zelo pelos seus interesses, apoio o Líder e submeto-me a sua autoridade; que eu não irei trair o Partido ou qualquer uma de suas filiais ou membros; que eu irei dar toda a assistência que eu puder para qualquer membro ativo do Partido, independentemente se ele estiver necessitado; e que eu irei executar completamente todas as minhas obrigações diante do Partido⁴³⁶.

Considerando as diferenças entre ambos os juramentos, conclui-se que há uma lealdade e sujeição integral do indivíduo ao Partido e ao *za'im*, que por sua vez se compromete a agir somente em conformidade com o interesse partidário e nacional. Segundo Yamak, “como membro do partido ele não tem aliança com outra coisa que não o partido e seu líder, a cuja autoridade ele é requerido a obedecer e se submeter incondicionalmente”⁴³⁷.

Portanto, dentro da organização partidária do PNSS, tal qual nos movimentos fascistas europeus, cabe ao líder um papel central. Yamak defende que o nacionalismo social advoga uma nova teoria da liderança, contrária ao que chama de “liderança tradicional” ou “feudal”. Saadeh critica a subserviência dos indivíduos a um notável, sustentada na fé da santidade dos direitos familiares e étno-confessionais, transmitidos de geração em geração. Em sua ótica, esse modelo é incapaz de compreender a totalidade da causa nacional, restringindo-se aos interesses individuais do líder e, no máximo, do grupo ao qual representa. Em contrapartida, a verdadeira liderança é aquela capaz de englobar a totalidade dos interesses nacionais, colocados acima de qualquer lealdade menor. Cabe ao líder perceber quais são os ideais da nação e seus objetivos e trabalhar para sua realização, independentemente dos obstáculos que irá

⁴³⁶ YAMAK, op. cit., p. 112. Livre tradução do autor.

⁴³⁷ Ibid. Livre tradução do autor.

encontrar entre os grupos outrora privilegiados.

Dado que, em seu discurso, o nacionalismo social sírio afirma compreender a partir de bases seguras o espírito da nação síria, decorre que só ele e seu fundador são capazes de liderá-la na busca pelos seus mais altos ideais. Citando Yamak, “este é o motivo pelo qual ele [Partido] considerou todos os líderes que não Saadeh como falsos líderes e todos os outros partidos além dele próprio como partidos que desperdiçam o vigor nacional”⁴³⁸. Em síntese, tal qual o *führer*, o *za'im* é aquele que encarna o espírito da nação e conhece profundamente e representa seus verdadeiros interesses.

Na ótica de Saadeh, o Partido se embasa em uma ideologia atrelada à totalidade da nação e não em premissas voltadas à realização de interesses seletos. Depreende-se do exposto uma defesa do sistema de partido único, fundada no argumento de que só pode haver uma liderança para cada nação, capaz de representar a totalidade de seu corpo e expressar seu verdadeiro espírito nacional.

Ainda quanto à liderança, segundo Yamak, assim como nos fascismos europeus, os membros do PNSS viam o *za'im* em termos quase que providenciais. O líder era um “homem do destino”, o único pelo qual a verdadeira causa poderia ser alcançada. Espécie de homem redentor, para alguns, era enviado pela providência para guiar seu povo. Citando as palavras de um líder do PNSS, proferidas no final da década de 1950:

A razão pela qual nossa nação tem sido lenta em afirmar sua realidade nacional com vigor e determinação é devido ao fato que ela tem esperado todo este tempo pelo líder guia e grande reformador. Quando ele veio, deu-nos a fé que carecíamos e a nova ordem que precisávamos. O líder liberou a energia latente da nação, libertou seu espírito genuíno, ativou sua mente superior e, na hora de seu martírio, disse aos seus executores: Eu vou morrer, mas meu Partido permanecerá⁴³⁹.

Concomitantemente à centralidade do líder e ao desejo de criação do “homem novo”, o PNSS também se aproxima dos fascismos europeus em outros elementos do âmbito de sua estrutura organizacional. Igualmente se verifica no caso sírio-libanês a duplicação ou imitação de todas as funções normais exercidas pelo governo, formando-se um “Estado dentro do Estado”. Como consequência, a organização

⁴³⁸ YAMAK, op. cit., p. 115. Tradução livre do autor.

⁴³⁹ YAMAK, op. cit., p. 116. Tradução livre do autor.

estatal tem um paralelo na do Partido, que assim antecipa as funções que irá exercer no dia em que assumir o poder⁴⁴⁰. Segundo Yamak, “a razão para esta elaborada organização reside no fato de que o Partido se considera não meramente como um representante, mas de fato como sendo o Estado real”⁴⁴¹.

O Partido se afirma como o Estado real, o único e legítimo representante da nação síria, inclusive aquele que irá dar vida a ela. Destarte, pertencer à verdadeira nação é pertencer ao Partido, cuja organização é ditada por sua ideologia, que encarna o espírito coletivo. Logo, o principal critério de pertença à nação e ao Partido é a crença na doutrina do nacionalismo social sírio e a fé em seu líder. A culminância disso é a formação de uma comunidade de adeptos, para a qual a questão de organização é uma simples divisão dos trabalhos para assegurar a realização dos objetivos comuns. O sistema hierárquico que normatizava a formação do alto escalão se fundamentava no grau de adesão e, nos tempos do *za'im*, também na ligação com o mesmo.

Saadeh vislumbra no sistema hierárquico e autoritário o único meio para se alcançar o fim maior de promover uma ruptura com os elementos reacionários locais. Se devido a sua suposta debilidade a democracia serve aos interesses das elites “sectárias” e “feudais”, que monopolizam o poder, aos olhos do *za'im*, o sistema autoritário - que deve ser temporário - dispõe do poder necessário para moldar e modificar a sociedade conforme os interesses nacionais. “Admitir a sustentabilidade do sistema democrático para a nação síria é para ele equivalente a dar aos elementos reacionários um salvo conduto para obliterar a renascença nacional que o Partido engendra”⁴⁴².

Em sua perspectiva, só a centralidade do líder e do Partido podem amainar o perigo da corrupção, “esmagar” aqueles que se beneficiam do *status quo*, sendo portanto inimigos da nação, e transformar a comunidade em uma entidade unificada e homogênea. Citando mais uma vez Yamak,

por conseguinte essa é a *raison d'être* da organização ditatorial do PNSS: criar de uma miríade de indivíduos com variadas bases

⁴⁴⁰ Segundo Hannah Arendt, “todos os níveis da máquina administrativa do Terceiro Reich eram submetidos a uma curiosa duplicação de órgãos. Com fantástica meticulosidade, os nazistas duplicaram no partido, através de algum órgão, todas as funções administrativas do Estado” (ARENDDT, op. cit., p. 446)

⁴⁴¹ YAMAK, op. cit., p. 124. Tradução livre do autor.

⁴⁴² YAMAK, op. cit., p. 125. Tradução livre do autor.

sociais, políticas, econômicas e religiosas (sectárias) um organismo unificado que não procure os interesses de seus componentes, mas aqueles da nação como um todo. A ‘nova Síria’, de acordo com Saadeh, é para ser a sociedade na qual ninguém possa ser identificado por suas crenças religiosas, classe econômica ou contexto social, na qual nenhum indivíduo possa existir como uma pessoa e as pessoas - termo que nem Saadeh nem o Partido usam em seu sentido pluralístico - se diferenciam apenas por sua função na sociedade⁴⁴³.

Percebe-se do exposto que, assim como no concernente ao papel atribuído à liderança no PNSS, ao considerar a busca por unidade social em detrimento do subjetivismo Yamak tende a aproximar o PNSS da realidade que para ele seria a do “totalitarismo nazista”. Cabe uma ressalva concernente à complexidade, imprecisão e instrumentalização desse conceito, inclusive, impróprio como ferramenta analítica do nazismo e da URSS sob Stalin. Portanto, a opção de Yamak de pensar o PNSS a partir do totalitarismo é problemática e criticável⁴⁴⁴. Se é explícito em Saadeh o desejo de criação de um organismo unificado que busca realizar os interesses da nação como um todo, deve-se relativizar os apontamentos de Yamak atinentes à inexistência de indivíduos-pessoas no seio da “nova Síria”. Ao discutir a questão dos interesses e vontades no “Gênese das Nações”, Saadeh deixa claro que o mais elevado grau dos mesmos é aquele concernente à totalidade da comunidade. Nos degraus inferiores dessa hierarquia dos desejos os diversos interesses subjetivos têm seu espaço resguardado, cabendo a cada indivíduo a realização dos mesmos no seio da nação.

Na resenha que fez da obra de Yamak, Adel Beshara crítica a visão de que o PNSS mataria o sujeito e criaria uma sociedade homogênea e totalizante. Ainda que não negue a primazia dada ao coletivo sobre o individual, Beshara coloca certos limites ao que, segundo Yamak, seria um princípio de “morte do indivíduo”. Defende que, Saadeh, ao falar que o indivíduo deve “acrescer”, “vincular-se” e “complementar” a sociedade, não pretende anular o papel do indivíduo e do individual completamente. Sua postura coletivista estaria vinculada, não a uma objeção plena a qualquer forma de individualismo, mas a condições específicas de sua própria sociedade, como a fragmentação e tensão dos grupos étnicos e a presença colonial. O

⁴⁴³ Ibid. Tradução livre do autor.

⁴⁴⁴ Parte-se aqui da tese defendida por Slavoj Žižek de que, longe de ser um conceito teórico pertinente, a noção de “totalitarismo” é um tipo de subterfúgio. Ao invés de propiciar uma reflexão sobre a realidade histórica que ele delineia, tal conceito simplifica e dispensa uma reflexão crítica.

que Saadeh busca combater não é o indivíduo *per se* (como quer Yamak), mas “individualismos egoístas” de certos grupos em sua sociedade, vistos como empecilhos para a “ressurreição nacional”. Em sua ótica, uma sociedade cuja segurança esteja ameaçada não pode se dar ao luxo de permitir um alto grau de individualismo político.

Novamente, em contraposição à aproximação ao “totalitarismo nazista” proposta por Yamak, o fulcro da questão parece ser a luta anticolonial e a afirmação de um Estado-nação moderno, forte e unificado, capaz de assegurar o seu “lugar ao sol”. Ainda que a máxima identificação e o depositário final das lealdades deva ser o Partido-Estado - garantidor da coesão social situado acima de qualquer vínculo religioso, econômico ou social -, ao que podemos deduzir das fontes, a ideologia nacionalista social síria está distante de uma visão *orwelliana* de uma sociedade homogênea em sua totalidade.

Exceto pela exigência de uma identificação político-nacional comum, pré-requisito essencial para o intento do PNSS, há um leque de escolhas disponível aos indivíduos para que estes possam constituir a sua subjetividade no interior da nação. No concernente à religião, ponto central na conformação das lealdades tradicionais, ela não é proibida, mas confinada ao espaço privado, da mesma forma que já exigiam, desde meados do XIX, alguns pensadores cristãos do Líbano⁴⁴⁵. Além disso, Saadeh enfatiza a criação de uma legislação igualitária, em contraposição aos códigos confessionais (presentes até hoje no Líbano), fator que, pelo menos a princípio, cria um Estado de direito.

Todavia, se por um lado devemos considerar a existência desse espaço de escolha dos indivíduos e a igualdade de direitos, é forçoso reconhecer a irrefutável rigidez e unicidade da estrutura do PNSS. A organização é centrada no incontestado comando do líder e se baseia no princípio de transferência de deveres e funções, ao invés da delegação de autoridade. Nas palavras de Yamak, “as várias instituições

⁴⁴⁵ Nesse sentido, semelhante entre Hitler e Saadeh é a percepção do alto grau de enraizamento dos sentimentos religiosos nas respectivas sociedades e a defesa da primazia do político para tentar reverter a situação, assentando a lealdade de todos no Estado e criando uma grande adesão aos partidos. Embora em muitos pontos as respectivas lideranças e partidos tenham se aproximado de um léxico mítico-religioso, perceptível sobretudo no âmbito discursivo, a ideia era separar ambas as esferas e enaltecer a primazia da política, controlada pelos mesmos. Em suma, tal qual no nazismo, no nacionalismo social há uma exigência de desconfessionalização da vida pública.

dentro do Partido são unidades funcionais cujo principal propósito é preservar a unidade da organização”⁴⁴⁶. A lealdade à sociedade está colocada acima de quaisquer interesses pessoais.

A rígida organização das instituições partidárias, submetidas em última instância ao líder, garante a pretendida sujeição dos indivíduos aos interesses coletivos, à medida que eles encarnam a ideologia e se transformam no meio pelo qual a autoridade do *za'im* é exercida. No artigo sexto da Constituição partidária consta que o líder deve “estabelecer parlamentos executivos, assim como conselhos consultivos, legislativos e administrativos ... para assisti-lo na administração do partido”⁴⁴⁷. Sintetizando, todo poder deriva do líder ao qual, por meio de uma estrutura hierárquica, todos se submetem. Os órgãos partidários são ferramentas para o exercício de seu poder, auxiliando-o na gerência do Partido⁴⁴⁸.

Abaixo do líder, a organização central do PNSS se constituía em dois conselhos: o Alto Conselho e o Conselho dos Comissários. A função de ambos foi esparsamente descrita por Saadeh. Em linhas gerais, segundo Yamak, “o primeiro é um corpo consultivo, que pode ser convocado pelo líder para dar recomendações e conselhos em questões de grande importância para o Partido”. Ao Conselho dos Comissários - composto dos chefes dos “ministérios” (interior, finança, assuntos externos, propaganda, justiça, econômica, defesa e cultura e belas artes) apontados e submetidos ao líder⁴⁴⁹ -, cabia uma importância secundária na execução das ordens, que acabava por reforçar o poder da liderança⁴⁵⁰. Enquanto qualquer membro do Partido era elegível para se tornar um comissário, apenas estes podiam compor o Alto Conselho.

Paralelamente a esses dois conselhos principais, havia uma série de unidades

⁴⁴⁶ YAMAK, op. cit., p. 126. Tradução livre do autor.

⁴⁴⁷ Ibid.

⁴⁴⁸ Embora o PNSS não tenha chegado ao poder, fica patente nos apontamentos de Saadeh a indivisibilidade idealizada entre o Partido e o Estado. O primeiro, tão logo tomasse o poder, mesclar-se-ia ao segundo, tornando a divisão entre ambos confusa, se não inexistente. Tal indicativo se assenta no fato de que, ao contrário de um ideal democrático, há a percepção em Saadeh de que o nacionalismo social representa o espírito sírio e, portanto, torna desnecessária a existência de partidos concorrentes ou de uma estrutura estatal apartada. O Partido, ao encarnar a nação, representa todos os seus interesses. Se tal hipótese se confirma, tem-se também nesse ponto uma proximidade entre o PNSS e o NSDAP.

⁴⁴⁹ Reforçando ainda mais o seu poder, além de submeter a ação dos “ministros” a sua constante supervisão, o líder também apontava um deputado e um secretário para lhe auxiliar. Afora isso, à suprema liderança cabia igualmente designar o chefe e o secretário do Conselho dos Comissários.

⁴⁵⁰ YAMAK, op. cit., p. 128.

executivas ou escritórios que auxiliavam o líder, reforçando suas decisões. Destacavam-se o “escritório de além-mar”, que fazia a interlocução entre a administração central e as filiais fora da Grande Síria, e o “escritório político”, que era um corpo consultivo cujos membros eram tomados do Partido como um todo e dos oficiais escolhidos diretamente pelo líder.

Yamak destaca que essa organização hierárquica não estava restrita à administração central, expandindo-se para toda a estruturação da base. “Toda a estrutura é uma intrincada, mas claramente reconhecida e bem definida corrente de comando melhor representada pela fórmula de estímulo e resposta, com o estímulo sempre vindo do alto e a resposta sempre partindo da base”⁴⁵¹.

Embora a análise de Yamak seja pertinente em vários pontos, é contestável algumas de suas afirmações que, desconsiderando a especificidade do contexto em que Saadeh escreveu e fundou o PNSS, aproxima o Partido em demasia de um “totalitarismo megalomaniaco”, ao estilo hitleriano. A alternativa aqui proposta é a consideração de que não se pode perder de vista que a fundação do mesmo e a obra de Saadeh tiveram como pano de fundo, em boa parte, a realidade libanesa, interpretada por ele de uma forma precisa⁴⁵². Sendo assim, ao invés do exercício de uma exacerbada vontade de dominação interna e homogeneização, é mais prudente considerar a centralidade atribuída ao *za'im* e ao Partido tendo em vista a tentativa de criar uma identidade coletiva que pudesse fazer convergir às lealdades sectárias, profundamente arraigadas no tecido social. Ademais, também era necessária uma organização centralizada, pois o país estava sob um mandato estrangeiro, que perseguia o Partido e seus membros.

Ou seja, defendendo a adesão e a submissão integral ao Partido e a seu líder, Saadeh buscou unir o povo, tornando-o apto a conseguir sua independência e exercer a plena soberania. Nesse sentido, a apropriação de um modelo fascista de liderança incontestada e centralizada e de partido autoritário, antes de qualquer coisa, apresentou-se como uma estratégia para findar as tensões sectárias (verificáveis no Líbano até

⁴⁵¹ YAMAK, op. cit., p. 130. Tradução livre do autor.

⁴⁵² A análise que Saadeh faz da sociedade libanesa, destacando sobretudo a proeminência do confessionalismo na manutenção das lideranças e das tensões sectárias, está de acordo com a bibliografia mais recente sobre o tema, que inclusive ignora os postulados quase pioneiros do autor nesse sentido. Antes dele, Gibran Khalil Gibran, famoso poeta, ainda que de uma forma diferente, já destacava a fragmentação social no Líbano.

hoje) e unificar o povo em prol da causa nacional e anticolonial. Citando Saadeh,

são propósitos do Movimento Nacional Sírio, promover um ressurgimento nacional sírio, que assegure a realização de seus princípios e devolva à nação síria sua vitalidade e poderio. E organizar um movimento que conduza a nação síria a sua total independência e a consolidação de sua soberania. E estabelecer uma nova ordem que garanta seus interesses superiores e eleve seu nível de vida. E procurar a criação de uma frente comum entre os países árabes⁴⁵³.

O *za'im* não deixa dúvidas quanto aos objetivos independentistas e nacionalistas do PNSS. Em suas palavras, “o Ressurgimento Nacional, Renascimento Nacional, é o eixo sobre o qual giram todas as preocupações do Movimento Nacional Sírio”. O intento maior é assegurar a existência da nação síria como tal, “com os meios necessários para promover seu progresso e sua preparação, com a força de uma unidade sólida e de uma verdadeira colaboração nacional. E, a organização de uma nova ordem social de caráter nacional”⁴⁵⁴. Assim, conforme seus postulados, o PNSS se constitui em um baluarte da resistência contra interesses estrangeiros e elites nacionais “retrógradas” que prejudicam os sírios. Seus propósitos envolvem, “os altos ideais da nação, os objetivos da independência e a criação de uma comunidade nacional verdadeira”⁴⁵⁵. Em síntese, trata-se de um movimento anticolonial e modernizador, que se apropriou de elementos fascistas, acreditando serem eles meios eficazes na implementação do programa “nacionalista social sírio”.

4.7. O “NOVO HOMEM” SÍRIO

Segundo Yamak, ao ingressar no Partido, o indivíduo deixava sua identidade original e se colocava sob as ordens do Partido, que o formava e modelava. Pelo menos no âmbito das lealdades políticas, geralmente atreladas às lideranças tradicionais étnicas, de fato a adesão provocava uma mudança radical. Quanto à sociabilidade, dado que as atividades ordinárias e extraordinárias do Partido passavam a ocupar uma parte considerável da vida do sujeito, aproximando-o dos demais membros com os quais interagira e para os quais jurou sua lealdade e assistência, também ocorria uma reconfiguração dos círculos. Assim, de forma geral, o ingresso

⁴⁵³ SAADEH (1958), op. cit., p. 57. Tradução livre do autor.

⁴⁵⁴ Ibid. Tradução livre do autor.

⁴⁵⁵ SAADEH (1958), op. cit., p. 58. Tradução livre do autor.

no Partido resultava em um afrouxamento das identificações étno-religiosas, em consequência do fortalecimento da lealdade e da identidade vinculada ao Estado/Partido e a seus partidários.

Ainda considerando essas mudanças identitárias pela qual passavam os nacionalistas sociais sírios, Yamak defende que o juramento de filiação simbolizava o ato de conversão à ideologia partidária. Este é o motivo pelo qual seria comum entre os membros do PNSS se referir à cerimônia do juramento como o segundo batismo, “ou como dizem os fanáticos do Partido, puro e simples batismo”⁴⁵⁶. O ingresso em suas fileiras era um caminho sem volta na vida do partidário, dado que daí em diante viveria para o mesmo, sem o direito de se desfiliar.

Como o nacionalismo social sírio não se restringia somente ao âmbito político, as reconfigurações que exigia de seus membros eram de amplo alcance. Afinal, os princípios do PNSS conformavam uma causa e se constituíam, segundo seu fundador, em uma “visão integral da vida” ou em uma “filosofia integral”. Nas palavras de Saadeh,

o propósito do Movimento é de longo alcance e elevada importância, porque não se limita a tratar de um determinado aspecto da política nacional, ao invés abarca os fundamentos da nacionalidade e todos os aspectos da vida nacional. O objetivo do movimento é orientar a vida da nação síria para o progresso e o êxito. É mobilizar os elementos vitais e poderosos que contem a nação para destruir costumes e tradições perniciosas e liberá-la das travas que a mantêm decaída e estancada, atada a doutrinas desgastadas e inoperantes. E assim, erigir-se como uma barreira imbatível contra as ambições estrangeiras que ameaçam os interesses e a existência de milhões de sírios. E criar novas tradições nas quais se reafirme nossa visão da vida e nosso credo nacionalista social. Os propósitos do Movimento Nacional Sírio configuram uma causa, que abarca a vida nacional desde suas próprias bases e em todos os seus aspectos. São propósitos que englobam todos os problemas da comunidade nacional: no âmbito social, econômico, político, espiritual e moral, e os demais grandes objetivos da vida [...] Tudo o que, implica a criação de um novo caráter mental e a formação de novas bases de moralidade⁴⁵⁷.

Conforme Adel Beshara, as mudanças idealizadas por Saadeh tinham uma ampla abrangência. O “renascimento nacional” que o *za'im* buscava provocar se manifestaria na base da sociedade, difundindo-se até engolfar sua totalidade. Tal ressurreição “envolve uma alteração profunda nos valores dominantes e mitos da

⁴⁵⁶ SAADEH (1958), op. cit., p. 12. Tradução livre do autor.

⁴⁵⁷ SAADEH (1958), op. cit., p. 58. Tradução livre do autor.

sociedade, uma mudança no clima espiritual e intelectual e uma reorganização radical do sistema econômico”⁴⁵⁸. Para Saadeh, uma mudança autêntica “é improvável a menos que um renascimento consciente e criativo tome lugar, na profundidade do ser das pessoas, propagando-se a partir de baixo para cortar os laços que tresmalham suas forças e suas atividades”⁴⁵⁹. Portanto, a renascença nacional síria só pode ser autêntica se for total, envolvendo todos os aspectos sociais e humanos, como as estruturas institucionais, as fundações ideológicas e as crenças e mitos derivados das mesmas.

Para demonstrar essa profundidade das mudanças preconizadas pelo PNSS, Yamak traça um paralelo entre o contrato assinado no âmbito do Partido e a teoria contratual de Thomas Hobbes. Tal qual na teorização que o pensador inglês faz do estado de natureza, em Saadeh também há a convicção de que na Síria antes do PNSS reinava o caos, a escuridão e o declínio⁴⁶⁰. Seguindo essa vereda de raciocínio, ambos vislumbram como a única saída a abdicação dos direitos naturais dos indivíduos de se autodefenderem e se autogovernarem em prol de um poder soberano que garanta a segurança e a paz⁴⁶¹.

Em suma, alterando tanto as lealdades sócio-políticas quanto a percepção de mundo, o Partido Nacionalista Social Sírio cria o “novo homem” sírio, que adere a todo um conjunto de novos princípios e valores. No lugar do anterior apego e primazia da tradição religiosa e da liderança exercida pelas famílias tradicionais dos grupos étno-confessionais, o “novo homem” restringe sua religião ao âmbito privado e passa a moldar seu comportamento com base na lealdade devotada ao Partido. Ao invés de um apego às tradições que na ótica de Saadeh impedem o “Ressurgimento Nacional”, o novo sírio se abre ao progresso e aos meios necessários para o fortalecimento da coletividade. Reconhecendo a verdade primordial contida na mensagem do Partido, encarnação dos desejos coletivos, o indivíduo passa a pensar e agir no interior das fronteiras colocadas pelo mesmo:

no PNSS ao indivíduo é oferecida uma nova vida que é

⁴⁵⁸ BESHARA (1994), op. cit., p. 161. Tradução livre do autor.

⁴⁵⁹ BESHARA (1994), op. cit., p. 162. Tradução livre do autor.

⁴⁶⁰ Segundo Larsen, embora não seja uma especificidade do fascismo, característica comum a suas diferentes manifestações é surgirem em meio a uma instabilidade política e ansiarem o novo diante de uma sociedade contestada. Destarte, sempre fomentam a instabilidade para gerar a desconfiança em relação à ordem que buscam subverter e partem de uma decadência presente para uma ressurreição, um ressurgimento nacional (LARSEN, op. cit., p. 730).

⁴⁶¹ YAMAK, op. cit., p. 113.

substancialmente diferente daquela no estado de caos e escuridão, nominalmente, o estado de existência pré-partidário. Ao ingressar no Partido o indivíduo prossegue até se tornar uma realidade; ele se identifica com a sociedade por meio de seu arquirepresentante, o PNSS. Sua pertença ao Partido dá a ele proteção e segurança. Como membro ele obedece somente o eu superior e segue os ditados da mente coletiva. Desde que o líder é a encarnação de tudo pelo que o indivíduo se comove, ao obedecê-lo, ele está de fato obedecendo seu verdadeiro eu⁴⁶².

Ainda segundo Yamak, há uma relação intrínseca entre a organização e a ideologia do PNSS. A primeira, tal qual articulada pelo líder e incorporada na Constituição do Partido, é o único canal adequado pelo qual a segunda pode se materializar. Há uma unidade entre a ideologia e a organização, no mesmo sentido em que Saadeh, contrapondo-se ao idealismo e ao materialismo, fala da unidade entre a matéria e o espírito (*al-madrahiyya*). Portanto, há uma rigidez na Constituição partidária (organização), dado que modificá-la seria alterar os princípios ideológicos do PNSS.

Como as instituições do nacionalismo social (conselhos do Partido, comissões e mesmo filiais) representam sua visão de mundo, alterá-las é uma espécie de apostasia. Citando Yamak, o Partido, na visão de seus ideólogos, “é a nação em microcosmo. É o homem-sociedade em seu melhor como representado nesta magnífica unidade de instituições que constituem um único corpo administrativo, um homem perfeito”⁴⁶³.

Essa indistinção entre partido, Estado, nação e o líder é outra semelhança que o PNSS, sobretudo no tempo de Saadeh, comunga com os movimentos fascistas na Europa. Segundo João Fábio Bertonha, a ideologia e o regime italiano de Mussolini, “modelo para muitos povos, movimentos e pessoas”, tinham por base a relação íntima entre a nação e o Estado. Aquela seria a “mãe de todos os cidadãos”, que deveriam dedicar-lhe todos os louvores e preocupações. Como sua única forma de expressão era por meio do Estado, justificava-se a formação de uma ditadura, na qual se mesclavam em um só ponto governo e nação, expressando a vontade “legítima” do povo. O fascismo e seu líder concentravam e articulavam os desejos e a visão de mundo da nação, em suma, eram a legítima elocução de seu espírito⁴⁶⁴.

⁴⁶² YAMAK, op. cit., p. 113. Tradução livre do autor.

⁴⁶³ YAMAK, op. cit., p. 115. Tradução livre do autor.

⁴⁶⁴ BERTONHA, João F. *Fascismo, nazismo, integralismo*. São Paulo: Editora Ática, 2002. p. 11-12.

Ainda conforme Bertonha, a culminância do movimento fascista italiano era a geração do idealizado “novo homem”, por meio da propaganda, educação nacionalista e “fascistização” dos jovens. Como estes eram considerados os principais agentes da consolidação e do triunfo da ideologia, escolas e universidades passaram a ser controladas de perto pelo Estado. Paralelamente, foram criados órgãos para alistar a juventude e eles realizavam diversas atividades visando reforçar a ideologia militarista e nacionalista. Além da educação, o Estado também se valeu de censura e de intensa propaganda, sobretudo a partir da imprensa, rádio e cinema - *cinogiornali*. Para os adultos também havia a militância direta nos órgãos do Partido, manifestações de massa (desfiles, comícios, discursos) e a disponibilidade de obras de intelectuais e artistas aderentes ou cooptados⁴⁶⁵.

Tal qual no “novo homem” do fascismo italiano, em Saadeh e no PNSS também há uma preocupação com a modelação dos quadros por meio da propaganda, educação nacionalista e formação da juventude. É sabido que, desde os princípios, o Partido dispunha de um departamento de cultura e informação, responsável pela propagação da ideologia e doutrinação dos membros. Na visão de Saadeh a importância de tal seção era tamanha que, após seu retorno ao Líbano em 1947, assumiu pessoalmente a pasta.

O papel da educação nacionalista e da juventude na formação do “novo homem” sírio também são elementos sublinhados pelo *za'im*. Para consolidar o verdadeiro espírito do povo, as imitações de modelos estrangeiros deveriam ser eliminadas a partir de “uma educação nacional baseada nos princípios populares reais que fortalecem em nós mesmos o respeito e a confiança própria”⁴⁶⁶. É somente a partir dessa educação que a consciência nacional poderia ser despertada e os altos ideais sírios poderiam ser inculcados.

Alvo privilegiado desse processo era a juventude que, organizada e doutrinalizada pelo Partido, livrava-se de princípios desagregadores para se tornar o agente que anunciaria e traria os novos tempos⁴⁶⁷. Nas palavras de Saadeh, enquanto refletia sobre os meios adequados para iniciar o Movimento Nacionalista Social, “desenvolveu-se em minha mente a ideia de estabelecer um partido secreto e reunir, em primeiro lugar,

⁴⁶⁵ BERTONHA, op. cit., p. 22-23.

⁴⁶⁶ SAADEH (1999), op. cit., p. 22.

⁴⁶⁷ SAADEH (1999), op. cit., p. 39.

os elementos da juventude que eram sinceros, honestos e distantes da corrupção”⁴⁶⁸.

4.8. SIMPATIZANTES DO EIXO? A POLÍTICA EXTERNA DA ALEMANHA E ITÁLIA PARA O LEVANTE E O PNSS

Já analisadas as aproximações ideológicas entre o nacionalismo social sírio e os fascismos, e defendido que Saadeh desenvolveu seu pensamento político ora a partir de outros referenciais ora se apropriando e adaptando algumas dessas ideias à medida que pareciam pertinentes para a resolução de questões locais, cabe na sequência sublinhar, de um lado, as políticas da Alemanha e da Itália para a Síria e o Líbano, e, de outro, a ação do PNSS diante delas.

Pensando no primeiro ponto, mais especificamente na relação do Terceiro Reich com o mundo árabe, em março de 1934, seus representantes em outros países receberam ordens para elaborar uma lista para futura utilização do ministério exterior, elencando organizações e associações locais e estrangeiras com tendências anticomunistas, fascistas, nacional-socialistas e antisemitas. Um mês depois, em abril, o Consulado Geral da Alemanha em Beirute respondia constatando a inexistência de organizações locais relevantes.

Contudo, conforme Nordbruch, ainda que, nesse momento, para o Consulado alemão não houvesse organizações que explicitamente se aproximassem do nacional-socialismo, traços do pensamento e da política nazista estiveram presentes em atores políticos locais. Além de debates públicos e expressões de simpatia ou rejeição, houve contatos pessoais e organizacionais entre esses agentes e representantes do novo regime alemão⁴⁶⁹.

No centro dessas relações esteve o consulado em Beirute, que na época se dedicava à preservação dos interesses do Reich tanto na Síria quanto no Líbano, então sob mandato. Ao passo que seu foco de ação era fortalecer a reputação alemã e informar o público local sobre a visão do novo regime, necessariamente dentre suas tarefas estava contrabalancear rumores de que seu país sustentava diretamente círculos e organizações favoráveis ao nazismo.

Devido à desconfiança das autoridades francesas, as atividades do consulado

⁴⁶⁸ SAADEH (1958), op. cit., p. 58. Tradução livre do autor.

⁴⁶⁹ NORDBRUCH, op. cit., p. 30.

foram sistematicamente vigiadas, sobretudo sua propaganda e os contatos estabelecidos. Exacerbando tal preocupação, destaca-se a visita do membro alemão da Comissão Permanente da Liga das Nações para o Mandato na Síria e no Líbano, que, contrariando o motivo oficial da viagem, encontrou-se diretamente com representantes de círculos políticos locais.

Percebendo as desvantagens para sua política externa oriundas de uma atenção pública demasiada sobre o contato com agentes locais, a linha política adotada pelo Reich foi a discrição. Citando Nordbruch, contrastando com o fascismo italiano, “as políticas alemãs na Síria e no Líbano permaneceram restritas a atividades reativas e limitadas e dirigidas ao público maior”⁴⁷⁰. Ou seja, diferentemente da Itália, os nazistas apresentaram pouca disposição em atrair apoiadores e simpatizantes árabes. Considerando sobretudo a relação de seu país com a Itália e a França (pelo menos até a eclosão da guerra), evitaram contatos, mantiveram a filial local do NSDAP fechada ao público árabe e, inclusive, controlaram a organização de cursos de língua alemã e o estabelecimento de escolas.

Em contrapartida, buscando melhorar a imagem externa do país e elucidar alguns pontos do nacional-socialismo, afora a distribuição de livretos e panfletos, iniciativas foram tomadas pelo consulado para mediar discursos públicos sobre a Alemanha. Ademais, no centro de suas atividades também estiveram contribuições para artigos em jornais sobre o nazismo ou o país e a fiscalização do conteúdo de projeções cinematográficas locais.

Mesmo próximo a Segunda Guerra Mundial o Reich não executou uma política expressiva voltada ao público local ou se engajou ativamente na disseminação da ideologia nazista, ainda que nesse contexto tenham surgido novos atores políticos e cizânias na esfera local que ofereceram um ponto de partida para tal.

Portanto, negligenciando o controle direto de agrupamentos políticos ou o questionamento enfático da ordem política existente, as ações locais do Reich, ainda que seus representantes tenham travado contato com grupos nacionalistas, continuaram restritas a um apoio simbólico sutil, buscando com isso implementar interesses e estratégias secundárias⁴⁷¹.

⁴⁷⁰ NORDBRUCH, op. cit., p. 32. Tradução livre do autor.

⁴⁷¹ Apesar dessa relativa falta de interesses, há que se destacar a existência de um apoio material

Nesse sentido, conforme Nordbruch, tanto oponentes quanto simpatizantes locais do regime, ao enfatizar as ações de oficiais alemães estariam exagerando. “Diferindo do Cairo, Bagdá e Jerusalém, as ações alemãs em Beirute permaneceram amplamente restritas ao apoio esporádico oferecido pelo consulado e a limitadas relações com as filiais locais do NSDAP”⁴⁷².

Uma possibilidade para se pensar esse desinteresse alemão em mobilizar adeptos e colaboradores na região do Levante é a relação de amizade e aliança estabelecida com a Itália fascista. Conforme Stefano Fabei, após a guerra contra a Etiópia, Hitler declarou ser o Mediterrâneo um mar italiano, sendo que qualquer modificação futura em seu equilíbrio (leia-se divisão política) deveria ser feita em favor desse país. “Em outros termos, segundo Hitler, os países árabes sob controle francês e inglês quase em sua totalidade faziam parte da esfera de influência da Itália”⁴⁷³.

Pensando nos interesses dos indivíduos locais em torno do estabelecimento de relações com o Reich, Nordbruch coloca que, mesmo onde existiram de fato, as expectativas de apoio estiveram sujeitas a vários obstáculos, como o desinteresse da contraparte. Ainda assim, entre as duas guerras mundiais, o país continuou a ser evocado e procurado como uma possível opção de apoio, sobretudo por grupos nacionalistas contrários a uma aproximação com as mandatárias e esperançosos de poderem se beneficiar de um confronto entre estas e a Alemanha⁴⁷⁴.

Quanto ao fascismo italiano, considerando-se especificamente sua política externa, sobressai-se o fato de o Oriente Médio figurar como um objetivo primário no sonho de estabelecer um “grande império”. Ademais, expandir o poderio italiano para o Mediterrâneo oriental era visto ainda como um passo maior na implementação da política do *mare nostrum*⁴⁷⁵.

Contrapondo esses interesses concretos com a divisão desfavorável das

esporádico e não sistemático (quase simbólico) da Alemanha para grupos nacionalistas locais, ainda que seus diplomatas tenham relutado em encorajar quaisquer vínculos substanciais (NORDBRUCH, op. cit., p. 55; 65).

⁴⁷² NORDBRUCH, op. cit., p. 57. Apesar desse limitado envolvimento na política local, o público acompanhava as atividades do consulado e da comunidade alemã com profundo interesse.

⁴⁷³ FABEI, Stefano. La “legione straniera” di Mussolini. Milão: Ugo Mursia Editore, 2008. p. 45. Tradução livre do autor.

⁴⁷⁴ NORDBRUCH, op. cit., p. 55-57.

⁴⁷⁵ ERLICH, op. cit., p. 396.

colônias para a Itália e suas relações diplomáticas após a Primeira Guerra Mundial, tem-se que desde cedo os fascistas tiveram que conciliar suas ambições com um discurso externo apropriado. Pelo menos em um primeiro momento, a questão era como angariar apoio entre grupos locais para o seu projeto expansionista no mundo árabe sem prejudicar suas relações com a Grã-Bretanha.

Conforme Romain Ranero, se até a consolidação do Eixo a política externa italiana se pautou por uma linha mais conservadora, afinal a Grã-Bretanha era vista como um potencial aliado para contrabalancear a influência da França, a ascensão do nazismo culminou em sensíveis mudanças. Descartando a possível aproximação com a Grã-Bretanha, a Itália passava a declarar mais abertamente, ainda que anuviando seus próprios interesses imperialistas, sua oposição aos mandatos franco-britânicos e apoio, supostamente irrestrito, à causa do nacionalismo árabe.

Contudo, pelo menos até o final da década de 1920, a Itália não tinha de fato uma verdadeira política árabe. Não apoiava irresolutamente suas demandas, muito menos procurava as desencorajar. Isso se devia ao intento de alinhar sua política externa com aquela da Grã-Bretanha e à influência interna exercida por nacionalistas e conservadores católicos em sua definição.

Também não se deve perder de vista a dificuldade de sustentar um discurso político pró-árabe e pró-islâmico, enquanto estava em curso a conquista da Líbia⁴⁷⁶. Grosso modo, conforme Haggai Erlich, mesmo que procurasse implantar uma política de aproximação, teria poucas chances de penetrar no Oriente Médio, durante a década de 1920. Como primeiro motivo para esse insucesso em potencial, destaca-se a força dominante britânica e francesa na época, mas também a falta de parceiros reais em meio às sociedades árabes.

Ainda que o cultivo de relações políticas com grupos locais fosse pouco alvissareiro nesse momento, a partir de meados da década de 1920, a Itália buscou as estabelecer, ainda que não de forma sistemática e organizada. Nesse sentido, aumentou os investimentos voltados à promoção de vínculos culturais e econômicos com grupos levantinos, enfatizando o comércio, o transporte marítimo e os serviços bancários na região.

⁴⁷⁶ RAINERO, Romain H. *La politica araba di Mussolini nella Seconda Guerra Mondiale*. Padova: Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 2004. p. 8.

Apesar desse esforço inicial, foi somente na década de 1930 que ocorreu de fato uma aproximação entre a Itália fascista e as sociedades locais, por mais que tal relação estivesse marcada por uma desconfiança das reais intenções do país europeu⁴⁷⁷. Nesse contexto, ocorreu a elaboração e a execução de uma estratégia melhor delineada para o Oriente Médio. Concorreram para tal a transformação e o fortalecimento da política regional do fascismo; as consequências da “Crise de 1929”; o desgaste das mandatárias e de suas propostas; a emergência de atores locais com grande potencial; a ascensão de Hitler e a gradativa aproximação entre Itália e Alemanha, afastando a primeira da Grã-Bretanha; e uma imagem mais auspiciosa do fascismo, tanto como alternativa ideológica quanto como potencial aliado na luta pelas independências locais. Citando Erlich, nesse novo contexto,

os fascistas estiveram melhor equipados que os britânicos ou os franceses para discernir o rápido surgimento de uma nova geração frustrada, e o crescente desgosto da classe média. Eles estiveram também mais atentos ao novo tom da militância nacionalista das novas forças, e foram rápidos em fazer os ajustes adequados⁴⁷⁸.

Nessa nova estratégia fascista para o Oriente Médio se destacam alguns componentes. Primeiro, um esforço para agradar tanto os islâmicos quanto os emergentes pan-arabistas e constituir gradualmente uma aliança com os mesmos. Segundo, extinta a oposição *sanusiyya* na Líbia como alternativa viável, a Itália empreendeu uma campanha para estabilizar o país por meio de instituições sociais e jurídicas islâmicas. Terceiro, o maquinário de propaganda foi montado para difundir informações nos países árabes⁴⁷⁹ e orientalistas foram incentivados a espalhar o conceito de amizade italiana com o arabismo e a simpatia histórica com o islã⁴⁸⁰.

⁴⁷⁷ Outro fator que corrobora nessa relutância de grupos árabes em se aproximar da Itália é a prolongada guerra que esta promoveu contra o movimento *sanusiyya* na Líbia.

⁴⁷⁸ ERLICH, op. cit., p. 399. Contudo, paralelamente ao crescente prestígio entre alguns setores, verifica-se no público local uma continuidade da desconfiança quanto às reais intenções do fascismo e uma também crescente oposição. Afinal, diversos atores locais receavam a pretensão de Mussolini de ser encarado como “amigo dos povos árabes e do islã”, duvidando de sua sinceridade e associando-o a interesses imperialistas (ERLICH, op. cit., p. 414. Tradução livre do autor).

⁴⁷⁹ Segundo Erlich, a campanha italiana de propaganda começa de fato a partir de maio de 1934, com o estabelecimento de uma estação de rádio capaz de transmitir para o Oriente Médio. Desde então, a mesma passou a transmitir incessantemente as palavras do *duce*. Tal propaganda baseava-se sobretudo na “simpatia natural” do fascismo em relação ao pan-arabismo e na figura de Mussolini como o protetor do islã. Em contrapartida às afirmações de que a Itália queria consolidar um império também na região o país era representado como uma “nação proletária” em contraposição às ricas e corruptas Grã-Bretanha e França (ERLICH, op. cit., p. 402).

⁴⁸⁰ ERLICH, op. cit., p. 400. Ademais, deve-se destacar os vínculos estabelecidos entre o Estado fascista e intelectuais locais, como é o caso de Shakib Arslan, associado em um primeiro momento ao

Outro fator a ser destacado, apesar de também ter suscitado oposição ao *duce*, é a invasão da Etiópia, que foi vista por alguns setores árabes e islâmicos como um desafio às mandatárias, colocando a Itália como um potencial aliado na luta contra as mesmas. Conforme Erlich, “Mussolini tentou provar ao conquistar a Etiópia que ele era, de fato, o verdadeiro amigo do arabismo e o verdadeiro defensor do Islã”⁴⁸¹.

Mencionando inclusive o PNSS, Erlich sustenta que, de forma geral, foram os jovens os mais influenciados pelo que a Itália representava e irradiava. Eles, inclusive, formaram vários grupos adotando conceitos fascistas. Nesse sentido, a propaganda e a ação italiana (e, em menor grau, alemã), que representava o fascismo como modelo de nacionalismo revitalizado, fora importante para acelerar a entrada das camadas jovens na política. Assim, movimentos de jovens, independentemente de filiações políticas, transformaram-se em organizações inspiradas pelo fascismo e em organizações paramilitares estilo-fascista⁴⁸².

Comparando a política externa alemã e italiana para o Oriente Médio entre as duas guerras mundiais, Raghid el-Solh sustenta que, no concernente à primeira, após meados de 1937, empreendeu uma campanha propagandística contra as políticas britânicas na região e, em 1938, passou a financiar o líder palestino Haj Amin al-Husseini, *mufti*⁴⁸³ de Jerusalém, que estava em Beirute no momento. Conforme el-Solh, longe de procurar mudar o *status quo* no Mediterrâneo oriental, tais políticas visavam pressionar a Grã-Bretanha para aquiescer diante de suas demandas na Europa.

Quanto à política fascista para a região, el-Solh a considera como uma das maiores preocupações de Mussolini. Afinal, ao mesmo tempo em que seu país, a partir de meados de 1930, alinhava-se com a Alemanha, aumentava as atividades no Mediterrâneo oriental, visto como parte essencial do desejado “império italiano”. Essa política expansionista e mais interventiva preocupava os franceses, que viam com desconfiança as crescentes atividades italianas no Levante. Um documento do

PNSS.

⁴⁸¹ ERLICH, op. cit., p. 406. Tradução livre do autor.

⁴⁸² Contudo, Erlich é contrário a atribuir demasiada importância ao “grau de fascismo” desses movimentos (dentre os quais situa o PNSS), na medida em que não foram muito além de imitações pontuais, sobretudo no campo da estética (símbolos cerimoniais, uniformes, paradas, slogans).

⁴⁸³ Mufti é um termo que designa um acadêmico islâmico sunita, que está apto a interpretar a lei islâmica.

escritório do comando militar francês na região menciona

declarações feitas por figuras políticas italianas de relevo que estavam visitando a Síria e o Líbano naquele tempo, alegando que a França havia cessado de ser capaz cumprir com suas obrigações. A implicação era que a Itália sozinha estava em posição de proteger a Síria e o Líbano. O escritório atenta para o crescente impacto da Rádio Bari e a crescente generosidade dos italianos diante de jornalistas e políticos sírios e libaneses⁴⁸⁴.

Expostas brevemente as respectivas políticas do nazismo e do fascismo para a região, cabe questionar se, em algum momento, Antoun Saadeh ou membros do PNSS se aproximaram de representantes desses países, e em caso positivo como foi.

Um primeiro fator a se considerar, que aponta para a ausência de contato ou pelo menos não alinhamento político entre o PNSS e os países do Eixo, é a falta de referências contundentes na bibliografia especializada sobre possíveis aproximações. Afora a breve e não fundamentada definição do Partido por Erlich como uma “organização abertamente pró-fascista”⁴⁸⁵, há uma grande lacuna quando se trata de afirmar se o Partido esteve ou não em algum momento vinculado ao Eixo.

Dado essa carência de informações disponíveis para se responder satisfatoriamente à questão, inicialmente, pode-se sustentar (ainda que não com plena certeza) que não houve tal alinhamento. Pois, acaso houvesse documentação para fundamentar esses contatos, os autores teriam mencionado, mormente aqueles, como Labib Yamak, críticos do pensamento de Saadeh e da ação do Partido.

Há algumas evidências secundárias que comprovam, pelo menos, o contato de Saadeh com oficiais fascistas, entretanto, não seu alinhamento ou cooptação. Considerando o processo aberto contra o *za'im* na ocasião de sua segunda vinda ao Brasil, ao mesmo tempo em que este admitiu ter encontrado oficiais alemães e italianos, buscou convencer as autoridades que não nutria nem simpatias ideológicas e nem interesses estratégicos em relação às potenciais do Eixo. Ademais, asseverou que após esses encontros teria ficado desiludido, preferindo o governo da França ao da Alemanha ou Itália⁴⁸⁶.

Corroborando o posicionamento autônomo de Saadeh, deve-se considerar que, já em 1935, o mesmo advertia os sírios para o perigo proveniente da crescente

⁴⁸⁴ EL-SOLH, op. cit., p. 59-60. Tradução livre do autor.

⁴⁸⁵ ERLICH, op. cit., p. 410. Tradução livre do autor.

⁴⁸⁶ NORDBRUCH, op. cit., p. 87-88.

propaganda italiana e alemã em seu meio e de interesses velados. O *za'im* então colocava o respeito à soberania síria como um pré-requisito essencial em qualquer tratado com nações estrangeiras. Citando-o,

nós estamos agora cientes de uma forte propaganda italiana e alemã, assim como de outras nações, direcionada ao povo do Oriente Médio em geral. Por conseguinte, a liderança do PNSS avisa todos os seus membros para não cair presa de propaganda externa. Nós sabemos muito bem que há interesses em estabelecer relações de amizade entre a Síria e países estrangeiros, especialmente da Europa. Nós não acreditamos no princípio da propaganda. O pensamento sírio deve sempre permanecer livre e independente, mas à medida que interesses mútuos estejam envolvidos, nós estamos prontos para apertar as mãos estendidas para nós de boa fé para aceitação e entendimento. Países estrangeiros que desejem estabelecer relações amigáveis com nós devem, em primeiro lugar, reconhecer nosso direito à vida e devem estar prontos para respeitar esse direito, ou mais, os ‘novos sírios’ resolvem que não vão ignorar manobras políticas designadas para conduzir nossa nação a repetir os mesmos erros que foram prejudiciais a ela⁴⁸⁷.

Saadeh deixa claro nesse discurso a possibilidade de uma aproximação entre o PNSS e potências estrangeiras, conquanto que estas respeitassem a independência síria (“direito à vida”). Contudo, apesar dessa possibilidade, conforme já mencionado, não há evidências que de fato tais relações tenham se estabelecido.

Uma possível causa para tal seria Saadeh, a exemplo de vários outros agentes locais, ter percebido os interesses expansionistas dos países do Eixo, que poderiam utilizar o PNSS como meio para a consolidação de seu poder na região ou para desestabilizar a França e a Grã-Bretanha. Nesse sentido, seria compreensível a alegação do *za'im* de que, ao travar contato com oficiais nazistas e fascistas (durante sua viagem à Itália e à Alemanha em 1938), teria ficado desiludido com eles, preferindo o governo da França⁴⁸⁸.

No Líbano, antes mesmo do inquérito no Brasil, suspeitas de vínculos entre o PNSS e o regime italiano persistiram, ainda que sem provas contundentes. Sustentando as mesmas está o papel de ponte entre o fascismo e o PNSS que possivelmente teria exercido o pensador local pan-árabe Shakib Arslan. Ao passo que

⁴⁸⁷ Trecho traduzido livremente a partir da obra “As dez leituras”, que compila dez diferentes textos lidos por Antoun Saadeh em 1948. A tradução do árabe para o inglês foi recebida pelo autor dessa dissertação por email, enviado por Yousssef Mousmmar, tradutor de Saadeh para o português. O mesmo alegou que o texto foi traduzido por um membro do Partido, residente nos EUA, a fim de divulgar o pensamento de Saadeh.

⁴⁸⁸ Não se pode desconsiderar o fato de que ao pronunciar tais palavras Saadeh estava diante de uma investigação policial, ou seja, não necessariamente estaria falando a verdade.

esteve comprovadamente vinculado ao Partido Fascista, em diversos momentos utilizou sua reputação entre a população drusa em prol do PNSS.

Nordbruch considera a hipótese de que a conexão italiana teria sido justamente o que aproximou Arslan do PNSS, apesar das diferenças políticas entre ambos. Ademais, reforçando tal asserção, menciona a preocupação das autoridades francesas com as crescentes referências feitas ao PNSS durante as transmissões da rádio italiana Bari. Contudo, elas não teriam conseguido apresentar documentos contundentes que comprometessem o Partido⁴⁸⁹.

Concluindo, comparando-se o PNSS com os movimentos fascistas europeus, é possível atestar a grande influência deles na forma como Saadeh estruturou seu partido. Explícitando tal aproximação está tanto o enquadramento do PNSS nas características apontadas por Felici e Paxton no começo do capítulo quanto naquelas elencadas por Bertonha para definir a base ideológica comum dos diferentes movimentos fascistas⁴⁹⁰.

Contudo, as apropriações feitas por Saadeh - verificáveis em vários partidos e movimentos da época - não teriam ido além, no sentido de consolidar um vínculo de ação comum que prendesse o Partido à política externa do Eixo. Ao que parece, embora não haja como sustentar por meio de documentação para além da fala de Saadeh sobre sua antipatia com os oficiais nazistas e fascistas, houve de fato um fosso intrasponível entre o desejo nacionalista social pela independência e afirmação nacional e a política externa ambígua do fascismo, que buscava agentes locais para realizar seus próprios interesses.

⁴⁸⁹ NORDBRUCH, op. cit., p. 62.

⁴⁹⁰ Segundo o autor, estes se fundamentam no conceito de nação e rejeitam o liberalismo e a democracia por gerarem divisões e o enfraquecimento coletivo. Para evitar esses males e garantir a supremacia nacional, há a defesa de um Estado forte, capaz de fazer prevalecer os interesses coletivos em detrimento dos individuais. “Tal Estado se encarnaria num grande líder, ser infalível e perfeito, que se comunicaria com o povo por meio do partido único, o Partido Nazista” (BERTONHA, op. cit., p. 44). Ao Partido cabia enquadrar hierarquicamente a sociedade, tendo em vista que o poder e as ordens, emanadas do líder que encarnava a própria nação, eram transmitidas de cima para baixo.

CONCLUSÃO

A partir do final do século XIX, no pensamento político árabe fica evidente a primazia da questão nacional. Autores de vários países buscaram legitimar visões próprias acerca das nacionalidades, defendendo um amplo espectro, que vai desde percepções espacialmente mais reduzidas, como a identidade libanesa ou egípcia, até outras mais amplas, como a pan-árabe e a islâmica. Como pano de fundo para todas essas reflexões estava a necessidade de oferecer respostas às questões novas, colocadas a partir da modernidade e do jugo colonial.

Considerando as obras analisadas de Saadeh a partir desse amplo panorama, constata-se que ele se insere em uma linha de pensadores cristãos sírio-libaneses, que remonta suas origens a meados do século XIX. Dessa forma, apresenta certas continuidades, como o anticlericalismo e o secularismo, que são centrais em seu pensamento e programa político. Além disso, o *za'im*, ao advogar pela laicização do Estado e centralização de todas as lealdades no mesmo, estaria tentando responder um problema colocado já por aqueles intelectuais: como romper com as fronteiras étno-confessionais, que impediam o desenvolvimento de um terreno comum de cooperação entre os conterrâneos de diferentes credos?

Dessa forma, tendo em vista questões já levantadas por Faris al-Shidyaq e Butrus al-Bustani, no século XIX, Saadeh também enfatizava a unidade social, capaz de transcender as diferenças de crença, e a não intervenção dos líderes religiosos na política. Outras semelhanças são: a consideração do espaço geográfico como fator essencial na formação das nações, a concepção secular da Síria como uma delas e o patriotismo e a educação como elementos cruciais em seu desenvolvimento.

Portanto, é possível afirmar que, ao desenvolver sistematicamente seu pensamento nacionalista, Saadeh se deparou, em muitos pontos, com as mesmas questões debatidas pelos pensadores cristãos sírio-libaneses anteriores. Assim como certos problemas, a exemplo do sectarismo, suas possíveis soluções também se perpetuaram, como o patriotismo e a pátria acima de tudo. Saadeh igualmente indagava sobre como quebrar as fronteiras das comunidades religiosas fechadas, que tinham sido por tantos séculos o mundo e a proteção dos grupos étnicos da Grande Síria, mas agora eram vistas como barreiras. A saída vislumbrada foi um Estado forte e centralizado, capaz de inculcar em toda a população um credo comum.

Considerando a geração subsequente desses pensadores cristãos, imediatamente anteriores ou até mesmo hodiernos a Saadeh, cabe destacar aqueles que, contrários à defesa de um Líbano fenício independente, defendiam sua pertença e indissociabilidade do território maior da Grande Síria. Embora muitos deles tenham mudado seu posicionamento após a “Grande Guerra”, como Jacques Tabet, Chékri Ganem e Georges Samné, seus velhos escritos e ideias continuaram a circular, sendo de um modo ou de outro ecoados nas obras e na ação de Saadeh que, seguindo a perspectiva paterna e de parcela considerável dos gregos ortodoxos sírios, já nos anos 1920 passou a defender o nacionalismo pansírio.

Conclui-se que, vivendo durante os primeiros anos da existência do Líbano como Estado-nação separado, o fundador do PNSS deu continuidade aos debates travados anteriormente no seio da comunidade cristã libanesa, concernentes sobretudo à identidade coletiva. Contudo, enquanto os primeiros pensadores, que buscavam inserir suas percepções identitárias dentro do quadro imperial otomano, fizeram suas reflexões a partir de um contexto no qual os europeus ainda não eram uma ameaça explícita, o pensamento de Saadeh foi sistematizado, em sua maior parte, durante a sujeição da Síria e do Líbano ao mandato francês. Portanto, em um recorte mais belicoso no qual também circulavam outras ideias, como o comunismo e os fascismos.

Saadeh necessariamente dialogou com essas novas vertentes, visto que tinham ampla circulação tanto na “Grande Síria” quanto nos países em que viveu exilado (Brasil e Argentina). Crítico do “bolchevismo”, em muitos pontos ele se apropriou de ideias típicas dos fascismos para organizar o PNSS e elaborar seu programa para um Estado nacional unificado, coeso e moderno, ainda que tenha rejeitado outros princípios (como a superioridade e a homogeneidade racial). Contudo, cabe notar que Saadeh negou veementemente essa aproximação ideológica, bem como um alinhamento político com os países do Eixo.

Aos seus olhos e de muitos outros pensadores sírio-libaneses, fascinados com a organização e a estética dos regimes fascistas, estes tinham seus méritos, mormente ao unificar a nação, mobilizá-la e, assim, protagonizar aquilo que viam como um “renascimento nacional”. Eles representavam a unidade e a eficácia que esses pensadores viam como necessárias para fazer triunfar seus programas, subvertendo assim a ordem colonial imposta e iniciando a estruturação de um Estado nacional soberano, moderno e forte. Nesse ponto, alguns autores acertadamente destacam as

semelhanças estéticas e organizacionais entre o PNSS do entre guerras mundiais e os fascismos.

Contudo, uns chegam ao extremo de aproximar em demasia ambos, esquecendo-se do contexto próprio e do desenvolvimento peculiar do nacionalismo social sírio. Ao passo que pontos de contato são inegáveis, deve-se ter em vista que eles só são compreensíveis na medida em que, de alguma forma, elementos dos regimes fascistas foram vislumbrados como a melhor alternativa para dar conta de problemas tipicamente locais.

Um exemplo do exposto é a opção de Saadeh pelo “nacionalismo radical” e pela conformação autoritária do Partido e da sociedade, ainda que se valha do conceito de uma democracia exercida no seio do PNSS, que representaria todo o povo. Ao invés de se considerar a “fascinação” gerada pelo fascismo ou uma simples “importação ideológica” para explicar tais escolhas, defende-se aqui que a alternativa mais pertinente para compreendê-las é ter em vista seu potencial de criar a unidade, a homogeneidade e a lealdade ao Estado, capazes de enfraquecer os tradicionais vínculos confessionais no Líbano, responsáveis por uma sociedade sectária e fragmentada. Ademais, estando a Grande Síria ocupada pela França e o Partido na clandestinidade, sua conformação autoritária e centralizada era necessária. Ou seja, pelo menos nesses pontos, os encontros entre o PNSS e os fascismos foram antes de qualquer coisa expressões das condições locais, e ocorreram à medida que os segundos ofereceram respostas em potencial para desafios sociais e políticos do momento específico do entre guerras.

Em outras palavras, o autoritarismo e as demais características fascistas foram rejeitadas ou vislumbradas como soluções adequadas para dar conta de desafios e conflitos, sobretudo criados pela modernização e pelo colonialismo, que modelaram o novo contexto social e político da região. A estruturação do PNSS a partir de alguns elementos estético-organizacionais importados dos fascismos foi uma estratégia para implementar um programa nacionalista sírio formulado ainda na década de 1920, quando no Brasil Saadeh fundou a “Organização dos Jovens Comandos Sírios” e o “Partidos dos Sírios Livres”. Portanto, coaduna-se aqui da seguinte constatação de Haggai Erlich:

nós apenas podemos acrescentar aqui que uma primeira lição decorrente de nossas observações sobre a influência fascista nos anos 1930 é que mesmo durante os momentos de ativa participação

estrangeira, no ápice da intervenção ocidental, as principais características históricas das sociedades médio-orientais foram modeladas pelo dinamismo do desenvolvimento interno, ao invés do desafio e da influência de fatores externos. O impacto do fascismo, liberalismo, comunismo e de outras ideologias ocidentais pode ser avaliado apenas à medida que observamos como elas são filtradas por valores locais e se movem tendo em contraponto o contexto dos desenvolvimentos locais⁴⁹¹.

Em suma, ainda que Saadeh afirme ser sua luta contra o “colonialismo” uma consequência inevitável de seu projeto nacionalista e modernizador e não o seu cerne, analisar seu pensamento, ação e escolhas políticas em separado de sua luta anticolonial é cair em um vazio, ou na “cama de Procusto”. Aproximá-lo de uma forma acrítica dos fascismos é um equívoco que descaracteriza toda a complexidade e especificidade de seu pensamento e ação.

Considerando a parte de sua produção teórica que foi aqui analisada, ela só faz sentido quando iluminada pelas características do contexto local. Ao invés de focar questões mais gerais que preocupavam os pensadores fascistas, como a luta de classes e o marxismo, seus textos e discursos se centram em elementos necessários para justificar sua perspectiva nacional. Ou seja, o teórico e o político em Saadeh são indissociáveis e caminham em um mesmo sentido.

Nessa perspectiva, considera-se aqui que elementos só foram apropriados do fascismo enquanto foram percebidos como eficazes na estruturação do PNSS e de seu programa nacional. Cabe destacar, como as características dos fascismos que, possivelmente, mais fascinaram Saadeh, a homogeneização e mobilização política e a coesão social em torno de um Estado forte e dominado por um partido. Tendo como objeto uma sociedade fragmentada e tensa, o *za'im* via na constituição de um partido laico, militarista, ultranacionalista e centralizado o “remédio” por excelência para os “males que afligiam seu povo”.

Em vários momentos de sua leitura da realidade social e política libanesa Saadeh aponta para o sectarismo como o fator central na manutenção de sua fraqueza e submissão. É buscando extirpar esse elemento desagregador e provocar o “renascimento nacional sírio” que ele idealiza uma sociedade coesa em torno de uma mesma bandeira. O PNSS seria assim a própria encarnação do “espírito nacional”,

⁴⁹¹ ERLICH, op. cit., p. 423. Tradução livre do autor.

portanto, o eixo comum que estaria acima de todas as lealdades étno-confessionais conflitantes, a seu ver mais facilmente mantidas pelo sistema liberal-parlamentar então vigente.

Dado que nunca alcançou o poder, está fora de consideração avaliar a eficácia geral da saída vislumbrada pelo pensador e político Antoun Saadeh para unir aquele que via como seu povo. Mas, invertendo o rumo da história e olhando do presente para o passado, é fato que suas obras carregam, ora implícita ora explicitamente, um forte alerta para os perigos da primazia das identidades confessionais e do sectarismo institucionalizado. É até possível constatar que nas entrelinhas de sua leitura da realidade libanesa há a previsão da sangrenta guerra civil, que de fato eclodiu em 1975.

Dessa forma, a marcha obstinada e homogênea das fileiras nazistas e fascistas, os gestos e os símbolos comuns espalhados por todos os cantos, a veneração da figura “providencial” do líder e do “renascimento nacional” e a lealdade incontestada ao Estado e ao Partido, tudo articulado e sabiamente manipulado por uma forte indústria da propaganda, davam a impressão da força que Saadeh buscava desenvolver nos “sírios”. Mas, a seu ver, a luta do nacionalismo sírio era própria e não poderia estar vinculada a nenhuma potência ou ideologia estrangeira. Os problemas para os quais buscava resposta eram particulares e, de fato, para resolvê-los, o programa do PNSS era específico. Nem tudo nos fascismos era atraente e pertinente.

Sintetizando, se por um lado não há como descartar a influência dos fascismos em Saadeh - sobretudo no concernente à organização e estética -, por outro devemos relativizar tais apropriações, dado à especificidade de sua ação política, iniciada ainda no começo da década de 1920, quando já lançava os principais fundamentos que mais tarde constituiriam o PNSS. Destarte, se os regimes fascistas figuravam como modelos de eficácia passíveis de serem imitados em alguns pontos, só o eram à medida que serviam para resolver questões locais, colocadas por Saadeh e por autores anteriores que o influenciaram muito antes da ascensão dos fascismos no cenário diplomático internacional.

O PNSS não tinha como eixo de seu programa resolver questões de classe e impedir uma possível revolução comunista mundial. Também não buscava subjugar outros povos e se expandir para além dos territórios imaginados como partes da Grande Síria. Saadeh tinha outra leitura das nações e das raças. O pansirianismo, a

luta anticolonial, a completa soberania da Grande Síria, a reunificação desta em suas fronteiras histórico-geográficas, a separação da religião do Estado e a erradicação do sectarismo desde o princípio constituíram seu horizonte político. A ascensão dos regimes fascistas somente lhe apresentou possíveis elementos capazes de fazer avançar seu programa específico. Portanto, seria demasiado simplismo reduzir sua ação política a uma simples imitação ou a uma “manifestação local do fascismo”. Na época de Saadeh, se o PNSS em muitos pontos de sua organização e estética havia se apropriado de elementos fascistas, o fez na busca por implementar seu programa próprio.

Ademais, é demasiado eurocentrismo considerar a ação e o pensamento político de Saadeh tendo como eixo fundamental os fascismos ou a pergunta se foi o PNSS um partido fascista. Ainda que tenha dialogado com as tendências políticas europeias de seu tempo e vivido muitos anos em países “ocidentais” (Brasil e Argentina), o autor é parte do grupo de pensadores cristãos árabes, que entre meados do século XIX e meados do XX buscou modernizar os regimes políticos e as sociedades da região, tendo como referência o avanço dos países europeus. Saadeh teve como interlocutores toda uma gama de pensadores locais anteriores, a partir dos quais constituiu seu pensamento e norteou sua ação. Também dialogou com correntes próprias de seu tempo e mundo, como o pan-arabismo e o pan-islamismo. Foi na “Grande Síria” e tendo em vista os desafios que suas sociedades enfrentavam em meados do século XX que o *za'im* escreveu e atuou. Sobretudo no segundo capítulo, buscou-se mostrar a influência dos autores locais anteriores e coevos a ele.

Para finalizar, quanto às possibilidades de uma aproximação tática entre o PNSS e os países do Eixo, ainda que não tenhamos acesso às possíveis conversações, é possível constatar a ausência de uma política do tipo “os inimigos de meus inimigos são meus amigos”. Afinal, o potencial que a Alemanha e a Itália tinham de representar a continuação do jugo (um “novo inimigo”), ao invés da libertação dos povos locais, era percebido de uma forma ampla por diferentes pensadores locais. De qualquer forma, não se pode descartar também a possibilidade de que, finda a Segunda Guerra Mundial (ou mesmo antes), registros de possíveis contatos tenham sido apagados ou nunca tenham sido feitos.

REFERÊNCIAS

FONTES

Impressas

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Prontuário de Antoun Saadeh ou Antony Khalil Saadeh. Data de abertura 28/12/1938. Número 41233.

HITLER, Adolf. *Minha luta*. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

SAADEH, Antoun. *Conferências da doutrina Nacionalista Social*. Tradução Youssef H. Mousmar. Curitiba: sem editora, 1999.

_____. *Princípios do Movimento Nacionalista Social Sírio*. Tradução Áref Assráuy. São Paulo: Edições Garatuja, 1992.

_____. *Principios de la doctrina del nacionalismo sirio. Conferências da doutrina Nacionalista Social*. Tradução Julio Chaij. Buenos Aires: sem editora, 1958.

_____. *Gênese das nações*. Tradução Youssef H. Mousmar. Curitiba: sem editora, 2010.

On-line

Acordo Sykes-Picot. Disponível em: <<http://domino.un.org/unispal.nsf/3d14c9e5cdaa296d85256cbf005aa3eb/4c4f7515dc39195185256cf7006f878c!OpenDocument>>. Acesso em: 05 mai. 2009.

Ata da Conferência de Berlim (1885). Disponível em: <<http://web.jjay.cuny.edu/~jobrien/reference/ob45.html>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

Artigo vinte e dois do Tratado de Versalhes. Disponível em: <<http://www.mideastweb.org/leaguemand.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

Declaração do governo britânico, emitida em junho de 1918, a “sete eminentes árabes”. Disponível em: <<http://domino.un.org/unispal.nsf/3d14c9e5cdaa296d85256cbf005aa3eb/4c4f7515dc39195185256cf7006f878c!OpenDocument>>). Acesso em: 17 fev. 2010.

Declaração do general britânico Edmund Allenby ao Emir Faysal. Disponível em: <<http://domino.un.org/unispal.nsf/3d14c9e5cdaa296d85256cbf005aa3eb/4c4f7515dc39195185256cf7006f878c!OpenDocument>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

Relatório final do Comitê árabe-britânico (1939). Disponível em: <<http://domino.un.org/unispal.nsf/3d14c9e5cdaa296d85256cbf005aa3eb/4c4f7515dc39195185256cf7006f878c!OpenDocument>>. Acesso em: 05 mai. 2009.

Relatório da King Crane-Comission. Documento na íntegra disponível em: <<http://www.ipcri.org/files/kingcrane.html>>. Acesso em: 25 fev. 2010.

SAADEH, Antoun. *What Motivated me to Establish the Syrian Social Nationalist Party*. Beirute, 1935. Disponível em: <http://www.ssnp.org/new/Saadeh/saadeh_misc_en.htm>. Acesso em: 13 mai. 2008.

_____. *The ten lectures*. EUA, s/d [recebido por email].

_____. *The maronites are syriac syrians*. Data exata desconhecida. Disponível em: <http://www.ssnp.org/new/Saadeh/saadeh_misc_en.htm>. Acesso em: 13 mai. 2008.

_____. *Return Speech*. Beirute, 1947. Disponível em: <http://www.ssnp.org/new/Saadeh/saadeh_misc_en.htm>. Acesso em: 13 mai. 2008.

_____. *Speech of June, 1*. Beirute, 1935. Texto disponível no site oficial do partido: <http://www.ssnp.org/new/Saadeh/saadeh_misc_en.htm>. Acesso em: 13 mai. 2008.

_____. *Communique of the Supreme Command of the First Social Nationalist Revolution*. Beirute, 1949. Texto disponível no site oficial do partido: <http://www.ssnp.org/new/Saadeh/saadeh_misc_en.htm>. Acesso em: 13 mai. 2008.

BIBLIOGRAFIA

ABDEL-MALEK, Anouar. *La pensée politique arabe contemporaine*. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

ABIFADEL, Rabi'a. *Sa'adeh's: the expatriate critic and man of letters*. In: BESHARA, Adel (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007.

ABU EL-HAJ, Nadia. *Facts on the ground: archaeological practice and territorial self-fashioning in Israeli society*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARMELLINI, Augusto. *La Francia in Síria*. Lanciano: Carabba, S/D.

BERTONHA, João F. *Fascismo, nazismo, integralismo*. São Paulo: Editora Ática, 2002.

_____. *Os fascismos na América Latina. Ecos europeus e valores nacionais numa perspectiva comparada*. In: Bertonha, João F.; Savarino, Franco. *El fascismo en América Latina, Ecos europeos y desarrollos autóctonos: una perspectiva comparada*. México (DF): ENAH, 2011, no prelo.

_____. *Os italianos*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BESHARA, Adel (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007.

_____. *Outright assassination. The trial and execution of Antun Sa'adeh, 1949*. Reading: Ithaca Press, 2010.

_____. *Sa'adeh and the Greater Syria scheme*. In: _____ (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007.

_____. *Syrian nationalism: an inquiry into de political philosophy of Antun Sa'adeh*. Beirut: Bissan, 1994.

_____. *The Syrian Social Nationalist Party: An Ideological Analysis. A reliable reference?*. Al-Mashriq, vol. 5, nº17, 2006.

BRUIT, Héctor H. *O imperialismo*. São Paulo: Editora Atual; Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

BURKE, M. L. G. P. *As muitas faces da história*. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CHAMMAS, Nour. *Spiritu-materialism VS. Historical materialism: a comparative analysis of Antoun Saadeh's philosophy and Karl Marx's dogma*. Disponível em: http://www.esaadah.com/index.php?option=com_content&view=article&id=56:spiritu-materialism-vs-historical-materialism&catid=25:the-project.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. *A history of the modern Middle East*. Quarta Edição. Boulder: Westview Press, 2009.

CONTE, Édouard; ESSNER, Cornelia. *A demanda da raça: uma antropologia do nazismo*. Tradução Ana Rabaça. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

CRESPO, E. B. *El giro contextual: cinco ensayos de Quentin Skinner, y seis comentarios*. Madrid: Tecnos, 2000.

DAHER, Adel. *Some distinguishing aspects of Sa'adeh's Thought*. In: BESHARA, Adel (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007.

DAHER, Yussef E. *Filosofia del nacionalismo sirio: aspectos fundamentales de la doctrina de Antun Saadeh*. Rosario: Editorial Babilonia, 1988.

DAWN, Ernest. *From ottomanism to arabism: the origin of a ideology*. In: HOURANI, Albert;

_____. *The origins of arab nationalism*. In: KHALIDI, Rashid et al. (ed). *The origins of arab nationalism*. New York: Columbia University Press, 1991.

DEBS, Rabee'h. *Secularism in Sa'adeh's thought*. In: BESHARA, Adel (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007.

EL-SOLH, Raghid. *Lebanon and arabism: national identity and State formation*. London: I. B. Tauris & Co ltd, 2004.

ERLICH, Haggai. *Periphery and youth: fascist Italy and the Middle East*. In: LARSEN, Stein U. (ed.). *Fascism outsider Europe: the european impulse against domestic conditions in the diffusion of global fascism*. New York: Columbia University Press, 2001.

FABEI, Stefano. *La "legione straniera" di Mussolini*. Milão: Ugo Mursia Editore, 2008.

FIELDHOUSE, D. K. *Western Imperialism in the Middle East: 1914-1958*. New York: Oxford University Press, 2006.

FISK, Robert. *Pobre Nação: as Guerras do Líbano no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

FIRRO, Kais. *Inventing Lebanon: nationalism and the State under the Mandate*. London: I. B. Tauris & Co Ltd, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e democracia*. Tradução Vamireh Chacon e outros. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

GELVIN, James L.. *Divided Loyalties: Nationalism and Mass Politics in Syria at the Close of Empire*. London: University of California Press, Ltd, 1998.

GENTILE, Emilio; FELICE, Renzo. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. Tradução Fátima Conceição Murad. São Paulo: Ícone, 1988.

HADDAD, Moueen. *Sa'adeh and marxism*. In: BESHARA, Adel (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007.

HAJJAR, Claude F. *Imigração árabe: cem anos de reflexão*. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

HOBSBWAM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A Era dos Impérios*. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O pensamento árabe na Era Liberal: 1798-1939*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KAUFMAN, Asher. *Reviving Phoenicia: in search of identity in Lebanon*. London: I. B. Tauris & Co Ltd, 2004.

KHALIDI, Rashid et al. (ed). *The origins of arab nationalism*. New York: Columbia University Press, 1991. p. X-XI

KHOURY, Philip S. *Urban notables and arab nationalism: the politics of Damascus 1860-1920*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KHOURY, Philip S.; KOSTINER, Joseph. *Tribes and state formation in the Middle East*. Los Angeles: University of California Press, 1991.

KHOURY, Philip S.; WILSON, Mary C. (ed). *The modern Middle East: a reader*. Los Angeles: University of California Press, 1993.

LARSEN, Stein U. *Was there fascism outside Europe? Diffusion from Europe and domestic impulses*.

In: _____. *Fascism outside Europe: the european impulse against domestic impulse in the diffusion of global fascism*. New York: Columbia University Press, 2001.

LENIN, Vladimir I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Afla-ômega, 1979.

LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

_____. *What went wrong?: the clash between Islam and modernity in the Middle East*. New York: Oxford University Press, 2002.

LOPES, Marco A. *Fundamentos do contextualismo linguístico: algumas lições de Quentin Skinner*. Trabalho não publicado.

MELHEM, Edmond. *Sa'adeh and Lebanon: a historical perspective*. In: BESHARA, Adel (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007.

MEYER, Karl. E.; BRYSAK, Shareen B. *Kingmakers: the invention of the modern Middle East*. New York: W. W. Norton & Company, 2008.

NASSAR, Nassif. *Sa'adeh and the concept of regional nationalism*. In: BESHARA, Adel (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007.

NORDBRUCH, Götz. *Nazism in Syria and Lebanon: the ambivalence of the German option, 1933-1945*. New York: Routledge, 2009.

OLIVEIRA, D. *Walt Disney e Karl Marx: interpretações sobre imperialismo (1870-1918)*. Curitiba, 2006. Artigo apresentado no Seminário Facetas do Império na História. Disponível em: <<http://people.ufpr.br/~andreadore/dennison.pdf>>.

ORZA, Raúl G. *Mussolini y el fascismo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1972.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 350

PINO, Domingo del. *A tragédia no Líbano: retrato de uma guerra civil*. Tradução Mustafa Yasbek. São Paulo: Clube do Livro, 1988.

PIPES, Daniel. *Greater Syria: the history of na ambition*. New York: Oxford University Press, 1990.

_____. *Radical Politics and the Syrian Social Nationalist Party*. *International Journal of Middle East Studies*, August, 1988. Disponível em: <<http://www.danielpipes.org/5788/radical-politics-and-the-syrian-social-nationalist-party>>.

RAAD, In'am. *Union in life: Sa'adeh's notion of the socio-economic cycle*. In: BESHARA, Adel (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007.

RAINERO, Romain H. *La política araba di Mussolini nella Seconda Guerra Mondiale*. Padova: Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 2004. p. 8.

RUDÉ, George. *Ideologia e protesto popular*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SA'ADEH, Sofia A. *Sa'adeh and National Democracy*. In: BESHARA, Adel (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007.

SAHD, Fábio B. *O Oriente Médio desmistificado: fundamentalismo, terrorismo e barbárie*. Curitiba: CRV, 2011.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALIBI, Kamal. *A house of many mansions: the history of Lebanon reconsidered*. Los Angeles: University of California Press, 1988.

AL-SAYEGH, Nasri. Sa'adeh's conception of religion. In: BESHARA, Adel (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007.

SCHMID, Evelyne. *Consensus, Corruption and Crisis: Lebanon after the Ta'if Agreement*. Al-Mashriq: a quarterly journal of Middle East Studies. Volume 9, nº 34, september 2010.

SETHIAN, Robert D. *Sa'adeh and syrian nationalism*. In: BESHARA, Adel (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SYRIAN SOCIAL NATIONALIST PARTY INFORMATION BUREAU. *Antoun Sa'adeh: leadership and testimony*. Beirute.

THOMPSON, Elizabeth. *Colonial citizens: republic rights, paternal privilege, and gender in French Syria and Lebanon*. New York: Columbia University Press, 2000.

TRABOULSI, Fawwaz. *A history of Modern Lebanon*. Londres: Pluto Press, 2007.

VICENZI, Roberta A. N. *Nacionalismo árabe: apogeu e declínio*. Tese defendida em 14 fev. 2007. 227 páginas. Tese - USP (FFLCH).

WALKER, Dennis. *Sa'adeh and the recovery of antiquity: the evolution of nations in macro-history*. In: BESHARA, Adel (org.). *Antun Sa'adeh, the man, his thought: an anthology*. Reading: Ithaca Press, 2007.

YAMAK, Labib Zuwiyya. *The Syrian Social Nationalist Party: an ideological analysis*. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

ZAMIR, Meir. *Lebanon's Quest: the Road to statehood 1926-1939*. London: I. B. Tauris & Co ltd, 2000.

ZIZEK, Slavoj. *Vous avez dit totalitarismo? Cinq interventions sur les (més) usages d'une notion*. Paris: Éditions Amsterdam, 2007.

ZUGUEIB, Jamil. *Identité et crise social. L'influence du bouleversement social sur le processus identitaire et les conditions psychiques des citoyens. Le cas des Druzes dans la guerre du Liban*. Tese de doutorado defendida na Université Toulouse Le Mirail. Toulouse, 2000.